



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Lídia Marta Canha Fernandes

AÇÃO COLETIVA DE PESSOAS DESEMPREGADAS

Tese no âmbito do Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho,
Desigualdades Sociais e Sindicalismo, orientada pelo Professor Doutor Hermes Augusto Costa
e pela Professora Doutora Maria da Paz Campos Lima,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Setembro de 2018

Faculdade de Economia

AÇÃO COLETIVA DE PESSOAS DESEMPREGADAS

Lídia Marta Canha Fernandes

Tese no âmbito do Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo orientada pelo Professor Doutor Hermes Augusto Costa e pela Professora Doutora Maria da Paz Campos Lima, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2018



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Agradecimentos

Este foi um trabalho de fôlego que ocupou grande parte da minha vida nos últimos seis anos e contou com o contributo de muitas pessoas. Tantas que tenho sérias dúvidas de ter conseguido me lembrar de todas elas.

Ainda assim, aqui vai o meu agradecimento:

Ao Hermes Costa e à Maria da Paz. São sem dúvida parte importante do que é aqui apresentado. Souberam alimentar o projeto, ajudar a amadurecê-lo, dando contributos certos e sempre respeitando o trabalho desenvolvido.

À Britta Baumgarten, com quem ganhei uma inesperada afinidade. Consciente da enorme perda, humana e intelectual, que representou a sua morte, devo confessar um lamento de alguma forma egoísta: como gostaria de ter tido a oportunidade de debater esta tese contigo, Britta!

Às ativistas e aos ativistas com quem fiz este exercício de imaginação sociológica.

Desde logo aqueles e aquelas mais diretamente implicados, e que deram corpo e sua perspectiva sobre o sujeito político que se pretendeu visibilizar: o Alcides Santos, a Ana Massas, a Ana Cansado, o João Azevedo, o João Labrincha, a Myriam Zaluar, o Pedro Reis, o Rui Viana Pereira, Tiago Gillot, o Tiago Mendes. E à Andrea Duarte, à Catarina Gonçalves, ao Eduardo Fernandes, menos ativos, mas não alheios aos protestos.

A todas aquelas (e aqueles) que me ajudaram a mapear os protestos. Não as nomeio, apenas porque não tenho a certeza quem prefere manter o anonimato.

Às companheiras da Marcha Mundial de Mulheres e da UMAR, com as quais fiz grande parte deste percurso. À Magda Alves, com quem vivi uma parte importante destes acontecimentos. Às companheiras de Coimbra, da República Marias do Loureiro - a Carol, a Raquel, a Vera -, pela partilha e por me acolherem. Com todas elas aprendi que os laços da sororidade são bem fortes do que as fronteiras.

Às ativistas e aos ativistas da Coletivo Habita, com quem fiz outra grande parte do percurso. Em especial à Rita Silva, companheira de muitas viagens, com quem aprendi muito, desde logo que é na luta que quem perde tudo encontra alento.

À União de Sindicatos de Lisboa e à CGTP, em particular ao Fernando Ambrioso, Joaquim Dionísio, ao Libério Domingues, à Sara Canavezes, pela sua disponibilidade pronta em apresentar a sua leitura sobre estas mobilizações e a dar o seu testemunho sobre experiência da Marcha contra o desemprego.

À equipa do *Dinamia-CET*, sempre pronta a mostrar que a investigação não tem de ser um trabalho solitário.

À equipa da *Physis*, em particular ao terapeuta Francisco e ao osteopata Luís. Afinal sem corpo não há trabalho, nem mesmo trabalho intelectual. (E também à Joaquina com quem aprendi isso mesmo.)

À Andrea e ao João, pela amizade e por me terem acompanhado nesta viagem.

Ao Parker, de quem tenho saudades e bem sei que acarinhou este projeto.

Às minhas irmãs - a Judite, a Catarina, a Gaby e a Magui -, as de sangue e as adotadas. Pelos laços que, longe ou perto, não deixam fugir.

À minha mãe e ao meu pai, a Clarisse e o Liberato. Por tudo e mais alguma coisa.

A realização deste trabalho beneficiou do financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da bolsa individual de doutoramento com a referência SFRH/BD/90783/2012

Resumo

Apesar dos protestos anti austeridade terem ocorrido em contexto de massificação de desemprego e de degradação das condições de vida de quem se encontrava nessa situação, ainda está pouco estudado qual o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas nessas mobilizações. Nesta investigação procura avançar-se no conhecimento sobre essa temática, contribuindo para compreender quais as possibilidades ação coletiva envolvendo este segmento da força de trabalho.

Parte-se de uma discussão em torno dos conceitos do desemprego e da ação coletiva. O desemprego é situado nos quadros teóricos da exclusão e do conflito; e o problema da ação coletiva é equacionado tendo por referência os debates sobre os movimentos sociais e os sindicatos, dando-se um enfoque especial aos debates relativos à onda de protestos verificada após a crise financeira de 2008. O estudo, que incide sobre o ciclo de ação coletiva ocorrido em Portugal entre 2011 e 2013, incluiu a análise de como o contexto terá condicionado os termos do conflito em torno do desemprego; a forma como o desemprego e as pessoas desempregadas se articularam no conflito e na narrativa anti austeridade; um balanço retrospectivo de pessoas desempregadas e ativistas envolvidos nesse ciclo de mobilizações; e as aprendizagens que daí retiram quanto às possibilidades de mobilização envolvendo este segmento da força de trabalho.

Considerando a lógica de investigação-ação, a complexidade do objeto de estudo e a necessidade de uma estratégia de convergência e integração paradigmática no terreno, foi adotada uma estratégia de triangulação de dados, fontes e métodos. A análise realizada sublinhou três tipos de tensões consideradas relevantes para entender os constrangimentos e as possibilidades deste tipo de ação coletiva: unidade-fratura; inclusão-exclusão; local-nacional-europeu-global. A resolução destas tensões coloca dilemas estratégicos a quem entenda promover formas de mobilização envolvendo este segmento da força de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: desemprego, conflito, ação coletiva, austeridade.

Abstract

Although anti-austerity have occurred in the context of mass unemployment and of deterioration of the living conditions of the unemployed, it is insufficiently researched the place of unemployment and unemployed people in these mobilizations. This research aims to contribute to advanced knowledge on this issue, as well as explore the possibilities for collective action involving this segment of the workforce.

In the first part, is presented a discussion around the concepts of unemployment and collective action. The unemployment is framed in the theories about exclusion and conflict; and the problem of collective action of unemployed is formulated considering the debates on social movements and unions, putting a special focus on those around the wave of protests after 2008 financial crisis.

The study, which focus on the cycle of collective action occurring between 2011 and 2013 in Portugal, included an analyses about how the context affected the conditions of conflict on unemployment; the way the unemployment e the unemployed were articulated in the conflict and in the anti-austerity narrative; an retrospective overview made by unemployed and activists engaged in this protest cycle; and the learnings about the possibilities of mobilization including this segment of workforce.

Taking in account the action-research logic of this study, the complexity of the object of study and the requirement of paradigmatic convergence and integration on the terrain, it was adopted a strategy of sources, data and the methods.

The analysis pointed out three types of tensions considered relevant in understanding the constraints and the possibilities of this type of collective action: unity-division; inclusion-exclusion; local-national-european-global. The resolution of this tensions poses strategic dilemmas to anyone intending to promote forms of collective action including this segment of workforce.

KEYWORDS: *unemployment, conflict, collective action, austerity.*

Lista de Siglas e Abreviaturas

BCE – Banco Central Europeu
CADPP – Comité de Anulação da Dívida Pública Portuguesa
CE – Comissão Europeia
CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EEE – Estratégia Europeia de Emprego
FG – Focus Group
FMI – Fundo Monetário Internacional
IAP – Investigação-Ação-Participativa
ILC – Iniciativa Legislativa Cidadã
INE – Instituto Nacional de Estatística
QSLT – Que Se Lixe a Troika!
MSE – Movimento Sem Emprego
NAIRU – Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment
OGI – Objetivo Geral I
OGII – Objetivo Geral II
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
UE – União Europeia
UEM – União Económica e Monetária
UGT – União Geral dos Trabalhadores
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta
UNEMPOL – The Contentious Politics of Unemployment in Europe

Lista de Anexos

Anexo I - Desenho global da pesquisa

Anexo II - Os objetivos e as questões de pesquisa

Anexo III - Guião do FG1: Pessoas desempregadas em 2011

Anexo IV - Guião do FG2: Pessoas desempregadas envolvidas em mobilizações
Março 2011 – junho 2012

Anexo V - Participação em protestos | FG1 - Pessoas desempregadas
entrevistadas em 2011

Anexo VI - Participação em protestos | FG2 - Pessoas desempregadas 2011-2012

Anexo VII - Guião de entrevista a ativistas do MSE

Anexo VIII - Guião de entrevista a responsável pela Coordenação da Marcha
contra o desemprego (CGTP)

Anexo IX - Principais características do regime de proteção no desemprego e suas
evoluções

Anexo X - Cronologia de ações promovidas por sindicatos e outros atores socio-
laborais (2010-2013)

Índice

Introdução.....	17
I Desemprego: factor de exclusão ou de conflito?	27
I.1 (Des)emprego e trabalho	29
I.2 Entre a exclusão e a inclusão desigual.....	33
I.3 A tensão unidade-fractura no conflito capital-trabalho	37
I.4. A plena empregabilidade e a flex(in)segurança.....	42
I.5. Entre a subprotecção e o <i>workfare</i>	44
2. O problema da acção colectiva.....	49
2.1. O poder, perspectivado a partir de baixo	51
2.2. Do ressentimento à aprendizagem coletiva	55
2.3. Conflito, processos e oportunidades políticas	59
2.4. O papel dos sindicatos: unidade ou fratura no “exército de reserva”?.....	66
2.5. Superar o estigma e a fragmentação	75
2.6 Superando o isolamento. Entre o local e o (trans)nacional.....	82
3 A crise, o desemprego e os protestos anti austeridade	87
3.1 Da natureza de uma crise.....	87
3.2 A globalização a partir de baixo	91
3.3 Da crise do euro aos protestos anti austeridade	94
3.4 Desemprego e as bases sociais dos protestos	98
3.5 O espaço público híbrido	101
4 Conhecer, ampliando as fronteiras do possível	105
4.1 Do desemprego ao exercício da imaginação sociológica.....	106
4.2 A estratégia metodológica: ampliar as fronteiras do possível.....	109
4.3 O desenho da pesquisa.....	114
4.4 Mapeamento do ciclo de acção coletiva 2011-2013.....	117
4.5 O contexto e as condições das mobilizações	120
4.6 Conhecimento e a aprendizagem coletiva	124

5 Crise, austeridade e o conflito em torno do desemprego em Portugal (2008-2013).....	137
5.1 Os marcadores históricos do desemprego	138
5.2 O desemprego na receita austeritária.....	146
5.3 Entre a Sub-proteção e a Sociedade-Providência.....	149
5.4 Da ativação ao <i>workfare</i>	154
5.5 A desvalorização do trabalho e a <i>Flex(In)segurança</i>	157
6 O desemprego e o ciclo de mobilizações 2011-2013.....	161
6.1 As mobilizações sindicais e os ativismos pioneiros.....	163
6.2 <i>Afinal estamos vivos, não sou a única que estou à rasca</i>	167
6.3 Da desesperança à (inter)nacionalização e (re)criação do protesto	172
6.4 Movimento Sem Emprego: pelo Direito ao Trabalho e à Dignidade!.....	181
6.5 “Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!”	196
6.6 CGTP: a marcha enquanto forma de ação	201
6.7 Da greve geral transnacional ao funeral da esperança	212
7 Aprendendo a partir da experiência	219
7.1 Da representação abstrata à aprendizagem	220
7.2 O ciclo precariedade-desemprego: o mercado e as respostas sociais	227
7.3 “E, portanto, não és nada!”	234
7.4 Dilemas na elaboração reivindicativa.....	239
Conclusão	245
Bibliografia	257
Anexos	

Introdução

Esta dissertação procura avançar na compreensão sobre as possibilidades de mobilização e ação coletiva envolvendo quem está em situação de desemprego. Isso é feito a partir da análise sobre o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas no ciclo de ação coletiva que, em Portugal, teve início com o protesto da Geração à Rasca.

Além de terem ocorrido em contexto de massificação de desemprego e de degradação das condições de vida deste segmento da força de trabalho, estes protestos permitiram uma reconfiguração das estruturas de mobilização e abriram espaço à afirmação de novas *constituíncias*, incluindo desempregados e desempregadas, mas sem que estes se tivessem conseguido afirmar de forma decisiva como sujeito político emergente. Tendo presente que esta constatação é um sinal dos constrangimentos à mobilização deste grupo, considera-se que a análise de tais protestos constitui, assim, uma oportunidade de aprendizagem coletiva para atores envolvidos em movimentos sociais e sindicais. Do ponto de vista teórico, a problemática do desemprego é situada num plano político conflitual procurando-se identificar as condições básicas que tornam possível (ou constroem) a ação coletiva de pessoas desempregadas. Além disso, esta questão é debatida no quadro dos debates em torno dos protestos anti austeridade. Considerando a complexidade do objeto de estudo, a lógica de investigação-ação-participativa (IAP) e a aposta numa estratégia de convergência paradigmática no terreno, o processo de recolha e análise incluiu uma estratégia de triangulação de fontes e métodos.

A mobilização de pessoas desempregadas foi recorrentemente considerada um fenómeno altamente improvável, atendendo sobretudo aos níveis de exclusão que afetam as pessoas nessa condição. Uma série de estudos e programas de pesquisa que agregaram contributos dos campos dos movimentos sociais e da política económica comparada, sobre Estado Social, vieram colocar em evidência o carácter contestado, ou negociado, do desemprego. A tese que aqui se apresenta mobiliza estas duas abordagens para situar o desemprego no

quadro do conflito capital-trabalho e especificar os termos do problema da ação coletiva de pessoas desempregadas. Considera-se que se este segmento da força de trabalho não expressa os seus interesses isso não significa que não os tenha, é apenas indicador da falta de confiança em alcançá-los e da fragilidade económica, cultural, social e política em que se encontra. É por isso essencial questionar: *que contradições parciais, estruturalmente definidas, poderão, em contexto de crise sistémica, contribuir para aumentar o poder estrutural da parte da força de trabalho que está desempregada?* Da revisão teórica e da evidência empírica relativa a experiências de mobilização de pessoas desempregadas – em especial, em contexto Europeu – foram identificadas três tensões chave: unidade-fratura; inclusão-exclusão; local-nacional-europeu-global.

Ao longo das últimas décadas o desemprego tornou-se particularmente saliente no conflito capital-trabalho, em particular na Europa. Se após a segunda Guerra assistiu-se a um movimento de desmercadorização da força de trabalho, a partir da década de 70, na sequência da crise do petróleo, assistiu-se à afirmação de uma agenda ideológica em torno do *cliché* globalização, visando reduzir custos e enfraquecer o poder do trabalho organizado e que, na prática, como alerta Burawoy (2014), colocou em marcha uma terceira onda de mercadorização. Esse movimento incluiu uma viragem ao nível das políticas de emprego em que o desemprego deixou de ser encarado como uma responsabilidade coletiva mas antes uma responsabilidade individual e uma variável económica a ser ajustada em função do barómetro da *non-accelerating inflation rate of unemployment* (NAIRU): verificou-se uma estagnação ou mesmo redução do emprego; foram adotadas uma série de medidas promovendo a empregabilidade e visando o regresso rápido ao mercado de trabalho; foram reduzidos os níveis e duração da proteção no desemprego; e a lógica da ativação rapidamente degenerou no *workfare*, na moralização e compulsão ao trabalho e promovendo a divisão social. Neste sentido o trabalho tem ficado cada vez mais reduzido a mercadoria e a capacidade de sobreviver fora do mercado de trabalho ameaçada.

Nesta dissertação argumenta-se que estas mudanças contribuíram para aumentar o potencial de clivagem de quem está no desemprego em relação ao resto da força de trabalho, o que resulta da coexistência de dois tipos de tensão: a *tensão inclusão-exclusão*, sobretudo de natureza social; e a *tensão unidade-*

fratura, sobretudo de natureza laboral. O desemprego envolve um processo de desqualificação social (Gallie e Paugam, 2000), na medida em que o estatuto dos indivíduos depende da sua participação no sistema de produção da sociedade em que se insere. Mas está também associado a um conflito laboral, na medida em que condiciona o poder estrutural das classes trabalhadoras, ou seja, aquele que depende da sua localização do sistema económico (Wright, 2000). Sendo um(a) trabalhador(a) em potência e na medida em que não possui outro bem que não a sua força de trabalho (Marx, 1974; 2007), quem está no desemprego é parte da força de trabalho e nesse sentido o desemprego constitui-se como elemento de disciplina laboral e facto indispensável para a reprodução do capital (Souza, 2010). A pressão para a fratura está subjacente às políticas assentes na lógica da empregabilidade e do *workfare* e em ferramentas técnicas como a NAIRU, toma a ação coletiva como uma distorção e dá como inevitável a desqualificação de quem está “fora” do mercado de trabalho. Considera-se que é a consciência do carácter social da relação de compra e venda da força de trabalho do conjunto da força de trabalho que constitui o cerne do conflito capital-trabalho e a base para a unidade da classe trabalhadora, seja qual for o seu estatuto perante o emprego.

A própria União Europeia (UE) acompanhou este movimento de mercadorização do trabalho. Numa altura em que o processo de integração económica e financeira ganhou um novo fôlego, os mercados trabalho nacionais ficaram mais sujeitos à determinação externa e o poder sindical e a capacidade de negociação coletiva do trabalho organizado enfraqueceram. Foi neste quadro que se deu a pressão para fratura, através da generalização de uma versão enviesada do modelo da *flexigurança*, muitas vezes combinando flexibilidade do mercado de trabalho com desproteção do emprego. Tendo aderido e promovido de forma entusiástica ao projeto e à ideologia da globalização e da financiarização, a UE ficou particularmente exposta aos impactos da crise financeira de 2008. Prenhe de contradições geopolíticas e sociais, e menos expedita para responder às dificuldades de liquidez dos Estados do que às dos bancos, enfrentou a partir de 2010 uma crise que colocou em causa o próprio processo de integração monetária: aos Estados periféricos, nomeadamente os da Europa do Sul, não foi dada outra alternativa senão a adoção de programas de austeridade, subordinando as políticas sociais e de emprego a estabilidade estrutural da UE. A alternativa, entendida como impensável e por isso apresentada na forma de

chantagem, seria a recuperação dos instrumentos monetários e financeiros prévios à adesão à União Económica e Monetária (UEM), ou seja, a saída do euro. Foi adotada uma política de exceção que contou com a participação - no caso da Grécia, Portugal e Itália – de uma Troika de não eleitos (Ferreira, 2011) composta pelo Banco Central Europeu (BCE), a Comissão Europeia (CE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que condicionou o impacto conflitual que as políticas de austeridade teriam nos países afetados. Neste sentido, e considerando a importância dos instrumentos de política monetária para a criação de emprego, a crise do euro constituiu um dos mais complexos exemplos de como a *tensão nacional-europeu-global* se coloca no campo das políticas conflituais do desemprego.

Face a estas contradições, seria lícito indagar em que medida os movimentos sociais e sindicais contribuíram – ou poderiam contribuir - para ação coletiva envolvendo pessoas desempregadas, no quadro do ciclo de protestos ocorrido entre 2011 e 2013. Daí que esta preocupação de fundo tenha guiado a definição do objeto empírico. Importa desde logo fazer alguns apontamentos conceptuais sobre a forma como foi abordado este objeto de estudo – um relacionado com o tipo de ação coletiva estudada e outro sobre o uso da análise de redes nos movimentos sociais.

Ação coletiva pressupõe uma coordenação de esforços em nome de determinados interesses ou programas (Tilly e Tarrow, 2007). Não é necessariamente sinónimo de conflito nem de movimento social na medida em que, contrariamente ao primeiro, aquela pode ser consensual e, de forma distinta do segundo, pode envolver atores coletivos com fronteiras e formas organizativas bem definidas. Dois exemplos ajudam a perceber a relevância desta distinção para o tema em estudo. Num primeiro exemplo, um conjunto de pessoas desempregadas podem juntar-se para formar uma empresa utilizando para tal instrumentos legais disponibilizados pelo centro de emprego no quadro das políticas ativas de emprego assentes na promoção do empreendedorismo. Neste caso, esta ação não implica qualquer tipo de confronto ou reivindicação em relação ao conteúdo destas políticas mas requer um esforço de coordenação em função de interesses convergentes e é, por isso, coletiva. Num segundo caso, um desempregado recém despedido, ao apresentar pedido de subsídio de

desemprego na segurança social, vê negado o acesso a proteção social pelo facto de ter estado em situação de baixa médica, de forma prolongada, e deste período não ter sido contabilizado para efeitos contributivos. Perante esta situação, recorreu ao seu sindicato que o apoiou na contestação administrativa da decisão dos serviços de segurança social. Esta forma de ação não se situa naquilo que poderíamos definir como um movimento social, mas é coletiva e conflitual. Neste trabalho entendeu-se focar a ação coletiva conflitual envolvendo quem está no desemprego, no quadro do ciclo de protestos anti austeridade. Em primeiro lugar, porque a própria existência deste tipo ação coletiva desafia as lógicas de exclusão a que, como vimos, está sujeito este segmento da força de trabalho. Em segundo lugar, porque o protesto é o recurso para quem tem menos acesso aos canais institucionais e decisão política, um dos problemas cruciais que enfrentam os designados “atores fracos” (Chabanet e Royall, 2014).

Além disso, considerando a inexistência de qualquer forma de representação política de desempregados(as) no começo deste ciclo de protestos, mais do que uma organização – seja sindical ou não - procurou-se focar as dinâmicas de movimento social em presença segundo uma perspectiva da análise de redes, esta mais atenta aos processos culturais e discursivos, o que também constitui um aspeto crítico na mobilização envolvendo desempregados(as). A adoção dessa perspectiva permite: reconhecer a dimensão conflitual da ação coletiva, distinta de outras formas de ação em que não são identificados oponentes;¹ considerar a natureza informal das redes, permitindo a consideração simultânea de contribuições individuais e coletivas; conectar diferentes episódios de ação coletiva, localizados em diferentes pontos (Diani, 2003). Neste sentido, esta forma conceptual pode ser aplicada tanto a “novos” como “velhos” movimentos. Mais do que fornecer recursos para ação (individual e coletiva), a rede constitui uma ferramenta analítica que nos permite abordar a natureza dual da ação e a dualidade ação-estrutura. Usar a análise de redes como ferramenta conceptual para compreender as dinâmicas de movimento social permite a transfertilização com outros campos intelectuais sem deixar de enfatizar a

1 Como veremos, embora o texto que teve por base a convocatória do protesto da *geração à rasca* não identificasse claramente um oponente, a dimensão conflitual do protesto foi-se delineando ao longo do processo de mobilização.

especificidade da pesquisa no campo de estudo dos movimentos sociais (Diani, 2003).

Através da revisão teórica e da pesquisa em torno da mobilização de desempregados(as), procura-se perceber como os atores envolvidos podem abordar os constrangimentos e explorar as contradições resultantes de uma situação de instabilidade económica e política, como a ocorrida em Portugal, especialmente a partir de 2010. Na construção do modelo de análise é contemplado o quadro teórico das políticas conflituais (Tilly e Tarrow, 2007) complementado com um esforço de inserir as relações de poder no todo da economia política (Flacks, 2003; Barker, 2013). Neste sentido, é importante considerar que a onda global de protesto em que se inserem as experiências de ação coletiva analisadas ocorreu em contexto de forte instabilidade sistémica e de uma crise do projeto neoliberal, particularmente notória na UE, onde as contradições sociais e geopolíticas expuseram as fragilidades do mercado único e da união monetária. Os protestos que emergiram neste cenário, ao trazerem para a rua um conjunto de grupos sociais cuja posição foi precarizada em virtude das políticas de austeridade e ao recolocarem em cima da mesa o debate sobre questões relacionadas com a justiça social, abriram espaço para a afirmação daqueles segmentos da população mais vulneráveis e afetados pelo impacto da austeridade, como é o caso de quem estava em situação de desemprego.

Qual terá sido o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas em Portugal, neste ciclo de ação coletiva? Esta é uma questão chave equacionada, ainda pouco explorada na pesquisa sobre estes protestos. Neste sentido, procura-se explorar a forma como desempregados(as) e ativistas percecionaram e procuraram superar as barreiras materiais e simbólicas que se colocam a este tipo de ação coletiva, assim com as suas reflexões sobre o que poderia ser feito.

Além dos fatores sistémicos, no estudo são equacionadas as oportunidades que poderiam abrir-se em situações de instabilidade política, como a ocorrida em Portugal, especialmente a partir de 2010. Importa ter em conta as oportunidades políticas – não apenas as gerais mas, em particular, as dimensões sociais e laborais que condicionam o campo do desemprego -, assim como a capacidade de mobilizar alianças, nas quais os sindicatos podem ter um papel crucial. A perda de legitimidade dos arranjos institucionais e o questionamento da sua inevitabilidade abrem espaço à afirmação, através da ação, de um novo

sentido de eficácia e permitem um processo reconstituição identitária ou de reapropriação de si, o que mais facilmente é feito num enquadramento coletivo do que individualmente. Ultrapassar a fragmentação de interesses e de solidariedades em contexto de massificação de desemprego é outra tarefa fundamental, essencial face às lógicas de individualização e marginalização que afetam esta parte da força de trabalho, cada vez mais pressionada pelas políticas da empregabilidade e do *workfare*.

No que concerne às oportunidades gerais, tem sido acentuada a importância de três tipos de fatores: a instabilidade dos alinhamentos políticos; a disponibilidade de aliados ou atores influentes e o nível de descentralização do sistema político. Os dois primeiros fatores estão relacionados entre si, visto que num cenário de crise política a instabilidade no campo das elites pode criar um novo campo de alianças, cuja a disponibilidade é um aspeto crítico para atores fracos, visto que estes têm mais dificuldades de acesso às arenas institucionais. As oportunidades políticas específicas ao campo do desemprego estão relacionadas com as conceções prevalentes dos regimes de bem-estar (Esping-Anderson) que condicionam as definições coletivas de cidadania (Giugni et al., 2010), oferecendo um conjunto de oportunidades discursivas e institucionais para a elaboração reivindicativa e a ação coletiva envolvendo desempregados(as). A sua dimensão social abrange o conjunto de normas que regulam a condição do desemprego, enquanto a dimensão laboral incide sobre a normas relacionados com mercado de trabalho. Pressupondo que este é um aspeto particularmente relevante para entender os constrangimentos e as possibilidades de mobilização deste segmento da força de trabalho, um dos objetivos foi o de compreender quais as características do regime de (des)emprego português, quais as evoluções verificadas em contexto de austeridade e como atores sindicais e socio-laborais trabalharam as estruturas de oportunidades daí resultantes. Ao abordar as oportunidades específicas ao campo de desemprego estamos a explorar a forma como os atores implicados poderão explorar as tensões *inclusão-exclusão* e *unidade-fratura*.

Quando olhamos revisão bibliográfica que considera os casos bem sucedidos envolvendo pessoas desempregadas, compreendemos que a tensão relacionada com a escala nacional-europeu-global ainda é mais complexa do que o formulado anteriormente: durante a crise do euro o *locus* de decisão estava

fortemente dependente de uma escala supranacional mas é a escala local que oferece mais oportunidades para aquele tipo de ação coletiva.² Neste sentido, as redes de vizinhança e a cidade (Lefebvre, 2012 [1968]; Harvey, 2012) constituem espaços privilegiados de participação e de ensaio de formas de mobilização e organização envolvendo desempregados(as), visto que este segmento da força de trabalho encontra-se fora do espaço de produção. Embora dependendo do nível de descentralização do sistema político, a escala local permite alargar o âmbito e as bases sociais da ação potencial (Lahusen, 2014), por permitir o foco em problemas relacionados com o quotidiano de quem está no desemprego; expressar um leque diversificado de reivindicações; ampliar as possibilidades de alianças e contornar os riscos de clivagens político ideológicas; aumentar o potencial de disrupção. Não obstante a lógica multinível subjacente à terceira tensão (ou seja, local-nacional-europeu-global) representar desafios adicionais no que concerne às possibilidades e eficácia deste tipo de ação coletiva, no debate teórico são destacados alguns exemplos bem-sucedidos de mobilizações envolvendo “atores fracos”. Além disso, procura-se perceber em que medida uma das inovações mais significativas deste ciclo de mobilizações em termo de repertórios de ação – o espaço público híbrido – poderá (ou poderia) ter contribuído para ultrapassar os constrangimentos à mobilização e sustentação da ação coletiva envolvendo desempregados.

A dissertação está organizada em três partes, uma teórica, uma metodológica e outra empírica. Na primeira parte, são comparadas diferentes teorias relacionadas com os conceitos de desemprego e de ação coletiva, pois são consideradas relevantes para compreender os constrangimentos e possibilidades de mobilização de pessoas desempregadas. Além disso, é feita a revisão do debate teórico em torno dos protestos anti austeridade. No primeiro capítulo o conceito de desemprego é interpretado à luz dos quadros conceptuais da estatística, da política económica, da exclusão e do conflito. Este conceito é analisado na sua relação com o emprego e outras condições limítrofes como a precariedade. O

2 A saída do euro foi uma solução debatida no período em análise. Não sendo o foco de análise neste trabalho, considera-se que, independentemente da solução equacionada, a escala supranacional ganhou especial peso no processo de decisão política com impacto no campo do desemprego.

desemprego é também interpretado numa perspetiva histórica, no quadro do conflito capital-trabalho, sendo destacado o papel das políticas no processo de mercadorização do trabalho que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, em particular na UE, e como elas se refletiram, à escala nacional, em diferentes configurações sociais e laborais.

Se o primeiro capítulo incide sobre o conceito desemprego, o segundo situa-o num campo político contestado, especificando os termos do problema da ação coletiva de pessoas desempregadas, no quadro dos debates os movimentos sociais e sindicais. Procura-se identificar as condições básicas que tornam possível a ação coletiva de pessoas desempregadas, começando por problematizar as abordagens teóricas que justapõem de poder e acesso a recursos para destacar alguma da evidência empírica de experiência de mobilização envolvendo de pessoas desempregadas. São então analisados em profundidade quatro aspetos considerados cruciais: as estruturas de oportunidades políticas (as gerais e as específicas); o papel dos sindicatos; os processos culturais e simbólicos; a importância da escala local.

No terceiro capítulo, procede-se à revisão dos debates teóricos sobre a onda de protestos verificada após a crise financeira de 2008, em especial a partir de 2011, nomeadamente aqueles considerados com especial relevância para analisar o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas em Portugal, no ciclo de mobilizações 2011-2013. Em primeiro lugar, é abordado o debate sobre a natureza da crise – a terceira onda de mercadorização, globalização ou neoliberalismo – para depois serem realçadas as respostas que ocorreram no campo dos movimentos sociais, antes e após a crise. São destacados os desenvolvimentos verificados ao nível da UE e a emergência dos protestos anti austeridade, dando-se um enfoque especial ao debate sobre a base social desses protestos. Por fim, faz-se alusão ao conceito espaço público híbrido enquanto ferramenta teórica de especial relevância para entender a inovação verificada ao nível dos reportórios de ação.

Na segunda parte, constituída pelo capítulo 4, é detalhada a estratégia metodológica adotada visando, por um lado, aprofundar conhecimento sobre o envolvimento de pessoas desempregadas neste ciclo de mobilizações e, por outro, contribuir para *ampliar as fronteiras do possível*, ou seja, facilitar a aprendizagem coletiva e a transformação social. Explicita-se, desde logo, como a

construção do projeto de pesquisa partiu de um exercício de imaginação sociológica (Mills, 1965 [1959]) realizado a partir de uma experiência pessoal de desemprego. Além disso, enumeram-se algumas das questões levantadas pelos múltiplos posicionamentos da investigadora, também ativista e por isso uma *insider* da comunidade em estudo, aqui entendida como o complexo de redes de relações (pessoas individuais e organizações) que constitui aquilo que se pode considerar o universo dos movimentos sociais em Portugal. É também detalhado o modo como foi adotado o quadro metodológico da IAP privilegiando a componente do conhecimento como base para a tomada de consciência e ação. O desenho da pesquisa inclui três *clusters* de atividades de recolha e análise de dados: contexto e condições dos protestos; mapeamento do ciclo de ação coletiva; aprendizagem coletiva.

Os resultados da análise realizada são apresentados na terceira parte, seguindo a mesma lógica dos *clusters* de pesquisa especificados: a forma como a crise e a austeridade contribuíram para definir os termos do conflito em torno do desemprego (cap. 5); identificando o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas no quadro dos protestos anti austeridade (cap. 6); e promovendo uma reflexão sobre as dificuldades e as possibilidades de promoção de formas de mobilização e ação coletiva envolvendo pessoas desempregadas, em Portugal. Tenta-se assim procurar retirar aprendizagens a partir da experiência destas mobilizações (cap. 7).

I Desemprego: factor de exclusão ou de conflito?

*A esfera da circulação das mercadorias,
em que se realizam a venda e a compra da força de trabalho,
é na realidade um verdadeiro Éden dos direitos naturais do homem e do cidadão.
As únicas coisas que nela reinam são a Liberdade, a Igualdade, a Propriedade e Bentham.*
Karl Marx, O Capital

Durante muito tempo, a mobilização de pessoas desempregadas foi considerada um fenómeno altamente improvável (Baglioni et al., 2008). Foi sobretudo a partir da década de 70 que foram publicados uma série de estudos históricos permitindo revelar a ocorrência de experiências de ação coletiva de pessoas desempregadas ao longo dos últimos dois séculos, em contextos nacionais distintos e com intensidade variável (Chabanet e Faniel, 2012). Argumenta-se que esta aparente amnésia epistémica não se deveu apenas à falta de evidência empírica, levantando também debates teóricos fundamentais. A obra *Les Chômeurs de Marienthal*, de Marie Jahoda, Paul Lazarsfeld e Hans Zeisel contribuiu para afirmar toda uma tradição de pesquisa que usou o conceito exclusão como uma ferramenta com poder explicativo para os efeitos motivacionais e psicológicos do desemprego, assim como para as forças de atomização social e políticas que condicionam quem se encontra nessa situação. Um dos avanços mais significativos neste tema resultou da adoção da abordagem das políticas conflituais do desemprego (Giugni e Statam, 2002; Giugni, 2010) que, ao reconhecer o carácter contestado, ou negociado, do desemprego, enquanto campo político, acabou por se tornar um programa de pesquisa pioneiro nos estudos das dimensões políticas associadas ao desemprego, em particular, e da exclusão social, em geral. Na verdade, agregando contributos de duas tradições teóricas que habitualmente caminham separadas - a literatura sobre movimentos

sociais e a relativa à política económica comparada do Estado Social –, esta perspetiva não dispensou o uso do conceito de exclusão.

A tese que aqui se desenvolve mobiliza estas duas abordagens para situar a problemática do desemprego face ao clássico conflito capital-trabalho, operação que se torna mais complexa considerando os processos de exclusão. Neste sentido, este capítulo aborda a construção social do desemprego e analisa-o enquanto situação e relação social, apresentando-o à luz de diferentes interpretações teóricas. É explorando a tensão exclusão-conflito que se procura lançar as bases teóricas para analisar o problema da ação coletiva de pessoas desempregadas, o tema do segundo capítulo.³

O poder explicativo destes quadros conceptuais pode ser melhor avaliado analisando a problemática do desemprego no quadro da economia política do Emprego e do Estado Social. Que significado é dado ao desemprego quando interpretado à luz de diferentes quadros conceptuais? Que condições tornam o desemprego um facto de exclusão, e não alguma coisa completamente diferente? E que condições o tornam um elemento de conflito? Como se refletem estes significados e estas condições no conflito capital trabalho? Estas foram as questões consideradas.

Começa-se por problematizar o conceito de desemprego enquanto categoria estatística e empírica, assinalando o seu processo de construção social e histórica. De seguida, especificam-se algumas das características da exclusão associadas ao desemprego - o “outro do emprego” - assim como as implicações culturais e materiais dessa exclusão e a sua relação com a desigualdade e a pobreza. Em terceiro lugar, situa-se o desemprego no quadro do conflito capital-trabalho, usando-se o conceito “exército de reserva” e especificando-se os interesses comuns e os divergentes face à globalidade da força de trabalho. Sublinhando-se que a atualidade do conceito obriga a consideração dos processos de (des)mercadorização que afetam a força de trabalho, são por fim desenvolvidas duas dimensões políticas, uma económica (laboral) e outra social. Assim, em quarto lugar, assinala-se as mudanças verificadas nas últimas décadas ao nível emprego e das relações laborais e como estas foram acompanhadas pela afirmação do chavão “empregabilidade”. De seguida são assinaladas as

³ Os conceitos são usados não como categorias empíricas mas para ajudar a distinguir, através de operações analíticas baseadas na abdução e retrodução (Danermark et al., 2002), determinadas propriedades ou mecanismos associados ao desemprego. Isso permite a comparação de diferentes teorias, estimar o seu poder explicativo, ou pelos menos de uma componente de um determinado sistema teórico.

evoluções verificadas ao nível da proteção social e como elas foram acompanhadas por uma viragem para o *workfare*, com impactos importantes em termos de cidadania e do disciplinamento da força de trabalho. Por fim, procura-se mostrar como a tensão mercadorização-desmercadorização se traduziu em diferentes arranjos estáveis entre a esfera privada, o mercado e o Estado determinando aquilo Espinha-Anderson designa como “Regimes de Bem-Estar” - que aqui se designa como regimes de emprego e de proteção social.

1.1 (Des)emprego e trabalho

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define desemprego em função da combinação de três critérios: não ter trabalho; disponibilidade imediata para o trabalho; procura ativa ou efetiva de trabalho. Esta é a convenção habitualmente referida como “desemprego no sentido da OIT” e é usada como referência pelos principais sistemas de classificação, como é o caso do Instituto Nacional de Estatística (INE), do EUROSTAT ou da OCDE.⁴ Apesar de amplamente difundida, esta definição tem vários problemas desde logo pelas dificuldades de definir as fronteiras entre desemprego, emprego e inatividade (Demazière, 2014; Caleiras, 2015). Idealmente, seria a ausência de emprego de qualidade o elemento diferenciador do desemprego (Fletwood, 2001), mas é exatamente a assimetria entre as condições de emprego e desemprego um dos elementos mais salientes destas convenções estatísticas (Caleiras e Caldas, 2017).

Para abordar aquela categoria empírica é necessário compreender igualmente o seu significado pessoal e contextual. Um estudo comparativo envolvendo três regiões metropolitanas dos países com trajetórias sócio históricas contrastantes, e marcadas de diferentes formas pelo desemprego, apontou um

⁴ Diferentemente do adotado no sistema de classificação do INE), o *Labour Force Survey* usa o termo força de trabalho. O INE usa o termo população ativa. O primeiro remete para a ideia de mão de obra potencial ou trabalho disponível – sugerindo a associação de um sistema económico assente no mercado; o segundo, mais próximo das definições usadas pela OIT e OCDE, assenta na ideia estar economicamente ativo – sem referenciar diretamente o tipo de sistema económico em que se insere essa atividade. Não obstante verificarem-se diferenças terminológicas a UE-IFT segue as diretivas da OIT, nomeadamente as convencionadas na Resolução da 13^a Conferência de Estatísticos Laborais (13th *International Conference of Labour Statisticians*) realizada em 1982. Com vista a aumentar a comparabilidade dentro da UE foi emitido o Regulamento 1897/2000 que veio atualizar a definição de desemprego (UE-IFT).

conjunto de significados similares e recorrentes nos três contextos. Não sendo possível unificar num significado normativo - tal como codificado por indicadores internacionais, como procura de trabalho e disponibilidade - essas experiências apontam um universo de referências em função das suas implicações para as atividades ou a situação de desemprego para as projeções futuras. Assim, o desemprego pode ser visto como umnexo, um ponto de intersecção entre normatividades, que variam com o tempo e o espaço, e de subjetividades que variam com o estatuto social e os itinerários pessoais que inclui outros significados incluindo relações com o (des)emprego, a realização de ocupações alternativas e o desencorajamento. Quando a inatividade é ponto de referência, a tensão pode oscilar desde a desistência de um emprego e o investimento em ocupações alternativas até à acumulação de falhanços na procura de emprego, deslizando para o desencorajamento. Este último pode ser definido como uma forma invertida, o negativo fotográfico, simbolizando a internalização de um programa normativo e a impossibilidade de cumpri-lo (Demazière, 2014).

Uma outra análise tendo como referência o caso português e em contexto de crise, marcada por um aumento brutal de desemprego, sublinhou indeterminação de fronteiras entre as categorias empregados, desempregados e inativos (Caleiras e Caldas, 2017). Ora, é precisamente nessas indeterminações que se baseiam algumas das falsas ideias que alimentam a responsabilização de quem está no desemprego, pela sua própria condição. No caso do trabalho informal, que tem especial relevância nos países da Sul da Europa e em contexto de crise, apesar de muitas vezes contabilizado como inativo, a sua pertença à população ativa é indiscutível. O subemprego, ou seja, o trabalho a tempo parcial, coloca problemas distintos relacionados com o facto dessa situação poder ser considerada voluntária ou involuntária. É que, em contexto de crise económica, é questionável a existência de alternativas satisfatórias, o que torna a questão da “vontade” menos relevante na definição do estatuto perante o emprego. A “desclassificação” dos desempregados ocupados, retirados da categoria de “desempregados”, acaba por resultar num enviesamento administrativo visto que na verdade quem está desempregada sendo exatamente por isso que procura formação. Os autores apontam ainda o caso dos inativos “disponíveis, mas que não procuram emprego” como outra situação problemática especialmente quando corresponde a situação de desistência devido a uma sucessão de insucessos, o que na prática corresponde a uma incapacidade do mercado (re)absorver esta força trabalho, inutilizada (Caleiras e Caldas, 2017).

O desemprego é uma construção histórica. No século XVIII ainda não existiam os termos “desempregado” e “desemprego”, falava-se antes de “pobres”, “indigentes” ou de “mendigos”, numa referência à privação de meios de subsistência e não necessariamente à privação de trabalho. No sentido moderno de privação de emprego, a categoria emergiu com o desenvolvimento da sociedade industrial e do emprego assalariado, com as transformações das relações de trabalho que ligam os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores e, mais precisamente, a codificação da relação salarial – apoiada no contrato de trabalho, institucionalizado e mais coletivo (Demazière, 1995).

Importa aqui salientar que um dos quadros teóricos mais influentes na codificação do desemprego no quadro da norma do assalariamento numa economia de mercado capitalista terá sido o do utilitarismo. Na visão *Benthamiana* da doutrina liberal, o desemprego seria a principal causa da pobreza e que, embora fosse inevitável, e natural numa economia capitalista, os indivíduos poderiam escapar à pobreza através da procura de um novo trabalho (Scott, 1994)⁵. A naturalização do desemprego requeria, assim, a sua moralização e justificava o desenho de políticas que concilhassem o alívio da pobreza com o encorajamento de atitudes apropriadas para trabalhar. Argumenta-se que a moralização subjacente foi fundamental para afirmar na norma do assalariamento uma conceção fundada no dever e na ética do trabalho (Paugam, 2012), capaz de formar uma classe trabalhadora compelida ao trabalho-necessidade, generalizado em contexto de mercadorização.

Como ressaltai noutros lugares (Fernandes, 2011; 2012), o primeiro grande teste aos modelos de relações de trabalho que emergiram da revolução industrial surge com a crise económica que culminou na Grande Depressão (1929-1933) em que o desemprego escalou para níveis sem precedentes. A destruição provocada pela II Grande Guerra Mundial suscitou um movimento de autoproteção da sociedade (Polanyi, 2012) que, questionando a ortodoxia liberal, levou à promoção de políticas económicas assentes no princípio de que a integração social deveria ser assegurada pelo desenvolvimento económico e pela

⁵ Uma debilidade deste quadro teórico está no facto da relação entre desemprego e pobreza não ser linear. Por um lado, os salários estão muitas vezes abaixo de um nível que seria considerado adequado. Além disso, existem também outras variáveis, tal como o tamanho da família e as suas circunstâncias particulares. Visto que a pobreza tanto pode ser uma característica do emprego como do desemprego, o princípio foi então mantido não por ser certo, mas pelo seu objetivo moralizador. Além disso, foi concebido mais em termos psicológicos do que materiais.

difusão do assalariamento garantido por políticas macroeconómicas assentes no pleno emprego (Mitchell e Muysken, 2008).

Mais adiante aprofundarei as transformações entretanto verificadas ao nível do emprego e das relações laborais na sequência da crise económica iniciada na década de 70. O que interessa agora reter é que em países capitalistas centrais sujeitos a mudanças estruturais e à massificação do desemprego, este deixou de ser codificado como a privação involuntária e ocasional para assumir uma permanência perturbante. Assim, contrariamente àquela que é a conceção clássica do desemprego - ou seja, uma situação temporária, à qual todo/a desempregado/a pode rapidamente escapar -, o conceito de desemprego acabou por evoluir de um parêntesis nas trajetórias profissionais para uma condição mais permanente dos percursos individuais (Guimarães, 2002; Demazière, 1995). Por que razão essa permanência pareceu tão extraordinária? Segundo Guimarães (2002), há duas componentes do código de legitimidade instalado nas nossas sociedades que explicam a perplexidade face a essa permanência: Primeiro, por ser ocasional, a privação do trabalho eximia quem estava a ela sujeito da pecha social de “preguiçoso” (de “ocioso”, de “fraco”, “ineficiente” nos seus intentos de obter ocupação). Segundo, por ser involuntária, a privação do trabalho era “sofrida” pelo indivíduo que, deste modo, se diferenciava do trabalhador “indisciplinado”, “instável” e “irresponsável” que era, por isso mesmo, o agente último da sua própria exclusão, na medida em que lhe faltavam (outra vez) os valores da cultura normativa do trabalho assalariado.

Consequentemente, a experiência do desemprego não é homogénea. Além das variações ao longo do tempo há aquelas condicionadas pelas estruturas económicas, sociais e políticas específicas de cada país (Gallie e Paugam, 2000) e pelo carácter *sui generis* das suas regulações e instituições do mercado de trabalho. Sistemas de proteção, políticas de emprego e arranjos de equilíbrio trabalho-vida familiar, influenciam de forma direta o volume do desemprego e a forma que toma, que são sujeitos a grandes variações internacionais (Demazière, 2014). Ora descrevendo uma relação com o mercado de trabalho, ora uma relação com o sistema de proteção social estatal, aquela parcela da força de trabalho sem emprego, disponível para trabalhar e que encontra rosto à escala dos indivíduos e das famílias, clama por reconhecimento a vários níveis. Como refere Caleiras (2015: 24):

O acesso a um rendimento, a integração social, a posição social, a satisfação de se sentir útil e de ser reconhecido ou a um sentimento de

autorrealização continuam, em grande medida, a depender do trabalho remunerado, ou seja, do emprego, entendido como forma particular de trabalho assalariado, ligado ao capitalismo industrial moderno e com proteção social associada.

Na verdade, é o próprio trabalho que está em questão quando falamos em desemprego - não tanto o conceito de trabalho enquanto atividade mas enquanto relação social, culturalmente construída e experimentada no cotidiano (Souza, 2010). Especialmente em contexto de massificação do desemprego, ou de sacralização do mercado (Marques, 2010), é o trabalho enquanto realização dos seres humanos na esfera da necessidade (Karlsson, 2004) que está implicado quando falamos de desemprego. Trabalho-necessidade e trabalho-realização: cada um dos significados alimentam de forma diversa a imaginação e as expectativas futuras de quem está no desemprego, afetando a forma como presente é vivido.

1.2 Entre a exclusão e a inclusão desigual

O problema vai além dos processos normativos, culturais e simbólicos. Quando o estatuto dos indivíduos depende da sua participação num sistema de produção económica e de troca na sociedade, há uma grande probabilidade de o desemprego levar à desqualificação social, em especial se se estender por um longo período de tempo (Gallie e Paugam, 2000). O desemprego não é um estado estático, antes envolve uma quebra aguda dos padrões de vida, o enfraquecimento da vida social, e a marginalização relativamente a quem trabalha. A acumulação destes efeitos leva a uma situação de pobreza intensa e, no extremo, à rutura social. É nestes termos que podemos entender a questão social levantada por Castel (1995): sendo o trabalho um meio privilegiado para a integração social, verifica-se um processo de desfiliação, em que a sociedade de indivíduos representa não tanto a afirmação individual, antes a destruição das pertenças coletivas. Neste sentido, o reconhecimento do estatuto de quem está desempregado assenta na sua identificação como o “outro do emprego” (Souza, 2010).

O desemprego acaba por representar um posicionamento distinto no acesso a recursos - o outro elemento fundamental que liga desemprego e pobreza - e à ideia de privação. Historicamente, as pessoas eram consideradas pobres quando não conseguiam assegurar os meios para garantir a sua própria sobrevivência (Scott, 1994). Essa concepção, que fazia equivaler pobreza à fome, ainda não está colocada completamente de parte – referindo-se à pobreza absoluta - , tem sido abandonada em favor de outra em que a privação no acesso a certos bens e serviços básicos impede indivíduos e famílias de viver com os padrões considerados normativamente aceitáveis (Caleiras, 2015).⁶ Mas a pobreza associada ao desemprego nem sempre corresponde a um quadro de rutura e nem sempre há uma tomada de consciência da condição de pobreza vivida. Aliás, como assinalou Jorge Caleiras (2015), quando os desempregados não se identificam com a condição de pobres, é possível distinguir situações de uma pobreza que se pode definir como suave (por oposição e manifestações mais severas de pobreza) e integrada (isto é, que não se confunde com as formas mais estigmatizantes e excludentes), ou até mesmo envergonhada.

Também Serge Paugam (1991) adota o conceito de desqualificação social para se referir a um processo de enfraquecimento ou corte dos laços entre o indivíduo e a sociedade implicando igualmente uma perda de proteção e reconhecimento social. Neste sentido, a exclusão social deve ser analisada pelo modo como os indivíduos se relacionam entre si. Este ponto de vista é um contributo valioso para compreender os processos de estigmatização, aqui entendidos como modos de sancionar negativamente quem transgredir as regras socialmente aceites e, por norma, produzidas pelo(s) grupos dominantes colocou em evidência a forma como os processos de exclusão se formam nas relações sociais. Há assim uma dimensão qualitativa que constitui um ponto forte da exclusão: o facto de permitir abordar problemas sociais como o desemprego e a pobreza, encarando-os não como problemas sociais claramente delimitados, mas como parte da relação social mais básica, ou seja, usando os termos de Woodward e Kohli (2001), a de pertencer ou não à própria sociedade⁷.

⁶ É bem possível que em contexto de austeridade a tendência para fazer equivaler pobreza à fome tenha ganho mais peso. Essa é, aliás, uma questão importante para se entender a própria definição dos termos do conflito em torno do desemprego que procurei explorar na pesquisa realizada.

⁷ Esta relação social fundamental, tanto pode referir-se a dimensões de natureza económica (ex: participação ou não no mercado de trabalho), como política (ex: concepções sobre cidadania) ou ainda social (ex: sociedade civil, família, outras redes informais).

O tempo passado no desemprego é uma variável importante na análise do seu impacto psicológico. Por um lado, os desempregados na sua generalidade acentuam, com o passar do tempo, a falta de perspectivas de reentrada no mercado de trabalho através da obtenção de um novo emprego. Por outro, aqueles que beneficiam de subsídio começam a antecipar o fim do período da sua concessão e os problemas acrescidos que daí podem advir. Para os mais jovens aumenta a angústia, sobretudo se em situações anteriores estiveram menos tempo desempregados. O desemprego prolongado compromete também a “fronteira” entre territórios: o tempo de trabalho (traduzido na obtenção de rendimento) e o tempo de não trabalho (dedicado à família, por um lado, e ao lazer, por outro). Na verdade, verifica-se a ausência desta alternância o que (Caleiras, 2015: 79):

priva o desempregado da participação em ritmos coletivos normalmente associados ao desemprego. As férias, os fins-de-semana, os feriados, as “pontes”, as tolerâncias ou mesmo as faltas, por exemplo, tendem a ser destituídos de sentido, uma vez que não há um tempo de trabalho que os anteceda, nem outro que lhes suceda.

E também aqui há visões distintas consoante os escalões etários: sensação de tédio por parte dos mais jovens; ausência de projetos de longo prazo por parte dos mais velhos. Além disso, os impactos do desemprego estão também relacionados com a desestruturação da noção de espaços. A fragilização da relação entre território (trabalho e não trabalho) coloca em destaque uma questão espacial uma vez que o desemprego rompe com importantes referências espaciais como o local de trabalho e a deslocação para o local de trabalho (Caleiras, 2015).

Valendo-se do conceito de mercadoria fictícia proposto por Karl Polanyi (2012 [1944]), Burawoy (2015) distingue entre exclusão e inclusão desigual e sublinha o papel do processo de ex-mercadorização - ou seja, a expulsão de entidades que foram anteriormente mercadorias e já não o são - no que ele designa como sendo a terceira onda de (re)mercadorização, desencadeada a partir da crise de petróleo da década de 70. No que diz respeito à mercadoria fictícia trabalho, argumenta, a fonte da precariedade é a exclusão do mercado de trabalho visto que a expansão do reservatório de trabalho excedente, lutando pela sua sobrevivência, faz com que se considere um privilégio ser explorado.

Apesar desta distinção – ou antes, seguindo esta mesma linha de ideias – Paugam (2012) relembra a evidência empírica que sublinha que o processo de desqualificação social não começa necessariamente com a experiência de desemprego, podendo-se encontrar no mercado de trabalho situações de precariedade comparáveis à do desemprego, no sentido da crise identitária e do enfraquecimento dos laços sociais. Neste caso, a precariedade associada ao assalariamento é analisada partindo da hipótese que relação de trabalho e relação de emprego constituem duas dimensões distintas, tendo sido identificadas pelo menos quatro dimensões conceptuais comuns. Em primeiro lugar, porque ambas são socialmente desvalorizadas, suscetíveis de levar a grande estigmatização que, no caso do assalariamento precário, passa por serem mantidos(as) contra a sua vontade, numa situação que lhes priva de toda, ou de parte da dignidade, e que habitualmente é atribuída a quem contribui com os seus esforços para atividade produtiva necessária do bem estar da comunidade. Em segundo lugar, é destacado o empobrecimento progressivo, pela impossibilidade de retirar do seu grupo de pertença uma identidade positiva, fonte de reconhecimento social e a proteção face as vicissitudes da vida. Em terceiro lugar, estando sujeitos(as) à estigmatização não deixam de conservar os meios de resistência ao descrédito de que são alvo, encontrando formas específicas de racionalização da precariedade e do sofrimento vivido. Por fim, Paugam destaca o facto de ambas as formas de exclusão se posicionarem numa relação de interdependência entre partes constitutivas do todo da estrutura social. Nesse sentido, não constitui uma anomalia do sistema, antes se inscreve e corresponde aos interesses, mesmo que dissimulados, de determinados responsáveis económicos sociais e políticos. Esta é uma questão que será retomada a propósito do tema da segmentação do mercado de trabalho, na qual ambos os grupos são considerados *outsiders* no quadro do mercado de trabalho.

Embora a exclusão recrie e até reforce certas formas de desigualdade, ela própria é, antes de mais, um produto do próprio sistema de desigualdades sociais (Silva, 2009). Na esteira do trabalho de Peter Townsend, (*apud* Scott, 1994), viver na pobreza é estar excluído do tipo de vida esperado para usufruir de cidadania plena numa determinada sociedade. A pobreza, neste sentido, não apenas é um conceito entendido do ponto de vista histórico e cultural, mas igualmente definido do ponto de vista político: estar em situação de privação é não ter os poderes e as oportunidades que fazem parte das expectativas tomadas como garantidas a todos os membros da sociedade. Privação e de privilégio estão relacionadas com

a ideia de vida pública: quem está em situação de privação está excluído - ou excluída - da vida pública, enquanto quem está numa situação de privilégio tem à partida um ganho sobre a participação disponível, resultando numa habilidade em excluir as outras pessoas do gozo desse benefício. Isto implica um bloqueio institucionalizado de poderes e oportunidades em cada uma das pontas da hierarquia de desigualdades, nas quais se verificam diferenças quantitativas e qualitativas em termos de participação.

Importa sublinhar que uma e outra perspetiva não são mutuamente excludentes. A incidência sobre os aspetos materiais associada à pobreza não dispensa a consideração de dimensões culturais e de status – e normativas –, que são particularmente relevantes se nos lembrarmos que o desemprego, para quem o vive, não é apenas problemático em termos de falta de recursos económicos, também o é em termos de autoestima e reconhecimento social (Giugni, 2010)⁸. É nesta linha que se enquadra o estudo da mobilização de atores com poucos recursos (Chabanet e Royall, 2014), que pode envolver desvantagens financeiras, associadas à falta de dinheiro ou meios de vida; económicas, por exemplo relacionadas com o trabalho; sociais, quando têm redes de solidariedade frágeis; culturais, quando envolvem pessoas continuamente vitimizadas, estigmatizadas e rejeitadas; ou ainda políticas, quando têm pouco ou nenhum acesso às estruturas de decisão política.

1.3 A tensão unidade-fractura no conflito capital-trabalho

O desemprego pode ser um fator de formação de clivagens políticas. Na linha de análise apresentada por Esping-Anderson (1999), os processos de exclusão contribuíram para mudanças infraclasse nas quais os grupos excluídos são identificados como um substrato distinto, uma protocolasse. Para Esping-Anderson não é claro que essas protocolasses se constituirão como atores políticos, mas insinua-se um cenário sombrio, equiparável ao da Europa do pré-

⁸ Um exemplo inequívoco da importância destas dimensões é a perceção historicamente aceite – embora em declínio – de um modelo familiar de ganha-pão masculino (Crompton, 1999, *apud* Giugni, 2010).

Guerra, na medida em que a marginalização do mercado de trabalho coincida com a afirmação de uma direita neofascista e xenófoba. Standing (2011), por sua vez desenha um cenário otimista assinalando a emergência de uma nova classe, o *preariado*, com relações de produção e redistribuição bem definidas. Embora este conceito seja questionado enquanto uma classe distinta (Estanque, 2014; Braga, 2014; Wright, 2016), acabou por representar uma formulação auspiciosa ao assinalar um processo de subjetivação política que abriu espaço à tomada de consciência dos interesses associados a essas transformações laborais (Soeiro, 2015). No entanto, como alerta Wright (2016), é importante construir uma forma teórica coerente e consistente de compreender as clivagens sociais e as possibilidades de transformação e construir a base de legitimação e consolidação de um programa de ação.

Vimos que a situação do desemprego configura uma forma de exclusão económica que envolve um processo de desqualificação social (Gallie & Paugam, 2000), na medida em que o estatuto dos indivíduos depende da sua participação no sistema de produção económica e de troca que caracteriza a sociedade em que se insere. Ora, constituindo uma forma de exclusão, o desemprego está também associado a uma forma de conflito laboral, na medida em que condiciona o poder estrutural das classes trabalhadoras – ou seja, aquele que resulta da sua localização no sistema económico (Wright, 2000).

É nesta tensão entre lógicas de exclusão e de inclusão que se pode identificar a relevância estrutural do desemprego e o seu papel contraditório nas dinâmicas de conflito e de ação coletiva. Tal como propus anteriormente (Fernandes, 2011), esses significados dissonantes podem ser sintetizados a partir do quadro de análise de classes proposto por dois autores clássicos, Marx e Weber. De acordo com estas duas conceptualizações, é no mercado que a relação entre classes se realiza⁹. No entanto, declarações específicas sobre o desemprego apresentadas no quadro destes referenciais teóricos acabam por complexificar a definição da localização no plano da estrutura económica, resultando em diferentes nuances de argumentação sobre as possibilidades e as potencialidades de ação coletiva de pessoas desempregadas.

No caso da tradição weberiana, a análise aponta, numa primeira leitura, para a improbabilidade da ação coletiva: além de que em tese, as oportunidades

⁹ Fine (2007) argumenta que não há “mercado de trabalho”, que os mercados são categorias complexas e em mudança que incorporam um grande leque de relações socioeconómicas estruturadas. São formas complexas de relação capital-trabalho e essa relação é estruturalmente reproduzida e transferida através da formação do valor da força de trabalho.

de vida estruturalmente definidas apontarem para a ação individual (pela inclusão no mercado de trabalho), a ideia da desclassificação ou de desqualificação aponta sobretudo para mecanismos de exclusão econômica e social. Estas duas tendências apontam a tensão inclusão-exclusão. Não será por isso de surpreender que seja possível encontrar, mesmo dentro destas correntes, posições diversas quanto às possibilidades de ação coletiva de pessoas desempregadas, colocando o ênfase noutro tipo de fatores além dos econômicos - de natureza social, política, cultural e mesmo organizativa ou ainda, num cenário mais pessimista, incorrendo em posições mais essencialistas que desqualificam qualquer forma de agência associada ao desemprego ao situá-lo, especialmente o de longa duração, num tipo de subclasse (Gallie, 1994; Cruickshank, 2000).¹⁰

No caso da tradição marxista, embora sejam reconhecidos os interesses de classe comuns à totalidade da força de trabalho, a existência de um “exército de reserva” alimentaria a concorrência no seio da classe trabalhadora. A definição de proletariado em função da posse da simples força de trabalho (Marx, 1974) permite localizar o/a desempregado/a (não detentor de propriedade) nesta classe social e relacionar diretamente relações de propriedade e de produção e, portanto, no quadro da estrutura do mercado de trabalho. Nesta perspectiva, desempregado/a, sem outro bem que não seja a sua força de trabalho é, assim, sempre um trabalhador/a em potência (Marx, 1998). É neste sentido que se defende a utilidade do conceito marxista “exército de reserva”, enquanto conceito que permite analisar quem está no desemprego enquanto parte da força de trabalho na sua relação com o mercado de trabalho, ou seja, nas relações sociais de produção e reprodução (Fine, 2003). Também nesta linha de análise, Souza (2010) argumenta que é na relação de tensão unidade-fratura no quadro da força de trabalho, empregada e desempregada, que está o cerne da questão da mobilização de quem está desempregado e usa o conceito de exército de reserva proposto por Engels ([1845], 1969) e desenvolvido por Marx ([1867], 1974) para sublinhar a pressão que este exerce sobre o ativo, o que constitui o principal elemento de disciplina da globalidade da força de trabalho. Neste sentido estão incluídos, na medida em que se encontram no centro do processo de acumulação capitalista enquanto fator indispensável para a sua reprodução (Souza, 2010).

¹⁰ No original, o termo “agency” é usado por Cruickshank (2000) na crítica a visões essencialistas sobre desemprego e situando-a no debate “structure-agency”. Tratando-se de uma tradução livre da autora, o termo “agência” será usado ao longo deste texto, tendo por referência as reflexões teóricas apresentadas em Cruickshank (2000) e Scott (1995).

O quadro teórico da segmentação que usa a distinção entre *insiders* e *outsiders*, por sua vez, sugere a existência de interesses conflituais entre quem tem emprego e quem não o tem, visto que os *insiders*, especialmente por via da legislação e da ação sindical, teriam o poder de pressionar os salários o que impediria o acesso a trabalho pelos *outsiders*, com disponibilidade para trabalhar mesmo com salários mais baixos (Fine, 1998)¹¹. Como sublinha Teles (2017), esta teoria procura retratar o conflito social como o resultado de interesses divergentes entre diferentes segmentos da força de trabalho, em função de vínculo contratual ou da situação perante o emprego, e não entre trabalho e capital. Neste seguimento, a prescrição vai no sentido não de uniformizar os níveis de proteção dos *outsiders*, mas antes reduzindo os dos *insiders*.

Argumenta-se que esta pressão para a fratura toma a ação coletiva como uma distorção e dá como inevitável a desqualificação dos *outsiders*. Além disso, ignora que desempregados e assalariados, não tendo qualquer outro bem além da sua força de trabalho, podem e devem ambicionar o acesso a emprego de qualidade e condições laborais dignas – essa é a base da convergência de interesses. O processo de exploração capitalista não se restringe à relação de compra e de venda da força de trabalho de cada “operário individual”, mas antes do conjunto da classe trabalhadora, esteja no ativo ou em reserva – ou seja, do “operário social” (Souza, 2010). É a consciência do carácter social dessa relação - cerne do conflito capital-trabalho - que constitui a base para a unidade da classe trabalhadora, seja qual for o seu estatuto perante o emprego. Como ilustra Fine (1998: 255), trabalho não é uma mercadoria como outra qualquer:

The difference, and there is one in this context, is more subtle. It is that the commodities outside the labour market can only and must be represented by human agents as they cannot represent themselves. This means that such commodities are represented indirectly. Labour can also be represented indirectly as conditions for workers, for example, are negotiated formally by trade unions or informally through other types of worker solidarity. (...) the labourer is also necessarily involved directly since it is the activity of working that is the subject of exchange and this is attached to the worker. The fruit wholesaler or retailer does not, in general, continue to accompany his or her wares once a sale has been made!

¹¹ Ironicamente, como aponta Fine (1998), um dos fatores para a emergência da teoria do mercado dual foi a explosão de motins nos guetos negros nos EUA.

Poderia dizer-se que esta lógica não se aplica a quem está em situação de desemprego visto não se encontrar a trabalhar. Mas considerá-la como parte integrante da força de trabalho coloca-a numa posição análoga à de quem está a trabalhar visto que, da mesma forma que este pode (em tese, sublinhe-se) escolher trabalhar ou não trabalhar, em última instância usando a greve como instrumento reivindicativo por melhores condições de trabalho, quem está desempregado pode (também em tese, sublinhe-se) escolher aceitar, ou não aceitar trabalho, na expectativa de encontrar outro com melhores condições, ou mais adequado às suas capacidades e expectativas profissionais. Disse pode, em tese, porque esse é o desafio estratégico contido na tensão unidade-fratura do exército de reserva.

Sobre este tema importa fazer uma última clarificação. Quando, em 1845, Engels usou o conceito força de trabalho excedentária, na sua análise da condição da classe trabalhadora em Inglaterra, reportou-se ao seu papel na formação das grandes cidades que serviram de cenário ao processo de industrialização acabando por constituir uma parte integral do capitalismo. Ora, tal força de trabalho, formando-se de forma periódica – o exército industrial de reserva teorizado por Marx - resulta da operação de ciclos intercalados de prosperidade e de crise e tendo como efeito o nivelamento por baixo dos padrões da globalidade da força de trabalho. Sendo esta conceptualização elaborada a partir da análise das sociedades industriais do século XIX, importa considerar um outro contributo, o de Karl Polanyi (2012 [1944]), que enfatizou o papel da legislação e das políticas na regulação das ameaças sociais geradas pela mercadorização do trabalho gerando um duplo movimento: uma tensão permanente entre políticas de *laissez faire* e de proteção social e regulação dos mercados, ou seja, entre mercadorização e desmercadorização do trabalho. Polanyi (2012) assinala que esta função (des)equilibradora do desemprego esteve no centro das tensões que caracterizaram o desenvolvimento capitalista: embora constituísse a principal ameaça social resultante da instauração do mercado de trabalho, era uma condição para a plena autorregulação desse mercado – por exemplo, a sua instauração na Inglaterra implicou mudanças tão abruptas que, não obedecer às normas do trabalho assalariado, significava enfrentar a ameaça mortal da fome.

A crise económica que culminou na Grande Depressão (1929-1933) constituiu o primeiro grande teste aos modelos de relações de trabalho que emergiram da revolução industrial, ao tornar esta ameaça tão generalizada e

intensa que a tornou insuportável, especialmente em países em que os sistemas públicos de segurança social, ou não existiam, ou eram claramente insuficientes.

1.4. A plena empregabilidade e a flex(in)segurança

Em 1945, no período pós-guerra, com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), o desemprego passou a ser encarado como um desperdício de recursos, uma quebra no rendimento nacional, restringindo assim a melhoria dos padrões de vida. O modelo do pleno emprego, não obstante as variações nacionais, estava assente em três pilares fundamentais: um pilar económico, no qual a política macroeconómica estruturada com base num compromisso com o princípio do pleno emprego; um *pilar redistributivo*, visando aperfeiçoar os resultados do mercado segundo preocupações de equidade social; e o pilar *coletivo* que, correspondendo ao enquadramento filosófico para este modelo, substituiu a dicotomia anterior entre “pobres dignos e pobres indignos” por uma ideia de cidadania que abraça a noção de que a sociedade tem uma responsabilidade coletiva no que diz respeito ao bem-estar comum (Mitchell e Muysken, 2008). Situando estas evoluções no âmbito do debate da secção anterior, podemos dizer que isto significou que, neste período, o pêndulo deslocou-se no sentido da desmercadorização.

A partir da década de 70, tendo como pano de fundo a crise do petróleo nos países capitalistas centrais, verifica-se um movimento de afirmação de uma agenda ideológica em torno do cliché da “globalização” (Wallerstein, 2010), visando reduzir os custos de produção e destruir o Estado Social, em todas as suas versões e pressionar no sentido da “flexibilização” do mercado de trabalho (Campos Lima e Fernandes, 2014)¹². Tendo por base o “consenso de Washington”, este programa encontra como principais interlocutores as instituições formadas no pós-Guerra, em particular o FMI, que condicionou o acesso a ajuda financeira a países com problemas orçamentais, à adesão a

¹² A agenda ideológica do conceito “globalização” é mais vasta. Por exemplo, Guimarães (2002) sublinha que esta terá contribuído para obscurecer a análise das novas categorias e formas de desemprego e/ou de emprego entretanto emergentes e que tendem a ser tomadas como um epifenómeno de uma determinada visão da globalização.

condições neoliberais estritas. Este movimento incluiu uma agenda claramente antissocial contribuindo, de forma decisiva para enfraquecer o poder do trabalho organizado (Piven e Cloward, 2000; Silver, 2003). Globalização, neoliberalismo ou, como Burowoy (2014) prefere designar, terceira onda de mercadorização colocaram na ordem do dia a necessidade de desafiar o domínio da ideologia do mercado.

Estas mudanças foram acompanhadas pelo abandono do princípio do pleno emprego em favor da plena empregabilidade, no qual o conceito de falha sistémica foi substituído pela atribuição ao indivíduo da responsabilidade pelos resultados económicos (Mitchell e Muysken, 2008). As políticas de emprego ganharam assim um novo desígnio - tornar os desempregados (e as desempregadas) empregáveis, ou seja, fazer com que regressem o mais rapidamente possível ao mercado de trabalho (Valadas, 2013). Um dos indicadores dessa mudança foi a legitimação do conceito de taxa de desemprego não geradora de pressões inflacionárias - habitualmente designada como taxa de desemprego não inflacionária ou NAIRU e encarada como indicador das evoluções estruturais do desemprego -, que foi ganhando popularidade. Na prática, a NAIRU implica tratar o desemprego como variável de ajustamento económico (Teles, 2017).

Esta ideia ganhou um novo impulso com a publicação em 1994 do *Jobs Study* da OCDE que apontou para a flexibilização do mercado de trabalho como condição à criação de emprego, representando uma viragem microeconómica da economia do trabalho (Fine, 1998). Como os problemas do desemprego, da discriminação ou da desigualdade salarial passaram a ser tratados como imperfeições e distorções do mercado de trabalho, as medidas a adotar visariam corrigir essas distorções de forma a que o preço do trabalho (salário) e a quantidade (ao nível de emprego) resultassem do equilíbrio da procura e da oferta. Isso passaria pela promoção da flexibilidade salarial e o enfraquecimento de estruturas institucionais de proteção do trabalho, nomeadamente sindicatos, assim como instrumentos como o salário mínimo, a proteção social no desemprego ou a negociação coletiva (Teles, 2017).

Ao nível da UE, as prescrições do *Jobs Study* (1994) deram um novo impulso à agenda neoliberal em particular na Europa continental (Teles, 2017), o que aconteceu numa altura em que se verifica uma profunda onda de mercadorização relações laborais - mesmo que numa constante tensão entre neoliberalismo e regulação social (Caporaso e Tarrow, 2009). O processo de

integração europeia - com a instituição do Mercado Único e a adoção, em termos de política monetária e orçamental, dos critérios de convergência de Maastricht - contribuiu para que as dinâmicas dos mercados de trabalho estivessem mais sujeitas à determinação externa. Verificou-se um processo de desnacionalização das relações laborais e, na falta de mecanismos de regulação à escala europeia, assistiu-se a um enfraquecimento das normas sociais e institucionais que asseguraram, durante décadas, uma relativa desmercadorização da força de trabalho (Hyman, 2002). O facto das decisões macroeconómicas terem passado a ser tomadas num quadro intergovernamental e cada vez mais condicionadas pelos mercados internacionais, diminuiu a capacidade de controlo dos sindicatos (Costa, 2005), com as agendas de concertação social a serem cada vez mais pressionadas no sentido da introdução de objetivos de flexibilidade e de empregabilidade (Campos Lima, 2004).

Foi neste contexto que surgiu a Estratégia Europeia de Emprego (EEE), desenvolvida entre a expectativa de convergência nas políticas sociais e o interesse de construção de um mercado único e um sistema monetário europeu (Hespanha e Valadas, 2002). Desta tensão entre vontades e interesses, o que ficou foi o desligamento de toda a política económica de qualquer objetivo de pleno emprego (Teles, 2017), e a afirmação do modelo da *flexigurança* que, em tese, visa atribuir segurança aos indivíduos no seio de mercados de trabalho flexíveis, garantindo proteção do trabalho de acordo com critérios de justiça social (Costa, 2009). Como veremos, no entanto, tem vindo a generalizar-se a adoção de uma versão enviesada deste modelo, traduzida numa estratégia de *flex(In)segurança*, conjugando a redução da proteção do emprego com a redução da proteção no desemprego (Campos Lima e Fernandes, 2014; Campos Lima 2015).

1.5. Entre a subprotecção e o *workfare*

As políticas sociais são um fator decisivo para regular a força de trabalho. Assumem um carácter cíclico - ou seja, mudam em função dos problemas de regulação colocados na sociedade mais vasta - e, mesmo quando aparentemente guiadas por preocupações morais, têm duas funções fundamentais: manter a

ordem social e forçar o trabalho. Expandem-se ou contraem-se, dependendo dos conflitos mais vastos que os governos enfrentam, nomeadamente os decorrentes das forças dos mercados ou do poder político dos grupos envolvidos (Piven & Cloward, 1993)¹³. Esping-Anderson (1990) sublinha que este jogo de forças se expressa através da história das alianças políticas de classe contribuindo, de forma decisiva para a configuração dos regimes de Bem-Estar, arranjos estáveis entre a esfera privada, o mercado e o estado.

Enquanto instituição do mercado de trabalho, a proteção social visa estabelecer um chão que não permita a descida dos salários, em especial os mais baixos (Piven, 1998). Visando a desmercadorização da força de trabalho, permite que esta não seja resumida a mercadoria e que os direitos das pessoas de sobreviver fora do mercado de trabalho não sejam ameaçados (Esping-Anderson, 1990). Em contexto de retração, especialmente quando assumindo uma lógica *workfare*, as políticas sociais incluem uma série de medidas que visam reforçar as normas de trabalho, enquanto mantêm as desigualdades sociais e económicas. Neste sentido, o *workfare* moraliza a proteção social (Piven, 1998), conjugando liberalismo económico com conservadorismo quanto a valores sociais e contribuindo para dividir contribuintes e beneficiários; empregados e desempregados (Pedroso, 2008); e pobres merecedores e não merecedores (Scott, 1994)¹⁴.

As políticas sociais acompanharam a onda de mercadorização verificada a partir da década de 80. Houve uma redução dos níveis de proteção no desemprego, o que foi sendo acompanhado por uma viragem de um modelo de proteção baseado em políticas passivas para a adoção da lógica de ativação no sentido da (re)integração no mercado de trabalho (Hespanha e Matos, 2000)¹⁵. Enquanto se deu este movimento, os mecanismos redistributivos deixaram de estar orientados para “aperfeiçoar” os resultados na forma de apoios sociais e regulação dos salários, para serem substituídos por mecanismos de estímulo do mercado, com base em relações contratuais compulsórias nas quais o apoio social depende de critérios comportamentais (Mitchell e Muysken, 2008). A ideia da promoção do emprego foi assim substituída pela retórica da empregabilidade

¹³ Esta função reguladora pode-se refletir em áreas como a habitação ou saúde mas os exemplos mais importantes, segundo Piven e Cloward são as pensões e a proteção no desemprego.

¹⁴ O lema *workfare not welfare* (Piven & Cloward, 1993), usado pelos Republicanos nos EUA na década de 70, resume bem a agenda política-ideológica associada a este mecanismo.

¹⁵ Saliente-se, no entanto que a ativação pode ser também entendida num sentido lato e neste caso também aplicado à inserção social (Hespanha e Matos, 2000).

– e até mesmo do empreendedorismo –, transferindo as responsabilidades do Estado e do Mercado para o indivíduo e enfraquecendo a força das reivindicações do campo laboral. Isto alimentou a exclusão social e fez prevalecer uma versão mitigada de cidadania, baseada no *workfare*. Enquanto o *workfare* vinca a exclusão, a empregabilidade embrulha-a na forma da competição e o individualismo.

Estas evoluções tiveram impactos diferenciados na experiência do desemprego em função dos regimes de emprego e proteção social de cada país. Com base na teoria de Esping-Anderson (1990), Gallie e Paugum (2000) analisaram esses impactos tendo em conta três fatores: o grau de cobertura, o nível de compensação financeira e a importância de medidas ativas para o emprego¹⁶. Os autores distinguem quatro regimes de provisão: o regime subprotector (ex.: Grécia, Itália, Portugal e Espanha) cujo o nível de proteção é inferior ao nível de subsistência; o regime liberal, mínimo (ex.: Reino Unido e Irlanda) que oferece um maior nível de proteção mas não cobre todos os desempregados e o nível de compensação é fraco; e, o regime centrado no emprego (ex.: França, Alemanha, Holanda e Bélgica) que oferece um nível muito maior de proteção mas a cobertura mantém-se incompleta por causa do critérios de elegibilidade; o regime universalista (ex.: Dinamarca e Suécia) caracterizado pelo fôlego da cobertura, um nível de compensação muito mais alto e medidas ativas mais desenvolvidas.

Num estudo mais recente envolvendo 19 países europeus, Gallie (2013) analisou a configuração dos regimes de emprego, nas vésperas da escalada de austeridade neoliberal, identificando três padrões: os países nórdicos do regime inclusivo e, também a Bélgica, apresentam níveis elevados de cobertura das convenções coletivas e de densidade sindical; os países continentais do regime dual e do sul da Europa e também a Eslovénia apresentam níveis de cobertura elevados, mas níveis baixos quanto à densidade sindical; os países do regime liberal e os países da transição apresentam níveis baixos de cobertura das convenções coletivas e baixos níveis de densidade sindical, embora o Reino Unido e a Irlanda tenham uma densidade sindical mais elevada (respetivamente 27.1% e 33.5%) comparativamente com os países da transição.

¹⁶ O modelo proposto por Esping-Anderson foi alvo de várias críticas e propostas de reformulação teórica. Uma das críticas focou a sua ênfase no papel de provedor masculino e por subestimar a genderização do Estado Social e mudança na divisão dos papéis de género na sociedade contemporânea; outra focou o caso países do Sul, onde a família desempenha um importante papel e pode ser o equivalente funcional do Estado no que concerne à segurança social.

Por fim importa fazer um apontamento relacionado com as evoluções recentes e outro quanto aos regimes do Sul da Europa. Este estudo assinala os impactos das reformas introduzidas a partir de 2000 ao nível dos regimes de proteção social. As diferenças entre países são pouco contrastantes no que se refere ao montante do subsídio de desemprego. No entanto, no que concerne à proteção após a cessação do subsídio do desemprego no regime contributivo, crucial no caso do desemprego de longa duração, os contrastes são mais acentuados, observando-se menores níveis de proteção nos países do sul da Europa. Ora, como nestes países a sub-proteção foi historicamente compensada pelas redes familiares, ou daquilo que se tem designando como sociedade providência (Santos, 2012), argumenta-se que esta foi colocada sob pressão acrescida em contexto de austeridade.¹⁷ Voltarei a este assunto no cap. 5.

¹⁷ Sociedade Providência abrange um conjunto de “redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade” (Santos, 2012: 84).

2. O problema da ação colectiva

Como vimos no primeiro capítulo, o desemprego constitui uma forma de exclusão do mercado de trabalho que se tem vindo a tornar particularmente vincada, face à crise das sociedades salariais e a crescente saliência da questão social. Na sua dimensão conflitual, **ao nível político**, o desemprego coloca em evidência um revés nas políticas de pleno emprego e no Estado Social remetendo a resolução do problema para um plano macroestrutural. Por outro lado, **ao nível laboral**, e especialmente em contexto de desproteção social, o desemprego constitui elemento de pressão dos níveis de vida de toda a força de trabalho. Neste quadro, o desemprego tornou-se uma questão chave da agenda dos sindicatos (Costa, 2011), ao mesmo tempo que estes enfrentam dificuldades em mobilizar segmentos da força de trabalho excluídos da relação salarial, como é o caso de quem está numa situação de desemprego ou de quem, tendo trabalho, este é precário.

Com vista a aprofundar este problema, neste capítulo procura-se avançar no debate teórico em torno das questões: *Em que condições é possível a ação coletiva de pessoas desempregadas? Em que medida essa ação pode contribuir para influenciar as políticas que condicionam as suas próprias vidas?* Ora, os argumentos que acentuam a ideia da improbabilidade da ação coletiva de pessoas desempregadas podem ser resumidos em quatro categorias (Chabanet e Faniel, 2012a: 2):

- a) As pessoas desempregadas estariam **privadas de uma identidade comum**, encarada como uma condição indispensável para qualquer ação coletiva;
- b) **A sua posição**, mais do que motivá-las para assumir uma situação (a de desemprego) da qual gostariam de escapar, **iria encorajá-las a envolverem-se em estratégias individuais de sobrevivência**;

- c) **A fragilidade dos seus recursos** (financeiros, culturais, e mesmo em termos de redes sociais) seria um obstáculo incontornável ao surgimento de um movimento de protesto;
- d) Por fim, a **estigmatização** a que estão sujeitas em público tornaria quase impensável qualquer expressão política que, em qualquer caso, seria considerada ilegítima.

Como apontam estes autores, nenhum destes argumentos é irrelevante mas não têm em conta uma série de estudos históricos que, muito embora tenham sido publicados, sobretudo a partir da década de 70, permitiram revelar a ocorrência de experiências de ação coletiva de pessoas desempregadas ao longo dos últimos dois séculos, em contextos nacionais distintos e com intensidade variável.¹⁸ A análise comparada das experiências de mobilização de pessoas desempregadas em contexto Europeu aponta para a natureza complexa e multifatorial deste tipo de ação coletiva. Se é verdade que as características sociológicas da condição de desemprego não encorajam à mobilização, é essencial considerar muitos outros fatores que afetam as circunstâncias da mobilização de pessoas desempregadas (Chabanet e Faniel, 2012): os seus recursos, num sentido lato; as possibilidades de alianças com outros atores; o contexto cultural, cognitivo, ideológico ou institucional; ou mesmo as características do sistema de proteção social assim como as suas evoluções.

Assim sendo, e de forma a construir um modelo de análise capaz de apreender a complexidade do fenómeno, neste capítulo estes argumentos são abordados à luz dos debates teóricos e da evidência empírica em torno do conflito, da ação coletiva, da ação sindical e dos movimentos sociais. Em primeiro lugar, problematiza-se a questão do poder e debate-se a forma como diferentes tradições teóricas abordaram os aspetos estruturais e materiais – as privações e os ressentimentos estruturalmente definidos - associados à condição do desemprego e a sua relação com a ação coletiva.¹⁹ De seguida, sumariza-se as conclusões de estudos recentes relativos ao contexto Europeu, assinalando as principais tendências e processos identificados nos casos analisados e que servirá de base à revisão dos debates sobre a mobilização de desempregados,

¹⁸ Não deixa de ser curioso que estas experiências tenham ocorrido num momento histórico caracterizado pela afirmação, mesmo que com contradições, da norma do trabalho assalariado. Faz por isso sentido considerar que o desemprego terá sido parte importante desse processo histórico.

¹⁹ Usa-se aqui a expressão “ressentimentos estruturalmente definidos” como tradução da expressão *structural grievances*. Este será um tema aprofundado na secção 2.1. deste capítulo.

partindo de diferentes tipos de conceptualizações e olhando o problema apresentado sob diferentes perspectivas. Em terceiro lugar, reconhecendo-se que as pessoas desempregadas situam-se naquilo que é habitualmente definido como “atores fracos” (Chabanet e Royall, 2014), explora-se as abordagens que acentuam o papel dos processos políticos e das estruturas das oportunidades políticas e, em particular, os esforços de síntese teórica que adotaram a ideia de conflito político como ferramenta conceptual para estudar os movimentos sociais e a sua aplicação no caso da mobilização de pessoas desempregadas. Em quarto lugar, aborda-se o papel dos sindicatos na mobilização deste segmento da força de trabalho, salientando-se a complexidade desse papel e a necessidade de estudá-lo na sua relação com os movimentos sociais. Em quinto lugar, é debatida a importância dos processos culturais e simbólicos na formação de identidades coletivas envolvendo pessoas desempregadas na superação do estigma e da fragmentação. Por fim, dá-se conta das vantagens da escala local como forma de ultrapassar o problema da exclusão do espaço de produção. Não sendo incompatível com a articulação com outras escalas e redes de alianças, permite alargar o âmbito e as bases sociais da ação potencial envolvendo pessoas desempregadas. Na prática, tendo em conta as dificuldades enfrentadas por quem está nesta situação, assim como a profundidade e complexidade de crise de emprego que hoje se vive, entende-se que as possibilidades de ação coletiva de pessoas desempregadas poderão ser mais facilmente apreendidas se considerarmos cada uma das dimensões materiais, políticas e culturais associadas, assim como as diferentes escalas de análise.

2.1. O poder, perspectivado a partir de baixo

Um dos debates que ilustra bem as dificuldades teóricas em relação à questão da ação coletiva associada ao desemprego tem a ver com o papel das privações e dos ressentimentos estruturais nas dinâmicas de ação coletiva.²⁰ Especialmente a partir da década de 70, a teoria dos movimentos sociais tendeu a desvalorizar o

²⁰ No inglês, é usado *structural grievances* para acentuar os aspetos económicos estruturalmente determinados. Como veremos adiante, a escolha da expressão ressentimentos acaba por reconhecer mérito às teorias da rutura social e aos aspetos da ação coletiva que, mesmo tendo essa raiz, não são estritamente instrumentais.

papel dos fatores económicos (della Porta e Diani, 2006; della Porta, 2010): enquanto nos EUA a crítica à teoria da rutura social (*breakdown theory*) desviou o foco dos ressentimentos estruturalmente definidos para a habilidade de mobilização de recursos, na Europa o ênfase passava a ser não as dimensões materiais e as disputas de classe assinalando-se a emergência de novos conflitos - feministas, ecologistas -, baseados em valores pós materialistas. Por outro lado, é também nesta altura que, mesmo dentro das teorias enfatizando as possibilidades de articulação de interesses apenas a uma escala micro (Olson, 2002 [1965]). Neste ambiente intelectual, não só a ação coletiva de pessoas nesta condição era considerada pouco provável, como estava apenas associada a pequenos grupos, o que se torna particularmente problemático considerando o facto de, como vimos anteriormente, o nível macro das políticas económicas serem cruciais na definição do problema do desemprego em massa. Há, no entanto, uma questão que tem persistido e ainda hoje é considerada atual (Chabanet e Royall, 2014): como se explica a mobilização de “grupos com poucos recursos”, considerada altamente improvável à luz dos paradigmas mais importantes sobretudo quando, nos casos mais extremos, estes grupos não têm nem recursos nem influência política?

A ação coletiva não ocorre no vazio, mas antes, em determinadas condições e lugares de conflito, que podem ser (ou não) transformadas em resultado dos ciclos de protesto. Na análise que aqui se desenvolve – sobre a questão do poder e o papel da determinação estrutural - sublinha-se que as teorias do conflito, quando justapõem o conceito poder e acesso a recursos, disponibilizam ferramentas que são fundamentais para perceber a forma como as desigualdades sociais se estruturam, mas são menos sensíveis às possibilidades de transformação social. A inadequação teórica tem a ver com o facto dessa justaposição não permitir explicar como, por vezes (Piven, 2008: 4):²¹

Sometimes people without things or status or wealth do succeed in forcing institutional changes that reflect, if often only dimly, the needs and aspirations of people lower in the social order.

Explorar as possibilidades e os impactos da ação coletiva envolvendo pessoas desempregadas requer perceber a forma como as dimensões

²¹ Frances Fox Piven propõe o conceito de “poder interdependente” como forma de responder a esta questão. Curiosamente, a ideia da interdependência tem sido também apresentada por algumas correntes feministas.

económicas, políticas e sociais associadas ao desemprego se expressam num plano micro (pessoal e relacional) e meso (organizacional), sem perder de vista os aspetos estruturais que a condição de desemprego acarreta e permitam ampliar as possibilidades da ação coletiva de pessoas desempregadas. Isso não implica declarar qualquer tipo de determinismo estrutural. Como assinala anteriormente (Fernandes, 2011), aludindo a Scott (1995), as questões da agência coletiva pressupõem considerar a existência de um quadro estrutural nos quais os grupos estão localizados e que as suas ações reproduzem ou transformam. Não sendo plausível reconhecer as coletividades (tais como classes sociais, grupos étnicos ou categorias de género) como atores coletivos per se, será razoável discutir as propriedades emergentes destas coletividades e analisar os grupos, organizações e movimentos sociais a que estão associados. Como argumenta della Porta (2010), sendo inegável que a estrutura social continua a influenciar o tipo de conflitos que se desenvolvem numa determinada sociedade, o “retorno” de movimentos de pobres pressiona para uma maior reflexão sobre a relação entre as mudanças nas estruturas sociais e a ação coletiva.

Uma das estratégias analíticas adotadas por quem procura conhecimento relevante para os movimentos sociais inclui, assim: a identificação do poder estrutural latente (Flacks, 2005; Barker et al., 2013); ou ainda, o poder interdependente, capaz de mudar o mundo a partir de baixo (Piven, 2008): o poder implícito de desligar o suave fluir da vida social, o poder de desligar o sistema. Como referem Barker et al. (2013), indivíduos agindo sozinhos têm pouca capacidade de transformar as relações sociais. Porém, atuando e organizando-se coletivamente têm o potencial tanto de ter ganhos imediatos como bloquear algumas das ameaças mais exigentes ao bem-estar humano, ou lançar as bases de viver e organizar a sociedade. Identificar o tal poder estrutural passa por inserir as relações de poder no todo da análise da economia política (Flacks, 2005); perceber quais contradições parciais que abrem novos caminhos e deslocam as fronteiras, estruturalmente definidas (Santos, 2000), num determinado espaço e tempo histórico; e implica, ainda, que aquelas pessoas que estão económica e culturalmente sufocadas, subordinadas, percebam que são importantes, que estão a contribuir (Piven, 2008; 2010). Dito de outra forma, permite abordar um dilema estratégico (Jasper, 2004), associado à falta de poder (Gaventa, 1982), tal como enunciado por White (2011):

se as pessoas não expressam os seus interesses não significa que não os tenham; significa apenas que não têm confiança que estes possam ser alcançados.

Importa começar por questionar: *que contradições parciais, estruturalmente definidas, poderão, em contexto de crise sistémica, contribuir para aumentar o poder estrutural da parte da força de trabalho que está desempregada?* Como vimos anteriormente, a situação do desemprego configura uma forma de exclusão económica que envolve um processo de desqualificação social (Gallie & Paugam, 2000), na medida em que o estatuto dos indivíduos depende da sua participação no sistema de produção económica e de troca que caracteriza a sociedade em que se insere. É nesta tensão entre lógicas de exclusão e inclusão que se pode identificar a relevância estrutural do desemprego e o seu papel contraditório nas dinâmicas de conflito e de ação coletiva. Na linha das propostas teóricas de Weber e de Marx, é no mercado que a relação entre classes se realiza, mas através de duas janelas de oportunidade distintas:

- de um lado, enquanto componente causal das oportunidades de vida, o mercado oferece sobretudo oportunidades de ação individual;
- de outro lado, na medida em que o mercado é espaço de confronto de necessidades e interesses, é na ação coletiva que se encontram as potencialidades mais promissoras da resolução desse conflito.

Como vimos no primeiro capítulo, daqui resulta a coexistência de dois tipos de tensão: por um lado, a tensão **inclusão-exclusão**, sobretudo de natureza social; por outro, **a tensão unidade-fratura** no quadro da força de trabalho, empregada e desempregada. Não obstante a tensão inclusão-exclusão, é a consciência do carácter social da relação de compra e de venda da força de trabalho - cerne do conflito capital-trabalho - que constitui a base para a unidade da classe trabalhadora, seja qual for o seu estatuto perante o emprego.

Foi na estagnação do debate teórico acerca das questões do poder e do acesso a recursos que as teorias da rutura ou desintegração social (de influência Durkheimiana), que procuram explicar a ação coletiva que envolve uma rutura básica da ordem social (Useem, 1998), ganharam algum peso.²² Enquanto em versões como a apresentada em *Les Chômeurs de Marienthal* a anomia é sinónimo de apatia fatalismo, noutras, esse estado desemboca em desordem,

²² Em inglês *breakdown* ou *malintegration theory*. Do ponto de vista político, a anomia seria uma das explicações para a ascensão de ideologias fascistas, como é o caso do nazismo.

motim, violência e outras formas de ação coletiva consideradas irracionais e por isso, em tese, ilegítimas.²³ A resposta à ideia de irracionalidade (e ilegitimidade) subjacente às teorias da rutura social passou por enfatizar os processos políticos e organizacionais, normalizando o protesto e desvalorizando o papel das privações e dos ressentimentos estruturais (Piven e Cloward, 1991). No entanto, este tipo de fatores são particularmente relevantes nas condições socioeconómicas típicas dos *movimentos de crise* (Kerbo, 1982) e, argumenta-se, são cruciais quando estudamos um ciclo de ação coletiva (Tarrow, 1993) que, como o recentemente verificado em Portugal, ocorreu em contexto de massificação do desemprego.²⁴ Embora a extensão do protesto não esteja diretamente correlacionada com as taxas de desemprego, a mobilização deste segmento da força de trabalho é de facto sensível aos ciclos do mercado de trabalho, nos quais a massificação do desemprego constitui uma característica chave. Neste tipo de contexto, o nível e as formas de mobilização são, no entanto, influenciadas pela abertura das instituições políticas ao protesto, assim como a capacidade dos, e das ativistas, em mobilizar aliados políticos (della Porta, 2010). Esses fatores poderão ser melhor compreendidos considerando os dois tipos de tensões anteriormente referidos – *unidade-fratura* e *inclusão-exclusão* – e a sua expressão nas dinâmicas de conflito e de ação coletiva dependem igualmente de outros fatores nomeadamente de natureza política, cultural, organizativa e relacional.

2.2. Do ressentimento à aprendizagem coletiva

As conclusões de estudos relativos ao contexto Europeu (Baglioni et al., 2008; Giugni, 2010; Chabanet e Faniel, 2012), apesar de cautelosas, questionam visões deterministas e essencialistas sobre as possibilidades de mobilização de desempregados/as, remetendo-nos para a complexidade dos fatores em jogo. Face ao alto desemprego verificado nas últimas três décadas, as pessoas

²³ Jasper (2004: 6) argumenta que o debate racionalidade vs irracionalidade é uma perda de tempo, declarando: “a única verdadeira irracionalidade é, provavelmente, a incapacidade de aprender a partir da experiência”.

²⁴ Também Diani (2011) assinala a relevância de alguns mecanismos apontados pelas teorias da rutura para análise das motivações para envolvimento individual na ação coletiva nomeadamente a exclusão, desigualdade de rendimentos e os ressentimentos.

desempregadas mobilizaram-se e organizaram-se, mesmo que de forma esporádica e até marginal, em níveis que foram do local ao nacional. Foram identificadas várias tendências associadas aos casos de mobilizações estudados:

1. Os altos níveis de mobilização verificados nestes países corresponderam a fases de altos níveis de desemprego, embora essa relação não fosse nem direta, nem automática.
2. Mais do que o nível de desemprego em si é a sua tendência de crescimento que constitui um terreno fértil para a mobilização e a organização de pessoas desempregadas.
3. O facto de o desemprego estar associado a algum tipo de privação material - em tese, uma motivação suficiente para revolta pessoal -, e do desemprego em massa permitir um maior reconhecimento público do problema, constituem, não obstante a vulnerabilidade associada ao desemprego, elementos potenciadores da ação coletiva, mas não são condições suficientes.
4. Situações de grande incidência de desemprego regional (correspondendo igualmente a uma maior concentração de desempregados/as e a uma maior percepção da privação), especialmente quando associadas a clivagens históricas, económicas e sociais duradoras, são potencialmente mais geradoras de mobilização coletiva;
5. Quando ocorrem acontecimentos que implicam a deterioração da situação das pessoas sem trabalho, nomeadamente quando as políticas e os serviços públicos são incapazes de dar respostas em momentos específicos da crise de desemprego ou quando são aplicadas reformas que limitam direitos sociais aos quais os/as desempregados anteriormente tinham direito.
6. Para gerar descontentamento, as privações devem ser percebidas como injustas, quando comparadas com a situação de outros e, embora os ressentimentos sejam percebidos subjetivamente, as privações são interpretadas, de forma coletiva, como injustificadas.
7. As frustrações são agravadas pelo facto de as expectativas terem sido altas – nos casos analisados, os ciclos de mobilização dão-se no contexto de descontentamento relativamente ao não cumprimento das promessas de melhoria social pelos governos, de centro-esquerda, em vários casos.

Uma parte das conclusões destes estudos salientam a importância dos desenvolvimentos estruturais na definição dos potenciais de mobilização latentes (pontos 1, 2 e, em parte, 4). No entanto, a ação coletiva ficou dependente de fatores situacionais que as próprias pessoas desempregadas não controlam (pontos 3, 4, 5 e, em parte, 7). Alguns desses fatores situacionais foram condicionados pelas dinâmicas estruturais (por exemplo, o desemprego em massa permite um maior reconhecimento público do problema); outros, mesmo que afetados pelas dinâmicas estruturais, são de natureza histórica e apontam para a necessidade de entender as condições específicas de cada lugar de conflito;²⁵ por fim, é essencial considerar os fatores de natureza política e os seus impactos nas condições de vida de quem não tem emprego. Outro grupo de fatores aponta para as dimensões simbólicas e subjetivas (ponto 3, 6 e 7), que interagem com os outros – o próprio reconhecimento público permite quebrar o efeito de estigmatização, o sentimento de injustiça, as expectativas anteriores não cumpridas. Por fim, é importante salientar que a mobilização tendeu a ser rara e frágil, não por uma relutância intrínseca em agir coletivamente, antes pela necessidade de superar barreiras significativas na organização da ação coletiva: os efeitos da exclusão na atomização e passividade; a escassez de recursos e a fraqueza política da formação da representação; a heterogeneidade dos campos organizativos e a fragilidade de alianças estratégicas; dependência de aliados poderosos de uma opinião pública favorável. Nos casos de mobilização estudados foi desenvolvido um processo de *empowerment* e de aprendizagem coletiva sobre formas de trabalhar o sistema de oportunidades e de constrangimentos disponíveis (Baglioni et al., 2008).

No que concerne às formas de protesto adotadas nos casos mapeados no âmbito do projeto *The Contentious Politics of Unemployment in Europe* (UNEMPOL), Donatella della Porta (2010) distinguiu três tipos de constelações: ações de protesto sobre desemprego de longa duração; ações de protesto contra despedimentos massivos; ações de protesto sobre desemprego (e políticas laborais) dentro de ciclos mais gerais de conflito. Argumenta-se aqui que cada um

²⁵ A expressão “lugar de conflito” (Tilly e Tarrow, 2007), refere-se aos cenários humanos que funcionam como originadores, objetos e/ou arenas das reivindicações coletivas e das políticas conflituais. Podem-se referir a indivíduos ou humanos, ou redes informais, organizações, bairros, profissões, sindicatos e outros cenários da vida social. Cada tipo de lugar tem as suas próprias particularidades. Bairros não se comportam como os indivíduos; fábricas e comunidades agrícolas não se comportam como bairros. Mecanismos, processos e episódios podem operar de forma diferente em diferentes tipos de lugares. Por exemplo, há reportórios que podem pertencer a diferentes conjuntos de organizações, a redes informais e a conjuntos de indivíduos.

destes tipos de ações procura responder, em primeiro lugar, a dimensões distintas da condição do desemprego. O primeiro caso refere-se sobretudo a protestos de base comunitária envolvendo organizações não governamentais (tanto religiosas como laicas) e promovidos por ativistas políticos de esquerda usando a ação direta, como é o caso de bloqueios de estrada) e formas extremamente simbólicas de protesto (como greves de fome), orientadas para a obtenção de medidas políticas no sentido de obtenção de apoio imediato às populações envolvidas. Este tipo de ação, disruptiva e simbólica, situa-se na linha das experiências históricas de mobilização de populações pobres e/ou marginalizadas descritas por Piven e Cloward (1979), em *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*, e procura responder sobretudo às tendências estruturais para a estigmatização (tensão inclusão-exclusão) a que, muitas vezes, estão sujeitas as pessoas desempregadas. O segundo tipo de ações envolveu sobretudo sindicatos, adotando uma combinação entre protestos em massa (marchas) e formas tradicionais de ação industrial – que podem ir de greves e ocupações –, e orientadas para o debate e a negociação política buscando soluções pontuais envolvendo a força de trabalho afetada pelo processo de despedimento. Este tipo de ação aborda, embora de forma parcial, a tensão unidade-fratura. O último perfil apontado por della Porta refere-se a formas de ação ligadas a ciclos de protestos mais vastos (a nível nacional ou local) que envolvem não apenas organizações de esquerda ligadas a movimentos sociais mas também sindicatos e partidos, usando uma grande variedade de ação direta com vista a pressionar no sentido de soluções políticas aos problemas do mercado de trabalho – reduzir a flexibilidade, tempo de trabalho, etc.²⁶ Este tipo de ação procura abordar ambos os tipos de tensões referidos abrindo espaço a possibilidades de resposta a uma terceira, que será aprofundada mais adiante – a tensão local-nacional-europeu/global.

²⁶ Assinale-se que uma parte dos exemplos indicados por Piven e Cloward (1979) podem também ser entendidos no quadro de ciclos de protesto mais vastos, embora um dos contributos intelectuais desta obra tenha sido exatamente a crítica quanto ao papel de organizações mais institucionalizadas como sindicatos e partidos no que concerne à legitimação de formas de ação mais disruptivas num mesmo ciclo de protesto.

2.3. Conflito, processos e oportunidades políticas

O projeto UNEMPOL baseou-se na adoção da abordagem das políticas conflituais na análise da ação de pessoas desempregadas. Agregando contributos de duas tradições teóricas que habitualmente caminham separadas - a literatura sobre movimentos sociais e a literatura sobre a política económica comparada do Estado Social -, esta abordagem contribuiu para que se verificassem avanços importantes na análise da mobilização de pessoas desempregadas (Giugni, 2010). Segundo esta perspetiva, em causa estão conflitos políticos que envolvem, por um lado, segmentos da população que experienciam marginalização através da exclusão do mercado de trabalho (parcial ou total, temporária ou permanente) e, por outro, as medidas políticas desenhadas para abordar essas questões.

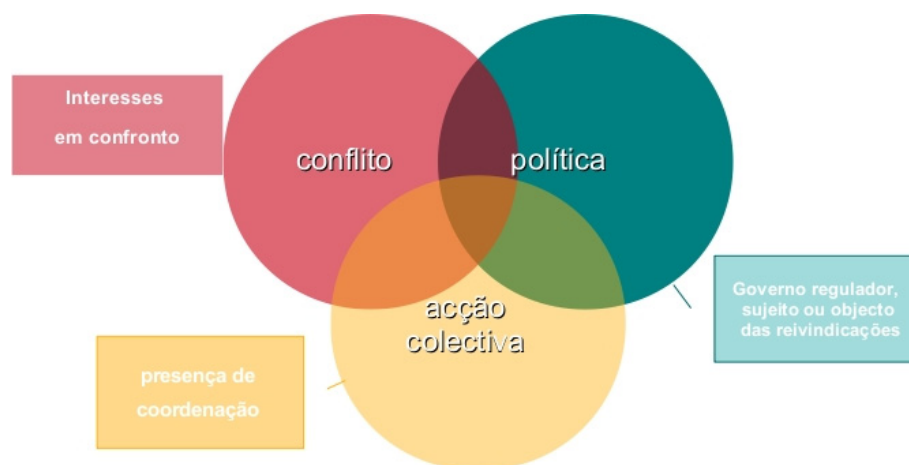
Embora esta abordagem tenha sido fortemente influenciada pelas correntes teóricas da mobilização de recursos, das oportunidades e dos processos políticos, acabou por beneficiar da décadas de debate que deu origem a um esforço de sistematização teórica apresentada em Tilly e Tarrow (2007).²⁷ Nesta obra, os autores apresentam um conjunto de ferramentas para descrever os processos, as interações e as dinâmicas envolvidas nos eventos protesto, permitindo entender formas muito diversas - incluindo motins, manifestações, greves, rebeliões, movimentos sociais revoltas, revoluções e até mesmo formas de ação que têm por base o uso de violência, como é o caso do terrorismo. As políticas conflituais referem-se assim a interações nas quais atores fazem reivindicações que põem em causa interesses de outros, levando a cabo esforços coordenados em nome de interesses ou programas comuns, nos quais os governos são os alvos, objetos das reivindicações ou parte indiretamente envolvida. O conflito político envolve sempre sujeitos e objetos das reivindicações, e as próprias reivindicações. Na sua forma mais simples, uma parte (sujeito) faz reivindicações sobre a outra parte (objeto). As reivindicações implicam que pelo menos um sujeito ganhe visibilidade relativamente a pelo menos um objeto. Podem ir de tímidos pedidos, exigências estridentes e até ataques diretos, desde que, se realizadas, de alguma forma afetem o bem-estar e os interesses do objeto das reivindicações.

O modelo centra-se na convergência entre três dimensões essenciais da vida social - conflito, política, ação coletiva. Essa área de sobreposição,

²⁷ Trata-se de uma versão revista de obra publicada em 2001, em conjunto com Doug McAdam (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001).

argumentam os autores, tem propriedades distintas e potencialmente turbulentas. Quando essas dimensões da vida social se juntam verifica-se algo distinto: entram em jogo poder, interesses partilhados e política governamental.

Figura 1: Componentes das políticas conflituais (Tilly e Tarrow, 2007)



O **conflito** político depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para ação coletiva (McAdam et al., 2009) implicando, nesse sentido, a coordenação de esforços em nome de/da parte de interesses ou programas (Tilly e Tarrow, 2007). As reivindicações tornam-se **coletivas**, significando que dependem de algum tipo de coordenação entre quem as faz, e tornam-se **políticas** quando se presume a presença de governos como gestores, garantes ou reguladores da elaboração de reivindicações ou, mais frequentemente, sujeitos ou objetos dessas reivindicações. Entramos do campo da política quando interagimos com agentes de governos – diretamente, ou através do envolvimento em atividades relacionadas com direitos, regulamentações ou interesses governamentais -, mas isto não significa que os governos tenham que figurar como os produtores ou recetores das reivindicações conflituais. Esta abordagem incide sobre um tipo específico de **ação coletiva**, a **conflitual**, visto que esta é usada por pessoas que carecem de acesso regular às instituições, que agem em nome de novas reivindicações e que agem desafiando outras pessoas e as autoridades.

Não sendo exclusiva dos movimentos sociais, a ação coletiva conflitual constitui a sua base porque é o principal – e muitas vezes o único - recurso que as pessoas comuns têm para enfrentar oponentes mais fortes ou estados poderosos (Tarrow, 1998). O confronto político é, assim, usado para explorar

oportunidades políticas, criar novas identidades, juntar as pessoas em organizações, mobilizando contra oponentes mais poderosos. Esta ideia é particularmente relevante para o estudo da mobilização de atores com poucos recursos (Chabanet e Royall, 2014). Como é que isto se aplica ao caso da ação coletiva de pessoas desempregadas?

Destacámos anteriormente que o facto das pessoas não expressarem os seus interesses não significa que não os tenham. A ausência de expressão de conflito é sobretudo indicadora de fragilidade económica, cultural, social e política, assim como da falta de confiança na capacidade de produzir de mudanças. Porque a ação coletiva de pessoas desempregadas envolve, antes de mais, a definição dos interesses em causa, no modelo de análise aqui proposto, argumenta-se que o conflito pode estar associado a uma disputa sobre recursos ou, muito simplesmente, a uma luta pelo reconhecimento.

A condição de desemprego parte de uma **desvantagem económica** relacionada com acesso a emprego de qualidade, mas envolve habitualmente **desvantagens financeiras**, na medida em que está afetada a capacidade financeira para prover condições básicas de vida, o que é quanto mais relevante quanto mais mercadorizada e financiarizada for a estrutura económica em causa. A dimensão **social** é particularmente relevante considerando o papel de integração social atribuído ao trabalho nas sociedades salariais. Como vimos, o desemprego é, ele próprio, expressão da crise desse modelo de sociedade e está associado a processos de **desfiliação social**. Por outro lado, quando a norma do trabalho é particularmente vincada, o desemprego está associado a processos de exclusão social que incluem uma **desvantagem cultural** importante, estando o desemprego associado a situações de estigmatização, decorrente de um processo de desqualificação e da impossibilidade de retirar do seu grupo de pertença uma identidade positiva (Paugam, 2012). Acresce que, tendo em conta que os sindicatos têm constituído um veículo privilegiado de expressão reivindicativa e de representação do trabalho organizado, um ator político reconhecido, na falta de um mecanismo de representação deste grupo, o desemprego representa também uma **desvantagem política**. Considerando a posição de desvantagem em que se encontra quem está desempregado (ou desempregada), a análise aqui desenvolvida foca a ação coletiva conflitual envolvendo este segmento da força de trabalho: a ação coletiva, porque este tipo de ação desafia a lógica desfiliação; conflitual porque o protesto é o recurso para

quem tem menos acesso a canais institucionais de decisão política (della Porta, 2010).

O que distingue o modelo das políticas conflituais relativamente ao anterior tem a ver com a ênfase dada aos processos e oportunidades políticas, determinantes na forma como se perspetiva os problemas. Quando procuramos identificar o poder estrutural potencial, ou os padrões de interdependência em que se insere quem está em situação de desemprego, estamos a explorar as oportunidades para ação coletiva, ou seja, como possibilitar a ativação dos fatores de participação (Souza, 2010). As próprias dinâmicas estruturais podem ser entendidas, assim, pelas janelas de oportunidade que abrem - por exemplo, o desemprego em massa facilita a mobilização porque permite um maior reconhecimento público do problema (Chabanet e Faniel, 2012), - sendo igualmente importante olhar a forma como o carácter negociado, ou contestado, do campo temático do desemprego se expressa tanto no domínio público como nas arenas institucionais onde ocorre a mediação de interesses (Giugni, 2010).²⁸ A importância das oportunidades políticas é reconhecida até mesmo por Piven e Cloward (1979) quando sublinham que, no contexto da Grande Depressão nos EUA, a capacidade dos grupos locais de desempregados em atrair novas adesões dependia de vitórias e, por isso, uma das medidas que mais enfraqueceu o movimento foi a deslocação dos processos de decisão para outras instâncias.

Na sistematização que aqui se propõe são apontados três tipos de fatores, um genérico, outro específico do campo do desemprego e outro relacionado com o papel dos sindicatos: as estruturas gerais de oportunidade política que afetam as condições de mobilização; as dimensões sociais e laborais que afetam as condições de vida de quem não tem emprego (Giugni et al, 2009). Ligadas a esta última dimensão estão as oportunidades relacionadas como as características dos mercados de trabalho, procurando-se analisar o tipo de posições adotadas pelos sindicatos face às possibilidades de agência deste segmento da força de trabalho.

As **estruturas de oportunidades políticas** (Tilly e Tarrow, 2007) englobam as características dos regimes e instituições (ex.: divisões na classe dominante) que facilitam ou inibem a ação coletiva de determinado Actor coletivo e para iniciar novas fases de conflito - afetando tanto as primeiras pessoas a rebelar-se como aquelas que se mobilizam mais tarde e afetando as condições de poder, tanto da

²⁸ O ponto do reconhecimento público do problema será abordado mais adiante, quer relacionando com as políticas sociais, quer a propósito dos enquadramentos simbólicos.

oposição como de quem detém o poder (Tarrow, 1998).²⁹ A ideia é que as condições de mobilização são institucionalmente definidas, na medida em que envolvem rotinas, conexões e formas de organização, estabelecidas, organizadas e amplamente reconhecidas dentro de um determinado regime, e que são empregues de forma repetida condicionando a ação coletiva. Podem abranger relações regulares entre governos, atores políticos, desafiadores, e atores políticos de fora, incluindo outros governos.³⁰ A estrutura de oportunidades políticas inclui seis propriedades do regime, nomeadamente:³¹

1. A multiplicidade de centros de poder independentes, dentro do regime;
2. A sua abertura a novos atores;
3. A instabilidade dos alinhamentos políticos atuais;
4. A disponibilidade de aliados ou apoiantes influentes para os atores desafiadores;
5. A extensão da repressão ou a possibilitação, pelo regime, da reivindicação coletiva;
6. Mudanças decisivas verificadas nos pontos de 1 a 5;

Ao comparar o conflito em torno do desemprego no Reino Unido, Suíça, França, Itália, Alemanha e Suécia, Cinneli e Giugni (2010) concluíram que as características institucionais e a estrutura do estado e, em particular o nível de abertura da estrutura geral de oportunidades políticas - nomeadamente o uso de referendo, nível de descentralização do Estado, recurso judicial, número de partidos no parlamento e o índice de desproporcionalidade - são particularmente relevantes para entender a ocorrência de protesto. Uma questão crítica destacada por Chabanet e Faniel (2010) tem a ver com o nível de descentralização do sistema político administrativo, um tema que será aprofundado na subsecção 2.6, mas agora importa aprofundar dois outros fatores circunstanciais particularmente relevantes: a instabilidade dos alinhamentos políticos (3) e a disponibilidade de aliados ou apoiantes influentes para os atores desafiadores (4).

²⁹ Sidney Tarrow (1993) aprofundou como estas dinâmicas ocorrem no contexto de ciclos de ação coletiva, um tema que será aprofundado no capítulo 3.

³⁰ Para identificar os regimes começamos por identificar um governo. Olhamos depois para os atores fora desse governo que interagem regularmente com os agentes e agências do governo. Designamos “atores membros” se tiverem uma posição segura na política do dia-a-dia; “desafiadores”, se fazem da sua presença coletiva conhecida mas têm uma posição pouco segura; e “estrangeiros”, se operarem de bases externas ao território sob controlo do governo.

³¹ Na perspetiva de todo o regime, a instabilidade dos alinhamentos e a disponibilidade de aliados (3 e 4) têm o mesmo peso. Alinhamentos estáveis geralmente significam que muitos atores políticos não têm aliados potenciais no poder. A estrutura de oportunidades políticas varia de ator para ator e das circunstância em que a ação se desenvolve.

Tilly e Tarrow (2007) salientam que, na perspectiva de todo o regime, a instabilidade dos alinhamentos e a disponibilidade de aliados têm o mesmo peso, visto que alinhamentos estáveis geralmente significam que muitos atores políticos não têm aliados potenciais no poder. Seguindo essa definição, no entanto, a estrutura de oportunidades políticas variaria de ator para ator e ao longo do tempo. Em determinados momentos um ator pode ter muitos aliados disponíveis - e outros não - mas para todos os atores, em qualquer dos casos, as ameaças e as oportunidades mudam com a fragmentação ou concentração do poder, assim como os aliados disponíveis. Um exemplo do impacto destes realinhamentos foram as mobilizações verificadas na Alemanha no período 1998-2004, em contexto de massificação do desemprego com forte incidência regional, onde a erosão gradual do neocorporativismo, a emergência de clivagens políticas e o surgimento de novas alianças abriu espaço à ação coletiva envolvendo pessoas desempregadas (Baugmgarten e Lahusen, 2012).

Por outro lado, é preciso atender **às dimensões sociais e laborais que afetam a condição de desemprego**. Na Europa, o conflito em torno do desemprego ganhou particular relevância na medida em que as evoluções ao nível das políticas de emprego vieram dar um novo enquadramento institucional ao desemprego, com o qual todos os atores envolvidos (ativamente ou não) tiveram de se confrontar (Giugni et al, 2009; Giugni, 2010; Cinalli e Giugni, 2010). Em que medida estas evoluções afetaram a capacidade de mobilização e de influência política do segmento da força de trabalho a quem estas políticas se dirigiam?

Giugni et al. (2009) desenvolvem um modelo de análise que parte da premissa de que a forma e o conteúdo das reivindicações políticas em torno do desemprego são fortemente influenciados pelas concepções prevalecentes do Estado social – na linha do conceito de regimes de bem-estar proposta por Esping-Anderson (1990). Isto porque a definição coletiva de cidadania oferece um conjunto de oportunidades discursivas e institucionais que afetam a elaboração reivindicativa e a mobilização coletiva em temas altamente conflituais e cuja regulação envolve Estado, como é o caso da imigração ou do desemprego. Estas concepções alargam ou constroem a margem de manobra para ação neste campo e canaliza a conduta reivindicativa nestes temas: quem intervém, através de que meios, em que temas específicos, através de que práticas discursivas, etc. Os autores propõem uma tipologia em dois eixos: um referente a uma dimensão social, com base nas normas de desemprego definidas numa escala vai de tipo

ideal inclusivo até outro exclusivo; e outro referente a uma dimensão económica referente às políticas e normas relacionadas com mercado de trabalho, que variam entre a rigidez e a flexibilidade. Daqui resultam quatro tipos de padrões - plena proteção; proteção económica; proteção social; precariedade.

Os quatro ideais-tipos levariam a diferentes níveis de visibilidade pública e ressonância assim como de legitimidade de determinados atores, identidades e reivindicações. Além disso, determinadas reivindicações tenderiam a ter mais ressonância e a serem mais visíveis dentro de uma determinada conceção de estado social – e, assim, numa determinada configuração de oportunidades. No entanto, os efeitos mais importantes estariam ao nível discursivo - na linha da literatura sobre os processos de enquadramento simbólico (Benford e Snow, 2000). As oportunidades discursivas podem dar origem – ou, pelo contrário impedir – sentimentos de injustiça entre a população, permitir aos grupos o acesso a recursos culturais para identidade, facilitando a sua formação, e alimentando sentimento de agência, ou seja, de ser capaz de mudar as coisas consideradas injustas ou desfavoráveis.

Esta proposta foi feita sob a forma de quadro teórico – incluindo uma série de indicadores com vista à sua concretização - a ser confrontado com a evidência empírica, tendo o já citado projeto transnacional UNEMPOL constituído uma importante oportunidade para isso. Cinalli e Giugni (2010) avaliaram um conjunto de indicadores relacionados com estas duas dimensões nos seis países analisados no âmbito deste projeto. Os resultados indicaram que os efeitos destas duas dimensões apontam em direções opostas: de um lado, as disposições de desemprego inclusivas aumentam fortemente a probabilidade da ação coletiva tomar a forma de protesto (cerca de três vezes mais do que as disposições excludentes); do outro, as disposições promotoras da flexibilidade do mercado de trabalho diminuem fortemente a probabilidade de ocorrência de protesto. Cinalli e Giugni (2010) consideram que estes resultados vão de encontro à teoria das oportunidades políticas visto que as disposições inclusivas ofereceriam um contexto mais aberto enquanto as disposições flexibilizadoras representariam um contexto mais fechado, constringendo o recurso ao protesto. A explicação é que, seja sublinhando o papel do Estado, seja enfatizando o papel da cultura, a ideia é que num contexto inclusivo, assente em valores de solidariedade e de justiça social (Chabanet e Faniel, 2012), as reivindicações em torno do desemprego mais facilmente ganham legitimidade, ressonância e visibilidade, configurando aquilo que Berclaz et al (2004) designam como a política de protesto do desemprego.

Numa outra análise (Chabanet e Faniel, 2012) destacam que umas das configurações mais facilitadora da mobilização é a que envolve um alto nível de proteção aliado com reformas restringindo benefícios e especialmente quando essas reformas são implementadas por governos de centro-esquerda que supostamente estão mais comprometidos na defesa de segmentos da população pobres, excluídos ou em situação de desemprego. Isto significa que a mobilização seria guiada por uma versão renunciada (*disclaimed*) do teorema de Tocqueville em que a dinâmica subjetiva do fenómeno teria mais peso do que a sua gravidade objetiva.

A lógica do *workfare* tende a enfraquecer a ação. Foi o que aconteceu no Reino Unido, na década de 80, onde a ação coletiva foi enfraquecendo, em parte pelo controlo sobre os centros de apoio aos desempregados, que se foram tornando menos num ponto de socialização e mais em agências de colocação integradas num sistema burocrático (Cinalli, 2012; Chabanet e Faniel, 2012). Tendência semelhante foi verificada na Irlanda na década de 90 (Royall, 2012).

Importa destacar ainda os fatores de ordem ideológica. Cinalli e Giugni (2010) verificaram que as reivindicações sobre a inserção individual foram claramente menos conflituais do que as relacionadas com a proteção social e as questões socioeconómica, sugerindo um consenso generalizado que facilita a individualização das soluções do desemprego. Os autores apontam que o enfraquecimento do papel ideológico dos partidos comunistas, assim como a diminuição da consciência de classe entre os assalariados, a par da afirmação de um discurso inspirado pelo neoliberalismo focado na responsabilidade individual (Reino Unido e Polónia), complicam as condições de mobilização da parte da força de trabalho que se encontra desempregada. Ora, isto remete-nos para a dimensão laboral das oportunidades políticas específicas ao campo do desemprego, assim como o seu lugar na agenda e na ação dos sindicatos.

2.4. O papel dos sindicatos: unidade ou fratura no “exército de reserva”?

No primeiro capítulo vimos que, sendo o desemprego uma forma de exclusão, está também associado a uma forma de conflito laboral na medida em que

condiciona o poder estrutural das classes trabalhadoras - especialmente em contexto de desproteção social, o desemprego constitui elemento de pressão dos níveis de vida de toda a força de trabalho. Neste quadro, tornou-se uma questão chave da agenda dos sindicatos ao mesmo tempo que estes enfrentam dificuldades em mobilizar segmentos da força de trabalho excluídos da relação salarial, como é o caso de quem está numa situação de desemprego ou de quem, tendo trabalho, este é precário.

Antes de avançar importa fazer duas clarificações. Por um lado, deve-se distinguir mobilizações em torno do desemprego ou ação de resistência contra despedimentos, daquelas envolvendo quem está em situação de desemprego. A relevância deste último tipo de mobilizações tem a ver com o facto, já sublinhado anteriormente, da ação coletiva envolvendo quem está nessa situação representar, logo à partida, um desafio aos processos de desfiliação associados ao desemprego. É preciso encarar a tendência para separar o problema do sujeito envolvido na condição do desemprego (Souza, 2010). Por outro lado, se o estatuto social do desemprego depende do seu oposto (o emprego), é importante analisar este tipo de ação coletiva a partir da sua relação com formas de mobilização e representação de quem tem emprego (Souza, 2010). Assim, esta secção incide sobre a relação dos sindicatos com a questão da mobilização de quem está no desemprego. Aborda-se este debate a partir da análise das seguintes questões fundamentais (Linders e Kalander, 2010; Faniel, 2012b): Como definir o equilíbrio de interesses entre os sindicatos e aquela parte da força de trabalho que não tem emprego? Como é que os sindicatos respondem a esses desafios? Como poderiam responder?

Definindo os interesses

Foi referido no primeiro capítulo que existe uma pressão para fratura entre *insiders* e *outsiders* – incluindo-se aqui quem está numa condição de desemprego ou precariedade, embora colocando desafios diferentes a cada um destes dois segmentos. Esta pressão concretiza-se seja pela adoção de políticas englobadas nos chavões da empregabilidade e da *flexigurança*, as que promovem a subprotecção social e ainda as baseadas na lógica do *workfare*. Para além das condições materiais que estas políticas promovem é importante sublinhar o facto estarem assentes num discurso neoliberal que responsabiliza quem está desempregado(a) pela sua condição. Estes são elementos de um contexto hostil à mobilização e ação coletiva envolvendo este segmento da força de trabalho.

Como apontam Cinalli e Flüglistner (2010), apesar de apresentarem aspetos específicos, as agendas do desemprego têm evoluído no sentido de transmitir a quem está nessa condição que as suas queixas não devem ser entendidas no contexto dos velhos conflitos entre capital e trabalho, mas antes como efeito do mercado de trabalho.

Sendo essencial analisar o desemprego na sua relação com o mercado de trabalho, pelo seu papel potencial de disciplina da globalidade força de trabalho, é igualmente importante perceber que ambos os segmentos, não tendo qualquer outro bem além da sua força de trabalho, podem e devem ambicionar o acesso a emprego de qualidade e condições laborais dignas – essa é a base da convergência de interesses. Como argumentei no capítulo 1, é a consciência do carácter social da relação de compra e de venda da força de trabalho - cerne do conflito capital-trabalho - que constitui a base para a unidade da classe trabalhadora, seja qual for o seu estatuto perante o emprego. Na verdade, os sindicatos parecem compreender bem isso quando, não obstante a marginalização dos desempregados (e desempregadas) no debate público, demonstram ser os seus apoiantes mais constantes (Linders e Kalander, 2010). Mais ainda, é especialmente significativo que, neste jogo de interesses, os empregadores estejam bem menos predispostos em apresentar reivindicações favoráveis a quem está em situação de desemprego (Cinalli e Giugni, 2010), sugerindo que o conflito em torno do desemprego não apenas aproxima os interesses dos vários segmentos da força de trabalho como os coloca a um campo oposto ao do patronato.

Como respondem os sindicatos?

Na análise do impacto das dimensões sociais e laborais nas oportunidades políticas específicas à ação coletiva no campo político do desemprego evidenciou-se um dado particularmente relevante: um ambiente marcado pela inclusividade é o mais favorável para afirmação reivindicativa por grupos de desempregados(as); mas são “os trabalhadores” quem mais tira proveito da inclusividade. Isto é particularmente relevante se considerarmos o impacto negativo da flexibilidade – e, no reverso, o impacto positivo da rigidez (Cinalli e Giugni, 2010). No entanto, as influências contextuais à resposta sindical demonstraram ser, pelo menos em cenário de massificação do desemprego, multidirecionais e abertas ao tipo de tradições e escolhas que influenciam a ação sindical, o que seria explicável por quatro ordens de fatores (Linders e Kalander, 2010): o próprio ambiente

institucional - e, em particular, o sistema de relações laborais - ter-se-ia desestabilizado durante a crise; os empregadores perspetivaram novas oportunidades para influenciar a política de emprego; o estado e os partidos ficaram numa posição defensiva face aos conflitos laborais; os sindicatos procuravam sobretudo manter os níveis de sindicalização e prevenir a fragmentação. Estes fatores conduzem-nos à segunda questão levantada anteriormente: Como é que os sindicatos respondem a esses desafios?

Não obstante as diferenças entre os países estudados – Reino Unido, Suíça, França, Itália, Alemanha e Suécia - o panorama geral do projeto UNEMPOL relativo ao período em análise (de 1995 a 2002) aponta para a emergência dos desempregados (e das desempregadas) como um novo ator coletivo que desafiou a posição dos sindicatos enquanto expressão organizativa mais expressiva dos interesses de classe (Linders e Kalander, 2010). Ainda assim, é de salientar a importância da disponibilidade dos sindicatos enquanto aliados decisivos para que este tipo de mobilização seja bem-sucedida (Baglioni et. al, 2008; Giugni, 2010) – mesmo que esse apoio se tenha expresso através de outros tipos de atores. Os sindicatos foram apoiantes essenciais para o sucesso deste tipo de ação coletiva, quer pelo seu papel na canalização do descontentamento, quer por serem reconhecidos pelas autoridades como interlocutores legítimos (Chabanet e Faniel, 2010) – ou, dito de outra forma, tanto pelo seu poder de mobilização como pelo seu poder institucional (Costa, 2011). Neste sentido, não obstante a real convergência de interesses, a relação entre os sindicatos e de quem está em situação de desemprego é complexa e, de certa forma, ambígua (della Porta, 2010; Faniel, 2012b; Chabanet e Faniel, 2012).

Embora a tensão unidade-fratura tenha uma base económica, é essencial considerar outros fatores histórico-culturais para entender as possibilidades de ação coletiva envolvendo quem está em situação de desemprego. Em grande parte dos países ocidentais, os sindicatos falam em nome da totalidade da classe trabalhadora mas, no que concerne aquela parte da força de trabalho que está desempregada, embora tomem posição no sentido de proteger os seus interesses nem sempre estes são uma prioridade. Os sindicatos estão habitualmente mais disponíveis para se mobilizar em torno de despedimentos em massa e fecho de empresas do que em torno do desemprego de longa duração (della Porta, 2010). Por outro lado, concentram os seus esforços na luta pelo emprego, encarando este combate como benéfico para quem está no desemprego (Chabanet e Faniel, 2012).

Como poderiam responder?

No que concerne ao tema da mobilização e da ação coletiva levantam-se questões cuja resposta não é simples: Em primeiro lugar, desde logo, importa tentar perceber como podem os sindicatos organizar quem está desempregado(a). Mas ao mesmo tempo dialogar com outras questões conexas ou decorrentes da anterior: Dentro de sindicatos profissionais, conjuntamente com as bases ativas? Ou à parte, juntando todas as pessoas nesta situação, independentemente das suas competências profissionais? Organizar esta parte da força de trabalho é, muitas vezes, considerado particularmente difícil, até porque a mobilização sindical é feita sobretudo a partir do local de trabalho e com uma base profissional (Faniel, 2012b). Além disso, como vimos anteriormente (ver 2.2) a mobilização de quem está no desemprego pode passar por uma grande diversidade de formas quer quanto ao tipo de ação e de atores envolvidos, pode ocorrer de forma combinada e surgir em dinâmicas de protesto mais generalizadas, sobretudo em contexto de massificação de desemprego. Isto não significa, no entanto, que a características dos sindicatos num determinado lugar de conflito e que as suas opções estratégicas sejam irrelevantes para entender as formas de ação adotadas por desempregados (ou desempregadas).

As características organizativas dos sindicatos, o perfil das suas bases (*constituencies*), o seu papel no sistema capitalista ou mesmo a sua relação com partidos políticos, são fatores que contribuem para produzir diferentes configurações de relações entre os sindicatos e este segmento da força de trabalho (Faniel, 2012). Faniel (2012b) adota uma perspetiva marxista e dialética, análoga à de Souza (2010), focando as contradições dentro dos sindicatos relacionando-as com a globalidade do sistema em que os sindicatos estão inseridos. Isso inclui considerar quatro tipo de dimensões:³² as características das bases sociais dos sindicatos; as suas características organizacionais; a sua relação com o capitalismo; e a sua relação com os partidos políticos. Vale a pena olhar um pouco melhor para cada uma dessas dimensões.

³² Faniel (2012b) inspira-se na análise marxista das relações industriais avançada por Hyman (1975), que considera ser necessário ter em conta quatro dimensões: totalidade, mudança, contradição e prática. Além disso, adota a abordagem dialética proposta por Ollman (2005, 23; op cit Faniel, 2012), enquanto forma de pensar que dirige a nossa ação para a globalidade de possíveis mudanças e interações que são realmente praticadas, envolvendo as noções de processo que contém a sua própria história e os futuros possíveis; e relação, que contém, de forma integral, as suas ligações com outras relações.

Bases sociais. Faniel vai de encontro à ideia da tensão unidade-fratura, já abordada antes, argumentando que a lógica de competição beneficia os empregadores e leva a um declínio contínuo das condições laborais e salariais. O surgimento dos sindicatos procurou superar estas divisões, encorajando o desenvolvimento de sentimentos de pertença e potenciando, pela ação, formas de solidariedade entre trabalhadores de diferentes sectores e, inclusive, para aqueles que ficavam desempregados (Faniel, 2012). Engels (1969) analisou o exemplo dos fundos de solidariedade promovidos pelos primeiros sindicatos formados no início do século XIX, destacando o papel destas organizações não apenas na garantia do sustento financeiro de operários sem trabalho mas também na sua orientação na procura de trabalho, incluindo em outras regiões, com o apoio e informação de companheiros de ofício (Souza, 2010). No entanto, o crescimento dos grandes sindicatos industriais, sectoriais – mimetizando o próprio sistema capitalista - contribuiu para um processo de unificação divisora. Além disso, o facto dos sindicatos se terem alicerçado numa aristocracia laboral, alimentou a exclusão dos desempregados, assim como de outras categorias como mulheres, imigrantes, administrativos e força de trabalho em condição precária que encaixariam menos no mundo dos sindicatos e que acabariam por ter menos em conta os seus interesses. Isso não significa que os sindicatos defendam apenas a sua base nuclear, mas antes que tende a priorizá-la, especialmente em circunstâncias económicas mais adversas, na definição da sua agenda (Hyman, 2007; Faniel, 2012; Costa, 2014).

Base organizativa. Além da mobilização estar prioritariamente orientada os segmentos nucleares da força de trabalho, o modelo de organização orientado para o local de trabalho, que constitui a base da representação sindical, facilita a exclusão de quem está em situação de desemprego, o que se acentua quanto maior for a burocratização e institucionalização dos sindicatos. Este processo reforça a capacidade dos primeiros em impor as suas reivindicações específicas na agenda sindical, muitas vezes às custas dos segmentos mais periféricos e, em particular, de quem está em situação de desemprego. A questão da burocratização é um aspeto crítico, especialmente quando a condição de desemprego é encarada como uma “anomalia jurídica”, impeditiva de ser enquadrada nos critérios de sindicalização previstos na legislação (Souza, 2010). A existência de organizações com um certo nível de solidez, estruturadas e profissionalizadas, é um elemento indispensável à ampliação e sucesso do

movimento sindical na afirmação reivindicativa. No entanto, há o risco de priorizar um objetivo de preservação da organização sindical em relação ao objetivo de melhoria das condições de vida da força de trabalho (Faniel, 2012).³³

Mas como vimos, a mobilização de desempregados muitas vezes ocorre fora do campo sindical, não se levantando apenas a questão de como os sindicatos mobilizam quem está nessa situação, mas também como se relaciona com grupos e movimentos envolvendo aquela parte da força de trabalho que está desempregada. Neste sentido, argumenta-se que estes riscos de uma posição hostil a estes grupos são maiores num sindicalismo do tipo corporativo ou mesmo num de controlo, mas é menos num novo sindicalismo social (Waterman, 2004), ou ainda um sindicalismo de movimento social visto que este último (Moody, 1997: *op. cit.* Costa, 2011: 38):³⁴

encerra uma orientação estratégica ativa que utiliza os mais fortes da sociedade oprimida e explorada, geralmente os trabalhadores organizados, para mobilizar os que são menos capazes de se automobilizarem: os pobres, os desempregados, os trabalhadores informais, as organizações de vizinhança.

A questão decisiva neste caso é a capacidade – estratégica, organizativa - dos sindicatos gerarem alianças duradouras com organizações que já se encontram no terreno, ampliando desta forma a sua influência na sociedade (Costa, 2011). Numa era de debilidade sindical, procurar complementaridades com os movimentos sociais radicais que os sindicatos tradicionalmente encararam como suspeita tem de ser parte da procura de reforço de recursos de poder (Hyman e Gumbrell-McCornick, 2010). Simultaneamente, o que está em jogo não é apenas a construção de alianças para fora (envolvendo organizações não sindicais) mas também de alianças para dentro, visto que se trata de um tema particularmente relevante para o campo do trabalho (Costa, 2017).

Sindicatos e o sistema capitalista. O papel ideológico que o capitalismo exerce não apenas nos líderes sindicais, mas também na generalidade dos assalariados,

³³ Um exemplo paradoxal é o caso dos sindicatos envolvidos na gestão de subsídios de desemprego, como se verifica por exemplo na Bélgica. Especialmente em contexto de crise, chegam a aceitar restrições nos níveis e condições de indemnização de forma a não afetar o seu papel naquela gestão (Faniel, 2012).

³⁴ Embora ambos os autores defendam a necessidade de abertura dos sindicatos a outros grupos, fora da esfera sindical, a proposta de Waterman (2004) sublinha a crítica ao internacionalismo sindical do período nacional/industrial/colonial (NIC). Os desafios colocados pela globalização serão tratados sobretudo no capítulo 3.

contribuiu para pressionar os sindicatos, e os trabalhadores(as), a evitar formas de ação consideradas subversivas, irresponsáveis ou consideradas economicamente desastrosas. Esta pressão tornou-se mais vinculada com a institucionalização da concertação social e da negociação coletiva, contribuindo para que os líderes sindicais se sentissem mais obrigados a enfatizar exigências consideradas aceitáveis pelo sistema. O risco é que os sindicatos se tornem simultaneamente opositores e componente do capitalismo. Isto é particularmente significativo no caso dos grandes sindicatos, cuja filosofia está centrada no trabalho e que por isso até podem aceitar a melhoria da proteção social no desemprego, mas opõem-se totalmente ao apoio a grupos promovendo o direito à preguiça - como é o caso do grupo alemão “Desempregado alegre” (Baumgarten e Lahusen, 2012) – ou a grupos defendendo o rendimento básico incondicional.

Sindicatos e partidos políticos. Os sindicatos não são meros atores económicos. São protagonistas da e na política, exercem influência sobre o sistema político e são por ele influenciados. Ora, ainda que o sindicalismo tenha sido concebido originariamente como contrapoder, são inevitáveis as suas conexões com o poder (Costa, 2018). Sendo simultaneamente atores económicos e políticos, a relação entre estes dois papéis acaba por ser complexa e contraditória. A prioridade dada a cada um deles varia em função dos países e ao longo do tempo, e as contingências históricas condicionam os objetivos e as estratégias adotadas pelos sindicatos (Hyman e Gumbrell-McCornick, 2010; Estanque, Costa e Silva, 2015). Ao longo da história essa relação manifestou-se de forma distinta. Na grande recessão da década de 30, o Partido Comunista Francês, diretamente ou através da sua influência sindical, impulsionou as Marchas da Fome que, como veremos a seguir, tiveram um impacto importante nos reportórios de ação que ainda hoje influenciam sindicatos e movimentos sociais franceses (Chabanet e Faniel, 2012). No pós II Guerra muitos sindicatos encontraram em determinados partidos, ideologicamente próximos, aliados importantes para a construção dos regimes de proteção no desemprego. No entanto, desde meados da década de 70, muitos desses partidos levaram a cabo reformas nestes regimes de proteção social o que colocou a esses sindicatos escolhas difíceis: ou a opor-se aos partidos irmãos no poder, ou aceitar essas reformas, muitas vezes, contando com a oposição de desempregados (Faniel, 2012). Um outro exemplo, é o da crise económica de 2008-9 fez com que o Estado se tornasse um interlocutor-chave, mesmo em países nos quais os sindicatos

tradicionalmente traçam uma separação entre ação económica e política (Hyman e Gumbrell-McCornick, 2010).³⁵

A evidência das experiências de mobilização em França, na Alemanha e no Brasil é bem ilustrativa de como diferentes contextos e cenários sindicais e políticos propiciam formas de ação coletiva diversificadas. França tem uma longa história deste tipo mobilização, na qual os sindicatos tiveram um papel chave. Na década 20 do século XX, a Confédération Générale du Travail Unitaire (CGTU) decidiu apostar numa estratégia de unificação da classe trabalhadora, incluindo aquela parte privada de trabalho, através da criação de comités visando facilitar sua socialização política e recrutamento. Apesar das desconfianças, esta estratégia permitiu um processo de mobilização que, embora esporádico e raro, veio dar frutos no início da década de 30 com a realização das históricas Marchas da Fome, que marcaram o alastramento do movimento, mesmo que de forma desorganizada e com diferentes níveis de impacto, por todo o país.³⁶ A partir da década de 80 verificou-se um ressurgimento de formas de ação envolvendo este segmento da força de trabalho, mas numa configuração societal marcadamente mais individualista. Neste novo contexto, foram emergindo várias experiências de mobilização, particularmente fortes no final da década noventa e vincadas por uma tensão fundamental: entre a vontade autoafirmação de formas autónomas de ação coletiva e a necessidade de estabelecimento de alianças mais vastas, em particular com sindicatos (Chabanet, 2012).

Na Alemanha, a erosão gradual do neocorporativismo criou clivagens entre as elites políticas abrindo espaço a uma reconfiguração da estrutura de oportunidades políticas e à emergência de aliados influentes com especial interesse em representar os interesses dos grupos marginalizados. Neste contexto os grupos de desempregados(as) ganharam uma nova relevância no panorama político alemão (Baumgarten e Lahusen, 2012). Num cenário em que a posição de sindicatos relativamente às reformas da proteção social (*Hartz*) levadas a cabo pelos Sociais Democratas comprometeu a relação dos sindicatos

³⁵ O Estado continua a ter um papel decisivo nas sociedades capitalistas, garantindo a distribuição de poder na família, fábrica e comunidade (Burawoy, 1985 op. cit Hyman e Gumbrell-McCornick, 2010). Tenha ou não uma intervenção ativa, o estado assegura um (des)equilíbrio entre os diferentes participantes no mercado de trabalho (Hyman, 2001) No mínimo os sindicatos têm de influenciar as regras do jogo no mercado de trabalho, incluindo o direito à sua própria existência, à negociação coletiva e para mobilizar para a ação coletiva (McCornick e Hyman, 2010).

³⁶ Uma das fontes desconfianças estava relacionada como receio dos “vícios” associados ao desemprego poderem prejudicar a integridade da classe trabalhadora.

com estes grupos, a emergência destes novos aliados foi importante para potencializar a ação destes grupos (Baglioni et al., 2008).

No Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) assumiu uma posição anti neoliberal, denunciando as políticas do governo e apresentando propostas e alternativas de combate ao desemprego, mas não se propôs organizar este segmento da força de trabalho. Ainda que adotando uma matriz ideológica no sentido da mobilização da globalidade da classe trabalhadora, as correntes classistas e combativas da CUT não levaram a cabo uma prática de organização de desempregados. Assim, tendo por base a comparação desta experiência com o caso da Argentina, Souza (2010) argumenta que a orientação anti neoliberal não é suficiente para explicar a aposta ou não na organização de desempregados.

2.5. Superar o estigma e a fragmentação

Um dos fatores que mais dificulta a mobilização e ação coletiva envolvendo este segmento da força de trabalho tem a ver com a sua marginalização social e política (Piven e Cloward, 1979; Baglioni et al., 2008; Giugni, 2010; della Porta, 2010; Chabanet, 2010; Chabanet e Faniel, 2012; Lahusen, 2014), que pressiona a individualização do problema e a estigmatização da condição de desemprego. Adicionalmente o fatalismo, assim como o sentimento de culpa, de impotência e de medo dificultam a representação política deste segmento da força de trabalho. Vimos como a massificação do desemprego, ao permitir um reconhecimento público do problema, abre novas possibilidades de legitimação da mobilização coletiva ao mesmo tempo que o ambiente cultural, cognitivo e político condiciona a capacidade de mobilização das pessoas desempregadas. Neste sentido, importa agora perceber como é que as pessoas conseguem aproveitar a janela de oportunidade aberta pela massificação do desemprego, desafiando um ambiente hostil a que poderão, ainda assim, estar sujeitas.

É necessário uma mudança de atitude sobre o que aconteceu e porquê, e a atribuição das responsabilidades e as dificuldades devem deixar de ser definidas como um problema individual para ser encarado como um problema partilhado com outras pessoas na mesma condição (Piven e Cloward, 1979), que requer ação coletiva ao invés estratégias de assertividade individual (Baglioni et. al.,

2008), ou ainda um problema estrutural que requer reformas económicas globais (Chabanet e Faniel, 2012). Só assim é possível contrariar sentimentos de auto-culpabilização e uma perceção pública que aponta para a responsabilidade individual de quem está desempregado/a. Em qualquer dos casos, argumentam Chabanet e Faniel (2012), para que a mobilização de desempregados não seja encarada como ilegítima e até chocante aos olhos da opinião pública, é necessário que o desemprego seja visto, sem qualquer dúvida, como uma forma involuntária de sofrimento. Desta forma, e na perspetiva de quem está desempregado, mais facilmente o sofrimento se pode transformar em indignação e as privações podem ser entendidas como injustas, atribuíveis a uma autoridade política. E, nesse caso, há uma maior disponibilidade para a articulação política dos seus ressentimentos e privações, na qual a mobilização assume o papel de instrumento capaz de transformar o desespero e a raiva em ação (della Porta, 2010). A perda de legitimidade dos arranjos institucionais e o questionamento da sua inevitabilidade abrem espaço à afirmação, através da ação, de um novo sentido de eficácia em que pessoas que se sentiam impotentes acreditam agora ter capacidade de alterar o seu destino (Piven e Cloward, 1979).

O desenvolvimento da identidade coletiva baseia-se no trabalho simbólico desenvolvido durante a mobilização. Na medida em que o ativismo oferece uma oportunidade não apenas para ocupar o tempo, mas também para dar-lhe significado (della Porta, 2010), o enquadramento simbólico – *framing* – (Benford e Snow, 2000), constitui uma tarefa coletiva fundamental que cobre, antes de mais, o diagnóstico da situação. Partindo de identificações habitualmente negativas, que lhes são atribuídas, exprimidas como a falta de algo, inutilidade, insuficiências ou ausências, os e as desempregadas que se mobilizam tentam reapropriar-se dessas identificações, através de um processo de desalienação negativa que inverte a sua significação pejorativa, transformando-as numa identificação mais positiva na qual se torna possível a orientação para a ação. Segundo Chabanet (2012), este processo reconstituição identitária ou de reapropriação de si próprio mais facilmente é feito num enquadramento coletivo do que individualmente e, argumenta-se, isso é tanto mais importante (e difícil) quanto mais adverso for o contexto político e cultural. A representação oferecida pelo grupo tem, assim, um impacto direto nas condições de mobilização, especialmente no caso daqueles e daquelas desempregadas para quem a questão da identidade mantém-se no centro da sua situação social, das suas relações sociais e do ambiente em que estão inseridas. Este processo de reapropriação de si próprio dá-se, também, no

confronto com as instituições políticas e concepções culturais dominantes. Neste sentido, é essencial a rutura com as instituições da caridade que procuram legitimar a desigualdade e exploração no trabalho procurando lembrar, através do espetáculo de degradação dos pobres apresentado pelo sistema baseado no *workfare*, que a vida pode ser sempre pior do que o trabalho duro e a pobreza. No entanto, a lógica *workfare* é um desafio particularmente complexo de ultrapassar visto dividir os(as) mais capazes dos(as) menos capazes como critério de acesso a emprego, ficando este grupo, além de excluído, moralmente destruído (Piven e Cloward, 1979).

Os reportórios típicos incluem ações altamente simbólicas, já referidas anteriormente, visando apontar a situação de injustiça em que quem fica desempregado (della Porta, 2010). A questão da estigmatização pode ser abordada através de formas de ação moderadas ou confrontacionais, conforme as tradições sindicais e sociais do país. Por exemplo, na Suíça e em França, dois países com experiências relevantes deste tipo mobilização: enquanto no primeiro, a tradição de inclusividade contribui para moderar as formas de protesto; no segundo, com uma tradição de maior polarização e de um tipo de proteção mais associada ao vínculo laboral e por isso mais potenciadora de processos de exclusão, os protestos tenderam a expressar-se de forma mais disruptiva.

O problema da estigmatização (a que já antes se aludiu de passagem) tem sido também abordado, por um lado, pela capacidade de convencer a opinião pública e, por outro, através da formação de alianças (della Porta, 2010).³⁷ Como sustenta Chabanet (2012), num contexto em que a questão da responsabilidade individual não fica totalmente descartada é necessário colocá-la no debate público, sendo essencial que a mobilização de desempregados não passe despercebida aos media. Citando o autor (Chabanet, 2012):

whereas unemployment has, for three decades, been one of the major problems of European societies, the unemployed are constrained to compensate for a large gap in their visibility—that is to say to demonstrate their collective existence.

Aqui, o segredo está em desafiar sem colocar em causa a aceitação social: procurar chamar a atenção dos media com algumas ações espetaculares e com

³⁷ Numa análise das redes envolvidas nas políticas conflituais do desemprego na Alemanha, Reino Unido e Suíça, Cinalli e Füglistner (2010) constataram que a capacidade de ultrapassar a marginalização é um tema crítico também no que concerne à formação das alianças e para o sucesso deste tipo de mobilização.

uma forte carga simbólica, mas procurar que o seu sentido político e a sua legitimidade – mesmo no caso das ações ilegais – seja compreensível para a opinião pública. Por exemplo, enquanto grupos de desempregados/as, envolveram-se em ações de “requisição de comida”, realizadas em supermercados ou lojas *gourmet*, procuraram distanciar-se relativamente a episódios de pilhagem realizados por pessoas desempregadas. Mas também aqui a questão se coloca do ponto de vista político visto que, quanto mais apoio da opinião pública obtiver o movimento menos espaço e legitimidade de intervenção terá o governo em funções. Neste sentido, se ação disruptiva poderá ser positiva na capacidade de chamar a atenção, a capacidade de se apresentarem como vítimas exemplares, por exemplo em contexto de repressão, permite ganhar mais facilmente a simpatia da opinião pública. Chabanet (2012) argumenta, assim, que é necessário um refinamento da hipótese segundo a qual a ação transgressiva seria o meio preferencial para que os grupos marginalizados acessem ao espaço público.

Um segundo problema, também de natureza cultural, remete para diversidade de perfis, biografias, interesses, identidades e sistemas de crenças dificultando não apenas a construção de identidades coletivas, mas também o próprio processo de elaboração reivindicativa (Baglioni et al., 2008; Fernandes, 2011; Chabanet e Faniel, 2012; Lahusen, 2014). Neste sentido, além de ultrapassar o estigma associado ao desemprego, a mobilização de pessoas desempregadas coloca também o desafio da reestruturação cognitiva dos campos de ação pois, da mesma forma que as condições dos e das desempregadas variam, também as suas experiências colocam tensões adicionais (della Porta, 2010). Uma primeira questão problemática na significação do desemprego tem a ver com as expectativas em relação ao futuro que, na medida em que está orientada para a procura de emprego, dificulta a definição de uma identidade coletiva baseada no desemprego. Durand (1981), op cit. Della Porta (2010) argumenta mesmo que quem está desempregado não pode defender a sua identidade coletiva pois, enquanto quem está mais ativo recusaria essa identidade, quem a ela se adaptasse não iria querer lutar por um trabalho. Além disso, essas expectativas são culturalmente condicionadas pelo debilitado, mas ainda presente “modelo do ganha pão masculino” (Crompton, 1997). Especialmente em regimes de subprotecção em que o efeito de compensação é transferido para a família, e tal como verificado no caso italiano nas décadas de 80 e 90, enquanto o desemprego masculino mobilizava atenção, o desemprego

de jovens e das mulheres raramente era gerador de alarme e protesto. Della Porta (2010) destaca ainda a fragmentação burocrática, propiciada por políticas e (e agências) específicas definidas em função do gênero, idade, etnicidade, experiência laboral prévia, etc.

Em estudo exploratório realizado em contexto português no início dos protestos anti austeridade (Fernandes, 2011), destaquei que a forma como a situação é elaborada - no que concerne às identidades relacionadas com o trabalho e com a situação de desemprego - parece variar em função do percurso laboral anterior à situação de desemprego.³⁸ Na presente pesquisa, conforme apresentei no capítulo anterior, procuro problematizar melhor esta questão, baseando-me nos resultados de um programa de pesquisa comparada para apontar duas dimensões chave da significação atribuída ao desemprego (Demazière, 2014): por um lado, as orientações quanto à forma como o presente é ocupado; por outro, as expectativas quanto ao futuro. O modelo de análise aqui apresentado, a ser utilizado como base para o trabalho empírico, recorre a estas duas dimensões para entender a forma como a diversidade identitária associada à condição do desemprego se reflete no processo de elaboração reivindicativa e construção identitária. Este modelo segue a proposta apresentado por Hyman (2007), que argumenta serem necessários novos vocabulários de incentivo (Mills, 1940), capazes de dar significado à identidade, posição e programa dos sindicatos em contexto de necessária renovação. Considera-se que ultrapassar a fragmentação de interesses e de solidariedades em contexto de massificação de desemprego não será, com certeza, uma questão irrelevante no quadro dos debates sobre recomposição de classe referidos no primeiro capítulo.

Argumentei ainda que a constatação da impossibilidade de encontrar trabalho digno constitui um primeiro passo para o processo de consciencialização coletiva que abre caminho à mobilização (Fernandes, 2011). Este é um dos efeitos da massificação do desemprego que possibilita a identificação de um problema comum. Por exemplo, as ações de “requisição de empregos” promovidas pela *Agir ensemble contre le chômage (AC!)*, não resultando em qualquer recrutamento,

³⁸ No estudo exploratório foram identificados três tipos de identidades (Fernandes, 2011): identidades profissionais mais ou menos estáveis que dão lugar a um forte sentimento de revolta e de ressentimento mas sentimentos de desânimo e uma postura de acomodação; identidades profissionais difusas em que o sentimento de perda é menos marcado; por fim, uma terceira orientação identitária - que parece ter sido, aliás, o mote identitário do protesto da geração à rasca - em que o percurso profissional foi demasiado curto e precário e em que o sentimento de perda não incide tanto sobre o emprego que se perdeu mas antes nas aspirações profissionais, construídas em torno de um determinado percurso de formação, ou de um determinado estilo de vida, e que se revelaram frustradas.

constituíram uma boa forma de chamar a atenção dos media para o problema da redução do emprego disponível (Chabanet, 2012). Ainda assim, a questão da identidade constitui uma questão incontornável na ação coletiva, na medida em que o problema da delimitação de fronteiras tende a ser um problema persistente na formação das identidades de classe (Silver, 2003) e que ações baseadas na identidade, mais do que nos interesses, são particularmente prováveis em contextos em que as mudanças políticas, económicas e sociais desestabilizaram as identidades anteriores (Polleta e Jasper, 2001). Ao nível da ação e elaboração reivindicativa, o problema da identidade foi abordado de diferentes modos, permitindo em qualquer dos casos criar identidades coletivas para além da diversidade das suas experiências.

Tendo por base o caso italiano, Baglioni et al. (2008) verificaram que as redes de mobilização desenvolveram-se em torno de duas agendas distintas: por um lado, a disputa política pura com vista a obtenção de emprego para os seus membros; por outro, o envolvimento coletivo não apenas como meio de obtenção de trabalho mas num movimento cujas reivindicações abrangia um vasto leque de temas, incluindo o acesso a trabalho, a habitação segura, a defesa do ambiente e dos direitos laborais. Neste último caso, que mobilizou a maior parte dos grupos de desempregados, a luta contra do desemprego era vista como uma componente de uma luta mais vasta contra a exclusão social, a ser reforçada através da ligação a outros grupos e outras experiências de mobilização. Neste caso, a fragmentação é compensada pela diversidade de reivindicações e pela abertura da estratégia de alianças.

O posicionamento face ao trabalho é um elemento de tensão e de divisão, contribuindo para gerar clivagens ideológicas nas alianças envolvendo pessoas desempregadas, em muitos casos resultando na fragilização ou cessação de ciclos de protesto (della Porta, 2010; Chabanet e Faniel, 2012; Lahusen e Baumgarten, 2006; Lahusen, 2014). A heterogeneidade da base social cria problemas à ação coletiva pois dificulta o estabelecimento de um consenso em torno das reivindicações, objetivos, perceções e identidades comuns que devem ser disseminadas como alternativa às perspetivas que encaram o desemprego como uma situação indesejável, mas transitória, resolúvel através de estratégias de assertividade individual. A verdade é que, mesmo partilhando a perceção de exclusão, as pessoas desempregadas vivem essa experiência de forma diversa. Enquanto algumas pessoas e grupos colocam a tónica no direito ao trabalho como forma de melhorar a sua situação pessoal, social e económica e ultrapassar a

exclusão social, outras apontam os riscos deste tipo de reivindicação, argumentando que o foco na integração no mercado de trabalho pressiona os grupos mais vulneráveis a sujeitarem-se às condições de trabalho alienantes e abusivas, contribuindo para acelerar a sua flexibilidade e colocar mais pressão sobre os salários e condições de trabalho.³⁹ Encarando o desemprego como uma oportunidade para desenvolver modelos contra culturais, estilos de vida e atividades económicas alternativas, alguns ativistas defendem adoção do rendimento básico como forma de minimizar a pressão do mercado de trabalho capitalista e aumentar as possibilidades de acesso a trabalho com significado e/ou não mercadorizado (Lahusen, 2014). Entre estas duas posições é possível identificar uma grande variedade de posições, ora enfatizando uma melhor distribuição de trabalho, ora apontando a necessidade de proteção social (Baumgarten, 2010), e que expressam aquilo que designei anteriormente como sendo a tensão unidade-fratura.

Dois exemplos de um tipo de ação que desafia a relação simbólica com o trabalho como base da construção da identidade são as ações do “desempregado feliz”, na Alemanha e a campanha italiana do “São precário”. Enquanto no primeiro caso, é a moral do trabalho prussiana que é desconstruída, de forma crítica e provocatória, no segundo procura-se ligar o problema do trabalho temporário aos temas do dia-a-dia - não apenas o rendimento, mas também a habitação, o amor e a amizade, o acesso e os serviços. Della Porta sustenta que esta divisão tem uma marca geracional, com a emergência de uma nova geração que recusa a ética do trabalho. Esta posição, embora minoritária, é cada vez mais influente, especialmente nos movimentos de trabalhadores precários e de justiça global, neste último caso enquadrando as questões laborais numa abordagem mais vasta, envolvendo mudanças sociais profundas. Um outro exemplo da expressão desta tensão, mas neste caso colocado de forma menos simbólica e mais instrumental e em contexto francês, foi a resposta de grupos de desempregados de longa duração face à proposta de jornada de trabalho das 35 horas semanais. Estes grupos argumentaram que essa seria uma reivindicação “simpática”, mas com um horizonte temporal demasiado a longo prazo, sendo necessário exigir programas de assistência imediata centrados, por exemplo, no tema dos transportes e do alojamento. Este exemplo remete-nos para importância de equacionar o dia-a-dia, o imediato da experiência do desemprego,

³⁹ Uma versão radical desta posição é a expressa no “Manifesto contra o trabalho”, promovido pelo Grupo *Krisis* (2003)

como elementos importantes a considerar na mobilização e ação coletiva envolvendo pessoas desempregadas.

2.6 Superando o isolamento. Entre o local e o (trans)nacional

Em 1965, Mancur Olson (2002) apontava a disjunção entre a racionalidade individual e a coletiva, argumentando que, estando em causa as reivindicações relativas a bens comuns, a maioria das pessoas não investiria na ação coletiva pois poderia usufruir desses bens comuns sem ter de arcar com os custos associados ao seu envolvimento nesta. Neste sentido, como se assinalou na seção 2.1, a ação coletiva só seria possível em pequenos grupos ou pela aplicação de incentivos seletivos envolvendo os membros ativos do grupo. Este argumento, popularizado como o dilema do *free-rider*, refletindo as grandes dificuldades em conceptualizar a agência de grandes coletividades (Scott, 1995), marcou os debates teóricos sobre a ação coletiva e os movimentos sociais, e é particularmente relevante para o estudo da ação coletiva de pessoas desempregadas dadas as vulnerabilidades sociais, económicas, políticas e culturais apontadas anteriormente. As respostas ao dilema teórico apresentado na obra “A lógica da ação coletiva”, pode ser sintetizadas em duas linhas de argumentos, uma apontando o papel das organizações na mobilização de recursos e uma outra apontando o papel da cultura e da comunidade.

Para McCarthy e Zald (1987) o argumento de Olson é pertinente para o estudo de movimentos sociais na medida em que a avaliação dos custos e das recompensas é afetada pela estrutura da sociedade e a ação das autoridades; e o modelo da oferta e da procura é, na prática, também aplicado no contexto dos movimentos sociais. Mas resulta num paradoxo: há o risco do *free-rider* não beneficiar dos bens comuns reivindicados por falta de mobilização em defesa destes. Neste sentido, a literatura tem apontado dois tipos de alternativas (Baumgarten e Lahusen, 2012): uma hipótese vai no sentido da adoção de medidas organizativas que, na lógica de Olson, passaria pela seleção de incentivos e a criação de mecanismos de redução de custos associados à participação na ação coletiva. Outra hipótese, pressupõe já a existência de um

grupo de ativistas, disponível para fazer contribuições mais arriscadas e exigentes, para além do limite da massa crítica. Uma perspetiva distinta é a que questiona (McAdam et al., 2009 [1996]: 30):

a imagem de um outsider isolado decidindo se vai ou não aderir a uma certa ação coletiva “oferecida” por algum tipo de empreendedor. O que falta a esta visão é o grau de inserção e investimento ontológico dos indivíduos em vários tipos de estruturas e práticas sociais.

Ao destacar o papel da identidade coletiva nos movimentos sociais, os autores desdramatizam o dilema do *free-rider*, apontando o papel da solidariedade e dos compromissos ontológicos das estruturas primárias de mobilização, ligadas às comunidades em que as pessoas se inserem e das quais derivam significados e identidades relevantes para a sua vida e bem-estar. Para os autores, este é o ensinamento da obra “A Formação da Classe Operária Inglesa” de E.P. Thompson, que permitiu libertar a análise de classe do seu grilhão produtivista, reconhecendo o papel da política popular na formação de sentido e de identidade da vida social. Isto remete-nos para o último tópico desta abordagem ao problema da ação coletiva tratado neste capítulo: estando os desempregados (e as desempregadas) excluídos do espaço de produção, necessitam de encontrar espaços relacionais que fomentem – ou pelo menos possibilitem - o seu envolvimento e participação pública.

Mobilizando o mapa estrutura-ação proposto por Santos (2000), pode-se dizer que a quem está em situação de desemprego restam apenas os espaços doméstico, da comunidade e da cidadania, visto que estão excluídos (e excluídas) dos espaços de produção e do mercado. Desse ponto de vista, o confinamento a estes espaços, ao mesmo tempo define constrangimentos, cria novas possibilidades de desenvolvimento da ação nas quais os afetos, as identidades e relação com Estado ganham nova importância. Explorámos anteriormente sobretudo o espaço da cidadania, no sentido de perceber que tipo de oportunidades se abrem em contexto de massificação do desemprego facilitando o acesso ao espaço público por um grupo politicamente marginalizado. Olhamos agora para o espaço da comunidade, e da cidade, lembrando que, como as dinâmicas da exploração de classe não estão confinadas ao local de trabalho, não é de todo surpreendente que a Comuna de Paris, uma das mais icónicas “revoltas proletárias”, não tenha sido gerada pelos trabalhadores da fábrica (Harvey, 2012),

mas antes as pelas relações sociais forjadas no contexto das redes de vizinhança, da cidade.

A escala local é particularmente relevante na medida em que se verifica uma marginalização dos(as) desempregados no espaço público nacional e que demonstra ser uma arena política pertinente para construir campanhas e alianças, em defesa de causas relacionadas com o desemprego. Uma estrutura administrativa descentralizada é mais aberta a um tipo de ação de base local, especialmente em contexto de dificuldade de acesso à escala nacional ou de marginalização política (Lahusen, 2014; Baglioni et al., 2008; Baumgarten e Lahusen, 2012).

A questão da escala parece aliás ser um tema complexo, que deve ser melhor compreendido considerando as estruturas de oportunidades políticas específicas ao desemprego e, em particular, o conteúdo das políticas. Mas, em qualquer dos casos a evidência empírica sublinha as vantagens da escala local por alargar o âmbito e as bases sociais da ação potencial (Lahusen, 2014):⁴⁰ mobilizando as redes sociais informais do dia-a-dia, como família e a vizinhança, e iniciativas de base local mais orientadas para os problemas quotidianos de quem está em situação de desemprego; permitindo a expressão de uma grande diversidade e especificidade de reivindicações; potenciando a capacidade de disrupção. Se formos além de uma visão atomística e reconhecermos que o desemprego e a precariedade são mais do que categorias administrativas e académicas, facilmente compreendemos que a perda de rendimento e vínculos relacionados com o trabalho tem impacto na situação económica, social e cognitiva de uma rede mais vasta de relações sociais. Isso significa, argumenta Lahusen, que a base potencial de ação coletiva é simultaneamente muito mais vasta e muito mais heterogénea, significando que não há definição clara de fronteiras. Além de ser mais adequada à realidade quotidiana da condição de desemprego, esta constitui uma boa base para ultrapassar a fragmentação e diversidade identitária assim como, ao abrir espaço a uma multiplicidade de reivindicações, contornar clivagens político-ideológicas, facilitando a formação e sustentação de alianças – um elemento crucial para o sucesso na mobilização de “atores fracos”. A escala local também tem a vantagem de potenciar laços a longo prazo, que têm sido indicados como um elemento importante no sucesso da ação

⁴⁰ Lahusen (2014) encara os protestos nacionais como uma panóplia de protestos locais que podem ir além dos ciclos pontuais e episódios conflituais de grande escala.

coletiva, em particular envolvendo quem está no desemprego (Cinalli e Flüglister, 2010).

Lahusen (2014), por exemplo, reporta atividades individuais coletivamente coordenadas que lidam com questões relacionadas com o custo de vida ou pedidos de prestação de serviços; ação cívica legal, ação contra cultural. Chabanet (2012), por sua vez, refere o caso de Bouches-du-Rhône como exemplificativo de que, mesmo em contexto regional económico desastroso, é possível a construção de laços sociais fortes fora do trabalho, especialmente quando as redes de sociabilidade dos (as) desempregados(as) continuam a ser fortes. Olhando os estudos históricos sobre o desemprego há uma dimensão territorial, local que salta à vista: seja nos desempregados de Marienthal, sejam nas históricas marchas da fome, é a localidade associada à condição de desemprego que se impõe ou que, pelo contrário, é desafiada. Um outro exemplo foi a Marcha do “Pão e Rosas” realizada em 1995 no Canadá, envolvendo centenas de mulheres e que veio a inspirar a formação da Marcha Mundial de Mulheres - uma rede internacional feminista ainda hoje ativa (Fernandes, 2014). O envolvimento num espaço e tempo comum permite fortalecer uma identidade partilhada por um grupo que de outra forma seria caracterizado por uma grande heterogeneidade social e ideológica. Permite também o equilíbrio entre uma identidade de grupo relativamente fluída e dispersa e um programa político pouco elaborado (Chabanet, 2010).

Reconhecer a importância das relações de proximidade não significa descartar o papel da escala (supra)nacional ou que movimentos de desempregados(as) não possam ligar-se a movimentos de protesto mais vastos, como é o caso do movimento alter globalização (Chabanet e Faniel, 2010; Lahusen, 2014; Baglioni et al., 2008). Os casos da Bélgica, Alemanha, Itália e Espanha mostraram como, mesmo em contextos nacionais bastante hostis, grupos de desempregados(as) aproveitaram a organização de contra cimeiras Europeias e outras iniciativas de oposição ao neoliberalismo para se fazerem ouvir, adotando uma forma particular de glocalismo – pensar global, agir local.⁴¹ Observa-se, porém, que mudanças drásticas no sistema socioeconómico provocadas pela adoção de políticas neoliberais podem afetar a construção de alianças gerando, por ex., mais oportunidades para *networking* transnacional e

⁴¹ Ex: caso de Espanha (Bérout, 2012; Chabanet e Faniel, 2012:7): a afirmação do movimento alter globalização criou um contexto relativamente favorável para a convergência ideológica e organizacional, assim como a emergência dos(as) desempregados(as) como atores políticos, mas apenas à escala regional e sobretudo em algumas comunidades autónomas.

restringir as oportunidades de ação coletiva doméstica (Bandy, 2004, citado por Diani, 2011).⁴²

No entanto, como vimos anteriormente, as possibilidades de mobilização coletiva no desemprego e o tipo de rede de alianças formada está fortemente dependente das oportunidades políticas nacionais (Giugni, 2010). Ainda assim, foi proposto o conceito de estrutura de oportunidades multinível (Tarrow e della Porta, 2005) para se referir às novas oportunidades geradas pelo desenvolvimento de instituições internacionais – como a UE, a OMC, BM e IMF – que, ao constituírem o eixo (*fulcrum*) para a formação de alianças de diferentes atores estatais e não estatais (embora não substituindo os atores estatais) contribui para aumentar a visibilidade de atores não estatais, a reconhecimento mútuo e, por vezes, o seu poder para influenciar acontecimentos. Neste sentido, o caso da UE é um bom exemplo da forma como a tensão local-nacional-global se expressa no campo do desemprego. Statham e Cinalli (2010) encaram a política Europeia enquanto campo multi-organizacional, dominado pelo poder executivo, no qual existe pouco espaço para uma voz autónoma dos movimentos sociais e da sociedade civil.⁴³ Em várias das experiências estudadas, o protesto foi sobretudo orientado para a escala nacional, mas a UE é vista como um nível adicional de oportunidade política para abordar temas que se considera já não estarem sobre o controlo do Estado-Nação - neste caso, verifica-se um processo externalização do protesto. Na verdade, apesar do forte papel de constrangimento das arenas domésticas, as pressões supranacionais são aquilo que os atores nacionais delas fazem. Sendo esta uma tendência cíclica, mais do que estrutural (Lahusen et al., 2010), é dependente de fatores organizacionais e institucionais.

⁴² A literatura destaca o papel decisivo dos “empreendedores” políticos que têm um papel decisivo na mobilização de pessoas desempregadas na mobilização transnacional (Chabanet, 2010).

⁴³ A este propósito os autores lembram que nas experiências estudadas os interesses dos desempregados foram defendidos por um grupo de organizações fortemente dependentes das suas ligações à Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

3 A crise, o desemprego e os protestos anti austeridade

Após a revisão teórico-conceitual sobre desemprego e ação coletiva empreendida nos capítulos anteriores, neste capítulo procede-se à revisão dos debates teóricos sobre os protestos anti austeridade, nomeadamente àqueles considerados com especial relevância para analisar o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas no ciclo de mobilizações 2011-2013, em Portugal. Começa-se por analisar a natureza da crise financeira de 2008, sublinhando a sua conjugação com a terceira onda de mercadorização que remonta a crise petrolífera da década de 70 (Burawoy, 2014), na qual as elites e o campo do capital demonstraram uma enorme eficácia em impor a sua agenda ideológica. Em segundo lugar, é abordada a resposta dos movimentos sociais na afirmação do movimento antiglobalização, alter-global ou de justiça global, salientando-se os pontos comuns e os pontos que os distinguem desta nova onda de protestos em termos de atores, reivindicações e formas de ação. Em terceiro lugar, é explorada a crise do euro, destacando-se a emergência dos protestos anti austeridade, em particular no sul da Europa. Em quarto lugar, questiona-se até que ponto o desemprego se refletiu na base social destes protestos. Por fim, aborda-se a inovação verificada ao nível dos reportórios de ação, debatendo-se a sua abertura à mobilização de pessoas desempregadas.

3.1 Da natureza de uma crise

A crise financeira de 2007/2008 ganhou rapidamente uma escala internacional, pelo seu efeito de contágio, ultrapassando largamente a sua origem inicial – a falência da Lehman Brothers, nos Estados Unidos. Além disso, os seus impactos ultrapassaram em muito o sistema financeiro refletindo-se nas condições de vida das populações. Um sinal dos impactos materiais a crise financeira foram os

protestos alimentares, a primeira onda conflitual logo em 2007/2008. Como sublinham Ortiz et al. (2013), embora este tipo de protesto tenha uma relação inversa com os níveis de rendimento - e virtualmente ausente em países apresentando altos rendimentos -, o papel da crise alimentar do ciclo global de protestos 2011-2013 não é despiciente na medida em que o segundo pico dos preços dos alimentos associado à crise financeira verificado em 2010-2011, foi um fator importante para explicar as revoltas que percorreram os países Árabes (Ortiz et al., 2013). Ora, como é que uma crise com origem no sistema financeiro, teve percussões económicas, sociais e políticas tão profundas? Por que razão tivemos a sensação de estar a assistir a um fenómeno do tipo efeito borboleta?⁴⁴

No seu discurso presidencial feito no quadro do XVIII Congresso da Associação Internacional de Sociologia, realizado em Yokohama, Michael Burawoy evoca o trabalho de Karl Polanyi para argumentar que a utilização do termo mercadorização permite esclarecer sobre a experiência vivida que está na base dos movimentos sociais e questiona: o que há na mercadorização do trabalho, da terra e do dinheiro - e do conhecimento, acrescenta - que a faz despoletar os contramovimentos? Para Burawoy (2014) entender a onda de protestos verificada entre 2010 e 2014 implica perceber como se conjugou a terceira longa onda de mercadorização, aquela que começou em 1973 com a crise de petróleo.

Vimos no primeiro capítulo que se assistiu a um tremendo assalto ao trabalho a partir da década de 70. Isto deu-se a par da desconstrução da relação salarial fordista e do enfraquecimento das bases de poder do sindicalismo, o que aconteceu a par da rápida translação das economias para sectores dos serviços com especificidades que tornaram mais difícil a organização coletiva dos trabalhadores. À medida que o papel do Estado e das políticas públicas, assim como os sindicatos, foi posto em causa – afirmando-se em contrapartida o mercado e indivíduo atomizado - o fordismo caiu em declínio abrindo espaço a uma profunda recomposição do mercado de trabalho, sem precedentes no período pós-guerra (Estanque e Costa, 2012), definindo uma nova morfologia do

⁴⁴ Refira-se que esta expressão é utilizada para designar o modo como, distintamente do “efeito caracol” (fenómenos que se mantêm no tempo), a sociologia também estuda fenómenos sociais que se se revelam inconsistentes e imprevisíveis (Javeau, 1998). É verdade que a interrogação pode parecer desfocada relativamente ao objeto de estudo. Na verdade, como alertam Goodwin e Hetland (2013), o tema do capitalismo praticamente desapareceu da pesquisa no campo dos movimentos sociais, especialmente a partir das décadas de 80 e 90. Os autores comentam que isso aconteceu durante um período no qual o capitalismo global se tornou ainda mais poderoso mas, ironicamente, também se tornou cada vez mais invisível para investigadores e investigadoras dos movimentos sociais

trabalho (Antunes, 2008). Se no pós-Guerra, as relações laborais desenvolveram-se em torno de um modelo salarial fordista, com a crise iniciada na década de 70 deu-se início profunda mudança social, pela afirmação de novo léxico político assente nos chavões globalização, descentralização e flexibilização (Costa, 2008).

Na prática, os novos (e os velhos) reportórios adotados pelas elites e pelo campo do capital no final da década de 60 demonstraram uma enorme capacidade de colocar o campo do trabalho à defesa, instaurando a era do medo laboral – do despedimento, do *lay-off*, de não conseguir a reforma, de cair na pobreza, da marginalização no *part-time*, dos trabalhos inseguros e mal pagos -, em sociedade neoliberais que denigrem os “perdedores” no jogo da competitividade global (Piven e Cloward, 2000). Como vimos anteriormente, o desemprego tornou-se um instrumento fundamental de disciplinamento da força de trabalho fazendo também sentido falar numa mundialização do exército de reserva (Chenais, 2007) constituído não apenas pela força de trabalho desempregada e subempregada num determinado país (ou forma de organização supranacional, como é o caso da UE) mas também pela que vem das regiões circundantes (Souza, 2010). Seja pela migração da mão-de-obra, seja pela deslocalização produtiva, “cá dentro” ou “lá fora”, foi-se consolidando uma força de trabalho global (Silver, 2003), mais e mais descartável.

Globalização, neoliberalismo, capitalismo financeiro, vários são os conceitos que têm sido usados para descrever esta nova onda de mercadorização, que incluiu uma crescente integração produtiva e do processo de trabalho à escala mundial; uma renovada campanha ideológica contra a regulação do mercado e contra as solidariedades do campo do trabalho mas, desta vez, numa escala internacional; e a viragem para a busca de lucro, não tanto pela eficiência produtiva, mas antes através de manipulações financeiras. Redução dos custos de produção, destruição do Estado social em todas suas versões, abrandamento do declínio do peso EUA no sistema-mundo, foram algumas das bandeiras promovidas pelo Consenso de Washington (Wallerstein, 2010). Ao mesmo tempo que, à escala nacional, sindicatos e contratação coletiva foram minados - fazendo vingar a ideia de que trabalho e gestão são componentes de um mesmo objetivo, o da vantagem competitiva - o FMI fez saber, através imposição de condições neoliberais estritas para assistência a países com crises orçamentais, que a divisa *There is no Alternative* seria para ganhar o estatuto

verdade universal incontestável (Piven e Cloward, 2000; Silver, 2003; Wallerstein, 2010).

Tudo isto tudo se conjugou, não numa viragem para formas puras de mercados, mas antes numa forma de keynesianismo privado, que incluiu mercados de derivados desregulados cuja expansão se baseou no endividamento extensivo com a habitação – e não só – entre pessoas de baixos e médios rendimentos (Crouch, 2009). Na prática, o endividamento acabou por ser uma estratégia de substituição dos direitos sociais que estavam a ser desmantelados e de compensação da estagnação na remuneração do trabalho, especialmente entre os segmentos mais precários e pior remunerados (Streeck, 2013). A expansão dos produtos e serviços financeiros foi tal que, ao longo dos últimos 30 anos, o peso destes acabou por superar o investimento real, representando hoje três vezes mais capital do que economia produtiva, implicando um desinvestimento na economia real, considerada menos relevante na reprodução do capital. Por isso, foi necessária a afirmação de uma cultura material da financiarização (Fine, 2013), na qual mercadoria-dinheiro e condições materiais da sociedade tornaram-se cada vez mais imbricadas.⁴⁵ E se, como vimos no primeiro capítulo, a viragem para a “plena empregabilidade” veio acompanhada por maior desproteção, estar desempregado(a) significou também estar mais vulnerável face às oscilações da mercadoria-dinheiro e por isso mais condenado(a) ao seu destino de força de trabalho de reserva.

Representando uma viragem eficaz nos reportórios de ação do capital, a globalização colocou desafios adicionais ao campo do trabalho. Entretanto, o colapso da bolha imobiliária nos EUA foi mais do que uma “dificuldade passageira”. Na verdade, esta crise deixou a descoberto uma crise estrutural caracterizada por uma forte instabilidade e grande incerteza quanto à natureza das configurações sistémicas futuras (Wallerstein, 2010). Essa incerteza é de monta: em primeiro lugar, porque crises anteriores foram sucedidas por contramovimentos protecionistas, afirmados por forças de chefia carismática e de isolacionismo autossuficiente (Polanyi, 2012); em segundo lugar porque, indo além do conflito capital-trabalho, esta crise expressa também uma agudização do conflito capital-vida (Orozco, 2014), no qual os riscos dos mercados foram sendo socializados ao mesmo tempo que os bens comuns - saúde, educação, água, alimentos, energia -, enfim, os meios necessários a uma vida digna, estão a ser

⁴⁵ Sobre este tema ver Silva et al. (2015) e Silva (2016).

privatizados; em terceiro lugar, porque nesse conflito o risco de catástrofes ambientais - desde pandemias, alterações climáticas e guerras tornam-se um problema imediato. Afinal, a crise é também ela alimentar, ecológica, económica e social, e rapidamente ganhou uma dimensão política (Fernandes, 2013). As suas implicações político-ideológicas são decisivas: o desenlace desta crise pode ser difícil de prever mas a crise do projeto neoliberal, enquanto consequência do colapso do sistema financeiro, pode contribuir para um ponto de viragem relativamente a futuros alternativos (Walby, 2011).

3.2 A globalização a partir de baixo

O ponto mais encorajador numa crise sistémica, segundo Wallerstein (2010), é o facto de aumentar a viabilidade da agência, do livre-arbítrio - o resultado depende da capacidade dos campos em disputa de fazer inclinar o prato da balança para o seu lado. O autor distingue dois campos que têm estado em disputa, ambos com fins mais ou menos definidos, mas sofrendo divisões e contradições no seu seio. O campo de Davos, visando impor um sistema que não é necessariamente capitalista, mas que retém as suas características de hierarquização, polarização e exploração. Este campo enfrenta divisões entre quem adota uma estratégia de “mão-de-ferro” para todos os níveis de opositores e entre quem opta pela tentativa de cooptação do campo da transformação (ex.: capitalismo verde). Ampliando a base social e ideológica dos movimentos anti sistémicos (Arrighi et al., 1989; Santos, 2005), o campo de Portalegre, por sua vez, busca e acredita na possibilidade de “um outro mundo” que nunca existiu antes, que é relativamente democrático e relativamente igualitário. E também enfrenta divisões: quem defende uma estratégia para um mundo horizontal e descentralizado na sua organização, onde direitos individuais e coletivos podem coexistir e que se assume como característica permanente desse novo sistema; e quem busca uma nova internacional, vertical na sua estrutura, homogeneizadora nos seus objetivos a longo prazo. Ambos os campos têm disputado os resultados desta crise estrutural, antes e depois de 2008 (Wallerstein, 2010). A onda de protestos que ganhou uma escala global entre 2010-2014 foi também expressão desta disputa,

contando com elementos comuns e distintos do campo que se expressou no movimento dos fóruns mundiais e que, como indicador da diversidade que nele coexiste, também tem sido designado de antiglobalização, alter globalização, ou pela justiça global.

Se a globalização pode ser olhada não apenas pelo seu modo hegemónico, mas igualmente pela sua vertente contra-hegemónica (Santos, 2000), ela tornou-se uma questão incontornável para os movimentos sindicais e sociais. Primeiro, porque os mercados de trabalho tornaram-se cada vez mais globalizados e o capital financeiro particularmente móvel. Segundo, porque considerando a ameaça ambiental que paira sobre o planeta, as reações nacionais à expansão do mercado não são capazes de reverter esta onda de mercadorização, requerendo antes uma resposta à escala planetária (Burawoy, 2014). Esses desafios são tanto mais significativos se tivermos em conta que: a herança crucial em termos de repertórios de ação coletiva é o movimento social nacional (McAdam et al., 2009); persistem as dificuldades dos movimentos sindicais em ultrapassar a clássica disjunção entre mobilidade do capital e localidade do trabalho (Tilly, 1995); é muito significativa a massa mundial de “desorganizados” que não está envolvida em sindicatos ou noutras organizações representativas do campo do trabalho (Costa, 2005).

As dificuldades são, pois, muito consideráveis. No entanto, o vertiginoso crescimento da divisão internacional do trabalho, contribuindo para a formação de uma força de trabalho à escala mundial na base de uma maior inter-relação dos processos laborais, providenciou também ramificações das redes relacionais que forma cada uma das classes (Arrighi et al., 1989; Silver, 2003). O potencial do poder popular expandiu-se para além de localizações institucionais específicas em que se baseavam as nossas noções de poder democrático e laboral, visto que as pessoas comuns também são uma parte importante das trocas frágeis e complexas que constituem a globalização neoliberal – é por isso que são poder interdependente potencial (Piven, 2008). No entanto, na “Era da Informação”, promover esse poder potencial requer o desenvolvimento de uma política cibercultural: por um lado, compreender os mecanismos e relações de poder no mundo das redes; por outro, garantir um constante vaivém entre ativismo político na internet e a política do lugar, ou seja, o ativismo político praticado nos espaços físicos onde é utilizada a *net* e onde decorre a vida (Waterman, 2004; 2012).

Os movimentos alter globalização foram um bom exemplo da capacidade de inovação daquele que Wallerstein (2010) designa como o campo de Porto

Alegre. A nova onda de protestos que emergiu a partir de 2010 teve pontos em comum e pontos distintos da que a antecedeu (Della Porta, 2012 e 2015; Baumgarten, 2018), beneficiando de algum do património de reportórios daqueles movimentos.

Antes de resumir algumas das diferenças e semelhanças dos dois ciclos de mobilização, importa lembrar duas ideias a serem consideradas na análise dos protestos. A primeira é a de que esta última onda de protestos se aproxima mais do que foi referido anteriormente como movimentos de crise (Kerbo, 1982), nos quais a massificação do desemprego constitui uma característica chave. A esse propósito lembre-se que, embora a extensão do protesto não esteja diretamente correlacionada com as taxas de desemprego, a mobilização envolvendo pessoas desempregadas é sensível à massificação do desemprego, nomeadamente por abrir espaço ao reconhecimento público e à perceção da injustiça da situação de quem está desempregado(a). A segunda tem a ver com os dois conceitos usados a propósito das respostas à crise, tal como analisada na secção anterior – “contramovimentos” e “movimentos anti sistémicos”. Como lembra della Porta (2015), enquanto o conceito “contramovimento” (Polanyi, 2012) mais facilmente assume uma orientação para o passado - procurando reestabelecer os compromissos anteriores entre mercado livre e proteção social -, o conceito “movimento anti sistémico” remete para a ideia de luta por alternativa radical ao capitalismo.

Ambas as ondas de protesto adotaram uma linguagem cosmopolita, reivindicando direitos globais e responsabilizando o capital financeiro, mas enquanto o movimento de justiça global foi do transnacional para o nacional, esta nova onda de protestos seguiu o caminho inverso (della Porta, 2012). Nesta onda mais recente, os protestos parecem ter acompanhado a geografia da emergência da crise económica, que atingiu com diferentes intensidades e em diferentes tempos cada país, mas as estruturas de oportunidades políticas nacionais também os condicionaram (Tarrow, 2011; Della Porta, 2012; Baumgarten, 2018; Burawoy, 2014). Isto verificou-se não apenas dentro de cada região mas também entre regiões: a norma autoritária em contexto Árabe; a troika no Sul da Europa, a aliança do capital internacional e do estado na América Latina (Burawoy, 2014). Emergindo da periferia para o centro, os protestos refletiram as desigualdades

espaciais no seio do Sistema Mundo e no quadro da própria UE.⁴⁶ Além disso, como argumenta Tarrow, (2011), esta nova ronda de protestos terá tido uma marca mais confrontativa.⁴⁷

Sendo a questão da base social tratada num ponto distinto, deve-se desde já sublinhar o peso dos “perdedores da globalização” na mais recente onda de protestos (della Porta, 2015). Um menor nível de coordenação relativamente ao movimento alter global (della porta, 2012), formas de articulação transnacionais mais *grassroots*, mediadas pelos media, e a importância da ocupação do espaço público são outros aspetos importantes do ciclo de protestos que emergiu em 2010 (della Porta, 2012; Burowoy, 2014). Por fim, refira-se que, embora em ambos os casos, terá sido dado um grande peso à questão da democracia (della porta, 2012; Baumgarten, 2018), no ciclo de mobilizações que emergiu em 2010 verificou-se um foco maior no tema da corrupção (Estanque et al., 2013).

3.3 Da crise do euro aos protestos anti austeridade

A crise financeira veio expor as fragilidades institucionais e político-económicas da UEM, assim como as suas contradições territoriais. Ao retirar aos Estados os instrumentos monetários próprios, nomeadamente a desvalorização monetária, a UEM obrigou a que o ajustamento entre as economias nacionais, em caso de choques assimétricos, fosse feito através de outros meios nomeadamente a desvalorização interna e a mobilidade do trabalho. Enfrentando o risco de crise de colapso da industria financeira na sequência da crise financeira de 2008, a maioria dos governos levaram a cabo programas de resgate ou de nacionalização de sectores financeiros e de suporte das suas economias, o que levou ao aumento das dívidas e os défices públicos desses países e, em 2009, a uma crise fiscal, precipitada pela dificuldades de financiamento - aquilo que tem sido definido como crise das dívidas soberanas (Lapavistas et al., 2010; Degryse, 2012; Rodrigues et

⁴⁶ No entanto, não é de descartar a possibilidade dos efeitos de contágio terem atuado de forma bi-direcional entre centro e periferia. Por exemplo, uma das primeiras reações anti austeridade mais fortes e articuladas surgiu, ainda em 2010, no centro, no Reino Unido, através do *Uncut*

⁴⁷ Tarrow (2011) distingue entre movimentos globais, movimentos contidos e movimentos de confronto.

al., 2013). Foi neste quadro que se tornaram notórias as contradições geopolíticas, nomeadamente as geradas pela integração assimétrica dos países do Sul na UEM - e no mercado global. Camuflada por um processo de financiarização orientado pelo crédito, que “incrustou”, de forma temporária, o processo de neoliberalização em curso, temperando-o com políticas sociais, a crise veio expor as debilidades dessa integração assimétrica no quadro da UEM (Reis et al., 2013; Gambarotto e Solari, 2015).⁴⁸ Em contexto de crise fiscal, estes países enfrentariam dificuldades acrescidas de financiamento.

Se, em 2008, face a dificuldades de liquidez nos bancos europeus, o BCE atuou de forma diligente assegurando os fundos necessários à recuperação da posição daqueles, o mesmo não aconteceu quando, em 2009, os Estados enfrentaram problemas de financiamento - os Estados ficaram entregues a si próprios, sem margem de manobra em termos de políticas monetárias e financeiras, além de ficarem vulneráveis aos ataques especulativos dos mercados de dívida pública. Face à escalada da crise da dívida, as instituições europeias foram propondo receitas de controlo orçamental baseadas em medidas de austeridade que, embora inicialmente tenham sido apresentadas como medidas excepcionais, acabaram por ser estabelecidas como regra, ameaçando seriamente o Estado Social e a democracia. Assim, as orientações da política europeia expressas na Agenda 2020, assinada em 2009, no Semestre Europeu, lançado em 2011 e no Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na UEM, assinado em 2012, foram no sentido de subordinar as prioridades das políticas de emprego e sociais à estabilidade estrutural da união monetária e à consolidação das finanças públicas (Degryse, 2012; Pochet e Degryse, 2013; Campos Lima e Fernandes, 2014).

As opções tomadas pelas instituições políticas da UE foram apresentadas como inevitáveis e, no caso dos países periféricos - primeiro na Grécia, depois em Portugal, mais tarde na Itália - a aplicação das políticas de austeridade passou pela intervenção direta de entidades supranacionais, na forma de acordo com uma Troika composta pelo BCE, CE e FMI. Estas mudanças resultaram num drástico reforço do poder dos não eleitos, favorecendo uma lógica autoritária de exceção (Ferreira, 2011). Este contexto de grande instabilidade económica e política gerou impasses que colocam em causa o próprio processo de integração europeia.

⁴⁸ Reis et al. (2013) reportam que Portugal seguiu um modelo de financiarização híbrido, que conjuga características de economias financiarizadas do centro com as características de economias da semiperiferia ou da periferia do sistema económico mundial.

Como assinalaram Lapavistas et al. (2011), a ideologia do europeísmo que prometeu solidariedade e unidade para o povo europeu, entrou manifestamente em recuo, especialmente devido ao papel que o centro geopolítico tem tido na demonização das periferias e aos impasses da união monetária, que entravam a capacidade de resposta económica dos Estados-Nação.

As contradições sociais e territoriais eram profundas. O segundo Relatório sobre o emprego e os desenvolvimentos sociais na Europa (European Commission, 2012), espelhava um cenário de degradação da situação social em vários países europeus, com o desemprego a atingir níveis inéditos em mais de uma década, especialmente nos países do Sul e do Leste Europeu. O relatório reconhecia que, para além do agravamento geral da situação económica e da escalada da crise da dívida, um dos fatores determinantes para esta degradação da situação social foi uma mudança de orientação política no sentido da consolidação orçamental. Era possível distinguir entre os países que estavam mergulhados numa espiral de queda de produção, aumento massivo de desemprego e diminuição dos rendimentos; e aqueles que demonstraram alguma capacidade de resiliência devido às suas dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho e sistemas de proteção social mais robustos. O relatório identificava três grupos de países quando aos riscos enfrentados pelas populações em entrar e sair da pobreza (European Commission, 2012), sendo de destacar o caso países onde se verificava uma massiva “armadilha da pobreza”, tendência que evoluiu de forma alarmante – foi o caso dos Estados do Báltico, Bulgária, Grécia, Itália, Malta, Espanha e Portugal.

Os movimentos anti sistémicos tiveram dificuldades em dar uma resposta convincente face a uma crise de natureza multidimensional e multinível, que atingiu de forma particularmente intensa os países da periferia da UE, nomeadamente os do Sul da Europa.⁴⁹ Enquanto em Espanha e em Portugal o protagonismo foi assumido sobretudo pelos sindicatos, oscilando entre a negociação e o conflito (Campos Lima e Artiles, 2011), na Grécia foram os confrontos violentos que marcaram a resposta à atuação arrogante da UE face ao

⁴⁹ Uma faceta importante do processo de centralização do capital financeiro é a oficialização de Estados “devedores e credores” enquanto escalada estratégica da luta de classes. Arrighi et al., (1989) sublinham as dificuldades colocadas por este tipo de pressão, dada a complexidade das mediações relacionais que dividem pessoas em agrupamentos sobrepostos e não tanto grupos polarizados. Esta poderá ter sido uma das razões para as dificuldades de resposta à crise e às políticas de austeridade

risco de *default* deste país (Tarrow, 2011). Ainda assim é possível identificar a emergência de um ciclo de protestos na Europa do Sul que, mesmo que condicionados pelas estruturas de oportunidades políticas nacionais, constituíram uma resposta a um cenário similar de insegurança e austeridade (Burawoy, 2014; Campos Lima e Artiles, 2013 e 2014; Estanque et. al., 2013; Tarrow, 2011; della Porta, 2012 e 2015).⁵⁰

É possível distinguir dois momentos distintos: uma primeira onda de medidas de austeridade implementadas por partidos socialistas, no governo nos três países; uma segunda fase, protagonizada por governos de centro-direita em Portugal e Espanha e uma coligação centro-direita na Grécia (Campos Lima e Martín Artiles, 2013). O agravamento das condições económicas terá constituído a motivação inicial. Na medida em que estas foram aprofundadas pela adoção de medidas drásticas de austeridade que se seguiram à crise das dívidas soberanas, argumenta-se que foi a resposta dos governos (e das institucionais internacionais) à crise, que constituiu fator decisivo para a intensificação dos protestos. Isso terá acontecido tanto num plano transnacional como num plano nacional onde, em qualquer dos casos, a crise financeira parece ter desembocado numa crise política. Assistiu-se a um aparente paradoxo: ao mesmo tempo que equilíbrio de poder entre capital e trabalho pendeu em direção ao capital e à Comissão, à custa do trabalho e da esfera de decisão nacional (Bieler & Erne, 2014), o novo regime supranacional, consolidado desde 2011, também nacionalizou o conflito social (Erne, 2015; Dias e Fernandes, 2016).

Não é por isso de surpreender que a insatisfação política estivesse estado não apenas entre as principais motivações dos protestos (della Porta, 2012; Estanque et al., 2013; Campos Lima e Martín Artiles, 2013, 2014), como no próprio processo reivindicativo – refletindo-se tanto no diagnóstico como na forma de ação adotada. A crise foi encarada como uma crise da democracia, uma crítica que oscilou entre o foco na corrupção e a crítica sistémica, entre a antipolítica e alter política. Mesmo antes da crise financeira, os movimentos alter-globais endereçaram a crítica ao neoliberalismo enquanto doutrina política que perspetiva a degradação das funções públicas do Estado promovendo, ao invés, políticas de

⁵⁰ Considera-se que conceito de ciclo de ação coletiva (Tarrow, 1993) é particularmente relevante para entender a dinâmicas de protesto deste período e foi usado na análise do caso português (ver capítulo 6) No entanto, o conceito foi formulado tendo por referência uma estrutura de oportunidades políticas nacionais. Neste sentido, o importante peso das dinâmicas transnacionais na configuração do ciclo de protesto, levantam questões teóricas, conceptuais e metodológicas importantes. Para um debate tendo como foco o caso da Greve Geral de Novembro de 2012 ver Dias e Fernandes (2016a; 2016b).

liberalização, privatização e desregulação. A nova onda de protestos, no entanto, colocou um foco mais acentuado na crítica à democracia representativa, não apenas por ter degenerado numa conceção elitista da participação cidadã, mas também por ter possibilitado a abdução pela finança e pelas próprias instituições internacionais como o FMI e UE (della Porta, 2012). A insatisfação política, combinada de diferentes formas com a insatisfação económica, expressou-se não apenas usando os canais convencionais institucionais, como recorrendo a formas de ação política mais conflituais como manifestações de massas e greves gerais (Campos Lima e Artiles, 2018). Como aprofundaremos na secção 3.5, isto veio associado a importante inovação dos repertórios de ação e das formas de organização e deliberação. Para já, interessa sublinhar que os protestos anti austeridade demonstraram uma grande capacidade de ganhar o apoio da opinião pública e, em particular, voltar a colocar em cima da mesa o debate sobre as questões da justiça social (della Porta, 2015).

3.4 Desemprego e as bases sociais dos protestos

Nos capítulos anteriores vimos que, sendo o desemprego o “outro do emprego”, está também associado a uma forma de conflito laboral, na medida em condiciona o poder estrutural das classes trabalhadoras, o que resulta de dois tipos de tensão particularmente relevantes para entender os constrangimentos e as possibilidades de ação coletiva envolvendo este segmento da força de trabalho: por um lado, a tensão inclusão-exclusão, sobretudo de natureza social; por outro, a tensão unidade-fratura no quadro da força de trabalho, empregada e desempregada. Neste sentido a questão que se levanta é: até que ponto o desemprego se refletiu nos protestos, na sua base social?

Referi-me anteriormente a profundas alterações verificadas no sistema capitalista e os seus impactos nas condições de vida, ao longo das últimas décadas, e ao facto do desemprego ter ganho um papel cada vez mais saliente na definição do conflito capital-trabalho. Neste quadro, verificaram-se uma série de mudanças ao nível das políticas de emprego que, criando um novo quadro institucional, nomeadamente ao nível da (UE), abriu espaço para que o desemprego se tenha tornado num campo político contestado (Giugni, 2010).

Essa disputa fez-se sentir de forma particularmente vincada em países centrais da UE, como a França e a Alemanha, no final da década de 1990 e na primeira metade de 2000 (Baglioni et al. 2008; Chabanet & Faniel, 2012). Argumenta-se agora, na linha do apresentado noutra lado (Fernandes, 2015), que esse conflito ganhou nova dimensão Sul da Europa - em particular em Portugal, Espanha e Grécia -, na sequência da crise financeira, quando a austeridade agudizou o problema do desemprego, quer pela sua massificação, quer pela degradação das condições de vida deste segmento da força de trabalho. Esse conflito se terá expresso através da emergência novos atores no quadro dos protestos anti austeridade, o que veio acrescentar uma novidade no puzzle apontado por Esping-Anderson em 1999: os conflitos latentes *insider-outsider* terão emergido em força em França e na Alemanha mas não nos países do Sul da Europa, apesar de nestes países a exclusão do mercado de trabalho ser particularmente marcada.

Não parecem existir muitas dúvidas que a massificação do desemprego, em particular entre os segmentos mais jovens, terá constituído um fator importante para a emergência dos protestos (Estanque et al, 2013; Campos e Artiles, 2013 e 2014; Ortiz et al., 2014; della Porta, 2015; Burawoy, 2014). As questões que mais interrogação colocam são as que têm a ver com as bases sociais dos protestos, o que pode se resumir em duas questões chave: Quem protagonizou os protestos? Qual a natureza das clivagens sociais e de classe que estiveram na base dos protestos?

Jovens, em situação de precariedade ou de desemprego, com qualificações, estas são as características que mais têm sido destacadas no que diz respeito às bases sociais dos protestos (Estanque et al, 2013; Campos e Artiles, 2013 e 2014; della Porta, 2015; Burawoy, 2014). A emergência destes novos protagonistas constitui reflexo de mudanças profundas nas estruturas sociais e económicas. As dinâmicas e as variedades de capitalismo têm um efeito nas estruturas sociais afetando os interesses de classe e, desta forma, as bases sociais das políticas conflituais (della Porta, 2015). Várias são as perspetivas sobre o impacto das transformações ao nível das estruturas de classe na emergência e no decurso deste ciclo de ação coletiva. Passamos a abordar três desses debates, a partir da perspetiva do desemprego: o conceito *precarizado*; a proletarianização da classe média; a formação de uma aliança trans-classista.

O conceito *precarizado* tem se generalizado para assinalar a emergência de novos atores no quadro dos conflitos em torno das questões do trabalho, ainda antes da crise financeira. Referindo-se à recente onda de protesto, Standing

(2014) argumenta que é fundamental ultrapassar a fase de rebelião primária que se encontrava o *preariado* em 2011, devendo assumir-se como *classe-em-si* e lutar pela redistribuição. Como vimos anteriormente na secção 1.3, o conceito de *preariado* tem sido questionado como classe distinta, o que é particularmente problemático se equacionarmos que quem está no desemprego fica tanto mais estigmatizado(a) quanto mais for encarado(a) como o outro do emprego.⁵¹ Esta perspetiva acaba por se refletir de uma forma confusa na proposta estratégica feita por Standing (2014): por um lado, critica a defesa pela criação de emprego, por dar como inevitável que este seja precário; por outro, propõe um arrojado programa redistributivo em diferentes áreas sociais. Argumenta-se que o enfoque redistributivo é muito importante. No entanto, exatamente porque a análise faz desaparecer a questão do desemprego no quadro do conflito capital-trabalho também aprofunda a fratura e por isso pouco ou nada avança relativamente à fase de rebelião primária em que, segundo o autor, se encontra o *preariado*.

Estanque (2014) assinala que o processo de fragmentação e de flexibilização tem atingido não apenas as camadas tradicionais da força de trabalho tradicional, mas também sectores da classe média assalariada e aquela força de trabalho inserida no sector dos serviços. Neste sentido, a reestruturação dos sistemas de emprego terá implicado um processo de proletarização da classe média, que já era anteriormente frágil e por isso facilmente entrou em declínio. Este processo de recomposição da classe trabalhadora e do *preariado* - associado à reconfiguração económica - terá sido, argumenta o autor, um dos elementos explicativos destas mobilizações. Como sublinha della Porta (2015), se a força de trabalho industrial foi a base do movimento operário, e as profissões socioculturais estão de alguma forma sobre representados no movimento pela justiça global, os protestos anti austeridade terão trazido para as ruas grupos sociais que estão a perder, ou nunca chegaram a ter proteção social. Mas mais do que a emergência de um *preariado*, assistiu-se a uma precarização das várias posições e à mobilização de transgeracional e transclassista - incluindo não apenas os tradicionais perdedores da globalização mas também os novos grupos perdedores - com implicações no processo de consciência coletiva. Della Porta destaca um primeiro grupo, o de jovens com qualificações, anteriormente encarados como ganhadores da globalização e que, mais precários, tenderam a

⁵¹ Curiosamente, enquanto na sua proposta conceptual, Standing (2011) sublinha a importância do *workfare* na formação do *preariado*, este tema está ausente na sua análise (Standing, 2011) que situa este ciclo de protestos mais recente.

identificar-se com as classes populares, na medida em que percecionam a insegurança do seu presente e futuro. Um segundo é o grupo é composto por pensionistas, enfrentando o corte das pensões e de todos os serviços públicos, em particular o sistema saúde, com especial relevância na velhice. Por fim, della Porta destaca os segmentos mais protegidos da força de trabalho, em grandes fábricas e nos sectores públicos, cuja posição tendeu a ficar cada vez mais precária face às medidas financeiras draconianas aplicadas em contexto de austeridade. Neste sentido, argumenta a autora, a base social dos protestos não é nenhuma classe precária específica mas antes uma aliança plural de pessoas, cidadãos e cidadãs, cuja a existência tornou-se mais e mais precária no liberalismo e, em particular, na sua crise (della Porta, 2015). Daqui resulta uma questão que é central nesta pesquisa: qual o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas nos protestos anti austeridade?

3.5 O espaço público híbrido

Uma das características fundamentais dos ciclos de mobilização tem a ver com o facto de propiciar a transformação organizativa e a expansão dos reportórios de conflito disponíveis aos movimentos sociais. Por um lado, o decurso dos acontecimentos não está sob o controlo de apenas uma organização e, tanto novos como velhos atores, têm um papel importante na definição das estratégias e dos resultados da ação coletiva, combinando a inovação com a adoção de formas de organização já consolidadas e obrigando a um processo de adaptação dos grupos previamente organizados. Por outro lado, dentro do contexto experimental do ciclo de protesto, são desenvolvidas novas armas de protesto social - ou seja, novas formas de ação coletiva. Neste sentido, as mais bem-sucedidas e transferíveis torna-se parte integrante dos reportórios de ação futuros (Tarrow, 1993). Esta combinação – ou antes negociação - entre o “novo” e o “velho” esteve presente neste ciclo de protestos. Nesta secção procurar-se-á assinalar algumas das transformações operadas e balizar o debate sobre até ponto é que as formas de ação adotadas são abertas à mobilização e participação de atores fracos, como é o caso das pessoas desempregadas.

Castells (2012) utiliza o conceito de espaço público híbrido para se referir à forma como se verificou uma articulação entre as redes sociais online a ocupação do espaço público. De facto, nenhuma destas formas de ação é novidade. O impacto organizacional das novas tecnologias de informação na sociedade tem sido amplamente estudado – até pelo próprio autor (Castells, 2002) -, e a cultura organizativa dos movimentos sociais não ficou de fora dessas transformações.⁵² A novidade está no facto desta articulação ter permitido retroalimentar o protesto e imprimir um novo dinamismo sociopolítico, dando lugar a novas escalas e formas de mobilização e organização, imprimindo a cultura de rede, a comunicação horizontal, as formas colaborativas e não hierárquicas de decisão e de trabalho e uma maior abertura ao transnacional, como marcas deste tipo de esfera pública. Por outro lado, o uso do testemunho biográfico ganhou uma relevância sem precedentes (Estanque et al., 2013; Soeiro, 2015).

Essa inovação coloca, no entanto, desafios importantes a organizações já existentes e a grupos vulneráveis. No primeiro caso, a “fobia” e a inércia podem contribuir para continuar a reproduzir modelos organizativos do passado, mas também podem fazer persistir problemas técnicos de conectividade ou a fraca literacia, incluindo entre os membros de organizações de movimentos sociais. Neste último caso pode-se verificar um desfazamento significativo entre ativistas muito implicados na incorporação deste tipo de tecnologias e ativistas que, mesmo reconhecendo a utilidade destas ferramentas, não as incorporam no seu dia-a-dia (Simões et al., 2018). Argumenta-se que estes desafios são particularmente relevantes para entender algumas das dificuldades de adaptação de “velhos” atores, em particular os sindicatos, às formas de ação emergentes neste ciclo de protestos.

No segundo caso, colocam-se questões de natureza material e simbólica. Na linha da discussão teórica apresentada no capítulo interior, Baumgarten et al. (2016) identificam três tipos de dificuldades de organização de quem está em situação precária ou no desemprego nomeadamente as relacionadas com a sua exclusão do local de trabalho, os processos de estigmatização e a diversidade cultural que caracterizam estes segmentos da força de trabalho. Algumas das inovações organizativas deste ciclo de mobilizações, nomeadamente a lógica de

⁵² Na sua análise sobre a formação dos movimentos anti-sistémicos, Arrighi et al. (1989) lembram a metáfora dos caminhos de ferro usada por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista argumentando que os novos meios de comunicação, enquanto elementos de formação e integração dos processos de trabalho, põe também em relação a força de trabalho cujas atividades estão a ser interligadas

autonomia, o testemunho biográfico, e a rápida circulação de informação abriram possibilidades de ultrapassar algumas destas dificuldades. As autoras argumentam que as redes são subsidiárias mas não dispensam a redes diárias e outras formas de organização social. Na medida em que a austeridade contribuiu para degradar as condições materiais da população, as ferramentas online terão se tornado insuficientes para ultrapassar aqueles obstáculos (Baumgarten et. al., 2016).

Isto remete-nos para a outra componente do espaço híbrido que se afirmou com este ciclo de mobilizações: a ocupação do espaço público. Apesar deste tipo de formas não ser inédito – o exemplo da generalização do uso do *sit-in* pelo movimento pelos direitos civis nos EUA (Piven e Cloward, 1979), será talvez o exemplo mais emblemático – constituiu uma inovação de monta deste ciclo de mobilizações. As acampadas assinalaram o início deste ciclo, com a ocupação da Praça de Tahrir, no Cairo, que inspirou ativistas um pouco por todo o mundo. Se em Tahrir ou na Praça do Sol, em Madrid, não tiveram uma simbologia confrontativa, já as ocupações do Parque Zaccoti, no distrito financeiro de Manhattan, ou da Praça Syntagma, junto ao Parlamento Helénico representaram uma forma de desafio ao poder financeiro, no primeiro caso, e de desafio ao poder político no segundo.

As acampadas constituíram simultaneamente uma forma de protesto e uma forma organizacional, neste caso um importante experimento democrático, adaptado dum contexto para outro. Se os fóruns sociais constituíram a inovação organizativa da década passada, as acampadas representaram uma adaptação considerando o contexto de crise e uma tentativa de ultrapassar os fracassos do movimento alter-global. Baseadas em concepções de participação “a partir de baixo” procuraram criar esferas públicas igualitárias e inclusivas, capazes de ultrapassar os limites da democracia representativa. A este nível, as assembleias assumem um papel nodal no processo de elaboração estratégica e reivindicativa neste ciclo de protestos (della Porta, 2015). As acampadas também foram inovadoras no que concerne ao que Sassia (2012) designa como “fazer território”, capaz de dar um novo poder de permanência à volatilidade do virtual, explorando o potencial que o processo e a experiência urbana no capitalismo têm para suportar as lutas anticapitalistas (Harvey, 2012). Neste sentido, a ocupação do espaço público integra uma lógica de comunalidade que procura prefigurar uma sociedade alternativa (della Porta, 2015).

Uma última nota relativa à forma como a combinação da ação convencional com a inovação pode possibilitar a transformação organizativa e dos repertórios de ação nos ciclos de protesto. A este propósito importa sublinhar as transformações verificadas ao nível de um instrumento de luta crucial no quadro do conflito capital-trabalho – a greve geral. Embora a greve geral, por definição, vise mobilizar quem está empregado (Campos Lima e Artiles, 2018), também é suposto agregar a indignação de toda a sociedade (Costa et al, 2014). Neste sentido, especialmente no Sul da Europa, o protesto social combinou greve gerais com a ocupação das ruas em manifestações (Campos Lima e Artiles, 2018), estas últimas possibilitando a participação daquela parte da força de trabalho que não está no local de trabalho, nomeadamente quem está desempregado. A forma como o espaço público híbrido contribuiu para a transformação deste repertório de ação constituiu outro elemento relevante na análise deste ciclo de mobilização (Fonseca, 2016; Dias e Fernandes, 2016).

4 Conhecer, ampliando as fronteiras do possível

No seu exercício de imaginação sociológica, Charles Wright Mills (1965 [1959]) dá o exemplo do desemprego para alertar para a necessidade de pensar os problemas não apenas como situações pessoais, no quadro da escala de oportunidades abertas às pessoas individualmente, mas antes como questões públicas. Face ao colapso da estrutura de oportunidades individuais, Mills argumentava que seria necessário mobilizar a capacidade transformadora da história. No entanto, pouco mais de meio século depois, constatamos que as tendências sociais e políticas vão no sentido da individualização do problema do desemprego, enquanto as tradições de pesquisa neste domínio acentuam o indivíduo face ao coletivo, a inércia ao invés da participação, os constrangimentos em relação às possibilidades. Neste sentido, e embora tenha começado por constituir uma resposta a uma situação pessoal, esta pesquisa reflete estas preocupações procurando contribuir para alargar o campo do conhecimento que alimenta este tipo de capacidade transformadora: por um lado, aprofundar conhecimento sobre as dinâmicas de ação coletiva de pessoas desempregadas em contexto português; por outro, contribuir para facilitar processos de aprendizagem coletiva.

No capítulos anteriores (1, 2 e 3), foi feito um levantamento do estado da arte sobre este tema, sendo possível destacar três ideias fundamentais: 1) Sendo o desemprego uma forma de exclusão do mercado de trabalho, importa situar o desemprego – e as pessoas desempregadas – na sua relação com o mercado de trabalho, inserindo o conflito político em torno do desemprego no todo da economia política do Emprego e do Estado Social, sendo essencial ter em consideração que, especialmente em contexto de desproteção social, o desemprego constitui fator de pressão sobre os níveis de vida da globalidade da força de trabalho; 2) massificação do desemprego, ao permitir um reconhecimento público do problema, abre novas possibilidades de legitimação da mobilização coletiva ao mesmo tempo que o ambiente cultural, cognitivo e político condiciona a capacidade de mobilização das pessoas desempregadas. A perda de legitimidade dos arranjos institucionais e o questionamento da sua

inevitabilidade abrem espaço à afirmação, através da ação, de um novo sentido de eficácia em que pessoas que se sentiam impotentes acreditam agora ter capacidade de alterar o seu destino; 3) Não obstante as dificuldades dos movimentos anti sistêmicos em dar uma resposta face a uma crise multidimensional e multinível que atingiu de forma particularmente intensa os países do Sul da Europa, verificou-se, a partir de 2010 a emergência de um ciclo de protestos que, não obstante as especificidades nacionais, teve como pano fundo a massificação do desemprego e precarização da vida de várias gerações, e vários segmentos populacionais face à medidas de austeridade, assentes na desvalorização e flexibilização do trabalho e na degradação do papel do Estado Social. Desta discussão teórica ressaltou duas questões chave, a considerar no desenvolvimento da pesquisa focando o caso de Portugal: Qual o lugar do desemprego (e das pessoas desempregadas) no contexto dos protestos anti austeridade? Como é possível a mobilização e a ação coletiva de pessoas desempregadas?

Neste capítulo explica-se, de forma detalhada, como foi desenhada a pesquisa de forma a responder a esta questão e considerando as referidas preocupações de aprendizagem coletiva e de transformação social. Começa-se por apresentar como foi definido o tema e o objeto empírico, desenvolvendo-se depois a estratégia metodológica adotada. Finalmente é exposto o desenho metodológico, detalhado em função de três grandes grupos de atividades de pesquisa: mapeamento do ciclo de ação coletiva 2011-2013; o contexto e as condições da sua ocorrência; a aprendizagem coletiva.

4.1 Do desemprego ao exercício da imaginação sociológica

Quando em 2010 fiquei desempregada tornou-se claro, para mim, que alguma coisa teria de fazer sobre essa minha condição e que de pouco ou nada serviria aprofundar técnicas de procura de emprego. Era a segunda vez em menos de cinco anos que me encontrava nessa condição e, para além da amarga experiência individual, ia-se formando a consciência do alcance de uma crise que demonstrava ser muito mais que uma mera turbulência nos mercados

financeiros: no ano anterior o desemprego tinha atingido um máximo histórico de 9,5% segundo os dados do INE (ou de 10,6% segundo os dados do Eurostat). Dessa experiência anterior ficara também a sensação de uma “tirania do presente”, da qual venho a encontrar ressonância no estudo de realidades vividas realizado por Pedro Araújo (2008). Ficava também a convicção que o fim do “trabalho para a vida” significava também o aguçar da armadilha do desemprego, do ciclo vicioso desemprego-emprego precário-desemprego. Ficava ainda a memória dos planos de inserção com pouca ou nenhuma utilidade, das técnicas para a procura de um emprego praticamente inexistente e da burocracia das apresentações periódicas que quase soavam a termo-de-identidade-e-residência. E esboçava-se a tomada de consciência: em contexto de escalada de desemprego a empregabilidade era pouco mais do que um eufemismo para mercadorização do trabalho, incluindo o qualificado.

Apesar da situação não ser nova, o contexto era novo, e com implicações pessoais importantes a nível social e político. No plano social, mais do que antes, eram as próprias condições de vida, o sobreviver - pagar a casa, a comida, a roupa, o arranjo do esquentador, a conta da dentista, ou mesmo a conta da farmácia -, que constituía o centro das preocupações do meu dia-a-dia. E, mais do que antes, o presente significava o estrangulamento das possibilidades quanto ao futuro. No plano político, com um percurso ativista feminista, alter global, antirracista e pelos direitos dos e das imigrantes, movia-me sobretudo pela justiça social, pela consciência social e política, pela vontade de transformação social. Foi neste novo contexto que passei a dar uma nova relevância ao ativismo de “interesse”. Muito ativa nas lides da coisa pública, arriscava-me a “desaparecer” não só como ator económico, mas também como sujeito político: nunca tinha sentido tanta necessidade de mobilizar-me por uma causa, mas fazê-lo coletivamente parecia-me particularmente complicado. Assim sendo, formulei o problema, antes de mais, como desempregada e como ativista: Em contexto de massificação do desemprego é essencial uma saída coletiva para quem está nessa situação. No entanto, são praticamente inexistentes formas de ação coletiva que envolvam os e as desempregadas. Neste sentido, havia uma questão premente que, formulada do ponto de vista individual, colocava um problema social mais vasto: como mobilizar-me enquanto desempregada, em defesa dos meus direitos?

Envolvi-me então em pequenas experiências de mobilização, primeiro em Maio de 2010, pela participação de um grupo de desempregadas e desempregados em mobilização nacional convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), e depois, em Setembro de 2010, pela promoção de oficina e teatro do oprimido, o ensaio sobre o desemprego.⁵³ Tratava-se de um ensaio nas suas duas acepções do termo - ensaio enquanto esboço crítico; ensaio enquanto tentativa ou experiência de transformação social e resultou numa ação de teatro invisível que designámos de Ensaio sobre o desemprego na segurança social, numa referência ao tema e ao local onde ocorreu. Foi também por esta altura que resolvi retomar um “projeto” que se vinha a arrastar, que estava em suspenso há vários anos: concluir o mestrado em Sociologia. Comecei então fazer um exercício de “imaginação sociológica” que veio dar origem à tese “Desemprego e ação coletiva: um estudo exploratório” (Fernandes, 2011). A realização deste estudo permitiu-me compreender que, contrariamente ao que é habitualmente destacado na literatura sociológica, existe evidência histórica deste tipo mobilização. Por ex., como foi abordado nos capítulos 1 e 2, face ao alto desemprego verificado na Europa nas últimas três décadas, as pessoas desempregadas mobilizaram-se e organizaram-se, mesmo que de forma esporádica e até marginal, em níveis que foram do local ao nacional. A par desta descoberta resultante das minhas diligências académicas, verificaram-se, entretanto, desenvolvimentos interessantes nas próprias dinâmicas de protesto: a eclosão do protesto da geração à rasca, em março de 2011, veio dar visibilidade à mobilização - mesmo que marginal, pontual e inserida em movimentos mais vastos - de pessoas desempregadas.

Neste sentido, aquilo que inicialmente era uma pesquisa virtual⁵⁴, tornou-se mais concreta, até porque a maior parte das pessoas que então entrevistara tinham-se mobilizado, tinham participado no protesto da geração à rasca. Esta reviravolta no universo empírico da pesquisa não teve muitos reflexos no estudo exploratório concluído em 2011, mas veio a influenciar o desenho da pesquisa da investigação que teve início em 2013, nomeadamente

⁵³Texto disponível em <http://ensaiosobreodesemprego.blogspot.pt/2010/09/pressao-sobre-quem-tem-trabalho.html> e <http://ensaiosobreodesemprego.blogspot.pt/2010/09/da-experiencia-do-desemprego-construcao.html> [consultado em 02-12-2014]

⁵⁴ Virtual, no sentido daquilo “que existe potencialmente e não em ação” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/virtual> [consultado em 02-12-2014].

na delimitação do tema e do objeto empírico. Enquanto o estudo exploratório anteriormente desenvolvido visou a exploração da relação entre os conceitos desemprego e ação coletiva, o estudo que agora se apresenta, refletindo as evoluções entretanto verificadas, denota uma maior delimitação do objeto empírico, que abrange as pessoas desempregadas que se mobilizaram e participaram - individualmente ou enquadradas em grupos ou organizações - no ciclo de mobilização que, em Portugal, teve início com o protesto da Geração à Rasca realizado a 12 de Março de 2011.

A escolha desde período de análise tem a ver com a importância que esta manifestação terá tido nas dinâmicas de mobilização de conflito em torno das questões laborais e, em particular, do desemprego (Fernandes, 2013): pela sua articulação com um ciclo global de protestos, no qual os temas das mudanças no trabalho e outras questões materiais ganharam uma nova centralidade (Estanque et al., 2013); pelo facto dos protestos verificados no Sul da Europa neste período terem expresso uma combinação de insatisfação com a economia com insatisfação com a democracia, incluindo exigências coletivas relacionadas com o trabalho e as condições de vida (Campos Lima e Artilles, 2013); pelo seu contributo na reconfiguração das estruturas de oportunidades políticas; pelo seu impacto nas estruturas organizativas e reivindicativas (Baumgarten, 2013). Por outro lado, segundo o estudo exploratório realizado anteriormente (Fernandes, 2011), esta terá sido uma iniciativa com capacidade mobilizadora para pessoas desempregadas com perfis diversificados, contribuindo para gerar dinâmicas de sociabilidade e criar expectativas quanto às possibilidades de mudança.

4.2 A estratégia metodológica: ampliar as fronteiras do possível

Mais do que assumir a forma de uma pesquisa etnográfica do tipo de perto e de dentro (Magnani, 2002), este tipo de articulação entre investigação e ativismo aproximou-me da investigação ação - na linha do sugerido por Santos (2006) - e refletiu-se nas abordagens adotadas, a *movement relevant theory* (Bevington e Dixon, 2005) e a investigação ação participativa (Gaventa e

Cornwall, 2008). A adoção deste tipo de estratégia metodológica tem implicações epistemológicas e metodológicas importantes não apenas pela forma como se pretende utilizar os resultados da pesquisa, mas também na própria definição dos objetivos de conhecimento.

Desde logo porque, adicionalmente aos objetivos de conhecimento, foi assumida a necessidade humana de agir, na linha do desafio da imaginação sociológica (Mills, 2000 apud Flacks, 2005: 45-46):

Seja na trajetória individual de uma pessoa singular, seja na história de uma dada sociedade, a tarefa social da razão consiste em formular escolhas, por forma a alargar o leque das decisões humanas no fazer da História. O futuro dos assuntos humanos não se resume a uma qualquer teia de variáveis que é preciso prever. O futuro é o que está por decidir – dentro, obviamente, dos limites da possibilidade histórica. Mas essa possibilidade não é algo de fixo...⁵⁵

Um dos aspetos que tem marcado a investigação da mobilização de pessoas desempregadas é o facto de se focar sobretudo nos constrangimentos associados a este tipo de ação coletiva que explicariam a sua improbabilidade. Esta abordagem acaba por se centrar sobretudo no que já se sabe - que em causa estão atores políticos “fracos”, com poucos recursos materiais e institucionais, excluídos dos mecanismos de participação que, na sociedade salarial, estão dependentes da participação económica na sociedade. Não se colocando em causa estes pressupostos nem se subestimando a sua relevância, pretende-se buscar conhecimento útil para quem procura a mudança social (Flacks, 2004, apud Bevington e Dixon, 2005), abordando não apenas o que aconteceu mas o que pode(ria) acontecer. Não se pretende adulação acrítica destes movimentos, nem reiteração apriorística das ideias pré-existentes (Bevington e Dixon, 2005), mas antes estabelecer como foco da pesquisa não tanto as fraquezas, mas sobretudo as forças que podem estar na base da ampliação da capacidade de transformação social envolvendo um ator “fraco”, como é o caso das pessoas desempregadas. Isso inclui, por um lado, adotar a estratégia, já referida a propósito do debate teórico, de inserir as relações de poder no todo da análise da economia política procurando identificar poder estrutural latente (Flacks, 2005; Piven, 2010; Barker et al., 2013). E, por outro, estudar os modos como os e as ativistas entenderam e

⁵⁵ Itálicos introduzidos pela autora.

determinaram as suas próprias oportunidade políticas, assim como as estratégias, percepções e motivações, suscetíveis de aumentar a prontidão de uma dada comunidade ou coletividade de pessoas “sem poder” para que façam uso dos seus poderes estruturais potenciais, geralmente num contexto de escassas probabilidades de êxito (Flacks, 2005: 64).

Foi assim adotado o quadro metodológico da investigação-ação, que permite conjugar o estudo científico e de produção de ciência social (O'Brien, 2001) com uma preocupação prática, de solução de problemas. Reconhece-se também que poder e conhecimento estão inextricavelmente interligados, não só porque produção de conhecimento envolve atores com “mais” ou “menos” poder, mas também porque (Gaventa e Cornwall, 2008): contribui para a mobilização de enviesamentos - usando os termos propostos por Bachrach e Baratz ([1962] 2011) - e na medida em que é utilizado para legitimar algumas vozes e desacreditar outras; influenciar o próprio processo de conhecimento e tomada de consciência dos temas e das relações de poder que afeta a vida das pessoas “sem poder” - ou antes “oprimidas”, utilizando os termos de Paulo Freire (2013 [1974]).

A linha da IAP aborda o processo de investigação considerando três dimensões, relacionadas entre si (Gaventa e Cornwall, 2008): conhecimento, ação e consciência.

Figura 2: Dimensões da IAP



O conhecimento é encarado simultaneamente como um recurso e como um reflexo de relações de poder mais vastas que condicionam não apenas os seus resultados mas também a própria tomada de consciência das condições sociais e políticas que estão na origem dessas relações de poder. Neste sentido, é essencial expandir quem participa no processo de produção de conhecimento, com impactos, a curto e médio prazo, nos processos de tomada

de decisão que nele se baseiam e como forma promover uma maior consciencialização, permitindo processos de aprendizagem facilitadores da transformação social. Por um lado, sustenta-se que é através do acesso ao conhecimento e da participação na sua produção, usos e disseminação, que os atores podem afetar as fronteiras do possível (Gaventa e Cornwall, 2008), procurando assim desafiar relações de poder, em cada uma das suas dimensões, abordando necessidades de conhecimento, ação e consciência.⁵⁶ Por outro lado, o foco nos elementos propiciadores de mudança permite abordar questões teóricas e ajudar a produzir conhecimentos que de outra forma dificilmente seriam estimulados.

Antes de passar à apresentação detalhada do desenho da pesquisa, interessa ainda esclarecer o espaço ocupado pelo quadro metodológico da IAP em diferentes momentos da pesquisa, assim como o estatuto da investigadora. Em primeiro lugar, importa destacar que a iniciativa do processo de investigação parte de uma *insider* à “comunidade” em estudo, aqui definida como o complexo de redes de relações (pessoas individuais e organizações) que constitui aquilo que se pode considerar o universo dos movimentos sociais em Portugal. Esse envolvimento com o campo de estudo coloca-se não apenas pelo seu estatuto de ativista como pelo sua situação de desempregada levantando reflexões importantes sobre as múltiplas posicionalidades envolvidas, a sua variação ao longo da pesquisa - passando de desempregada a bolsreira de investigação ou tendo diferentes níveis de implicação nas mobilizações - e colocando um desafio particularmente importante (Herr e Anderson, 2015): o exercício intelectual de distanciamento do que o que é aparentemente familiar, de forma a ultrapassar a tendência subtil para tomar determinados aspetos como adquiridos. Para além da aposta na reflexividade, uma outra estratégia adotada foi a de colaboração com outras pessoas a estudar este tipo de movimentos.⁵⁷

Em segundo lugar, é de destacar o facto de, contrariamente ao que se verifica em grande parte da investigação-ação tradicional, não houve uma definição clara, estabelecida à priori, de uma organização, comunidade claramente definida ou grupo de pessoas interessadas em participar no

⁵⁶ A este propósito ver as conclusões do estudo exploratório (Fernandes, 2011).

⁵⁷ Neste sentido, esta *tensão insider-outsider* em termos do posicionalidade da pesquisadora, faz lembrar o que Collins (1990), *apud* Herr e Anderson (2015), designa como a de uma *outsider-within* e oferece um tipo de conhecimento especializado, uma “marginalidade peculiar” com uma perspectiva única do *self* e da sociedade.

processo de pesquisa. Diga-se, aliás, que uma das características dos movimentos sociais é exatamente a sua ténue definição de fronteiras (Diani, 2003). Por exemplo, se se tratasse de um estudo sindical, a parte interessada poderia ser um sindicato, uma forma de organização que, embora possa enfrentar grandes dificuldades e desafios, é relativamente estável. O mesmo se poderia dizer relativamente a uma organização de movimento social o que, mesmo que esta possa ter uma forma organizativa relativamente plástica, permitiria delimitar de forma mais ou menos clara a parte interessada no processo de pesquisa e definir, de forma clara, o nível de envolvimento, dos e das participantes, no processo de pesquisa. No entanto, como vimos, a pesquisa partiu exatamente da constatação da ausência ou, pelo menos, da debilidade de formas organizacionais que permitam a mobilização de pessoas desempregadas. Além disso, incidiu num período (2011-2013) que se caracterizou por uma acentuada reconfiguração das estruturas de mobilização e de volatilidade de formas organizativas envolvendo pessoas desempregadas. Neste sentido, uma boa parte da pesquisa incidiu na recolha de informação visando aprofundar conhecimento sobre este tema de pesquisa, que estava praticamente inexplorado em Portugal; de forma a compreender melhor o contexto e as condições em que ocorreram os protestos e a definir qual o grupo de pessoas e organizações que poderiam ser parte interessada de num processo de aprendizagem coletiva deste tipo.⁵⁸ Só numa fase avançada é que se desenvolveram atividades visando a promoção da participação destas pessoas e grupos na própria pesquisa, correspondendo ao que é apresentado no subcapítulo 4.5 conhecimento e aprendizagem coletiva. Além disso, a lógica de investigação-ação não assenta na planificação de ação – no sentido de planificação de atividades claramente definidas, em resultado de um diagnóstico prévio. Olhando as dimensões da IAP tal como nos são propostas por Gaventa e Cornwall (2008), o tema da ação é abordado considerando quem é envolvido (ou envolvida) no processo de produção de conhecimento.

⁵⁸ Até se poderia pressupor que esta fase corresponderia a uma fase de diagnóstico da investigação ação (O'brien, 1998). Acontece que além de um quadro metodológico pressupor o envolvimento da parte interessada desde do início, incluindo na formulação do problema, a parte inicial de pesquisa não assentou naquilo que pode ser considerado como elaboração de diagnóstico. Por outro lado, as “partes interessadas” iniciaram já processos de ação e reflexão que, na prática, ocupam grande parte da actividade dos movimentos sociais.

4.3 O desenho da pesquisa

Como foi assinalado no início deste capítulo, ressaltaram da discussão teórica duas questões de pesquisa chave: Qual o papel do desemprego e das pessoas desempregadas nos termos do conflito capital-trabalho, no quadro do ciclo de mobilização 2010/1-2013? Como é possível a mobilização e a ação coletiva de pessoas desempregadas? A estas questões é possível juntar uma terceira, resultante da estratégia metodológica escolhida: Como facilitar um processo aprendizagem coletiva que torne relevante, na perspetiva dos movimentos sociais e sindicais, o conhecimento a produzir no contexto desta pesquisa?

Um primeiro passo na resposta a estas questões passou pelo refinamento do objeto empírico - ou seja, as pessoas desempregadas que se mobilizaram e participaram - individualmente ou enquadradas em grupos ou organizações - no ciclo de protestos 2011-2013 -, que situa a pesquisa no campo disciplinar do estudos dos movimentos sociais e sugere a mobilização do quadro conceptual do conflito político (Tilly e Tarrow, 2007; McAdam et al., 2009). Com vista a facilitar a convergência e integração paradigmática no terreno e considerando a estratégia metodológica apontada, foram tidas três preocupações:

- a) inserir as relações de poder no todo da análise da economia política procurando identificar o poder estrutural latente (Flacks, 2005; Piven, 2010; Barker et al., 2013);
- b) a utilização da perspetiva da análise de redes, segundo a proposta de programa de pesquisa apresentada por Mário Diani (2003), de forma evitar o risco de enviesamento estrutural (Goodwin e Jasper, 1999);
- c) considerar os modos como os e as ativistas entenderam e determinaram as suas próprias oportunidades políticas, assim como as estratégias, perceções e motivações que podem facilitar o uso desses poderes estruturais potenciais (Flacks, 2005).

Neste sentido, considerou-se que as dinâmicas dos movimentos sociais envolvem indivíduos e organizações em iniciativas diversificadas (Diani, 2003), partilhando uma identidade comum, o que permite ligar as suas ações específicas numa narrativa mais vasta e num nós (*we*) coletivo mais vasto. Mais do que fornecer recursos para ação (individual e coletiva), a rede constitui

uma ferramenta analítica que permite abordar a natureza dual da ação e a dualidade ação-estrutura.

A pesquisa visou aprofundar, assim, conhecimento sobre as dinâmicas de ação coletiva de pessoas desempregadas em contexto português (objetivo geral I) e contribuir para facilitar processos de aprendizagem coletiva (objetivo geral II). No anexo 1 encontra-se um quadro resumindo o desenho global da pesquisa. Cada um dos objetivos gerais está dividido em objetivos específicos, nomeadamente:

OBJECTIVO GERAL I

- Objetivo 1. Assinalar os principais episódios, campanhas e atores envolvidos neste ciclo de mobilização, que apresentaram o desemprego como sendo um elemento reivindicativo chave.
- Objetivo 2. Descrever as suas principais reivindicações em termos de desemprego, tendo por referência os pilares económico, redistributivo e de cidadania.
- Objetivo 3. Explorar o envolvimento de pessoas desempregadas - individualmente ou enquadradas coletivamente - nestes episódios e campanhas.
- Objetivo 4. Compreender as evoluções verificadas ao nível dos reportórios de ação, equacionando a sua abertura à participação de pessoas desempregadas.
- Objetivo 5. Compreender como se articulou o desemprego (e as pessoas desempregadas) na narrativa anti austeridade.
- Objetivo 6. Explorar, se e/ou, como foram aproveitadas as mudanças nas estruturas de oportunidade política para afirmar reivindicações relacionadas com o desemprego.
- Objetivo 7. Analisar/ Descrever o contexto e as condições dessas mobilizações, numa perspetiva histórica, em termos de evolução do desemprego na sua relação com o emprego, assim como das políticas que afetam o desemprego, nas suas dimensões sociais e laborais.
- Objetivo 8. Compreender se as mudanças nas estruturas de oportunidade política que contribuíram para despoletar essas mobilizações abrangeram áreas relacionadas com desemprego.

OBJECTIVO GERAL II

- Objetivo 9. Compreender que tipo de reportórios de ação coletiva podem facilitar a participação de pessoas desempregadas.
- Objetivo 10. Explorar os significados atribuídos à condição de desemprego, por desempregados(as), e em que medida podem afetar o envolvimento na ação coletiva.
- Objetivo 11. Compreender como é que o estigma e a vulnerabilidade social e económica associada do desemprego podem ser ultrapassados.
- Objetivo 12. Explorar os dilemas estratégicos que podem colocar no processo de elaboração reivindicativa em torno do desemprego.

Nos seguintes subcapítulos são descritos com mais detalhe os procedimentos metodológicos usados para atingir cada um destes objetivos. Estes objetivos foram divididos em três grandes grupos de atividades de pesquisa, organizadas em função do tipo de análise que implica cada um dos objetivos e tipo de metodologia adotada.⁵⁹

- mapeamento do ciclo de ação coletiva 2011-2013, abrangendo os objetivos específicos 1, 2, 3 e 4 (subcapítulo 4.4);
- contexto e condições, que agrega os objetivos específicos 4, 5, 6 e 7;
- aprendizagem coletiva, que agrega o objetivo geral II.

Nas próximas secções é apresentada a forma detalhada como foram planeadas as atividades de pesquisa em cada um destes clusters. Destaque-se que, tendo em conta a lógica de investigação-ação, a complexidade do objeto de estudo e a aposta numa estratégia de convergência e integração paradigmática no terreno – pela adoção da perspectiva da análise de redes –, considerou-se ser vantajosa uma combinação de técnicas, de natureza quantitativa e qualitativa, no processo de recolha e análise de dados. Foi adotada uma estratégia de triangulação de dados e de métodos (Flick, 2005), visando: enquadrar, sistemática e intencionalmente, pessoas e grupos, assim como eventos localizados em diferentes pontos no tempo e no espaço;

⁵⁹ Layder (1993), citado por Danermark et al. (2002) propõe um mapa de pesquisa que inclui: o contexto (organização macro-social); o cenário (organização social intermediária); a actividade situada (actividade social); e o self (identidade própria e a experiência social individual).

aumentar o alcance, a profundidade e a consistência dos procedimentos metodológicos.

Além disso, e atenta ao facto deste tipo de ação coletiva envolver “atores fracos”, procurei sublinhar não apenas os constrangimentos, mas também explorar a possibilidades de transformação social. Neste sentido, a análise dos dados foi orientada pelas seguintes questões gerais:

- Até que ponto o pano de fundo em que esse ciclo emergiu seria favorável à elaboração reivindicativa e à mobilização em torno do tema controverso como o desemprego?
- Que mudanças ao nível das estruturas de oportunidades políticas contribuíram para constranger ou possibilitar este tipo de ação coletiva?
- Como é que ativistas e desempregados(as) exploram essas oportunidades?

4.4 Mapeamento do ciclo de ação coletiva 2011-2013

Como referido anteriormente, o problema, tal como foi formulado em 2010, aponta a quase inexistência de formas de ação coletiva envolvendo pessoas desempregadas. E hoje, como deve ser avaliado esse problema? Neste cluster de pesquisa, procurou-se avançar neste ponto, respondendo às seguintes questões: Que reivindicações relacionadas com o desemprego foram incluídas nos protestos? Terão sido as pessoas desempregadas atores chave destes protestos?

Um primeiro passo passou por uma melhor definição do objeto empírico através da realização do mapeamento dos principais episódios, campanhas e atores (objetivos específicos 1), deste ciclo de ação coletiva. Isso implicou descrever o(s) fluxo(s) de conflito englobados no ciclo de ação coletiva 2011-2013, delimitado tendo em conta os elementos de ciclicidade apontados por (Tarrow, 1993) - e a sua divisão em episódios coerentes. A partir deste procedimento esperava-se poder identificar os episódios e as campanhas particularmente relevantes para compreender o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas neste ciclo de mobilizações.

Nesse sentido, para além da pesquisa bibliográfica, foi catalogada e analisada informação recolhida no âmbito do estudo exploratório que, mesmo depois de concluído (Fernandes, 2011), deu lugar a outras atividades de recolha de informação – algumas associadas ao envolvimento, enquanto ativista, nestes movimentos sociais. Considerou-se que estas últimas atividades, embora menos sistematizadas, têm relevância para a constituição do corpus de pesquisa. Estes dados incluem bibliografia, legislação e outra documentação registos de diários de pesquisa, entrevistas, mensagens de *mailings-lists*, folhetos, informação sobre eventos.⁶⁰ A análise desta documentação foi conjugada com outras atividades de recolha de informação, nomeadamente: entrevistas e contactos orientados para recolha de informação factual junto a atores chave envolvidos nos protestos; e a consulta e análise de várias fontes documentais (ex. internet; jornais).⁶¹ Importa salientar que foram tidos alguns cuidados a ter no que concerne à análise de informação de origem virtual (Baumgarten e Grauel, 2009). Um dos problemas importantes foi o facto de, em alguns casos, os dados se terem, entretanto, perdido. Além disso, os sites e, ainda mais os media, podem não ser adequados quando estão em causa “atores fracos”, como é o caso de grande parte dos grupos e movimentos estudados. No caso dos sindicatos, tem sido assinalada as dificuldades destes tirarem proveito máximo da *internet* (Rego al al., 2013). Assim sendo, foi feito um esforço de triangulação de fontes e métodos (Flick, 2005).

Foi tido como ponto de referência um leque muito diversificado de:

- grupos e organizações, nomeadamente aquelas que tradicionalmente constituem as bases dos movimentos sociais – por exemplo, sindicatos e grupos clássicos (segundo a designação proposta por Baumgarten, 2013), assim como outras formas de organização que entretanto se expandiram, nomeadamente os que Baumgarten designa como grupos de participação, debate público e

⁶⁰ Há alguns cuidados a ter no que concerne à análise de informação de origem virtual. A este propósito ver Baumgarten e Grauel (2009). Um dos problemas importantes é o risco dos dados se perderem ao longo do tempo. Além disso, os sites podem não ser adequados quando estão em causa “atores fracos”, como é o caso de grande parte dos grupos e movimentos estudados e mesmo sindicatos – a este propósito ver Rego al al. (2013). Nestes casos, uma das soluções poderá a recolha de informação relevante junto a ativistas envolvidos.

⁶¹ A informação envolvida no diário de pesquisa e associada ao envolvimento nos referidos movimentos abrangeu apenas o período que foi até abril de 2012. Neste sentido, grande parte dos dados referentes ao período seguinte, em particular respeitante ao QSLT incidiu sobretudo na consulta documental e entrevistas

alternativas; plataformas de ação, nomeadamente a “Plataforma 15 de Outubro”, a “Iniciativa por uma Auditoria Cidadã” ou “Que se lixe a Troika!” (QSLT)

- espaços de ação (ex.: *RDA69, Mob*)
- eventos ocasionais de mobilização (protesto da geração à rasca; acampadas; 15 de outubro; greves gerais e jornadas de luta organizadas por sindicatos; marcha contra o desemprego; campanha feminista anti-austeritária; manifestações QSLT;
- eventos anuais de mobilização, como é o caso do 25 de Abril e do 1º de Maio.

O segundo objetivo passou por descrever as suas principais reivindicações, relacionadas com o desemprego tendo por referência aos pilares económico, redistributivo e de cidadania. Por fim, ainda neste mapeamento, foi abordado o envolvimento de pessoas desempregadas nos diferentes grupos, organizações, plataformas ou eventos, distinguindo-se:

- aqueles que têm como foco central reivindicações relacionadas com o desemprego e/ou em que as pessoas desempregadas são os principais protagonistas (exs.: Movimento sem Emprego (MSE); Movimento dos Trabalhadores Desempregados);
- os que, não tendo o tema do desemprego nas reivindicações chave, nem as pessoas desempregadas como atores políticos centrais, poderão ser relevantes para análise das dinâmicas de mobilização relacionadas com o desemprego.

Neste *cluster* de pesquisa foram consideradas as seguintes questões de trabalho, visando a descrição e compreensão dos fluxos de conflito envolvendo pessoas desempregadas (ver anexo II):

1. Que episódios, campanhas e atores deste ciclo de mobilização apresentaram o desemprego como elemento reivindicativo chave?
2. Que reivindicações relacionadas com o desemprego foram incluídas nos protestos?
3. Terão sido as pessoas desempregadas atores chave destes protestos?
4. Como se articulou o desemprego (e as pessoas desempregadas) na narrativa anti austeridade?

5.1 As mudanças nas estruturas de oportunidade política para afirmar reivindicações relacionadas com o desemprego?

5.2 Se sim, como foram aproveitadas?

Os dados recolhidos neste eixo foram triangulados com os recolhidos no eixo II e III de forma a permitir a análise dos fluxos de conflito e a permitir destacá-los em função da forma como o desemprego e as pessoas desempregadas se articularam no conflito político. Foi realizado um relatório visando especificar o envolvimento coletivo de pessoas desempregadas através da sua participação em grupos, organizações e/ou plataformas de ação, tendo como referência o contexto e as condições em que ocorreram e os elementos de ciclicidade das dinâmicas de conflito, e dando conta dos episódios de ação coletiva que visaram, de forma focalizada, a mobilização de pessoas desempregadas. No capítulo 6 são apresentados os resultados da análise relativos a este *cluster*.

4.5 O contexto e as condições das mobilizações

Nesta secção apresenta-se, de forma detalhada, os métodos e técnicas utilizados para a recolha e análise de dados relacionados como o contexto e das condições associados ao ciclo de mobilizações 2010/11-2013. Procurou-se responder às seguintes questões: (ver anexo II):

- Quais as características do mercado de trabalho em Portugal que condicionam condição do desemprego?
- Quais as características do regime de regulação do desemprego em Portugal?
- Que evoluções se verificaram nos níveis do desemprego e do trabalho temporário antes e em contexto de austeridade?
- Que evoluções se verificaram nos níveis de desemprego e do trabalho temporário em diferentes categorias demográficas nomeadamente idade, sexo e habilitações?
- De que forma é que as políticas de austeridade afetaram a condição de desemprego?

- Até que ponto o pano de fundo em que o ciclo emergiu seria favorável à elaboração reivindicativa e à mobilização em torno do tema controverso como o desemprego?
- Que mudanças ao nível das estruturas de oportunidades políticas contribuíram para constranger ou possibilitar este tipo de ação coletiva?

Subjacente a estas questões estão dois níveis de análise: as dimensões estruturais (económicas, políticas, culturais) associadas ao desemprego; a forma como essas dimensões se articularam com as dinâmicas de protesto condicionando ou potenciando a mobilização de pessoas desempregadas. Neste *cluster* serão tratadas sobretudo as componentes associadas às políticas e os seus impactos. Considerando a estratégia metodológica descrita em 4.2, a análise das dimensões mais subjetivas de como estas políticas e os seus impactos foram percebidas e como afetaram as estratégias de ativistas e movimentos sociais, será reservada para o *cluster* a aprendizagem coletiva (4.6).

Um primeiro passo foi descrever o contexto dessas mobilizações, nomeadamente em termos de evolução do desemprego e das políticas de emprego (pilares económico, redistributivo e da cidadania) em Portugal. Além dos dados relativos ao desemprego, foram considerados alguns dados em termos da evolução das condições de trabalho, nomeadamente em termos de precariedade. Foi realizada análise de estatísticas descritiva, considerada as seguintes variáveis: sexo, idade, habilitações e nacionalidade. Esta análise foi feita numa perspetiva histórica, com uma janela temporal englobando os últimos 40 anos, visto que a Constituição da República Portuguesa de 1976 terá constituído um momento crítico em termos de institucionalização destas políticas. Foi ainda realizada uma análise comparada destes indicadores com as médias na UE e na zona euro, mas incidindo apenas sobre o período após 2000 (dados anuais); e de forma mais detalhada (dados trimestrais ou mensais), relativamente a 2008-2014. Relativamente a este período foram considerados dois tipos adicionais de indicadores: dados relativos à proteção social; dados relativos aos fluxos atividade-inatividade.⁶² Por fim, foram consideradas os dados relativamente à emigração, neste período.

⁶² Um dos mais importantes desafios metodológicos neste ponto está relacionado com a definição de desemprego, o que implica que deixa de fora muitas pessoas desempregadas nomeadamente por terem desistido de procurar emprego – a este propósito ver Rosa (13.12.2014) e Observatório das crises e das alternativas (26-03-2015). Neste sentido

Além da pesquisa bibliográfica, foram utilizadas fontes estatísticas nacionais (INE, IEFP e Estatísticas da segurança social) e secundárias de âmbito europeu (Eurostat). No que concerne à análise documental esta incidu sobre legislação relacionada com desemprego, bem como outras fontes relevantes, em particular documentos políticos de referência na implementação das políticas de austeridade (ex.: Programas de Estabilidade e Crescimento e Memorando de Entendimento). No quadro 1 estão sistematizados o tipo de fontes e indicadores utilizadas para cada uma das dimensões de análise consideradas.

procurou-se ter em conta vários indicadores relacionados com inatividade (por ex: razão para a não procura de trabalho); e assinalar a variação anual (desemprego; inatividade).

Tabela 1: Recolha e análise de dados | contexto e condições (eixo II)

Nível	Objetivo	Fontes	Tipo de análise
Macro e mercado de trabalho	a) Analisar as políticas que afetaram a evolução do desemprego, na sua relação com a globalidade do emprego e força de trabalho.	Bibliografia e legislação e outra documentação relevante	Dois enfoques temporais: Histórico e comparado (1974-...; outros países da UE) - baseado sobretudo na revisão bibliográfica em torno dos temas desemprego, emprego, precariedade e trabalho temporário. Crise (2008-2013) – bibliografia complementada pela análise documental focando a política de austeridade (e.g. MoU)
	b) Descrever a evolução do desemprego em Portugal.	Eurostat e INE	1983-2015. Análise estatística descritiva. Taxa de desemprego, média anual. Variáveis: sexo, idade, habilitações.
	c) Comparar a evolução do desemprego, relativamente às médias europeias.	Eurostat	2000-2015. Idem. Idem. Idem. Indicador adicional: desemprego de longa duração. Variável adicional: UE27; AE27. Outros países do centro e periferia europeia.
	d) Descrever as dinâmicas de (des) emprego no período de crise e austeridade.	Eurostat, INE, IEFP, outras.	2008-2015. Além de b) e c) [mas trimestrais e/ou mensais]; dados relativos aos fluxos atividade-inatividade; emprego; trabalho temporário; emigração; salários e custo da mão-de-obra; contratação coletiva.
Redistributivo	Analisar a evolução das políticas de proteção social a pessoas desempregadas, considerando dois tipos de dimensões: <ul style="list-style-type: none"> • níveis e cobertura da proteção; • <i>workfare</i>. 	Bibliografia e legislação e outra documentação relevante	Dois enfoques: Histórico e comparado (1974-...; outros países da UE) - baseado sobretudo na revisão bibliográfica. Crise (2008-2013) – bibliografia complementada pela análise documental focando a política de austeridade (e.g. MoU; legislação específica para proteção social e relativa ao IEFP).
	Apresentar a evolução na taxa de cobertura na proteção no desemprego	Eurostat, Estatísticas da Segurança social	2008-2015. Análise estatística descritiva. Taxa de cobertura calculada com base no nº de desempregados e beneficiários de prestações de desemprego (dados mensais). ⁶³ Variáveis: sexo, idade, habilitações.
Cidadania	Apresentar dados relativos à dimensão <i>workfare</i>	Bibliografia	2008-2015. Análise estatística descritiva. Dados relativos a políticas de ativação e à procura de emprego. Variáveis: sexo, idade, habilitações.

⁶³ Foram realizados dois tipos de cálculos: a) considerando apenas os valores oficiais do desemprego; considerando, adicionalmente, o efeito do desencorajamento e o sub-emprego na forma de part-time. De forma a perceber os impactos das evoluções normativas na proteção social, estes dados foram complementados com a análise nas variações no desemprego de longa duração.

4.6 Conhecimento e a aprendizagem coletiva

Este conjunto de atividades concorrem sobretudo para o objetivo de contribuir para facilitar processos de aprendizagem coletiva, visando responder à questão de pesquisa: Como é possível a mobilização e a ação coletiva de pessoas desempregadas?

Na medida em que procurou vincar os processos de reflexão, aprendizagem e desenvolvimento de consciência crítica, associados a uma investigação que pretendeu ser participativa, relevante desde a perspectiva dos movimentos sociais, esta componente da pesquisa concentra em si a procura de resolução da tensão, presente em todo o processo de pesquisa, entre conhecimento local e público (Herr e Anderson, 2015). Neste sentido, e de forma a contribuir para produzir conhecimento local - ou seja, partilhado à escala da comunidade imediata - promovendo espaços de reflexão e aprendizagem -, optou-se pela realização de focus groups (FG's). Como veremos nos casos em que não foi possível a sua realização, estas entrevistas coletivas foram complementadas com entrevistas individuais.

A escolha deste tipo de técnica de recolha de dados nesta fase particular da pesquisa teve a ver com várias razões. Em primeiro lugar, porque permite algum controlo da qualidade do processo de recolha de dados, na medida em que os (e as) participantes oferecem algum tipo de peso e contrapeso que permite descartar dados incorretos ou opiniões extremas (Flick, 2014). Em segundo lugar, ainda no que concerne à qualidade dos dados recolhidos, este tipo de técnica não incorre no individualismo metodológico subjacente a outro tipo de técnicas, como é o caso de grande parte das metodologias quantitativas e de algumas qualitativas, nomeadamente as entrevistas individuais. Em terceiro lugar, agora apontando para a lógica participativa da pesquisa, porque os testemunhos coletivos têm o potencial de ter um impacto direto no empoderamento individual e coletivo - os diálogos e as histórias dos(as) participantes têm o potencial de ajudá-los(as) a desenvolver o sentido de identidade, a auto-validação, a criação de laços e a comunalidade da experiência (Madriz, 2008). Neste sentido o FG, embora não constitua uma sessão de solução de problemas, além de permitir criar uma situação mais próxima da vida quotidiana – no caso dos movimentos sociais, um debate, reunião de balanço ou de preparação de ação –, torna-se num espaço de produção, expressão e troca de opiniões (Flick, 2014). Constitui, assim uma

ferramenta particularmente interessante para a investigação participativa da ação coletiva de pessoas desempregadas. Assinale-se ainda que o FG é aqui encarado não apenas como uma forma de apreender os temas relevantes em torno de um determinado tema, mas antes uma situação social organizada, que inclui performances por todas as pessoas envolvidas, assim como as interações geradas nesse contexto (Smithson, 2000).

Além de concorrer para o OG II, pretendia-se com estas atividades contribuir para completar e validar informação relativamente ao OGI, assim como aferir qual a perspectiva dos e das participantes nos FG's sobre outra questão central de pesquisa: Qual o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas no conflito capital-trabalho, entre 2010 e 2013? Estes objetivos estão relacionados pois considera-se que o ciclo de protestos 2010-2013 e, em particular, a reconfiguração das estruturas de mobilização ocorrida a partir do início de 2011, constitui uma oportunidade de aprendizagem para os movimentos sociais e sindicais. A reflexão sobre como é possível mobilizar e facilitar a ação coletiva de pessoas desempregadas é feita a partir da análise conjunta sobre qual o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas no conflito capital-trabalho, neste período.

Preparação e formação dos grupos

Os FG foram planeados considerando o trabalho empírico em torno do mapeamento do ciclo de ação coletiva 2011-2013 e a análise do contexto e das condições dessas mobilizações. Colocaram-se questões importantes no processo de preparação dos FG's, nomeadamente no que concerne à seleção dos/as participantes (Flick, 2014; Rabiee, 2004). Procurou-se selecionar pessoas que tivessem, potencialmente, algo de relevante sobre o tema em estudo (Rabiee, 2004): pessoas desempregadas, visto que o ponto crucial da pesquisa é a perspectiva deste segmento da força de trabalho; ativistas sociais e sindicais que participaram neste ciclo de mobilizações. Por outro lado, considerando os objetivos de investigação-ação da pesquisa e o facto de um dos desafios fundamentais colocados à mobilização e ação coletiva de desempregados/as ser a fragmentação e a diversidade social e ideológica (Chabanet e Faniel, 2012; Lahusen, 2014), procurou-se, dentro do possível, formar grupo heterogéneos em outros critérios que não o do desemprego, e da

participação no ciclo de mobilização, nomeadamente: género, idade, perfil profissional; grupos de pertença e orientações ideológicas.⁶⁴

Foram realizados dois FG's, ambos envolvendo pessoas desempregadas na altura das mobilizações. Para o primeiro FG foram convidadas pessoas que: estavam em situação de desemprego ou subemprego no início de 2011; participaram no protesto da Geração à Rasca; e que foram entrevistadas, entre Fevereiro e Abril de 2011, no âmbito do estudo exploratório em torno do tema do desemprego e ação coletiva (Fernandes, 2011).⁶⁵ Quanto ao segundo FG, este foi formado procurando integrar pessoas/ativistas, segundo dois critérios: estar em situação de desemprego ou subemprego em parte ou totalidade do período compreendido entre Março de 2011 e Junho de 2012 (data da realização da manifestação pelo direito ao trabalho, promovida pelo MSE).⁶⁶

Uma das dificuldades teve a ver com o facto de, embora se basearem numa “comunidade” realmente existente – i.e. a rede de pessoas e organizações que fez parte deste ciclo de mobilizações –, o seu carácter difuso obrigar à formação do que deve ser considerado como um grupo artificial – i.e. juntou-se estas pessoas no âmbito da pesquisa e conforme determinados critérios.⁶⁷ Esta tensão artificialidade-realidade significa que, muito embora o grupo não exista à *priori*, muito possivelmente existe(m) história(s) de interações partilhadas relativamente ao tema e podem ter desenvolvido atividades ou experiências comuns, contribuindo para sublinhar padrões comuns - ou divergentes - de sentido. Isto é particularmente relevante no caso de ativistas sociais e sindicais que tenham participado neste ciclo de mobilizações.

Enquanto o FG1 foi definido em função da análise das entrevistas realizadas em 2011 no âmbito de estudo exploratório (Fernandes, 2011), o

⁶⁴ Do leque das orientações político-ideológicas foram excluídas as consideradas irrelevantes para os objetivos da pesquisa: posições contrárias participação social e política; posições neonazis.

⁶⁵ No âmbito desse estudo exploratório foram entrevistadas ao todo dezasseis pessoas, apesar de terem sido analisadas apenas doze entrevistas.

⁶⁶ A escolha deste período tem a ver com o facto de, se até este momento as formas de ação e organização assentarem sobretudo num modelo de organização assembleário. A partir de setembro de 2012, com o protesto Que se Lixe a Troika, o princípio comum dominante assumiu uma lógica de distinta, começando por ter por base um núcleo de ativista, para depois se desenvolverem uma série de ações descentralizadas.

⁶⁷ Esta questão não se coloca tanto no caso do FG1, formado a partir das pessoas que participaram no estudo realizado em 2011. Repare-se, no entanto, que algumas das pessoas que participaram nesse FG já se conheciam.

processo de preparação do FG2 incluiu uma série de contactos e entrevistas (email, telefone/skype, presencial) com vista à apresentação do projeto e da atividade de pesquisa e à identificação de possíveis participantes dos diferentes grupos.⁶⁸ Foi também entrevistada Britta Baumgarten, uma investigadora especializada no tema da mobilização de desempregados/as e que estudou este ciclo de mobilizações, visando pedir opiniões sobre as dinâmicas de participação de desempregados/as neste ciclo de mobilização, nomeadamente em movimentos ainda não suficientemente aprofundados no mapeamento OGI, como o MSE e o QSLT.

Foram consideradas “ativistas” todas as pessoas que participaram neste ciclo de mobilização: com diferentes níveis de envolvimento; título individual, ou envolvidas em grupos e coletivos. Foram categorizadas como “Ativistas desempregadas” todas aquelas pessoas que além de serem consideradas ativistas, viveram parte ou a totalidade de deste período (2011-2013) numa condição de desemprego. Para este efeito foi considerada uma definição de desemprego distinta das definições oficiais (Demazière, 2014; Observatório das Crises e Alternativas, 2015) e seguindo os seguintes critérios:

- não ter atividade laboral que pudesse configurar uma relação de assalariamento (aqui estão incluídos os falsos recibos verdes e o trabalho temporário, considerados uma situação distinta do desemprego);
- sendo habitualmente trabalhador(a) a recibos verdes ou trabalhador(a), ter visto uma redução substancial dos rendimentos, aproximando-se por isso a uma situação de não emprego;
- biscates e trabalhos pontuais não foram consideradas incompatíveis com situação de desemprego;
- as situações de desencorajamento, ou mesmo de inatividade forçada, foram englobadas na condição de desemprego (por exemplo, reforma por invalidez não desejada, para efeitos de acesso a proteção social num contexto de grave carência económica).

⁶⁸ Estes contactos/entrevistas tiveram vários objetivos: aferição da situação laboral em 2011; disponibilidade para participar em FG, no caso de estar desempregado(a); breve biografia profissional/desemprego e de ativismo (2011-2013), de forma a perceber em que FG deveria ser integrado/a; recolha ou validação de informação relevante relativa a eventos específicos de mobilização, nomeadamente a manifestação pelo Direito ao Trabalho, a Marcha contra o desemprego e o QSLT.

Atividades de formação foram consideradas desemprego, quando não constituíam a atividade principal ou eram realizadas como estratégia para fazer face à situação de desemprego.

Foram tidas outras preocupações adicionais. Foi escolhido um local facilmente identificável e acessível à maior parte dos participantes, com boas condições acústicas (i.e., que garantisse a qualidade da gravação); e que não fosse potenciador de tensão na dinâmica do grupo. Uma outra preocupação teve a ver com o tamanho do grupo, que deve se situar entre 6-10 pessoas: suficientemente grande para poder abranger uma variedade de perspetivas e suficientemente pequeno para não se tornar desorganizado e fragmentado (Rabiee, 2004).

O guião de entrevista foi preparado considerando os objetivos genéricos destas atividades de pesquisa, os objetivos específicos, assim como a composição de cada um dos grupos.⁶⁹ O planeamento da sessão teve por base uma conceção de atividade de pesquisa na linha do que propõe Smithson (2000): discussão cuidadosamente planeada que ocorre num determinado cenário, sendo particularmente relevante interação gerada entre participantes. Os FG's são encarados como um fórum de geração dos discursos públicos sobre um tópico, e não tanto uma forma de “descobrir” as “visões” reais dos/as participantes.

O planeamento dos dois FG's procurou responder às especificidades de cada grupo mas apontou três pontos comuns, cada um deles concorrendo, de diferentes formas, para as questões de pesquisa enunciadas anteriormente:

- a) *Definição/significado da condição de desemprego.* Nesta parte da entrevista pretendeu-se que os/as participantes caracterizassem a sua situação de desemprego-emprego na altura das mobilizações. Este ponto visou contribuir para enraizar o processo de reflexão coletiva na experiência de desemprego de cada um/a dos/as participantes concorrendo sobretudo para o OGII.
- b) *Perspetiva de desempregados/as sobre o ciclo de mobilização 2011-2013.* Esta é parte que visou, de forma direta, fazer um balanço retrospectivo do ciclo de mobilizações, contribuindo para enraizar a reflexão na memória sobre estas experiências de ação coletiva. Este ponto pretende concorrer sobretudo para o OGI.

⁶⁹ Os guiões dos FG's encontram-se em anexo (anexos III e IV).

- c) *Comentário ao problema da ação coletiva de pessoas desempregadas.* Esta componente visou explorar o problema da ação coletiva, que se apresenta abaixo, desde a perspectiva de quem estava em situação de desemprego na altura das mobilizações. Este ponto pretende concorrer sobretudo para o OGII.

O problema da ação coletiva é encarado como um dilema estratégico (Jasper, 2004). A sua formulação baseou-se naquilo que na reflexão teórica foi considerada uma questão crucial e distintiva da ação coletiva envolvendo pessoas desempregadas, tendo em consideração as pressões no sentido do *workfare* e da individualização do problema do desemprego. O dilema foi apresentado da seguinte forma:

A condição do desemprego coloca um desafio distintivo em termos de ação coletiva, visto que esta, mais do que motivar as pessoas desempregadas a assumir uma situação (a de desemprego) da qual gostariam de escapar, iria encorajá-las a se concentrarem em estratégias individuais de sobrevivência.

O papel da moderadora/facilitadora foi definido no sentido de criar um espaço que permita expressão, de forma aberta, de experiências e opiniões. A definição desse papel englobou as seguintes preocupações: a apresentação e conhecimento mútuo dos/as participantes; facilitar o *disclosure* quanto ao envolvimento em experiências de ação coletiva e/ou na sua conceção ou organização, desde a perspectiva de desempregados/as, ativistas e sindicalistas; garantir o máximo de participação nos diferentes momentos da entrevista, sem que isso implique condicionar demasiado a dinâmica do próprio grupo; contribuir para confirmar/validar alguns dos resultados da pesquisa obtidos até ao momento e explorar outras questões inexploradas; tentar que o material seja o mais rico possível, evitando períodos longos de conversação irrelevantes quanto ao foco da entrevistas e, quando necessário, introduzindo questões que ajudem a direcionar a conversação para esse enfoque.

No que concerne ao perfil sociodemográfico, é de destacar o equilíbrio em termos de género e a inclusão de vários segmentos etários relevantes para o foco de estudo. A maior parte dos participantes pertenciam a agregados familiares pequenos 2-3 pessoas: vários casos de mulheres com filhos a cargo em família monoparental; e dois casos de adultos a viver na casa dos pais (neste caso da mãe). É de destacar um forte peso de pessoas com ensino

superior (8 num total de 13); vários com ensino secundário; um com antigo 5º ano. Tendo por referência a análise das condições e motivações da participação nas manifestações de protesto com base no Inquérito Social Europeu de 2012 (Campos Lima & Martín Artiles, 2014), pode-se dizer que os grupos são compostos pelas faixas etárias com maiores níveis de participação em manifestações – ou seja, 25-34 anos e 35-49 anos (ver quadro abaixo). Tendo em conta o foco no desemprego, considera-se que não faria sentido a participação de pessoas com mais 65 anos – visto que esta era a idade legal para acesso a reforma, mas que há uma clara lacuna quanto à inclusão de pessoas mais jovens (16-24 anos) e, eventualmente, mais uma pessoa do segmento dos 50 aos 64 anos.

Tabela 2: Perfil sociodemográfico dos(as) participantes em cada FG

	FG1	FG2	total
16-24 anos	-	-	-
25-34 anos	3	2	5
35-49 anos	4	3	7
50-64 anos	-	1	1
Mais de 65 anos	-	-	-

Ano de referência: 2012

Do ponto de vista sócio laboral, é destacar que ambos os FG incluíram pessoas com o percurso laboral envolvendo desemprego-precariedade-subemprego. Embora ambos os grupos tenham incluído perfis de emprego qualificado e semiquualificado é de destacar que, do ponto vista profissional, o FG1 é mais diversificado do que o segundo, onde predominou um perfil especializado, com um forte peso de atividades como o jornalismo, tradução, ou sector livreiro. Por fim destaque-se também a maior diversidade presente no FG1 quanto à data da primeira experiência de desemprego, que se deu em diferentes momentos históricos. No FG2, a maior parte dos casos estavam associados a uma experiência recente de desemprego, ou seja, após 2007.

É de destacar a quase ausência de perfis de envolvimento sindical, mas vários casos de percurso ativista e experiência de militância partidária, com um posicionamento ideológico à esquerda – entre o centro esquerda e a esquerda

radical.⁷⁰ Há também vários casos de percurso ativista recente. Em termos globais, foi conseguido um certo grau de diversidade quanto a pertença organizacional. Entre os/as participantes encontravam-se membros de associações com culturas organizativas diversas tais como: Associação José Afonso (AJA), Comité de Anulação da Dívida Pública Portuguesa (CADPP), Centro de Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), Movimento 12 de Março (M12M), Precários Inflexíveis - Associação de Combate à Precariedade e ao Desemprego (PI), Regueirão dos Anjos (RDA69), Sindicato do sector IPSS, União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). Relativamente aos objetivos de diversidade de cultura organizativa pretendida para nestes primeiros FG's, é de destacar que, apesar dos esforços, não foi conseguida a participação de ativistas dos seguintes grupos:

- Panteras Rosas, um grupo particularmente ativo na dinamização dos protestos, em especial em 2011-2012;
- Plataforma Gueto, um grupo criado em finais de 2011/início de 2012 que procurou dar um novo impulso, em Portugal, ao movimento social negro, representando um segmento populacional particularmente excluído e discriminado;
- Revista Rubra, um coletivo militante que teve um papel chave na formação do MSE;
- CENA, um sindicato formado em 2012 e cuja formação esteve fortemente ligada a este ciclo de protestos e, em particular, à Iniciativa Legislativa Cidadã (ILC) contra a precariedade;
- Professores desempregados e contratados, um grupo particularmente ativo desde 2010 na defesa dos direitos dos professores desempregados.

Olhando os anexos V e VI é possível identificar perfis de ativismo dos e das participantes em cada um dos FG's. No caso do FG1 verificaram-se níveis envolvimento diverso neste ciclo de mobilizações, embora todos com algum tipo de experiência de participação social, sindical ou política. Em vários casos o envolvimento nos protestos resumiu-se essencialmente à presença na própria ação de protesto. Destaque-se que a Manifestação pelo Direito ao

⁷⁰ Como se poderá inferir pela análise das entrevistas, embora se verifique um certo grau de diversidade quanto ao tipo de propostas, é claro o predomínio de uma orientação ideológica assente em valores de defesa da justiça social e económica. Assinale-se também que cinco num total de 13 participantes tinham militância partidária no Bloco de Esquerda, reforçando o peso desta orientação ideológica na globalidade da amostra.

Trabalho foi o protesto que contou com menos participantes entre as pessoas presentes no FG (apenas uma pessoa) e que há três protestos que contaram com a participação de todas as pessoas: Geração à Rasca; *QSLT! Queremos as nossas vidas!* e *QSLT! O Povo é quem mais ordena!* Acampada de Lisboa e 15O contou com a presença de três pessoas embora, com um maior nível de implicação.

No caso do FG2, é possível verificar que a maior parte do grupo corresponde a um perfil de grande envolvimento nas mobilizações em 2011-2012 diversos. Cinco pessoas estiveram envolvidas, como ativistas, na totalidade dos acontecimentos em análise e, três delas, estiveram envolvidas na conceção e organização de várias ações, nomeadamente geração à rasca, Acampada, 15O, Marcha da Indignação e a Primavera Global. Nenhum dos/as participantes tem experiência sindical e apenas dois têm militância partidária. Em quatro dos casos o envolvimento nas mobilizações está associado aos coletivos/organizações de referência, nomeadamente: CADPP, PI e UMAR.

O primeiro FG realizou-se a 14 de maio de 2016, no *Mob-Lisboa*, e o segundo a 19 de junho de 2016, na Casa do Brasil de Lisboa.

Procedimentos de registo, processamento e análise dos dados

As entrevistas foram gravadas, após autorização dos e das participantes, de forma a permitir a sua transcrição, análise e incorporação com os restantes dados do projeto. Foi dispensada gravação vídeo, optando-se apenas pela gravação áudio, por duas razões: por um lado, considerou-se que gravação de vídeo poderia ser mais intimidadora, dificultando os *disclosure* e a partilha; por outro, isso simplificaria maior preparação logística. No que concerne a estes dois FG's foram adotados, nesta fase, os seguintes procedimentos de processamento e análise dos dados:

- i. logo nos 2/3 dias imediatamente a seguir à realização do FG's foi efetuada uma primeira transcrição, na forma de *draft*, procurando garantir a identificação dos/das participantes e, simultaneamente, registar os temas mais importantes, assim como aspetos a considerar em futuras entrevistas;
- ii. transcrição integral das entrevistas;
- iii. primeira leitura livre, assinalando os temas gerais (os definidos pela estrutura do guião e os que surgiram no decorrer da entrevista)

iv. realização de nova audição e com a realização da revisão da transcrição, detetando incorreções e com atenção a aspetos relacionados com a interação.

Por fim, foi realizada nova leitura e codificação do texto, agora considerando o quadro conceptual (parte I da tese) e a incorporação destes dados, considerando os vários objetivos gerais e específicos do projeto.

Na análise procurou-se identificar os conteúdos, as divergências, os consensos, assim como a interação do grupo e o desenvolvimento da discussão ao longo do decorrer da conversa (Flick, 2014):

1. O que é dito?
2. Em que é que as afirmações dos(as) participantes diferem?
3. E o que é que têm em comum?
4. Como é a interação dentro do grupo?
5. Como é que a discussão se desenvolve ao longo da entrevista?

Mais do que fazer uma análise detalhada de um determinado tema, procurei fazer uma descrição da globalidade dos dados, rica em detalhes e o mais completa possível (Braun e Clarke 2006), utilizando extratos o mais abrangente possível no concerne aos/as participantes de cada um dos FG's. Nesta fase da análise foi dada especial atenção às interações, no que concerne (Smithson, 2000):

- às *vozes*, ou seja, as opiniões ou perspetivas que surgem na discussão que podem ter origem num individuo ou serem formadas no decorrer da própria discussão;
- dentro destas, às *vozes dominantes*, aquelas que se tornam a única claramente articulada;
- à diversidade de vozes;
- às *vozes dissidentes*, aquelas que surgem em desacordo com a opinião dominante;
- às *vozes coletivas*, ou seja, um processo grupal de construção colaborativa de uma perspetiva ou argumento conjunto e que surge essencialmente como um procedimento coletivo que, mais do que levar a uma perspetiva individual, permite a formação de um consenso.
- cenários de desacordo, confusão e contradição.
- o impacto da investigadora/facilitadora na própria atividade de pesquisa.

Foi elaborado um relatório apresentando, de forma sistematizada, os pontos mais importantes das duas entrevistas e uma breve reflexão crítica

sobre os procedimentos adotados. Os dados considerados mais pertinentes para os objetivos de pesquisa são apresentados nos capítulos 6 e 7.

Entrevistas individuais

Como foi referido anteriormente, nos casos em que não foi possível a realização de entrevistas coletivas, foram realizadas, em alternativa, entrevistas individuais. Neste caso entendeu-se que seria importante ter a perspetiva de representantes de dois tipos de atores coletivos considerados chave neste ciclo de mobilizações - sindicatos e grupos não sindicais – e procurar explorar as dificuldades e as potencialidades de mobilização de pessoas desempregadas, tendo por referência duas ações assinaladas em Fernandes (2015) e que foram dirigidas especificamente para pessoas desempregadas:

- a Manifestação pelo Direito ao Trabalho, promovida pelo MSE, a 30 de junho de 2012;
- a Marcha contra o desemprego, promovida pela CGTP, visando mobilizar desempregados(as), entre 5 e 13 de outubro de 2012.

Assim sendo, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas que, embora incorram no risco de individualismo metodológico Flick (2014), permitem a abordagem profundada sobre determinados temas, delimitando simultaneamente o volume de informação recolhida.

Por outro lado, redirecionou-se a abordagem em termos de amostra: na impossibilidade de contar com as vantagens dos FG's, optou-se por apostar em entrevistar pessoas que, pelo seu papel na organização destas duas experiências de mobilização de pessoas desempregadas, pudessem dar uma perspetiva dos grupos organizadores sobre dois temas chave abordados nos FG: o papel do desemprego e das pessoas desempregadas no ciclo de mobilizações 2011-2013; o problema da ação coletiva de pessoas desempregadas.⁷¹ Devido a limitações de natureza geográfica, estas entrevistas foram realizadas através entrevistas online, usando para tal a tecnologia considerada mais adequada para o(a) entrevistado(a) – email, *chat* ou *skype*.

A seleção de das pessoas a entrevistar obedeceu a lógicas distintas atendendo às características de cada uma das organizações consideradas: um

⁷¹ Os guiões das entrevistas encontram-se em anexo (VII e VIII)

grupo informal dinamizador de movimento social; uma confederação sindical. Enquanto no caso do MSE entendeu-se que seria importante entrevistar três ativistas com percurso diverso de envolvimento nas mobilizações, no caso da CGTP tinham sido já realizadas duas entrevistas exploratórias, não gravadas, por isso optou-se por entrevistar uma pessoa que tivesse tido especiais responsabilidades na organização e direção política da ação.

No caso MSE, só foi possível entrevistar dois dos ativistas inicialmente contactados. Ambos em situação de desemprego no período de maior atividade do MSE, participaram no processo de formação do MSE, assumindo um papel importante na organização da Manifestação pelo Direito ao Trabalho. Um dos entrevistados foi Alcides Santos, licenciado em Matemática e especialista em informática, tinha 45 anos em 2012. Participou em grande parte dos protestos realizados entre 2011 e 2013. Envolveu-se no blog Ensaio sobre o Desemprego e esteve depois na formação do MSE. Teve um papel particularmente ativo em termos de gestão da informação e do site, do qual se destaca a conceção do contador de desempregados. Numa fase de desmobilização do MSE deu apoio e esteve envolvido na promoção de ações diretas e de desobediência. A entrevista foi realizada por email entre 18 e 24 de junho. O Alcides tinha indicado que tinha muito pouca disponibilidade para fazer por *chat* ou *skype*. Foi feito um esforço sincronizar o máximo possível a conversação por *email*. Além disso fui enviando blocos de perguntas, às vezes encadeadas com as respostas, de forma a facilitar a gestão do tempo. A partir de determinado momento a entrevista ganhou realmente a forma de conversação, com maior sincronização.

A outra entrevistada, que preferiu manter o anonimato e designámos de Sara, e tinha estado sem qualquer trabalho em 2011 e em 2012 fazia biscates. Desde 2009 que participava com regularidade em manifestações relacionadas com a questão da precariedade, em particular as convocadas por sindicatos, tendo também participado em grande parte dos protestos realizados entre 2011 e 2013, incluindo a marcha contra o desemprego promovida pela CGTP. Esteve envolvida na formação do MSE. A entrevista foi realizada *chat* a 14 de junho de 2018. A conversa desenvolveu-se muito rica mas saiu um pouco do foco da estrutura estabelecida. Além disso, ela tinha já pouco presente a experiência e demonstrou alguma dificuldade em lembrar-se de alguns acontecimentos e datas concretas. Ainda assim, demonstrou um grande entusiasmo por relembrar essa experiência.

No caso da CGTP, foram realizadas entrevistas exploratórias com Libério Domingues, Coordenador da União de Sindicatos de Lisboa e Fernando Ambrioso, um dos responsáveis pelo acompanhamento e direção da coluna da Marcha contra o desemprego. Numa segunda fase, foi entrevistado Joaquim Dionísio, que era membro da Comissão Executiva e Secretariado do Conselho Nacional da CGTP entre 2012 e 2016, tendo tido à sua responsabilidade a direção e coordenação da Marcha contra o desemprego. A entrevista foi realizada por vídeo conferência e decorreu em boas condições, tendo sido possível tratar grande parte dos temas previstos, assim como gravar e transcrever totalidade da entrevista.

Enquanto as entrevistas do Alcides e da Sara foram analisadas conjuntamente, visto terem uma estrutura semelhante e concorrendo para aprofundamento da compreensão da experiência do MSE, a entrevista a Joaquim Dionísio foi analisada de forma autónoma visando entender a perspetiva de um dirigente da CGTP sobre o lugar do desemprego e dos(as) desempregados(as) neste ciclo de mobilizações. Os resultados destas entrevistas foram integrados, conjuntamente com os resultados dos FG's, nos dados apresentados nos capítulos 6 e 7.

5 Crise, austeridade e o conflito em torno do desemprego em Portugal (2008-2013)

Da revisão teórica realizada nos primeiros capítulos foram identificadas três tensões chave, decisivas para entender o problema da ação coletiva envolvendo desempregados e desempregadas: inclusão-exclusão; unidade-fratura; local-nacional-europeu-global. Com o abandono na meta de pleno emprego, o desemprego foi um instrumento fundamental de disciplinamento da força de trabalho no quadro da terceira onda de mercadorização, que teve o seu início na sequência da crise petrolífera da década de 70. Neste quadro, as elites e os sectores do capital demonstraram uma enorme capacidade de colocar o campo do trabalho à defesa, instaurando o medo laboral em sociedades neoliberais que denigrem os “perdedores” no jogo da competitividade global e fazendo vingar a ideia que não existem alternativas. Entretanto, a viragem para a “plena empregabilidade” veio acompanhada por maior desproteção, pelo que estar desempregado(a) significou também estar mais vulnerável face às oscilações da mercadoria-dinheiro e, por isso, mais condenado(a) ao seu destino de força de trabalho de reserva. A crise financeira de 2008, deixando a descoberto uma crise estrutural caracterizada por uma forte instabilidade e incerteza quanto à natureza das configurações sistémicas futuras, também expôs a fragilidade do projeto neoliberal, podendo contribuir para um ponto de viragem relativamente a futuros alternativos.

Neste quadro considera-se que, com vista a explorar as possibilidades de transformação social, é essencial questionar: que contradições parciais, estruturalmente definidas, poderão, em contexto de crise sistémica, contribuir para aumentar o poder estrutural daquela parte da força de trabalho que está desempregada?

Como vimos anteriormente, o desemprego constitui uma forma de exclusão do mercado de trabalho que se tem vindo a tornar particularmente vincada, face à crise das sociedades salariais e à crescente saliência da questão social. Tendo em conta a tensão provocada pela mercadorização presente nas sociedades contemporâneas, abordar o desemprego do ponto de vista conflitual requer situá-

lo nas políticas económicas que enquadram o Emprego e o Estado Social, sendo essencial ter em consideração que, especialmente em contexto de desproteção social, o desemprego constitui um elemento de pressão sobre os níveis de vida da globalidade da força de trabalho.

Neste capítulo, apresenta-se os resultados da análise de dados relacionados como o contexto e das condições associados ao ciclo de mobilizações 2011-2013, em Portugal. São aqui tratadas sobretudo as componentes associadas às políticas e os seus impactos nas condições de vida de quem não tem emprego. Pretende-se, por um lado, caracterizar a condição de desemprego nomeadamente as suas dimensões materiais e normativas; por outro lado, perceber que janelas de transformação social se abrem. Em primeiro lugar procura-se abordar esta condição de forma retrospectiva, procurando identificar os marcadores históricos do desemprego, numa perspetiva económica e na sua relação com o emprego e a precariedade, considerando a janela temporal dos últimos 40 anos.⁷² De seguida é apresentada uma panorâmica dos principais desenvolvimentos que marcaram o contexto de austeridade para depois focar as políticas afetando o desemprego, no período 2008-2013, considerando as dimensões sociais e laborais consideradas por Giugni et al. (2009).

5.1 Os marcadores históricos do desemprego

Tornou-se frequente enquadrar Portugal enquanto uma sociedade de desenvolvimento intermédio ou semiperiférico (Santos, 1985). O advento democrático do 25 de Abril de 1974 foi o marco histórico que permitiu tanto o fim do colonialismo português, como o rompimento com quase cinco décadas de regime político autoritário, que tinha: moldado um país com uma industrialização tardia e incipiente, uma economia dependente das matérias-primas e dos mercados das colónias; restringido as liberdades políticas; imposto um sindicalismo tutelado pelo regime corporativo; e confrontado o país com um regime de proteção social praticamente inexistente. Em quase quarenta anos

⁷² É feita uma análise na linha das realizadas por Demazière (2014), identificando: propriedades de referência da norma de emprego; variedades de formas emprego; marcadores históricos do desemprego; gestão pelos serviços públicos; desemprego (sob pressão).

(mas mais concentrado nos primeiros quinze anos de democracia), Portugal viveu um curto-circuito histórico em que diferentes modos de regulação social foram ensaiados num período curto de tempo: de Estado corporativo passou por uma transição para o socialismo, uma regulação fordista e, desde 1986, com a adesão à UE, por uma regulação neoliberal (Santos, 2004).

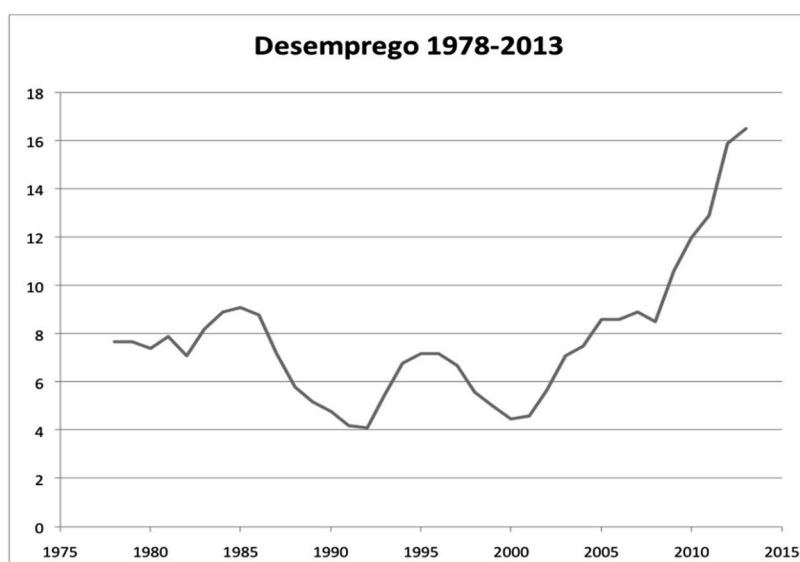
Ainda assim, o país entrou em contraciclo no movimento de institucionalização do pleno emprego verificado no pós-guerra. O princípio do Pleno Emprego foi adotado através da sua inscrição na Constituição da República Portuguesa de 1976, numa altura em que o Modelo Social do pós II Guerra já tinha entrado em crise (Fernandes, 2011; 2012). Na prática, não chegou a ser concretizado qualquer modelo de pleno emprego, especialmente após a adesão à UEM, pois na verdade assistiu-se a uma perda, não compensada a outra escala, de instrumentos essenciais de política pública e de desenvolvimento que permitissem absorver crises assimétricas (Reis et al., 2013). A adoção do Tratado de Maastricht (1992) e do Pacto de Estabilidade e Crescimento em 1997, que vieram priorizar os objetivos de controlo da inflação e dos défices orçamentais, contribuíram para consolidar um processo de periferização da economia face ao centro da Europa, nomeadamente a Alemanha, com mecanismos similares aos ocorridos em outros países do Sul da Europa (Gambarotto & Solari, 2015)

Entre 1987 e 2000 houve uma conciliação entre um processo de neoliberalização da sociedade portuguesa com a manutenção, e até reforço, de pilares fundamentais do Estado Social, mesmo que distante dos padrões europeus, incluindo em termos de políticas de emprego (Reis et al., 2013). Isto foi facilitado por um processo de financiarização da economia e pelos fundos estruturais europeus. Na prática foi-se afirmando um Keynesianismo privado (Crouch, 2011), que “chutou” para a esfera privada e para o endividamento, a compensação do declínio de rendimentos e enfraquecimento do poder de compra da classe trabalhadora (Campos Lima e Fernandes, 2014). A partir de 2000 estes mecanismos parecem ter-se esgotado na sua capacidade de atenuar os efeitos das políticas macroeconómicas orientadas para o controlo da inflação, sendo visível a incapacidade de gerar emprego. Em vez disso, foi-se consolidando a naturalização do desemprego e o abandono de objetivos de pleno emprego (Teles, 2017). As debilidades da posição periférica da economia portuguesa tornaram-se mais claras a partir de 2004 e, em especial, a partir da crise do Euro.

Olhando o Gráfico 1 é possível verificar que o desemprego evoluiu de forma cíclica, em três momentos distintos. Um primeiro momento que vai desde década

de 80 até ao início da década de 90 no qual, após atingir um primeiro máximo de histórico de 9,1% em 1985, a taxa de desemprego desce de forma continuada até um mínimo de 5,0% em 1992. Um segundo momento, que engloba o período que vai de 1992 e 2000, é caracterizado por um novo aumento do desemprego (até 7,2% em 1996), mas não tão marcado como o verificado na década de 80, o que é seguido por nova descida e atingindo, na viragem do milénio, níveis ligeiramente mais baixos aos do início da década de noventa.⁷³ O terceiro momento configura-se a partir do ano de 2000 e caracteriza-se por um aumento continuado dos níveis de desemprego, ultrapassando em 2006 a média da UE e da área euro (ver gráfico 2), e com um crescente peso do desemprego de longa duração (gráfico 3). Mas ao contrário do ocorrido anteriormente, não se verificou evolução cíclica do desemprego e, após uma ligeira quebra verificada de 2007 para 2008, o desemprego atingiu um novo máximo em 2009, sistematicamente ultrapassado nos anos seguintes, agudizando-se sobretudo entre 2011 e 2013. Isto foi acompanhado por uma destruição massiva de emprego: segundo as estatísticas oficiais entre o final de 2007 e 2013 foram destruídos 640 mil postos de trabalho e a população desempregada aumentou em mais de 370 mil pessoas - o que mesmo assim poderá estar subestimado pelo seu enviesamento enquanto medida de capacidade de trabalho não utilizada (Caleiras e Caldas, 2017).

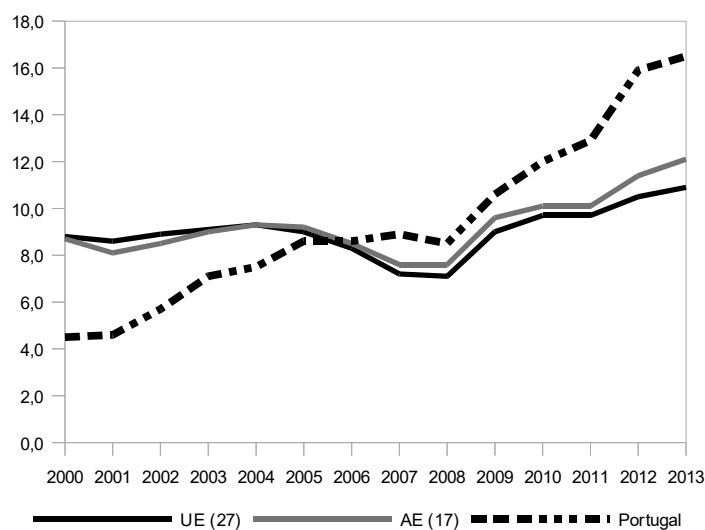
Gráfico 1: Evolução do desemprego 1978-2013 (anual)



Fonte: INE

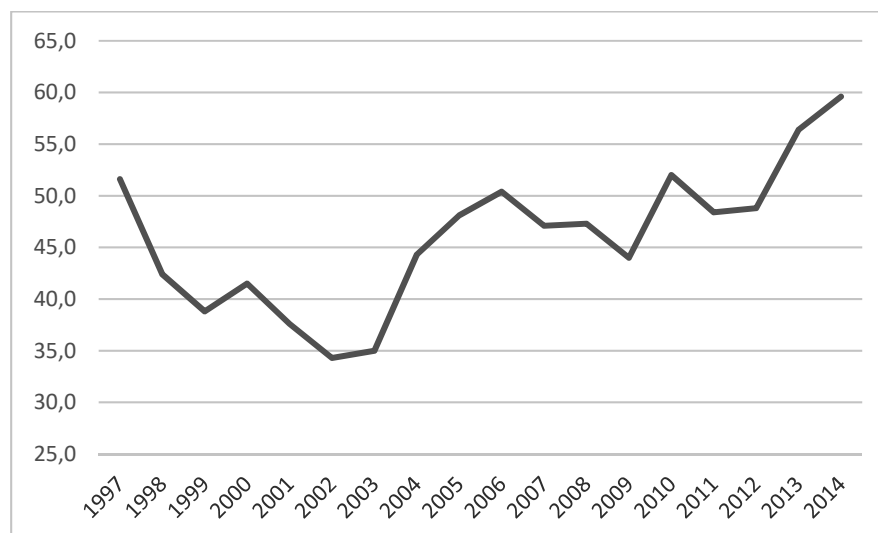
⁷³ (3,9%, segundo o INE; 4,5% segundo o eurostat)

Gráfico 2: Evolução do desemprego 2000-2013 Portugal, UE e área euro



Fonte: *eurostat*

Gráfico 3: Evolução do desemprego de longa duração

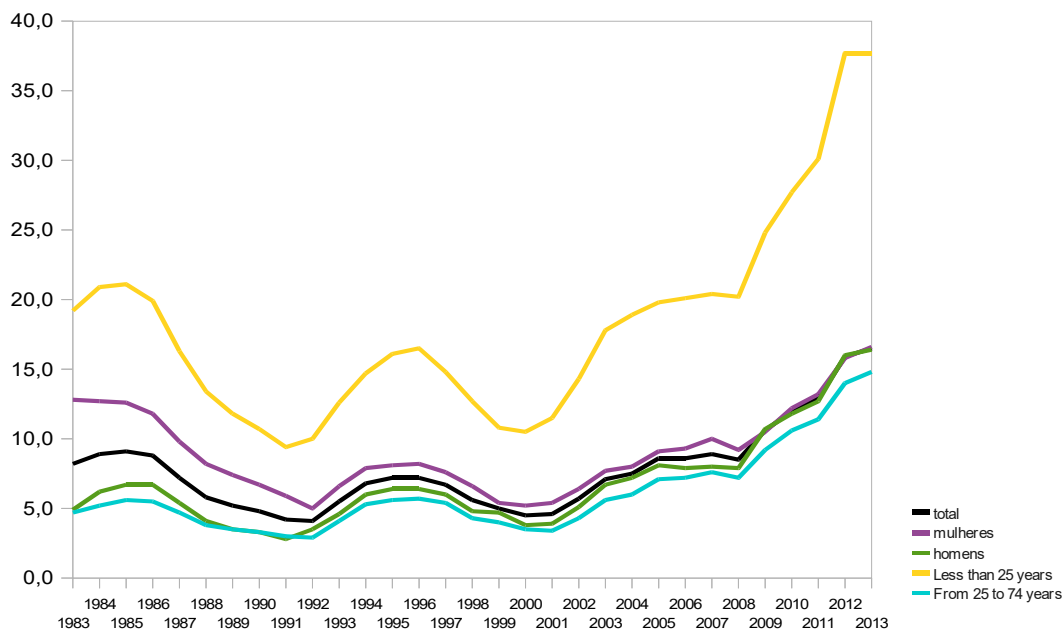


Fonte: *eurostat*

Esta evolução não se deu de forma homogénea em diferentes categorias demográficas, nomeadamente em termos género, idade e qualificações, ao longo das últimas décadas. Olhando o gráfico 4, vemos que, enquanto que na década de 80 se destacou o desemprego jovem e o desemprego feminino - que atingiu um máximo histórico em 1983, bem mais do que o dobro do que o masculino -, na década de 90 e a partir de 2000, foi sobretudo o desemprego jovem que seguiu um trajetória de escalada mais clara: disparou a partir de 2009 (24,8%) e atingiu em 2012 o seu valor máximo (37,7%). Como alertam Carmo e Cantante (2015), isto é particularmente relevante se considerarmos que este crescimento se dá em

paralelo com uma redução drástica do emprego jovem, que caiu para 23,6% em 2012.

Gráfico 4: Evolução do desemprego 1983-2013, por sexos e grupos etários (anual)



Fonte: *eurostat*

Não obstante a existência cíclica de picos de desemprego, é o assalariamento e a proteção no emprego (mesmo que com salários baixos comparativamente ao resto da Europa) que constitui a norma de emprego, sobretudo pelo enquadramento constitucional favorável à proteção do emprego e pela emergência de uma estrutura sindical forte, a CGTP, com um perfil conflitual, de sindicalismo de classe.

Vimos anteriormente como a crise de emprego verificada na década de 80 constitui um importante marcador histórico do desemprego. A importância deste período tem a ver, não apenas com o facto do desemprego ter escalado, mas também por razões de natureza política: o volte face relativamente às expectativas de melhoria de condições de vida criadas com a revolução de 1974; os dois primeiros resgates financeiros por parte do FMI em 1977 e em 1983. Aos de natureza política e financeira acresce outro de natureza económica: o facto de ter coincido com um processo de desindustrialização e reestruturação produtiva, traduzido em aumento brutal de despedimentos e fecho de grandes unidades fabris e com a ampliação do emprego no sector dos serviços.

Assim, partindo de um contexto institucional favorável à proteção laboral, o sistema de relações laborais português esteve sujeito a processos de reestruturação da produção e às pressões para a flexibilização das relações laborais (Campos Lima, 2004; Kovács, 2006; Marques, 2015). Face à fragilidade económica do país, e cada vez mais exposto a forças de globalização, isto resultou num processo de desindustrialização, no aumento do desemprego e do trabalho temporário, e na fragilização da capacidade de ação dos sindicatos (Costa, 2005).

Tabela 3: Caracterização da condição do desemprego em Portugal

	Características de referência
Propriedades de referência da norma de emprego	Assalariamento com base em contrato sem termo, mas com um peso importante de trabalho temporário (cerca de 20% desde 2000), em particular entre segmentos mais jovens. Desigualdades laborais em função do género e nacionalidade.
Variedades de formas emprego	Muito variada, quer em termos de trabalho temporário, quer termos de trabalho informal.
Marcadores históricos do desemprego	Pico de desemprego na década de 80. Ressurgimento desde 2000. Desemprego jovem alto. Desemprego de longa duração alto. Risco de exclusão e pobreza. Regime sub-protector compensado por uma “Sociedade providência” assente na instituição familiar.
Gestão pelos serviços públicos	Serviços pouco desenvolvidos e dispositivos fragmentados no que diz respeito a políticas de ativação.
Desemprego (sob pressão)	Massificação sem precedentes do desemprego. Aumento do desemprego entre a força de trabalho qualificada. Regime sub-protector e viragem para <i>workfare</i> . Pressão sobre a “sociedade providência”. Reconfiguração do regime de emprego, numa ótica liberal.

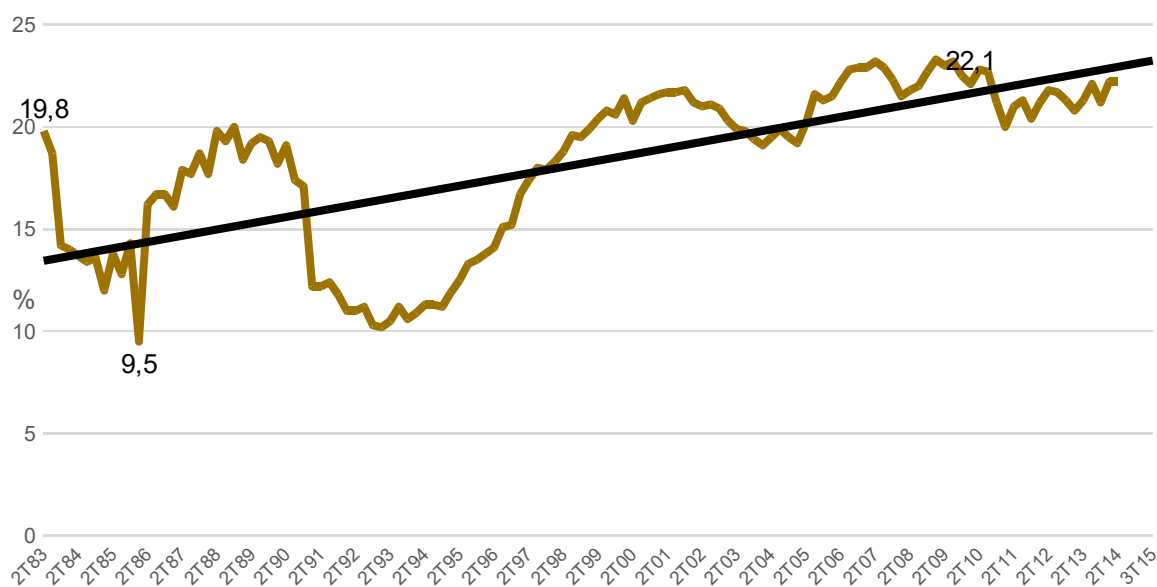
Adaptado de Demazière (2014)

No final dos anos 80, verificaram-se várias mudanças legislativas que contribuíram para a flexibilização laboral e que afetaram sobretudo quem entrava no mercado de trabalho. Embora o “pacote laboral” tenha sido travado pela Greve Geral de 28 de Março de 1988 - que, pela primeira vez, juntou CGTP e União Geral dos Trabalhadores (UGT) -, tal não impediu a aprovação posterior de nova legislação avulsa, no sentido de facilitar o despedimento e promover a “diversidade contratual”, nomeadamente contratos a termo certo, e ampliando o uso de falso trabalho independente (o chamado recibo verde). Na década passada assistimos a mudanças significativas da legislação laboral - duas revisões do Código do Trabalho -, que estiveram na origem da convocatória por parte da

CGTP das Greves Gerais de 10 de dezembro de 2002 e 30 de maio de 2007 (Dias e Fernandes, 2016).⁷⁴

O gráfico 5 ilustra evolução da proporção de contratos de trabalho a termo e de outro tipo de contratos de trabalho não permanentes no total dos assalariados, em percentagem, em Portugal, desde 1983. Podemos verificar um primeiro aumento do trabalho temporário na segunda metade dos anos 80, quando o emprego temporário representava 20% da totalidade do emprego; uma queda assinalável para cerca de 10% em 1993, mas durando pouco tempo; uma nova expansão do emprego temporário que, desde a viragem do milénio, tem estado persistentemente acima dos 20%, chegando aos 23% em 2010 (Alves, 2016). Destaque-se também o aumento do peso dos contratos a termo involuntários e do trabalho a tempo parcial involuntário (Carmo e Cantante, 2015).

Gráfico 5 – Evolução da proporção de contratos de trabalho com termo e de outro tipo de contratos de trabalho não permanentes no total dos assalariados (%) em Portugal, entre o 2T1983 e o 3T2015



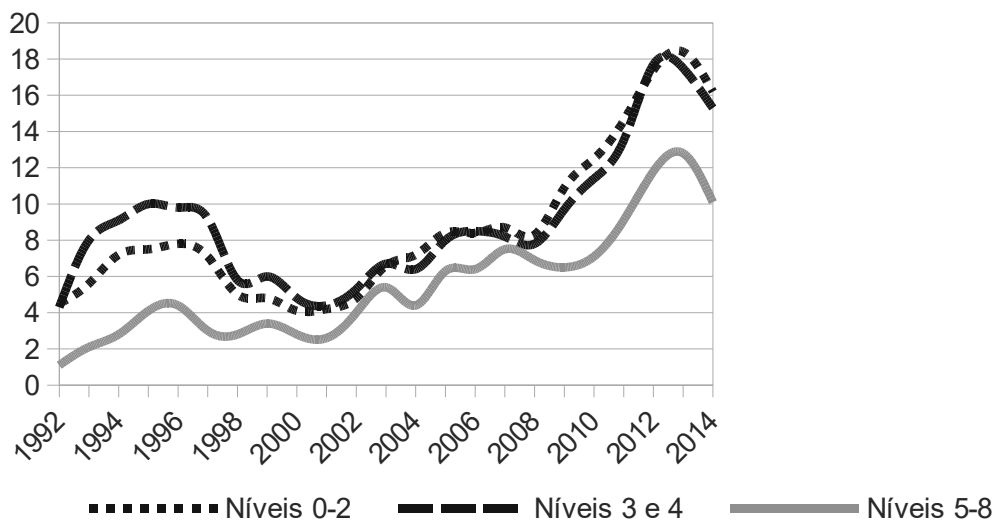
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego (2T1983-3T2015). Alves, P.M. (2016)

Esta evolução foi acompanhada, como vimos anteriormente, por um aumento continuado dos níveis de desemprego. A este propósito importa também sublinhar que, apesar das diferenças das taxas de desemprego entre mulheres e

⁷⁴ Considerando os impactos da reforma de 2009 nos indicadores de “rigidez” do mercado de trabalho em que a redução do nível de proteção contra os despedimentos teria sido compensada com a proteção do contratos a termo (Campos Lima e Abrantes, 2012).

homens se ter atenuado relativamente ao verificado na década de 80, o mesmo já não acontece quanto às condições laborais, nomeadamente níveis salariais. Por fim, é de destacar o crescente peso do desemprego e do trabalho temporário entre a força de trabalho mais qualificada (Marques, 2010).

Gráfico 6 Trabalho temporário por qualificações



Neste sentido, o que fora anteriormente "atípico" tornou-se cada vez mais parte da norma, verificando-se uma crescente segmentação do mercado de trabalho, em que o núcleo central da legislação laboral se manteve relativamente intacto mas verificou-se um aumento da proporção dos *outsiders*, na qual os, e as mais jovens, têm um peso importante (Marques, 2015). Pelo caminho, foi-se acentuando o conflito entre duas posições diversas quanto à solução para o problema: uma defendendo política de promoção e proteção do emprego, tal como consagrada pela CRP; outra, visando desmantelar as regras institucionais existentes generalizando a flexibilização das relações laborais (Campos Lima, 2004; Marques, 2015). No entanto, adotando a segunda via, estas reformas não conduziram a nenhum tipo de convergência entre *insiders* e *outsiders*. De facto, um relatório do Eurofound (2015) indicou que, para além das altas taxas de trabalho temporário, o caso português é caracterizado por um diferencial salarial entre trabalhadores(as) temporários(as) e permanentes(as) muito alto – superior a 30%. Além disso, segundo um índice da OCDE relativo aos níveis de proteção do emprego - escala de 0 (mínima proteção) a 6 (máxima proteção), indicou uma descida do níveis de proteção, de 4,58, em 2003, para 4,13, em 2010, no caso dos contratos sem termo e ainda mais vincada, no caso dos contratos a termo – de 2,81 em 2003 para 1,88 em 2010 (Fernandes, 2016; Teles, 2017).

As especificidades históricas e económicas condicionaram, assim, a configuração do regime de emprego e de proteção social português. Tendo por base a tipologia apresentada no capítulo 1 (secção 1.5), este regime caracterizava-se por: alto nível de cobertura das convenções coletivas, mas baixa densidade sindical; subproteção, ou seja, baixos níveis de proteção social de quem se encontra em situação de desemprego; e níveis intermédios de políticas ativas de emprego (Gallie, 2013). Além disso, no que concerne à redistribuição de rendimentos (Tahlin, 2013), conjugava níveis intermédios de desenvolvimento económico com níveis elevado de desigualdade, próximos aos do Reino Unido, de pendor liberal.

Considerando que estes dados se referem ao período imediatamente anterior às vésperas da escalada austeritária, Campos Lima e Fernandes (2014) sugerem que as políticas adotadas neste quadro atacaram, em todas as frentes e em todas as dimensões, as bases institucionais da igualdade e inclusividade do regime de emprego português, reconfigurando-o numa ótica liberal. Nas secções seguintes procura-se desenvolver esta ideia, situando o papel das políticas conflituais do desemprego nesta reconfiguração.

5.2 O desemprego na receita austeritária

As conclusões da reunião anual bilateral realizada entre o Estado Português e o FMI em Outubro de 2008 assinalaram (IMF, 2008), ao nível do emprego, evoluções consideradas modestas mas não alarmantes, elogiando a capacidade de resiliência da economia portuguesa face a choques internacionais, enquanto resultado das reformas estruturais implementadas nos anos anteriores, nomeadamente as medidas de consolidação orçamental e as reformas laborais então em curso.⁷⁵ Pouco mais de um ano depois, lembrando os indicadores de

⁷⁵ Estas reuniões, de periodicidade anual, são realizadas no quadro do acordo estatutário desta entidade financeira internacional e constituem um instrumento técnico de monitorização de aspetos considerados essenciais para a estabilidade do sistema monetário internacional e a regulação dos fluxos capitais. A primeira (IMF, 2008) realizou-se na altura em que eclodiu a crise económica e financeira e a segunda no final de 2009 (IMF, 2010), num momento em que o FMI tinha já recuperado o seu protagonismo - assim como a sua capacidade, em termos de recursos disponíveis - enquanto entidade financiadora (Toussaint e Millet, 2010). Ambas as reuniões são anteriores a formalização do primeiro memorando que estabeleceram as condições do resgate

contração económica e o aumento substancial do desemprego, a direção executiva do FMI em Portugal acentuou a negatividade do prognóstico, indicando que na persistência de desequilíbrios orçamentais o risco de um ajustamento súbito e disruptivo seria maior, afetando todos os sectores da economia (IMF, 2010:9). Neste sentido, o FMI prescreveu um programa de reformas da qual se destaca a priorização de duas medidas ao nível dos mercados laborais: a revisão do sistema de proteção no desemprego incentivando à procura de emprego; a reconsideração do aumento do salário mínimo nacional (SMN) acordado em sede de concertação social, assegurando um ajustamento na linha com os “princípios económicos” (IMF, 2010). Na verdade, a proposta foi na linha das receitas neoliberais desenvolvidas na década de 80 e 90 que sublinham a função disciplinadora do desemprego. Poucos anos antes, numa análise incidindo sobre o caso português, Blanchard (2007) tinha ido mais longe no tipo de receita – neste caso a redução dos salários nominais. Reconhecendo as dificuldades psicológicas e legais que poderiam decorrer da adoção desse tipo de medidas (Costa e Caldas, 2013), a análise sublinha essa função disciplinadora (Blanchard, 2007: 16):

Can workers be induced to accept a decrease in nominal wages? The answer may well be no. Unions may disagree with the diagnosis, and thus disagree with the need to reestablish competitiveness. They may hope for faster productivity growth. Many years of high unemployment may be needed to convince workers of the need for adjustment.

Na sequência da crise financeira de 2008, as respostas políticas iniciais foram no sentido de procurar minorar os riscos de contágio. À semelhança do verificado à escala da UE (Degryse, 2012), depois de uma primeira fase centrada na situação da banca, a resposta passou por uma fase expansionista (2008/2009) que visou evitar uma espiral recessiva e sustentar a atividade económica e a criação de emprego (Costa e Caldas, 2013). Neste quadro foi adotada a Iniciativa para o Investimento e para o Emprego (IIE), apresentada como o contributo nacional para o esforço anti cíclico (PEC 2008-2011), da qual resultou um efeito conjuntural contra cíclico sobre o investimento e o emprego e que incluiu medidas de proteção social para quem ficou no desemprego e a promoção de políticas ativas de emprego.⁷⁶

financeiro, sob a forma de um Programa Estrutural de Ajustamento (PEA) estabelecido em Maio de 2011 com a supervisão conjunta da Troika formada pelo BCE, o FMI e a CE.

⁷⁶ Lei 10/2010, de 10 de março. Foi adotada na sequência do Programa de Estabilidade e Crescimento 2008-2011 - Atualização de Janeiro de 2009.

Estas medidas de estímulo orçamental da IIE acabariam por terminar abruptamente em março de 2010, quando se assistiu à versão portuguesa da viragem europeia para a “consolidação orçamental” (Costa e Caldas, 2013). Essa viragem teve início com o Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, que ficou conhecido como PEC I e, incluindo medidas apontando já para a constituição da deflação salarial como instrumento político, inaugurou a fase da austeridade (Costa & Caldas, 2013); veio a ser reforçada no seguinte PEC II e III, acabando por constituir um elemento crucial do Memorando de Entendimento celebrado com a troika constituída pela CE, o BCE e o FMI, no primeiro semestre de 2011. Como sublinham Silva et al. (2017), pretendia-se uma reconfiguração permanente das instituições e dos equilíbrios de poder que enquadram as relações laborais.

Olhando para os desenvolvimentos verificados a seguir a 2009, é difícil não pensar que a prescrição feita pelo economista chefe do FMI entre 2008 e 2015, Olivier Blanchard, ganhou o estatuto de profecia, mesmo que contando para isso com ventos favoráveis: por um lado, um verdadeiro Golpe de Estado à escala da UE (George, 2011); por outro, pela política da exceção (Ferreira, 2011; Clauwaert e Schömann, 2012), com os próprios desenvolvimentos à escala do UE trazendo profundos impactos à escala nacional. Ao nível da UE, partindo-se de um diagnóstico que apontou aos custos salariais a principal responsabilidade da crise do euro, assistiu-se a duas viragens nas políticas laborais (Teles, 2017): em primeiro lugar, a adoção da flexibilidade salarial e do mercado como mecanismo de ajustamento face a choques assimétricos no contexto da moeda única deixa de ser responsabilidade exclusiva de cada governo nacional; em segundo lugar, o regresso da ligação da política macroeconómica e mercado de trabalho, mas desta feita invertendo o sentido dessa ligação – passa a caber ao mercado de trabalho as responsabilidades pelos desequilíbrios económicos. Neste quadro, assiste-se a um arrojado programa de reformas focando as políticas de emprego, sobretudo nos países do Sul da Europa, cujo ritmo de aplicação se guia pelo princípio da já antes referida NAIRU, que coloca no outro prato da balança do controlo da inflação, a proteção ao trabalho, a densidade sindical e os custos fiscais do trabalho (Teles, 2017).⁷⁷

É essencial compreender estas mudanças políticas, assim como os seus impactos nas condições de vida de quem não tem emprego. De seguida, essa

⁷⁷ O irónico é que este instrumento foi adoptado num contexto macro-económico de inflação zero ou mesmo de deflação (Teles, 2017).

análise é feita considerando as dimensões propostas por Giugni et al. (2009) - uma social e outra económica ou laboral -, procurando-se contribuir para identificar as oportunidades políticas específicas ao campo do desemprego (discursivas e institucionais) que possibilitaram ou constrangeram a mobilização e a ação coletiva de pessoas desempregadas no quadro do ciclo de mobilizações 2011-2013. De seguida procura-se especificar as principais características ao nível das políticas sociais procurando avaliar o seu nível de inclusão - ou, inversamente, de exclusão (Giugni et al., 2009) -, destacando as principais alterações verificadas no quadro da austeridade.

5.3 Entre a Sub-proteção e a Sociedade-Providência

Com as mudanças verificadas após a Revolução de 1974 assistiu-se à criação de um sistema integrado de segurança social encarado como direito de toda a população – em rutura com a separação de medidas e estruturas de apoio distintas para grupos de contribuintes e de não contribuintes -, incluindo a instituição do subsídio de desemprego (Hespanha et. al., 2000; Vale, 2011). Como vimos anteriormente, esse novo fôlego no sentido do reforço dos direitos sociais foi atrapalhado pelo facto do país ter entrado em contraciclo no movimento de institucionalização do pleno emprego verificado no pós-guerra. Assim sendo, uma das características distintivas do regime de emprego português, que o situa conjuntamente com outros países do Sul da Europa num regime sub-protetor, é a debilidade da proteção social no desemprego. Importa salientar que, embora historicamente essa debilidade tenha sido compensada pela sociedade providencia (Santos, 1993), as transformações verificadas em Portugal no pós 25 de Abril, nomeadamente a entrada para o mercado de trabalho das mulheres, acabaram por ameaçar as condições de reprodução das relações sociais que a sustentam.⁷⁸ A questão que então se colocava era se, face a essa crise, o enfraquecimento da sociedade providência corresponderia à sua compensação

⁷⁸ As mudanças entretanto verificadas nas estruturas familiares, nomeadamente pelo aumento do peso das famílias monoparentais terão colocado novas ameaças ao papel de compensação desempenhado pela família (Campos Lima et al. 2012).

pelo Estado Providência ou, pelo contrário, ocorreria a par do enfraquecimento deste ou, pelo menos, da sua estagnação (Santos, 1995).

Em qualquer dos casos, Portugal apresentou uma agenda muito específica na sua trajetória re-mercadorização do trabalho, realizando uma reforma no sentido de uma maior cobertura e generosidade em 1999 para, logo a seguir, a partir de 2001, confluir com outros países com regimes baseado num princípio contributivo (Alemanha, França e Espanha), numa segunda onda de reformas centrada numa lógica de condicionalidade, que afirmou um novo balanço entre direitos sociais mais fracos e obrigações mais fortes (Arcanjo, 2012). Repare-se que esta viragem para a lógica da condicionalidade deu-se exatamente quando o desemprego estava a aumentar.

De seguida especifica-se algumas das evoluções verificadas ao nível do regime de proteção social no desemprego do regime de proteção social no desemprego português, considerando os seguintes indicadores (Anexo IX): requisitos formais para a obtenção de proteção social (prazo de garantia; fórmula de cálculo); nível de cobertura (montante; duração; existência de compensação mínima); grau de cobertura; nº de pessoas recebendo prestações.

Assim sendo, no que concerne aos requisitos formais para obtenção da proteção social, os critérios mantiveram-se relativamente estáveis. A fórmula de cálculo manteve-se relativamente estável desde 1989, tendo por base 65% da base na remuneração média diária, não se aplicando qualquer critério de diferenciação segundo a existência de pessoas a cargo ou duração do desemprego. As alterações verificadas nesta norma de acesso ao subsídio de desemprego vêm a dar-se apenas em 2012, já em contexto de austeridade. Além disso, manteve-se um valor mínimo e máximo do subsídio, sendo o limite máximo reduzido apenas em 2003 no quadro das medidas temporárias adotadas face ao aumento do desemprego verificado na viragem do milénio. Novas alterações dão-se apenas no quadro da austeridade.

O prazo de garantia sofreu poucas alterações desde 1989, tendo sido adotado desde então um critério restritivo no acesso ao subsídio - 540 dias em 24 meses de período de referência. Em 2003 verificou-se uma redução do prazo de garantia de 540 para 270 dias de trabalho e o período de referência passou para 12 meses. Esta foi uma medida provisória de flexibilização do acesso ao subsídio de desemprego adotada em resposta ao aumento do desemprego verificado após a viragem do milénio, mas que foi invertida em 2006, voltando-se a valorizar

carreiras contributivas mais longas, o que aconteceu num contexto de aumento da precariedade.⁷⁹

Quanto à cobertura da proteção social no desemprego, e no que concerne ao montante, importa salientar que embora a taxa de substituição de referência (65%) não seja muito baixa – comparando por exemplo com países como a França (Arcanjo, 2012) –, a sua tradução em subproteção deve-se sobretudo aos baixos níveis salariais que caracterizam o mercado de trabalho português (Campos Lima et al., 2012). Desse ponto de vista, é ao nível da duração da cobertura que o carácter restrito das normas deste regime de proteção social se torna mais notório, afetando sobretudo o desemprego de longa duração. Primeiro, escalado em função de um critério etário e, mais tarde, também em função da carreira contributiva, a duração da cobertura variou entre 10 a 27 meses, adotando-se um critério mais generoso, entre 12 e 30 meses, em 1999, mas desta feita passando a considerar-se também o número de meses de registo.

Em 2003, exatamente quando seria expectável o reforço da rede de segurança face ao aumento do desemprego, veio a verificar-se uma redução da duração entre 270 e 900 dias, penalizando sobre os segmentos da força de trabalho mais jovens e com carreiras contributivas mais curtas. Nesta altura, foi também facilitado o acesso à reforma por quem estivesse em situação de desemprego aos 58 anos.

Por último, a existência (ou não) de compensação mínima. Desde 1989 que está estabelecido um valor mínimo do subsídio, que não deverá ser inferior ao salário mínimo nacional, o que veio a sofrer alterações apenas em 2010. Além disso, a lei passou a prever um subsídio social de desemprego subsequente após o termo do subsídio de desemprego, dependendo da condição de recursos do agregado familiar, sendo atribuído um montante variável conforme a dimensão do agregado familiar.⁸⁰ Em 1999, o benefício da prestação passou a ter lugar também nas situações em que não fosse atribuível o subsídio de desemprego.⁸¹

⁷⁹ Passou a ser considerado um prazo de garantia de 450 dias e voltaram a ser considerados os 24 meses como período de referência.

⁸⁰ A “condição de recursos”, visa estabelecer um limite máximo rendimento per capita do agregado familiar a ser tido em consideração no acesso de determinados instrumentos de proteção social. Embora já estivesse previsto anteriormente na legislação é a partir desta altura que ganha maior importância para. O uso deste critério tendeu a ser generalizado para vários tipos de apoios sociais - não apenas o RSI e subsídio social de desemprego, mas também várias prestações de proteção familiar, ação social escolar, prestações de alimentos, reabilitação ou os apoios à habitação.

⁸¹ Até 2006 esta norma não sofreu alterações significativas, o n.º 4 do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro veio estabelecer que o subsídio social de desemprego não poderia ser superior subsídio que o antecedeu.

Após a crise de 2008, face a uma cada vez mais visível massificação do desemprego, para além da adoção de medidas anti cíclicas, seria expectável a adoção de reforço da proteção social de quem estivesse em situação de desemprego. Isso aconteceu, mas apenas por muito pouco tempo. Inicialmente, houve um reforço das medidas de apoio a quem estivesse em situação de desemprego de longa duração e de carência económica (Decreto Lei 68/2009, de 20 de março). Verificou-se um alargamento do período de concessão e um aumento para 110% do Indexante de Apoios Sociais (IAS) da condição de recursos, para acesso ao subsídio social de desemprego. Ainda em maio de 2010 foi estabelecido um regime transitório para pessoas desempregadas com crianças a cargo. Em contexto de austeridade deu-se uma inversão deste caminho, tendo se verificado a revisão do sistema de proteção do desemprego, em 2010 e em 2012, resultando na redução da proteção, em termos de valores e cobertura, e o reforço da lógica *workfare*.

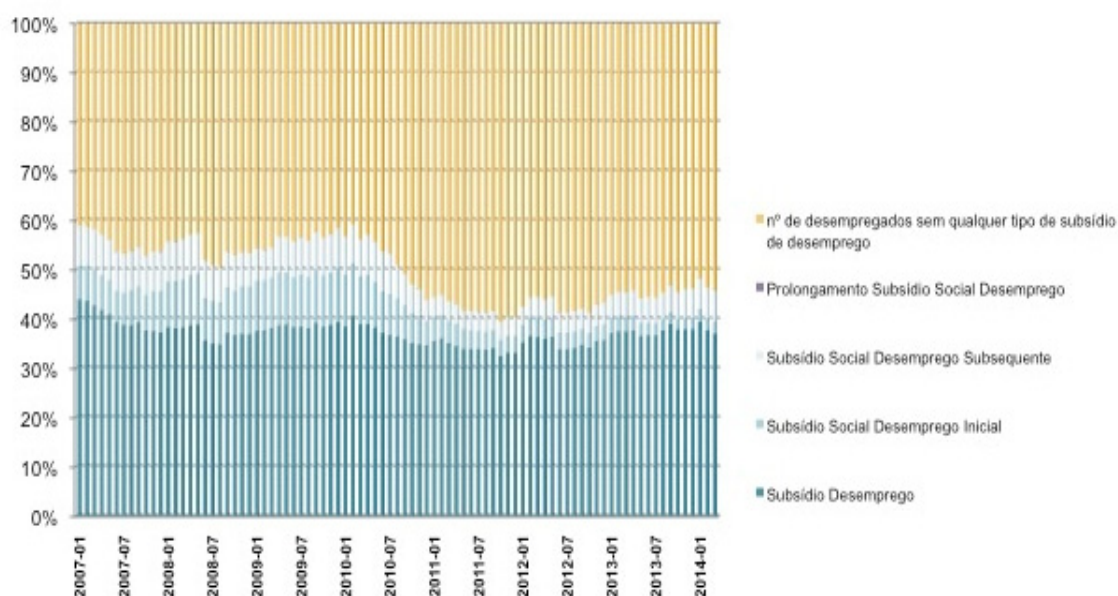
As alterações realizadas em 2010 tiveram impactos importantes em termos da cobertura e dos valores da proteção social, em particular no regime não contributivo. Esse impacto deu-se, antes de mais, pela revogação das medidas especiais de apoio a desempregados de longa duração, adotadas logo após à crise financeira. Foi também reduzido o valor máximo do subsídio, cujo critério para cálculo - quer do subsídio de desemprego como do subsídio social de desemprego - passou a ser o IAS o que, além de significar uma redução, sugere uma aproximação a uma lógica de assistência social. A outra componente importante de mudança foi através das regras da condição de recursos (Decreto Lei 70/2010, de 16 de junho) restringindo o acesso ou renovação da proteção social (RSI, abono de família, pensões sociais, subsídio social de desemprego,) através da alteração da fórmula de cálculo do rendimento *per capita* de referência, afetando sobretudo pessoas desempregadas sem acesso ao regime contributivo. Estas alterações aumentaram artificialmente o rendimento *per capita* familiar, em muitos casos em 47%, excluindo da proteção social muitas famílias em situação de vulnerabilidade (Rosa, 2012), e transferindo a responsabilidade da proteção social para as famílias.

Em 2012, verificaram-se novas mudanças, respondendo às exigências previstas no Memorando de Entendimento (Campos Lima e Fernandes, 2014): a redução do montante do subsídio de desemprego, a introdução de um perfil decrescente de prestações e a redução da sua duração para 18 meses. Tendo

em conta a persistência e aumento do desemprego e do desemprego de longa duração, estas medidas de redução da proteção social no desemprego não foram suficientemente compensadas pelas medidas (também previstas no mesmo documento) de extensão da cobertura do subsídio de desemprego através da redução do período contributivo necessário para aceder ao subsídio de desemprego para 12 meses, nem pelo seu alargamento ao trabalho independente (com características específicas).

Como podemos ver no gráfico 7, verificou-se uma redução global da cobertura. É notório o impacto das reformas realizadas numa primeira fase da austeridade ainda em 2010, em particular ao nível do subsídio social. Embora estes dados incluam, além do desemprego oficial, o subemprego e os desencorajados, é importante salientar que o aparente baixo impacto das reformas de 2012 poderá estar relacionado pelo efeito da destruição de emprego - muito dele abrangido pela proteção no desemprego - no cálculo global do desemprego.

Gráfico 7: Evolução da taxa de cobertura o subsídio de desemprego (2007-2013)



Fonte: Estatísticas da Segurança Social e Eurostat.

Considerando uma janela temporal mais ampla, assinala-se que a taxa de cobertura do subsídio de desemprego apresentava um movimento de redução ainda antes da crise, nomeadamente entre 2005 e 2007. Acontece que a partir de 2008 o diferencial entre o número oficial de desempregados e aqueles que

recebiam prestações agravou-se, o que significa que cada vez mais pessoas desempregadas ficaram desprotegidas – considerando os valores oficiais, a taxa de cobertura do subsídio de desemprego passou de 39,5% em 2009 para 30,8% em 2015 (MTSSS, 2016b, op. cit Hespanha e Caleiras, 2017). Além disso, os montantes médios de cobertura diminuíram em comparação com 2009 – se nessa altura, o montante médio da prestação era de 570,17 euros para os homens e 509,78 euros para as mulheres, já no final de 2015, o montante era de apenas 477,38 euros no caso dos homens e de 440,26 euros no caso das mulheres, representando um descida de 16,3% nos homens e de 13,6% no caso das mulheres (Hespanha e Caleiras, 2017).

O corte nas despesas sociais do Estado fez com que fosse maior a sobrecarga exercida sobre as famílias, sobretudo para as mulheres (Bento et. al, 2012), o que contribuiu para agudizar a crise na sociedade-providência. O aumento do desemprego, os cortes salariais e a redução da proteção social provocou impacto direto nas formas de subsistência familiar e de partilha de rendimentos nomeadamente: pelo facto das gerações mais velhos funcionarem como sustento das famílias; e pelo facto dos jovens ficarem em casa dos pais até mais tarde ou até, já autonomizados e em alguns casos com família constituída, terem de voltar à casa dos pais; ou, ainda, pelo facto do adiamento da idade da reforma fazer com que gerações mais velhas tenham menos tempo para ficar com netos. Ironicamente esta crise da sociedade-providência destruiu dois mitos: o mito de que vivemos à sombra do Estado; o mito de que vivemos acima das nossas posses (Santos, 2012).

5.4 Da ativação ao *workfare*

Como foi visto no primeiro capítulo, verificou-se uma mudança de fundo nas políticas de proteção social, passando da subsidiação à ativação, esta última com uma componente forte de *workfare*. Nesta secção analisamos como evoluiu a legislação portuguesa no que concerne obrigações relacionadas com a elegibilidade, em particular no período da austeridade. Foram considerados os seguintes indicadores (Giugni et al., 2009): as obrigações incluídas nas condições

gerais de acesso ao subsídio; as obrigações exigidas para manter a proteção social; as sanções previstas.

O princípio da ativação pressupõe que aceitar um trabalho considerado conveniente ou aceitável e a procura de emprego sejam encarados como obrigação para quem beneficia de subsídio de desemprego. O nível de obrigatoriedade da procura de emprego e a definição de trabalho considerado conveniente ou aceitável são, por isso, indicadores importantes da lógica compulsória das medidas de proteção social.

Desde 1975 que a legislação adotou uma definição de emprego considerado conveniente ou aceitável. No entanto, se inicialmente a legislação adotava a lei geral ou instrumento de regulamentação coletiva como referência para determinação do nível salarial considerado aceitável, nas últimas décadas deixou de ser este o critério predominante. A mudança mais significativa neste indicador ocorreu já em contexto de aumento do desemprego, em 2006, nas vésperas da crise financeira, quando passou a ser considerado emprego conveniente sempre que fosse garantida uma retribuição ilíquida maior ou igual à do emprego anterior, ou 25% superior ao valor da prestação (de 10% a partir do sétimo mês). A partir de 2010, o emprego passou a ser sempre considerado conveniente se garantisse retribuição igual ou superior ao valor da prestação. Estas mudanças assinalam a desvalorização dos instrumentos de regulamentação coletiva e indicam um crescente papel do desemprego no condicionamento dos salários.

Saliente-se, no entanto, que o início da viragem para uma orientação para o “incentivo ao emprego” deu-se sobretudo a partir de 1999, altura em que se passou a distinguir as medidas passivas - prestações pecuniárias - das medidas ativas - formação, trabalho a tempo parcial, criação do próprio emprego. Não se ficando por esta distinção, a legislação incorporou um conjunto de requisitos assentes numa lógica de ativação, pressupondo que quem beneficia das prestações tem de se implicar ativamente na procura de emprego e na reparação da sua condição de desemprego (Vale, 2011). Em 2006, passaram a ser especificadas um série de obrigações associadas ao conceito de procura ativa, que deveria ser feita de forma continuada, pelos próprios meios de quem está no desemprego, nomeadamente através de: respostas escritas a anúncios; respostas ou comparências a ofertas divulgadas pelo centro de emprego ou da comunicação social; candidaturas espontâneas; diligência para criação do próprio emprego ou empresa; respostas a ofertas na internet; registos de currículos na

internet. Também em 2006 verificou-se um reforço da lógica compulsória, sendo definido que capacidade e disponibilidade para o trabalho são pressupostos da inscrição, como candidato a emprego, no centro de emprego.⁸² Foram incluídas novas obrigações nomeadamente: demonstrar procura ativa e manter um registo atualizado e arquivo da documentação; apresentação quinzenal; sujeitar-se a medidas de avaliação, acompanhamento e controlo, nomeadamente a comparência em data e local determinado pelo centro de emprego.

O regime de proteção no desemprego desde 1975 que previa a cessação do subsídio em caso de recusa de emprego conveniente, falta de comparência, falsas declarações ou falta de comunicação de informações relevantes. Mais tarde vieram a ser incluídos outros critérios como a segunda falta de comparência não justificada. Em 1989, foram introduzidas sanções financeiras, passando a ser prevista a restituição dos valores em casos de ausência de comunicação de informações que determinariam a redução, suspensão ou cessão das prestações. Ou ainda em caso de: falta de comunicação de informações relevantes; falta de comparência não justificada; ou até a não realização de diligências adequadas quanto à obtenção de novo emprego. Em 1999 foram introduzidas novas penalizações, nomeadamente a pena acessória de privação de acessos a prestações de emprego pelo máximo de dois anos. Além disso, foram reforçados os mecanismos administrativos de controlo nomeadamente a advertência escrita e a anulação da inscrição no centro de emprego, em caso de incumprimento de uma série obrigações associadas a este regime.

Do exposto facilmente podemos apreender que a viragem para uma lógica de compulsão foi anterior ao contexto da crise e da austeridade. Mas as medidas adotadas em 2010 vieram reforçar um reforço da lógica assente no *workfare* através de uma suposta “racionalização da atribuição das prestações”, nomeadamente pela adoção de novas regras de cálculo; o reforço do controlo visando o combate da “fraude e a evasão prestacional”; a alteração do conceito de agregado doméstico privado, que passou a abranger todas as pessoas a residir

⁸² A disponibilidade para o trabalho traduzida na obrigação de sujeição ao controlo pelos centros de emprego estava já prevista no Decreto-Lei nº 79-A/89, de 13 de março. No entanto o Decreto-Lei nº 119/99, de 14 de Abril veio especificar mais obrigações nomeadamente a aceitação de plano pessoal de emprego, a comparência em data e local determinado pelo centro de emprego e a comunicação de alteração de residência no prazo de 10 dias, assim como a data em que se ausenta do território nacional.

num mesmo alojamento doméstico; o alargamento do tipo de rendimentos a serem considerados para efeitos de acesso às prestações sociais.

Em 2012 verificou-se o reforço da componente punitiva, especialmente no caso do RSI, mas também no caso do subsídio social de desemprego: o seu carácter transitório e contratual, a renovação não automática, a restituição de pagamento. No entanto, visto que a maior parte das medidas legislativas já existiam anteriormente, o que ocorreu em 2012 foi a mobilização destes instrumentos e organização sistemática dos serviços para uma lógica de mercado e do *workfare*. As mudanças mais significativas foram as relacionadas com a reestruturação do IEFP, reforçando o seu papel de controlo sobre a força de trabalho e a sua lógica de mercado (Fernandes, 2105): “a organização do mercado de trabalho, tendo em vista o ajustamento direto entre a oferta e a procura”.

Um dos indicadores mais impressionantes da ineficácia desta viragem para *workfare* na “ativação” quem está no desemprego, no sentido da procura de trabalho, foi o aumento do peso dos desencorajados entre a população inativa – ou seja, a população inativa disponível, mas que não procura emprego –, contribuindo para enviesar os números do desemprego (Caleiras e Caldas, 2017). O outro indicador relevante é o da emigração que sinaliza a desistência de procura de trabalho em contexto nacional.

5.5 A desvalorização do trabalho e a *Flex(In)segurança*

A partir de 2010 assistiu-se uma reconfiguração das instituições e práticas que enquadram as relações de trabalho em função de um processo “desvalorização interna” (Silva et al. 2017), por via de uma estratégia de *flex(in)segurança*, ou seja, uma política deliberada de redução salarial, de desagregação da negociação coletiva, de flexibilização dos despedimentos e de redução da proteção social (Campos Lima e Fernandes, 2014; Campos Lima, 2015).

Além da reforma do regime de proteção no desemprego, as medidas adotadas logo numa fase inicial abrangeram as políticas salariais, incluindo cortes salariais na administração pública e o congelamento do salário mínimo nacional. No quadro das medidas de redução da despesa pública, o PEC III, adotado no final de 2010 pelo Governo PS e com implicações orçamentais para 2011, previu

cortes nominais (entre 3,5% e 10%) para salários superiores a 1500 euros. No final de 2010 foi decidida a suspensão da aplicação da subida do salário mínimo para o ano de 2011, uma medida que foi prosseguida em 2012, 2013 e 2014 (Leite et al., 2013; Campos Lima e Fernandes, 2014; Campos Lima e Abrantes, 2016), já num novo contexto institucional e político. Esta medida teve especial importância nas políticas conflituais: pelo facto desta atualização ter sido resultado de um dos poucos acordos de concertação social subscritos por ambas as centrais sindicais, em 2006; pela importância que tem o salário mínimo no condicionamento da desigualdade salarial e da pobreza associada ao trabalho (Giugni et al., 2009).

Estas medidas foram as primeiras de uma série de medidas adotadas neste período e que representaram uma rutura com a política salarial em anos precedentes, baseada pela moderação salarial no âmbito da concertação social compensada pela definição de aumento salariais através da negociação sectorial e de empresa, cuja extensão era garantida através das portarias de extensão o que permitia compensar a baixa densidade sindical (Campos Lima e Fernandes, 2014; Campos Lima, 2015). Na linha do exposto anteriormente (Secção 1.3 e 5.2), argumenta-se que a massificação de desemprego constituiu um cenário propício para o enfraquecimento do poder do trabalho organizado para fazer face a esta estratégia de desvalorização salarial.

No quadro conflitual de intervenção da *Troika* e do Governo PSD-CDS, a posição negocial do campo do trabalho ficou ainda mais enfraquecida, do ponto de vista institucional, dando-se um aprofundamento do processo de transferência de riqueza do trabalho para o capital (Leite et. al. 2013). No sector público, além dos cortes salariais, foram adotadas uma série de medidas com implicações salariais, nomeadamente os cortes dos subsídios de férias e de natal; o aumento do horário de trabalho para 40 horas. Ao nível do sector privado, além do congelamento do salário mínimo, verificou-se a redução do valor do trabalho realizado em horas extraordinárias; a introdução do trabalho não pago pela via da redução dos feriados e dos dias de férias; a redução do preço do pagamento da isenção do horário de trabalho.

Na secção 5.1 foi referido que o trabalho temporário tem vindo a ganhar especial peso em Portugal, em especial a partir da década de 2000. Isso aconteceu no quadro da disputa entre duas posições distintas sobre a solução para o problema da segmentação do mercado de trabalho – uma defendendo a promoção e proteção do emprego, outra advogando a generalização da

flexibilização das relações laborais. Ao criar um quadro político dominado pela lógica da exceção, o memorando de entendimento veio permitir a consagração da *flex(in)segurança*: além da referida redução da desproteção no desemprego, através da facilitação dos despedimentos e do trabalho temporário. Esta é uma estratégia que também concorreu para a desvalorização interna, ao facilitar a substituição de trabalhadores com contratos permanentes por trabalhadores com contratos temporários e ao pressionar quem está no desemprego a aceitar qualquer tipo de emprego (Campos Lima, 2015).

O alargamento dos contratos a termo por mais um ano além do previsto foi uma das principais medidas adotadas no quadro da Troika que contribuiu para a generalização deste tipo de emprego precário. Mas foi sobretudo através da flexibilização dos despedimentos que se deu uma maior degradação da proteção no emprego, com impactos diretos no desemprego. A redução da compensação em caso de despedimento - individual ou coletivo - e a facilitação dos despedimentos individuais por inadaptação e por extinção do posto de trabalho foram as medidas mais significativas adotadas, com um alcance sem paralelo nas revisões anteriores do código de trabalho, pelo menos desde 2003 (Campos Lima e Fernandes, 2014).

O aumento do trabalho temporário e a proliferação do trabalho informal são aspetos particularmente relevantes para compreender os constrangimentos e possibilidades de mobilização e ação coletiva de pessoas desempregadas, visto que são indicadores da emergência da clivagem *insiders-outsiders*. Um regime historicamente sub-protetor e um cenário laboral em que a precariedade se tornou cada vez menos uma exceção foram fatores que contribuíram para vincar um tipo de definição coletiva de cidadania que oferece poucas oportunidades discursivas e institucionais para à mobilização conflitual em torno deste tema. Por outro lado, a adoção de medidas, logo na primeira fase da austeridade, afetando os segmentos mais fragilizados – com salários mais baixos e em situação de desemprego - veio contribuir para aumentar o potencial de clivagem. Argumenta-se que estas medidas visaram, mesmo que indiretamente, a globalidade da força de trabalho e contribuíram para enfraquecer a posição dos sindicatos e fazer vincar a tensão unidade fratura. Como?

Primeiro, através de um mecanismo económico. A desproteção no desemprego abriu espaço à pressão sobre os salários e as condições de trabalho. Em termos históricos a introdução da proteção social contribuiu para

desmercadorizar o trabalho porque, mesmo em contexto de alto desemprego, quem estivesse em situação de desemprego mais dificilmente aceitaria qualquer trabalho, a qualquer preço. O processo inverso fragilizou a situação de quem está desempregado(a), que passou a competir diretamente com quem tem emprego. Ou seja, a desproteção abriu um novo espaço de mercadorização do trabalho e, por essa via, ao enfraquecimento da posição negocial do campo trabalho organizado (sindicatos, CT's).

Segundo, através de um mecanismo político, o *workfare*. A desproteção foi acompanhada por um processo de moralização que facilitou uma deslocação do foco do problema da sociedade para o indivíduo e alimentou uma lógica de culpabilização de quem está na situação de desemprego. Esta mudança também é anterior à crise, mas acentuou-se nas reformas adotadas em contexto de austeridade, sobretudo com as reformas realizadas em 2012 - não apenas ao nível regime de proteção social mas, também, ao nível da organização dos próprios serviços de emprego e de segurança social.

Estes são aspetos que condicionaram as oportunidades institucionais e discursivas disponíveis aos sindicatos e outros atores sócio laborais envolvidos na resposta anti-austeritária.

6 O desemprego e o ciclo de mobilizações 2011-2013

Em Portugal verificou-se crescimento acentuado do desemprego a seguir à crise financeira global de 2008, assistindo-se também a uma intensificação dos conflitos sociais, sobretudo em contexto de austeridade. Numa primeira fase do quadro austeritário, ainda em 2010, os grandes protestos foram organizados essencialmente a partir do campo sindical. O início de 2011 marcou mudanças importantes nas dinâmicas de conflito, incluindo a reconfiguração das estruturas de oportunidade política e a emergência de novos atores, tendo-se desenhado um ciclo de ação coletiva, inserido numa nova onda de protestos globais (Estanque et al., 2013).

O aumento extremo de pessoas trabalhadoras desempregadas e precárias terá sido um fator chave para as mobilizações (Baumgarten, 2016). Além disso, este ciclo de protestos terá dado uma grande visibilidade a algumas das categorias que os sindicatos apresentam dificuldades em mobilizar, em particular quem está precário ou desempregado (Campos Lima e Martín Artiles, 2013), assinalando a emergência de um novo sujeito político - um *precarizado*, jovem e qualificado, constituído à custa do aumento da flexibilidade, do desemprego e da precariedade (Estanque et al., 2013; Soeiro, 2015). No entanto, embora o aumento do desemprego tenha contribuído para desencadear o ciclo de mobilizações, a relação entre desemprego e protesto não parece ter sido muito vincada (Baumgarten, 2014), ou, pelo menos, tão intuitiva. De igual modo, também a análise das condições e motivações da participação nas manifestações de protesto com base no Inquérito Social Europeu de 2012 (Campos Lima & Martín Artiles, 2014), mostrou que o desemprego não apresenta uma relação linear, ou significativa, com a participação nas manifestações neste período.

Noutro lugar (Fernandes, 2015), argumentei que, apesar de não ser linear a relação desemprego-mobilizações, parece ser claro que os protestos se deram num contexto de massificação do desemprego e de degradação das condições de vida das pessoas desempregadas. Neste capítulo essa análise é aprofundada, procurando-se identificar o lugar de desemprego e das pessoas desempregadas nos termos do conflito capital-trabalho, no quadro dos protestos anti austeridade

entre 2010 e 2013. Importa salientar que o foco da análise incide sobre o ciclo de mobilizações que teve início em março de 2011 (protesto da *Geração à rasca*) e terminou em junho de 2013 (Greve Geral promovida pela CGTP). A adoção desse arco temporal não é aqui entendida de forma rígida e até se considera de especial relevância os protestos ocorridos numa fase inicial da austeridade, em 2010. Estas datas apenas ajudam a balizar as dinâmicas de mobilização e de desmobilização que caracterizam um ciclo de ação coletiva, segundo o teorizado por Tarrow (1993). Assim, pretende-se contribuir para responder a duas questões de pesquisa fundamentais, a serem desenvolvidas também no capítulo 7: *Em que condições é possível a ação coletiva de pessoas desempregadas? Em que medida essa ação pode contribuir para afetar as políticas que condicionam as suas próprias vidas?*

Pretende-se compreender como se ligaram ações específicas num “nós coletivo” mais vasto (Diani, 2003) e, em particular, qual o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas na narrativa do protesto anti austeridade. Cada uma das secções abrange uma grande diversidade de ações, nomeadamente: pelo tipo de atores envolvidos, que tanto inclui sindicatos como atores sócios laborais (Costa, 2017); pela forma performativa adotada; e pelo número de participantes. No anexo X é apresentada uma cronologia das ações abrangendo o período de 2010 a 2013. Enquanto algumas iniciativas foram destacadas pela sua dimensão ou pelo seu impacto político, outras foram destacadas pelo seu impacto nas estruturas de mobilização ou nos processos de enquadramento simbólico. Considera-se que a dinâmica do conflito não se esgotou nas grandes mobilizações, especialmente se quisermos entender a abertura dos movimentos a “atores fracos”, como é o caso das pessoas desempregadas. Foram tidas em conta mobilizações de menor dimensão, incluindo as (supostamente) menos bem-sucedidas (i.e., com menor impacto no espaço público e/ou sem que tenham obtido resultados políticos), mas que são relevantes para entender os processos de aprendizagem e adaptação verificados nos movimentos sociais; assim como as ações dirigidas especificamente à mobilização de pessoas desempregadas. Por fim, importa sublinhar que, mais do que movimentos, foram analisados os fluxos de conflito, destacados em função da forma como o desemprego - assim como os desempregados e as desempregadas - se articulou no conflito político.

Em primeiro lugar, são abordadas as respostas, ainda em 2010, à primeira onda austeritária, com destaque para as mobilizações sindicais, mas focando também iniciativas de atores sócio laborais. De seguida, é focado o papel do

protesto da geração à rasca na reconfiguração das estruturas de oportunidades políticas e de mobilização, no início de 2011. Em terceiro lugar, é analisado como a transnacionalização e a (re)criação do protesto ajudou a ultrapassar a desesperança face ao quadro de intervenção da *Troika*, permitindo aprofundar a crítica sistémica. Seguidamente, dá-se conta da emergência de um novo ator político, o MSE, sendo analisada a sua identidade, as reivindicações e as formas de ação, com especial destaque para a manifestação pelo Direito ao Trabalho, em junho de 2012. Em quinto lugar, é analisada a escalada da conflitualidade verificada após o Verão desse ano, desde o QSLT até à greve geral, com marca transnacional, de 24 de novembro. Por sua vez, a *Marcha contra o desemprego* promovida pela CGTP, embora se tenha realizada no meio destes fluxos de conflito, é abordada no ponto seguinte como forma de testemunhar o posicionamento e envolvimento das estruturas sindicais na mobilização de desempregados e desempregadas. Por fim, é abordada a dinâmica de desmobilização que encerrou este ciclo de ação coletiva, assinalando-se algumas experiências de mobilização envolvendo pessoas desempregadas, ocorridas já em 2013.

6.1 As mobilizações sindicais e os ativismos pioneiros

Foi no campo do trabalho que se verificaram os primeiros sinais do recrudescimento do protesto, com o sector privado a assumir maior protagonismo em protestos relacionados sobretudo com a falta de pagamentos e despedimentos (Accornero e Pinto, 2014), mas com o sector público a ter um papel muito significativo quanto ao número de trabalhadores (e trabalhadoras) mobilizados (Costa et. al., 2014). É também de destacar o facto de surgirem nesta altura alguns sinais, embora oscilantes, de cooperação não coordenada (Stoleroff, 2013).

A escalada e extensão do protesto foi visível na rua - donde se destaca a manifestação de 29 de maio de 2010, promovida pela CGTP - traduzindo-se igualmente numa inversão da tendência para a diminuição da ação grevista verificada em anos anteriores (Costa et al., 2014).

A adoção dos primeiros Pacotes de Estabilidade e Crescimento (PEC's), ainda em 2010, ao incluir medidas implicando a deterioração da situação das

peças sem trabalho (direitos sociais, nomeadamente subsídio desemprego), alimentou uma percepção de injustiça, em especial considerando expectativas anteriormente altas criadas pela adoção de medidas contra cíclicas, em resposta à crise e prometidas em contexto eleitoral. Estas circunstâncias foram aproveitadas e enquadradas pelos sindicatos e outros atores sócio laborais para afirmar reivindicações relacionadas com desemprego.⁸³

No anexo X está listado um conjunto de protestos e outros tipos de ação coletiva relacionados com desemprego, promovidos por sindicatos e outros outros atores sócio laborais, durante o ano de 2010. O aumento do desemprego e os baixos salários, assim como as mudanças propostas ao subsídio de desemprego, estiveram entre as principais razões da manifestação contra o pacote de austeridade, de âmbito nacional, promovida pela CGTP, a 29 de maio. Sublinhe-se que o anúncio da restrição no acesso ao subsídio desemprego contribuiu para uma escalada do conflito, reforçando a perspectiva de uma greve geral. A manifestação contou com cerca de 300 mil participantes, constituindo uma das maiores manifestações realizadas em Portugal, até à data (Campos Lima, 2010).

No final do ano verificou-se uma nova escalada nas próprias dinâmicas de conflito laboral. A greve geral, que se veio a realizar a 24 de novembro de 2010, abrangeu todos os sectores de atividade e constituiu a segunda greve geral convocada conjuntamente pela CGTP e a UGT, em 20 anos, e a primeira convocada pela UGT contra um governo do PS (Campos Lima e Artilles, 2013; Costa et al. 2014). Esta foi também a primeira greve geral de uma série de cinco em menos de três anos, um número superior às realizadas nas três décadas anteriores (1975-2007), indiciando a formação de um ciclo de protestos sindicais, caracterizado por uma intensificação e extensão da conflitualidade laboral, a politização da agenda sindical e a emergência de um impulso internacionalista (Campos Lima e Artilles, 2014). Uma outra novidade nesta greve geral foi a iniciativa, à margem da ação sindical, de convocação de uma manifestação “anticapitalista” – “A Greve não pára aqui” - apelando à generalização e continuidade do protesto, nomeadamente pela adoção de estratégias de ação

⁸³ Aqui se incluem grupos e organizações com ligações ao mundo do trabalho, tendo o combate à precariedade como preocupação central. Algumas ações assumiram mesmo a designação de movimentos, ainda que a sua existência, por vezes efémera, torne porventura precipitado classificá-los de movimentos sociais no sentido clássico do termo, pois embora possam valorizar formas de ação coletiva não institucional, sejam dotados de algum grau de organização e movidos por preocupações de mudança, atributos associados aos movimentos sociais (Snow, Soule e Kriesi, 2003; Tapia e Alberti, 2017), nem sempre cumprem integralmente outros requisitos, em especial a continuidade temporal (Costa, 2017).

disruptivas.⁸⁴ Não havendo tradição, em Portugal, de realização de manifestações nos dias de greve geral, esta iniciativa e, em especial, a sua repetição na greve geral de 24 de Novembro de 2011, pressionou a CGTP a passar a convocar manifestações nas greves gerais realizadas em 2012 e 2013.

Assinale-se a realização, também em 2010, de duas iniciativas de carácter performativo, uma no Porto e a outra em Lisboa, visando a desconstrução do estigma do desemprego. A primeira delas surgiu a partir do meio artístico, envolveu pessoas desempregadas e mobilizou organizações de movimentos sociais. O Monumento ao Desempregado do Ano, uma instalação artística promovida pelas artistas plásticas Mariana Bacelar e Andrea Inocêncio, ambas desempregadas, realizou-se a 5 e 6 de junho no Jardim da Fundação Serralves, no âmbito a iniciativa “Serralves em Festa”. Foi pedido a “desempregados, trabalhadores precários e apoiantes” a participarem como “estátuas vivas para a criação coletiva do Monumento do Desempregado do Ano”, evocando uma situação relacionada com o desemprego (por ex.: uma ida ao centro de desemprego). A iniciativa teve o objetivo, como se disse acima, de desconstrução do estigma do desemprego, quer pela valorização da diversidade, quer pela ação ter tomado a forma de uma homenagem.⁸⁵ Embora as promotoras esperassem uma maior adesão, terão participado nesta iniciativa, ao longo dos dois dias, várias dezenas de pessoas, muito possivelmente mais de uma centena. Além disso, ao contar com o apoio do Movimento *Fartos destes Recibos Verdes* (FERVE) e do May Day Porto, acabou por se cruzar com a campanha, desenvolvida por estes atores socio-laborais, contra o despedimento de trabalhadores a recibos verdes a trabalhar na própria instituição que acolhia a iniciativa, a Fundação Serralves, o que acentuou a marca conflitual da ação coletiva.⁸⁶

A segunda ação realizou-se no dia 30 de Setembro, um dia após a divulgação do 3º pacote de medidas relativas ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e numa altura em que estava acabar o prazo para a entrega da prova de “condição de recursos”, pelas pessoas a receber prestações sociais.⁸⁷ A iniciativa foi promovida por ativistas desempregadas e precárias e contou com o

⁸⁴ Fonte: <https://ephemerajpp.com/2010/11/24/manifestacao-anticapitalista-pelo-bloqueio-e-pela-sabotagem-largo-de-camoes-lisboa-24-de-novembro-de-2010/> [25 de Julho de 2018]

⁸⁵ Convocatória e outras informações disponível em <http://monumentoaoadesempregadodoano2010.blogspot.pt> [15 de Abril de 2018]

⁸⁶ Mais informação em <http://fartosdestesrecibosverdes.blogspot.pt/2010/06/serralves-mais-de-1000-pessoas.html> [15 de Abril de 2018]

⁸⁷ Texto disponível em <http://ensaiosobreodesemprego.blogspot.pt/2010/09/pressao-sobre-quem-tem-trabalho.html> e <http://ensaiosobreodesemprego.blogspot.pt/2010/09/da-experiencia-do-desemprego-construcao.html> [02-12-2014]

apoio do Sindicato da Hotelaria do Sul e dos Precários Inflexíveis.⁸⁸ Apesar da sua pequena dimensão, a ação terá sido um sucesso enquanto forma de expressão *ativista* facilitadora da consciencialização política (Mourão, 2014), e enquanto denúncia do aumento da burocracia associada à proteção social, nomeadamente as alterações à regras da condição de recursos. Foi também nesta altura que Tiago Gillot - um dos principais rostos do grupo Precários Inflexíveis - num artigo de opinião publicado no Jornal “Público”, intitulado “Importa-se Sr^a Ministra”, interpelou a Ministra do Trabalho e da Segurança Social, Helena André, por ter sido excluído do acesso ao subsídio de desemprego (regime contributivo) e integrado no subsídio social de desemprego, passando a ser obrigado a fazer prova da condição de recursos.⁸⁹ Um aspeto igualmente importante dessa tomada de posição foi o facto do ativista assumir-se simultaneamente como precário e desempregado:

Estou desempregado, senhora Ministra Helena André. Estou, bem sei, infelizmente, longe de estar numa situação singular. Com mais ou menos pozinhos de manipulação estatística, a verdade é que devemos ser perto de 700 mil no país. Muita gente, muito desespero que por aí anda.

Sou precário. Nunca conheci outra condição. Também sei que apenas engrosso humildemente uma longa fileira com cerca de 2 milhões de pessoas, mais de um terço de toda a força de trabalho em Portugal.

Considera-se, assim que nesta fase inicial da austeridade se verificaram evoluções interessantes nas dinâmicas de ação coletiva, na qual os sindicatos assumiram um especial protagonismo. Por um lado, não deve ser subestimado o impacto do dinamismo dos sindicatos, não apenas na sua base social tradicional, mas também em segmentos da força de trabalho que os sindicatos tinham dificuldades em mobilizar. Por exemplo, Sara, uma das ativistas que esteve envolvida na formação do MSE, sublinha que o seu envolvimento em mobilizações se deu em 2009, altura em que começou a participar em manifestações sindicais.

Por outro lado, começou já a desenhar-se alguma pressão para a inovação de reportórios de ação que poderia ser potenciadora de quem não tem emprego

⁸⁸ O workshop em Teatro do Oprimido que deu origem à ação foi realizado no Sindicato de Hotelaria do SUL e Os Precários Inflexíveis contribuíram na realização e divulgação do vídeo.

⁸⁹ Houve uma tentativa de tornar esta iniciativa num blog coletivo, não chegou a ganhar esse tipo de dinâmica, dele ficando, para além do registo das ações iniciais, inúmeros posts dispersos sobre o tema do desemprego. No entanto, como será assinalado mais adiante, no final de 2011 e início de 2012 este grupo organizou debates sobre o desemprego e contribuiu para a convocação do plenário de esteve na origem do MSE.

– por exemplo, pela reivindicação da ação grevista além do local de trabalho. Por fim, é de salientar a realização de ações que, pelo seu cariz simbólico, terão contribuído para o reconhecimento público do problema, acentuando a percepção de injustiça e, até, contribuindo para a desconstrução do estigma associado ao desemprego, dando uma nova visibilidade pública a pessoas desempregadas nas políticas de conflito. No entanto, foi apenas em 2011, com o protesto da Geração à Rasca, que se verificou uma massificação do protesto que permitiu afirmar as pessoas desempregadas como parte de um sujeito político emergente consolidando um ciclo de mobilização que teve dois pontos altos: o protesto da geração à rasca, a 12 de Março de 2011; as manifestações do Que se Lixe a Troika, a 15 de Setembro de 2012 e 2 de Março de 2013.

6.2 Afinal estamos vivos, não sou a única que estou à rasca

O protesto da Geração à Rasca, a 12 de março de 2011, contribuiu de forma decisiva para a reconfiguração das estruturas de oportunidades políticas (Accornero e Pinto, 2014), abrindo espaço para as novas e velhas *constituíncias* introduzirem as suas reivindicações numa estrutura institucional fraturada e contribuindo para transformar aquilo que eram acontecimentos dispersos num ciclo de protesto. De facto, a este protesto seguiram-se sequências com interações mais ou menos continuadas, nas quais o desemprego e a participação de pessoas desempregadas foram relevantes (Fernandes, 2015).

Este episódio de protesto marcou assim a afirmação dos novos atores (Estanque et al., 2013; Campos Lima & Artiles, 2013; Baumgarten, 2013; Soeiro, 2014 e 2015; Fonseca, 2016). Uma análise do manifesto que esteve na base da sua convocatória indica que o desemprego é uma das componentes dos mecanismos simbólicos que contribuíram para as mobilizações, desde logo pela definição de fronteiras identitárias dos atores protagonistas (nós). O manifesto remete para uma série de condições relacionadas com a precariedade - baixas remunerações, subcontratação e contratos a prazo, falso trabalho independente, trabalho intermitente, estágios, bolsas. No topo desta listagem está uma referência a desempregados, não havendo qualquer outra referência ao desemprego no manifesto. A este propósito, importa salientar que a análise dos

papéis entregues no parlamento indicou que as questões do trabalho representaram 49% das referências, incluindo falso trabalho independente, estágios não remunerados e desemprego (Estanque et. al, 2013; Soeiro, 2015).

Por outro lado, de salientar o efeito catalisador da música que “Parva que eu sou”, da banda “Deolinda” nas dinâmicas de mobilização alimentando um debate vivo sobre a questão do emprego e a condição da precariedade entre a juventude portuguesa (Estanque et al., 2013; Soeiro, 2015). Identificando-se como pertencendo à “geração sem remuneração”, que já tem sorte em “poder estagiar”, a música sublinha a percepção de injustiça de quem estudou, mas continuou dependente dos pais, sem construir vida pessoal de forma autónoma. Como apontou Myriam Zaluar (MZ) no primeiro FG:

MZ – Para mim uma das características principais do 12 de março, e que marcou também uma viragem, é que há um momento em que se começa a ver a geração de pessoas mais velhas a vir para a rua. Eu lembro-me que, das coisas que me bateu mais no 12 de março e nas manifestações subsequentes, foi o aparecimento da geração dos nossos pais e até, no caso de alguns de nós, dos nossos avós, que vieram para rua dizer: “os meus filhos não conseguem emprego ...sou eu que estou a sustentá-lo...”
João Labrincha (JL) – Ou - “eu fui fazer o 25 de Abril, para isto!?”

MZ – Qualquer coisa desse género. E nesse aspeto foi importante até porque, se bem se lembram, uma das críticas que foram apontadas e mais difíceis de desconstruir, foi a questão da geração. E houve muita gente até a contrapor à geração à rasca, as gerações à rasca. O que quer dizer que não era só uma geração que estava à rasca, que não era só aqueles que estavam a chegar ao mercado de trabalho. Mas que eram outros que já estavam no mercado de trabalho há bastante tempo, e que se encontravam nessa situação de subemprego, precariedade, desemprego, isso vários ciclos seguidos, desde os anos 80 ou 90, e que nesse momento finalmente chegavam à palavra.

Neste sentido, argumenta-se que “Geração à Rasca” foi uma resposta simbólica capaz de se contrapor à marca subprotetora do regime de emprego português, em termos de proteção social – expressando o esgotamento do papel da “sociedade-providência” (Santos, 2012), na compensação dessa subproteção.⁹⁰

⁹⁰ Isso não significou que a proteção social no desemprego não tenha sido uma reivindicação destes movimentos. Esta é uma questão será tida em conta na análise deste ciclo de mobilizações, mas interessa desde logo ressaltar que a reivindicação, mais do que sublinhar a fraqueza do

Adicionalmente, grande parte do manifesto do protesto da Geração à Rasca parece incidir num prognóstico suportado numa clara perceção de injustiça e associada a expectativas anteriores altas. Por outro lado, a grande amplitude do manifesto teve a vantagem de contribuir para reforçar a sua capacidade mobilizadora. No primeiro FG foi também expresso que este protesto reforçou a perceção de comunalidade de problemas, do sentimento de estar “à rasca” e duma vontade de mudar, e que isto deve ter aberto espaço ao otimismo e à esperança:⁹¹

MZ - (...) Porque nós chegamos pelo lado do Rossio e não sabíamos o que é (...) que ia acontecer, não é? Acho que ninguém sabia. E lembro-me do impacto de ter visto aquela multidão. Lembro-me da minha excitação. (...) E fui para o meio do Rossio. E encontrei a minha filha no meio da multidão... Pronto, foi qualquer coisa de muito forte porque penso que foi a primeira vez que eu senti essa sensação de “afinal, estamos vivos!”, não é? Afinal, não sou a única. (...) lá está, o poder da multidão e das pessoas que estão juntas com um mesmo propósito com os mesmos problemas, com a mesma vontade de mudar...

(...)

Eduardo Fernandes (EF) – É a esperança que as coisas mudem para melhor. É a esperança que as coisas mudem. É a esperança. Acho que é isso que mobiliza as pessoas. E as pessoas acho que vão ser mais participativas, ou menos, quanto mais esperança...

Catarina Gonçalves (CG) - ... tiverem

EF – Que as coisas mudem ou não. (...) E acho que (...) esse PEC (...), para esta geração que cada vez mais se sentia à rasca – e de facto é um bom nome – foi um bocado um saltar a tampa. (...) E um sentimento de otimismo, nós mandamos nesta merda toda...

[risos]

Pedro Reis (PR) – O problema é não acreditarmos que mandamos nisto.

João Azevedo (JA) – Sim, isso deu uma... De certa maneira, deu uma sensação de otimismo.

(...)

JL – Então. A geração à rasca... Eu e o Alex, a Paula, o António, sentimo-nos um veículo. Nada mais do que isso. Ou seja, nós tivemos a perceção

Estado Social, aponta para o desgaste gerado pela precariedade, sobretudo entre as gerações mais jovens e qualificadas.

⁹¹ A propósito da questão da amplitude e os processos de enquadramento simbólico dos movimentos sociais ver Benford e Snow (2000).

de que as pessoas se queriam manifestar, especialmente ouvindo os Deolinda, com a reação das pessoas à música dos Deolinda. E isso deu-nos a percepção: o resto das pessoas também estão como nós, também se querem manifestar e vamos tentar fazer algo. (...) Ao mesmo tempo, foi interessante terem dito porque eu também senti; havia a esperança.

Ainda tendo em conta os resultados dos FG's, argumenta-se que a amplitude simbólica terá tido efeitos contraditórios que concerne à visibilização de interesses específicos de “atores fracos”, como é o caso das pessoas desempregadas. Por um lado, ao dar visibilidade às questões do trabalho, contribuiu também para o reconhecimento público do problema do desemprego, da sua massificação, um problema muitas vezes subestimado nas estatísticas oficiais. No entanto, as dificuldades de definição da condição do desemprego (emprego-subemprego-desemprego-inatividade) e o estigma que lhe está associado não facilitaram a clarificação identitária (“a minha consciência de desempregado é muito frágil”), contribuíram para que, na amálgama de identidades expressas no protesto, tenha sido sobretudo o tema da precariedade que acabou por ficar.⁹² Saliente-se ainda que, considerando o lançamento da petição contra a precariedade, logo no rescaldo do protesto, o tema da precariedade acabou por afirmar-se de forma clara enquanto reivindicação organizada capaz de dar resposta às expectativas de continuidade gerada pela forte mobilização. Tal como refere um dos organizadores do protesto da Geração à Rasca, João Labrincha:

(...) Pá, e nós não estávamos preparados. Portanto, quando... aquela crítica, que eu aceito, de que fazer uma manifestação que depois não tem seguimento, que não tem... Nós depois tentámos dar esse seguimento, mas não foi nada preparado anteriormente. Foi muito com a ajuda dos Precários que já tinham a ideia de fazerem a ILC. A Lei contra a precariedade... E foram, de alguma forma, os precários que nos ajudaram a dar essa continuidade. Tratando na altura dos censos, houve a questão dos censos também. E depois a ILC foi para aquilo que nós nos direccionamos.

⁹² Destaque-se também que a CGTP promoveu uma manifestação contra o desemprego na semana seguinte ao protesto da Geração à Rasca, mas esse protesto teve uma adesão bem menos significativa. Esta foi uma questão presente em todo o ciclo de mobilização e que será aprofundada no cap. 7.

O papel da ação coletiva em torno do tema da precariedade na elaboração reivindicativa após o protesto da Geração à Rasca foi também sublinhado no segundo FG, desta vez por dois ativistas dos Precários Inflexíveis:

MZ - Preciso daqui da colaboração do Tiago para me lembrar duas coisas importantes que eu acho que devem estar aí incluídas, que têm ligação direta, que é a campanha “antes da dívida temos direitos”? 2009... dois mil e... 2009? Pronto, então está de fora. Então 2011 foi o, foi a lei... (...) Foi quando, em 2011 foi o verão em que os Precários, os Intermitentes do Espetáculo e mais alguns movimentos...

TM - Primavera, não foi verão.

MZ – Primavera-Verão! Porque eu acho que nós entregamos a petição... as assinaturas em setembro...

(...)

TG – Começámos a recolher as assinaturas no dia 16 de abril de 2011 e entregamos no dia 12 de janeiro de 2012. (...). Foram 8 meses de recolha e de organização...

(...)

TG - Pá, em concreto, este ciclo de mobilizações, para mim, enquanto militante, foi muito relevante porque foi, digamos, a experiência militante que acabou por determinar muitas experiências políticas da minha vida. (...) E, portanto, sentia-me muito... E, portanto, todo esse período é um período em que eu estou a dirigir, com outras pessoas, um processo único na sociedade portuguesa que tinha ocorrido que era o da iniciativa legislativa. Que para nós não era uma coisa como se fosse uma coisa à parte disto, mas era uma coisa que só fazia sentido porque foi um ciclo de muitas mobilizações. Independentemente de, como todos saberão, no curto circuito da mobilização política em Portugal ter havido muitas críticas, mas isso é sempre assim, não é? E era assim que entendia e foi assim que foi. Só houve mudança na lei – e houve com efeitos na questão do desemprego, também na minha opinião –porque houve este ciclo de mobilizações. Porque senão, reparem que aquilo deve ter sido a única mudança laboral no sentido positivo que houve... (...) Houve uma brutalidade não só material mas legislativa contra, no campo do trabalho e aquilo foi em sentido contrário.

Face à reviravolta política verificada após o protesto da geração à rasca - no espaço de poucos meses e em pleno processo eleitoral passamos a um quadro

de resgate envolvendo a intervenção externa do FMI, CE e BCE -, o facto do processo de formação de um *preariado* ser anterior a este ciclo de mobilizações (Soeiro, 2015) disponibilizou uma estrutura de mobilização em torno deste tema que permitiu alguma resposta face ao contexto de desânimo pós protesto, condicionando as reivindicações que acabaram por ficar, no rescaldo do protesto. Embora estas reivindicações não estivessem diretamente relacionadas com o tema do desemprego e ainda que o/a desempregado/a não tenha propriamente adquirido a condição de sujeito político autónomo, isso terá aberto espaço à afirmação de reivindicações sobre o desemprego.

6.3 Da desesperança à (inter)nacionalização e (re)criação do protesto

Sublinhou-se como o protesto da geração à rasca alimentou um sentimento de esperança, o que supõe a expectativa de mudança, que a ação tenha resultados, consequências e, claro, que as coisas mudem para melhor. No entanto, este período foi marcado por uma reconfiguração da estrutura de oportunidades políticas, associada à intervenção conjunta de uma troika composta pela CE, o BCE e o FMI e a tomada de posse de um Governo de coligação entre PSD e PP, após as eleições de junho de 2011 (Dias e Fernandes, 2016). Repare-se que estas eleições foram convocadas após da demissão do primeiro ministro do Governo minoritário do PS, a 6 de abril desse ano, em contexto de uma crise política precipitada, por um lado, pela rejeição do novo pacote de austeridade por amplos sectores sociais e políticos e, por outro, pela divisão das elites políticas (Fernandes, 2015). Também no primeiro FG, na reflexão sobre a experiência do protesto da geração à rasca, foi colocada a tónica no volte face após a expectativa de mudança:

MZ – [finalizando, a propósito do protesto da geração à rasca] (...) *Pronto, e apesar de não se ter mudado nada, foi poderoso.*

JL – *Mudou para pior, até...*

(...)

EF - *Que as coisas mudem ou não. E acho que é um bocado como o Pedro [Reis] estava a dizer, a seguir a coisa parece que morreu um bocado. E as pessoas perdem um bocado a esperança. Entra a Troika, vem os cortes.*

Tudo muito mais limitado. E isso também deita as pessoas abaixo, em termos da própria esperança e da vontade que têm para mudar as coisas. (...). As pessoas bem podem se mobilizar, podem tomar iniciativas, podem se manifestar, mas depois não há consequência. Em termos da mudança efetiva da situação das coisas. E esse ano [2011] em particular eu acho que foi fatal para isso... (...)

CG – E a seguir foi...

Ana Massas (AM) – Porque a situação é que...

CG – Até parecia retaliação...

EF – 2011, Passos Coelho é eleito, certo?

AM – Não se leva as coisas...

EF – Novo governo (...) Para mim foi mesmo, para mim foi “o final do PREC”. Pac. Agora então bugas.

JA – Sim.

PR – Foi a última estacada mesmo.

EF – E acho que a partir daí, eu nessa altura estou um pouco como o Pedro, se antes era a esperança que me mobilizava em termos de associativismo, a partir desse momento foi...

JL - A revolta...

CG – A Raiva.

(...)

JL - Mas eu perdi, acima de tudo, perdi a esperança. Durante a geração à rasca houve um esforço enorme, durante a preparação, para dizer: isto não é contra o governo. (...) E é óbvio que o chamado foi precariedade, desemprego, etc. Mas estava lá... muita gente contra o governo. E muita gente que se estava lixando para a precariedade, nomeadamente malta do PSD que estava lá em força. Que estavam lá para fazer cair governo e não por causa das questões que nós colocávamos no manifesto. Ah, e quando realmente o governo cai, e Troika e tudo, há um momento de desesperança e de revolta. (...). Portanto há ali uma quebra. Acho que todos nós entrámos em depressão. Acho, não. Tenho a certeza. Todas as pessoas que estiveram a organizar mais vivamente - que não foram só essas quatro, houve mais -, toda a gente entrou em depressão a seguir à geração à rasca. E depois tentámos dar a volta, tanto à nossa depressão como à depressão do próprio país, reagindo. E aquilo que fizemos foi reagir a tudo e mais alguma coisa. Qualquer frase que o Passos Coelho dissesse nós estávamos a fazer cartas abertas e a fazer cartas para os jornalistas. A cansarmo-nos e a deprimirmo-nos ainda mais, porque isso depois não tinha sequência, não tinha consequência.

Foi no rescaldo do protesto da *Geração à Rasca*, já em contexto pré-eleitoral e anúncio de intervenção da *Troika*, que se deram as acampadas, com uma forte marca transnacional e com importante inovação no que concerne aos repertórios de ação. A marca transnacional do protesto esteve no efeito contágio que teve o 15M – que, curiosamente, se tinha inspirado anteriormente no protesto da “geração à rasca” na formação do enquadramento *geración sin futuro* - consolidou-se através de mecanismos de intermediação (*brockage*) e foi simultaneamente mais *grassroots* e mediada pelos novos media (della Porta, 2012).⁹³ A mobilização transnacional contribuiu também para um processo de “*framing transformation*” (Benford and Snow, 2000), abrindo espaço ao realinhamento com o Movimento por Justiça Global (MJG) e uma maior clarificação de fronteiras identitárias (*boundaries shift*) – os 99% contra as elites financeiras (Dias e Fernandes, 2016). Estes desenvolvimentos contribuíram para alimentar a esperança e também por isso foram mobilizadores:

MZ - A nível das acampadas, portanto, era essa sensação de que, apesar de ser uma coisinha pequenina, aqui local, etc., nós estávamos no centro dos acontecimentos porque estávamos não só a fazer aquilo que se estava a fazer noutros sítios, mas nós próprios éramos motor, éramos inspiração... Eu lembro-me que o 12 de março foi inspiração para 15M em Espanha, não é? Eles verbalizaram-no. E isso dava-nos a sensação que nós de facto tínhamos...

JL – Tínhamos influenciado alguma coisa...

MZ – Tínhamos. E tínhamos o poder de mudar, não é?

A influência transnacional incluiu a experimentação democrática e organizativa, tendo como elemento organizativo as assembleias (Baumgarten, 2014). A componente de ocupação do espaço público foi mais efémera e as assembleias, apesar da sua abertura, não tiveram o impacto nem a popularidade que ganharam no Estado Espanhol. Ainda segundo o expresso no primeiro FG colocou novos desafios à bases dos movimentos sociais em Portugal:

JA - (...) mas 'tava a conseguir juntar muita gente, de proveniências diferentes para se fazer iniciativas. 'Tava a pôr algumas dessas pessoas a discutirem... Depois há todo aquele descambar das acampadas, que é outra história. 'Tou na fase otimista das acampadas. Foi essa questão, foi

⁹³ Um exemplo particularmente significativo da marca transnacional foi a realização, em Junho de 2011, em Lisboa, de uma reunião internacional promovida pela Acampada do Rossio, contribuindo para preparação da ação global de 15 de Outubro (15O).

diversidade dos temas que se abordava. (...) E também teve a questão da maneira como se faziam algumas iniciativas de... Ok, vamos para rua e vamos andar aqui pela baixa toda tentar mobilizar pessoas da baixa toda, toda a zona da cidade ali em volta, para virem dali à volta. Eh pá, houve ali várias coisas interessantes no início. E depois descambou. Porque, de certa maneira, tens aqui quase como padrão que é, nos movimentos sociais, tens muita gente que se odeia, por diferentes motivos, pelas perspetivas que defendem para a luta e por aí adiante. E que se vão encontrando, chateando e se encontrando, continuamente...

[risos]

JA – Quer dizer os 2 de março, os 15 de outubro. É tipo: encontram-se, chateiam-se, mais à frente encontram-se outra vez e chateiam-se. E isso também acabou por acontecer, de certa maneira, nas acampadas. (...)

Importa salientar que, não obstante a sua dimensão, bem mais modesta, como se disse, do que a verificada no Estado Espanhol, a Acampada teve a capacidade de atrair e mobilizar pessoas desempregadas. Segundo um retrato sociométrico caseiro da assembleia popular do Rossio de Lisboa, realizado por Rui Viana Pereira, 18% das pessoas que participaram nesta ação estariam desempregados/as.⁹⁴ Ainda assim, além do forte peso da condição de precariedade (33%), é de destacar que o próprio estudo assinala a indefinição de fronteiras desemprego-precariedade, na linha do que foi apresentado na discussão teórica. Além disso, sublinha que seriam as pessoas que teriam mais disponibilidade e motivação para participar neste tipo de ação:⁹⁵

Muitas pessoas deram respostas múltiplas, apresentando-se como desempregadas e precárias. Inseri estas respostas na categoria «desempregado». Adoto portanto o princípio de que um precário pertence à categoria dos «desempregados efetivos». Esta posição é contrária à do último Census, que encaixou os precários na categoria das pessoas com emprego (o que me parece indefensável, técnica e politicamente). Importa notar o seguinte: desempregados e precários juntos totalizam 51% dos inquiridos. Considero este dado significativo; mas não esqueço que estas

⁹⁴ O inquérito foi realizado num sábado, 4 de junho de 2011, durante os trabalhos da assembleia. Segundo o autor, esta não foi das mais concorridas, mas ainda assim a amostra é de 169 pessoas (aproximadamente mais de metade dos presentes nesse dia), escolhidas propositadamente entre as que se encontravam mais perto da mesa da assembleia, de forma a eliminar os “curiosos de passagem”.

⁹⁵ Manifesto disponível em <https://acampadalisboa.wordpress.com/manifesto/> [acedido a 16-09-2018]

peessoas são as que naturalmente têm mais disponibilidade e motivação para comparecerem às assembleias populares.

O primeiro manifesto da acampada faz uma referência expressa às pessoas desempregadas e faz uma abordagem interessante ao binómio precariedade-desemprego, situando como um dos problemas enfrentados num novo quadro político de intervenção da troika:

A democracia real não existirá enquanto o mundo for gerido por uma ditadura financeira. O resgate assinado nas nossas costas com o FMI e UE sequestrou a democracia e as nossas vidas. Nos países em que intervém por todo o mundo, o FMI leva a quedas brutais da esperança média de vida. O FMI mata! Só podemos rejeitá-lo. Rejeitamos que nos cortem salários, pensões e apoios, enquanto os culpados desta crise são poupados e recapitalizados. Porque é que temos de escolher viver entre desemprego e precariedade? Porque é que nos querem tirar os serviços públicos, roubando-nos, através de privatizações, aquilo que pagámos a vida toda? Respondemos que não. Defendemos a retirada do plano da troika.

O pico de mobilização internacional deu-se no *Dia de ação Global* realizado 15 de outubro de 2011. Embora tenha sido convocado a partir da rede de acampadas do sul da Europa, contou com o efeito de contágio do movimento Occupy.⁹⁶ Contabilizando mais de 950 convocatórias em 82 países um pouco por todo o mundo, em Portugal a mobilização envolveu nove cidades [Angra do Heroísmo, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Ponta Delgada, Porto e Santarém] e teve o apoio de 37 de grupos e organizações.⁹⁷ O impacto desta ação teve a ver com o seu papel na transnacionalização do protesto, face à nova configuração das estruturas de oportunidades políticas e ao crescente peso da emigração:

EF – (...) Essa altura, nesse ano ainda de 2011, em setembro e outubro, já estava a preparar a minha saída para a Escócia. E também, como foi uma altura que estava em movimento, apercebi-me que, depois de todas essas movimentações ao longo do ano, houve uma enorme internacionalização

⁹⁶ Na já citada reunião internacional promovida pela Acampada do Rossio, que juntou cerca de 130 ativistas de acampadas de vários países europeus e várias organizações nacionais e internacionais, foi afirmada “a vontade de levar a cabo uma mobilização internacional que levará à rua os milhares de pessoas descontentes com os sistemas político e económico” (Acampada Lisboa, 2011).

⁹⁷ Fonte: comunicado de imprensa da Plataforma, 15 de Outubro em números.

de todas estas questões. E uma enorme ligação, mais a nível internacional, em diferentes associações, e sindicatos também, e etc... Depois desse ano em particular, que eu depois fui lá para fora, o que eu senti é que houve um crescendo de preocupação a nível, pelo menos, europeu de todas estas questões. E isso para mim também foi muito bom. Porque deu-me um bocadinho de esperança. Porque também dá para perceber que não é só em Portugal, não é? Obviamente que há este tipo de problemas e estas situações e estas dificuldades. É bom e mau, quero dizer, saber que os outros também estão uma porcaria não é propriamente uma boa notícia. Mas dá para perceber que há aqui qualquer coisa, dá para perceber que são políticas globais que estão aí em ação. E tem de haver respostas globais para estas coisas. E sozinhos, num canto, não vamos nunca conseguir...

PR – *Consegues saber que a Europa é um projeto falhado...*

[várias pessoas a falar ao mesmo tempo, incompreensível]

(...)

JL - (...) *A Argentina e o Chile foram campos de teste para aquilo que está a acontecer no Sul da Europa. O Sul da Europa foi um campo de teste para aquilo que está a acontecer no Norte da Europa. Portanto, estes tipos de coisas já estavam testados. Nós fomos só mais um teste. A Grécia foi ainda mais do que nós... E com esta sensação de que éramos ratinhos de laboratório, aparece uma iniciativa, a iniciativa do 15 de outubro.*

Por outro lado, nesta fase ter-se-á verificado uma maior politização da base social e dos próprios protestos, com uma maior consciência sobre as responsabilidades da finança:

MZ - (...) *Bom, para já o que é que me levou a participar: sobretudo esse lado internacionalista. Foi um momento em que se sentiu de facto coisas a acontecer no mundo inteiro e ...*

JA – *Também.*

MZ – *Tanto, pronto, em relação às primaveras árabes, etc., como...*

[algumas conversas em paralelo]

MZ - *Eh pá...até nos Estados Unidos, não é?* [impercetível]

JA – *Como o Occupy.*

MZ - *E o simbolismo que é o Occupy Wall Street, não é? Não é Occupy qualquer coisa. É occupy o centro financeiro. É o situar o problema lá onde ele está. Acho que é neste momento que se começa realmente a grande contraofensiva em relação a chamar os bois pelos nomes: a Finança.*

JA – *Sim.*

MZ - *A Finança torna-se o grande inimigo a combater, não é?*

Ao mesmo tempo que se acentuou a crítica sistémica ter-se-á verificado um processo de identificação com as dificuldades sentidas por quem estava desempregado(a) ou precário(a):

TG – (...) *Eu acho que, nesse ciclo, onde houve grandes mobilizações – só estamos a falar a sério sobre, né?, a dimensão social que teve – onde houve grandes dimensões, eu acho que os desempregados se sentiram mobilizados... Porque...*

TM – *sentiram-se úteis...*

TG – *porque, digamos assim, como é que hei de dizer, tanto no do 12 de março e... o 15 de outubro foi uma manifestação grande, apesar de tudo, não é?*

MZ – *Foi.*

TG - *Teve para aí 100 mil pessoas em Lisboa.*

LF – *Pois.*

TG - *Em Lisboa. Depois não teve foi aquele boom no país inteiro... Mas foi mais abrangente... Eu acho que nessa duas o tema do desemprego estava lá. Porque aquilo que estávamos a falar era de uma crítica sistémica na relação com o contrato social... Outra vez. Por isso, estava lá. [pouco perceptível]*

MZ - (...) *Por exemplo, se falarmos no 12 de março, ou depois o 15 de setembro que eu sei que não está na tua, no nosso horizonte temporal...*

LF – *Há de estar noutro.*

MZ – *Mas que eram mobilizações que tinham como tema a dificuldade das nossas vidas, não é? Geração à rasca, eh pá, estamos à rasca e isto estava não diretamente, mas muito amplamente ligado à questão das nossas condições de trabalho. Porque a maior parte das pessoas vivem do seu trabalho, não é? Ou é suposto viverem. (...) Se bem que o 12 de março, o 15 de outubro, etc. foram atrativos, no sentido que quem estava desempregado ou que estava em situação de precariedade sentia essa dificuldade em levar a sua vida para a frente.*

De facto, segundo o que foi observado através da participação nas ações e assembleias desta plataforma de ação, ela contou com a participação de muitas pessoas em situação de desemprego, não apenas nas ações, mas também na sua organização. Além disso, o tema do desemprego esteve muito presente nas tomadas de posição deste ator. Importa, no entanto, especificar que à medida que as mobilizações se foram sucedendo, foram-se também expressando diferentes

posições sobre o tema do desemprego e sobre o lugar do trabalho nessa crítica sistémica. Isso começou a delinear-se de forma mais clara a partir da Acampada do Rossio e do protesto de 15 outubro:⁹⁸

TM - (...) Outra coisa importante de dizer é que essa experiência engloba desempregados e não desempregados, engloba organizados e não organizados, pessoas que têm como perspetiva de organização de trabalhadores ou pessoas que têm como perspetiva destruir o emprego, ou destruir o trabalho.

Logo a seguir ao protesto, a plataforma 15O centrou-se em reivindicações laborais e de mobilização interpelando diretamente os sindicatos – por ex., apelando à convocação de uma greve geral nacional contra o acordo da Troika, que se vem a realizar a 24 de novembro.

Por outro lado, apesar de ser um protesto transnacional, demonstrou capacidade de articulação com a política conflitual nacional. O primeiro comunicado de imprensa que deu conta das conclusões da assembleia popular realizada no âmbito deste protesto e defendeu a necessidade de dar continuidade à ação, apelou à realização de uma greve geral contra o acordo da troika e as suas políticas, nomeadamente a “nova lei dos despedimentos” (Plataforma 15 de Outubro, 2011):

Apelar aos sindicatos e às comissões de trabalhadores a convocatória urgente de uma greve geral nacional - contra o acordo da Troika, contra o pagamento de uma dívida que o povo português não contraiu e da qual não retirou qualquer benefício, contra as privatizações que o governo pretende levar a cabo, nomeadamente das Águas de Portugal, TAP, CTT, CP, RTP e outras, contra a nova lei dos despedimentos, contra a precariedade imposta às nossas vidas e contra as medidas de austeridade impostas pelo governo do capital, que estão a destruir a vida das pessoas.

A Greve Geral veio a se realizar a 24 de Novembro, mas nesta altura sem que se verificassem esforços de articulação significativos.⁹⁹ Mas a aproximação reivindicativa foi ainda mais clara na Greve Geral realizada em 22 de Março de 2012, convocada apenas pela CGTP, quando esta central sindical passou a

⁹⁸ Embora este tópico tenha surgido na sequência da questão “até que ponto as formas de organização e ação eram adequadas para quem está em situação de desemprego?”; a resposta centrou-se também nas dimensões reivindicativas e não tanto organizativas.

⁹⁹ Sobre a evolução dos esforços de articulação entre a CGTP e outros atores sócio laborais ver Fonseca (2016)

nomear explicitamente os trabalhadores com vínculo precário, desempregados e reformados num apelo claro a segmentos da população em clara expansão e normalmente à margem das ações sindicais. Além disso, ao incorporar a figura da manifestação em dia de greve geral, a CGTP legitimou a utilização da manifestação no contexto das greves gerais (Fonseca, 2016), por influência dos atores sócio laborais ativos neste ciclo de mobilização. Mas apesar desta aproximação reivindicativa e de formas de ação, as velhas tensões permaneceram. Por outro lado, foi nesta altura que se verificou um dos primeiros episódios de repressão policial verificados neste ciclo de mobilização e que, de forma marcante, foi alimentando clivagens mesmo entre atores sócios laborais. Isto contribuiu para a desmobilização tendo-se verificado também uma quebra do impulso internacionalista (Dias e Fernandes, 2016).

Não obstante este novo volte-face na mobilização, o desemprego continuava a aumentar. Em março de 2012, o desemprego atingiu um máximo 812 mil pessoas desempregadas, mais 137 mil dos contabilizados à data do protesto da Geração à Rasca tendo a vindo a crescer de forma consistente desde agosto de 2012. Ainda assim, verificava-se uma maior politização do debate em torno do tema: em primeiro lugar, pela afirmação de um ator sectorial envolvendo professores desempregados e precários, particularmente ativo no início do ano escolar; em segundo lugar, pelo anúncio da alteração do regime jurídico de proteção no desemprego alinhando a legislação pelo Memorando de Entendimento; e ainda pela visibilização da intensificação da emigração como resultado do impacto das políticas de austeridade.¹⁰⁰

A abordagem do governo a estes problemas e à insatisfação gerada parecia prender-se com uma certa obstinação na aplicação das orientações do Memorando de Entendimento. Em Dezembro de 2011, as declarações do Primeiro Ministro Passos Coelho convidando os professores a emigrar geraram grande polémica.¹⁰¹ A propósito da sua Carta aberta ao Senhor Primeiro Ministro, que acabou por ter um grande impacto, Myriam Zaluar expressou no segundo FG que, embora o tema da carta fosse sobretudo a emigração e a precariedade da vida,

¹⁰⁰ Sobre estes temas ver capítulo 5.

¹⁰¹ As declarações do Primeiro Ministro estão disponíveis em <https://www.publico.pt/2011/12/18/politica/noticia/passos-coelho-sugere-aos-professores-desempregados-que-emigrem-1525528>

este terá sido um momento em que a condição de desemprego se foi tornando mais marcante:¹⁰²

Quando antes, apesar de biscateira, a situação de não trabalho era uma situação não excepcional - era, eh pá, estou entre dois biscates e tenho que arranjar outro - a situação passou a ser o contrário, passei a dizer, eh pá arranjei um biscate! Já há oito meses que não arranjava nenhum. Percebes? Portanto fui trabalhando cada vez menos, na verdade. E ganhando cada vez menos. Pronto. (...) Até ao momento em que já não estou e já estou como desempregada ou como desesperada e desencorajada, a participar em movimentações porque também não me resta já mais nada senão participar. E afinal de contas às tantas já não tenho nada a perder. Olha, vou para a frente e vou dizer tudo aquilo que penso. E também houve um... Se não me engano é no final de 2011 que eu escrevo a carta aberta ao Passos Coelho. E, portanto, esse momento para mim foi importante, porque foi... (...) Pronto, em que eu - entre aspas - “saio do armário”, e digo assim: eh pá!, não tenho nada a perder. 'Tou me a cagar. Olha, vou para a frente. E quem gostar gosta, quem não gostar não gosta. Eh pá, não quero saber, vou dar a cara por isto.

Foi neste cenário, entre a desmobilização e a politização dos temas do desemprego e da emigração, que se formou, em Março de 2012, o MSE, o grupo mais proeminente neste ciclo de mobilização enquanto tentativa de ativamente organizar pessoas desempregadas, de forma independente dos sindicatos (Baumgarten, 2014), e que foi o principal promotor da Manifestação pelo Direito ao Trabalho realizada a 30 de Junho de 2012.

6.4 Movimento Sem Emprego: pelo “Direito ao Trabalho e à Dignidade!”

O MSE constituiu um exemplo de ator que emergiu no próprio ciclo de ação coletiva, cerca de um ano após o protesto da geração à rasca, como tentativa de

¹⁰² Trata-se de um exemplo de ação de natureza biográfica que teve um impacto viral (sobre o papel das redes sociais nestas mobilizações ver Estanque et al., 2013). A Carta atingiu mais duas mil partilhas em menos de 24 horas, está disponível em https://www.facebook.com/note.php?note_id=10150442400907144

mobilizar pessoas desempregadas, assim como simpatizantes da causa, em torno de ações concretas. A motivação inicial estava relacionada com o facto do tema do desemprego não estar a ser suficientemente destacado em outros grupos e plataformas que emergiram neste ciclo de mobilizações Baumgarten (2014). Alcides Santos, um dos ativistas que teve envolvido em todo o percurso do MSE, questionado sobre o que motivou a envolver-se no MSE, respondeu:

Pela primeira vez me empenhava em algo que me dizia respeito diretamente a mim (...) Estava há uns 8 meses desempregado e até esse momento, de alguma forma intuía que me estava a passar alguma coisa ao lado. Quando falando com outras pessoas me colocavam o problema do trabalho, que estava muito coisa por fazer, eu simplesmente não entendia o que me estavam a dizer. Mas percebia claramente que tinha que resolver o meu problema de identidade: afinal, eu era um desempregado.

O plenário que esteve na formação deste grupo mobilizou ativistas que estiveram envolvidos (e envolvidas) no protesto e na plataforma 15 de outubro que, como vimos, estava em processo de desmobilização. Acampadas e 15 de outubro, Rubra, Ensaio sobre o Desemprego, Comité Anulação da Dívida Portuguesa (CATDM), Iniciativa por uma Auditoria à Dívida, Panteras Rosa, Socialismo Revolucionário, Plataforma Guetto, Precários Inflexíveis, UMAR são alguns dos grupos de referência dos(as) participantes nesse plenário inicial, o que indica a diversidade presente na formação ator político. As entrevistas a ativistas envolvidos(as) neste movimento também sublinham a diversidade de expectativas. Perante a questão «Se na altura te perguntassem “Quem são vocês?”, o que dirias?» Alcides e Sara afirmam:

Teria respondido: somos desempregados à procura de um caminho. No início não sabia o que fazer. Só sabia que não me rendia. Era isso que procurava construir. No fundo todos o procurávamos. (Alcides Santos)

Éramos precisamente uma tentativa de criar um sindicato para desempregados. (...) Nunca tive nem tenho um sindicato. Na altura estive para me sindicalizar na função pública. Havia os Precários Inflexíveis mas não havia nada para trabalhadores desempregados. A questão era essa, eram trabalhadores na mesma. (Sara)

O MSE acabou por adotar uma definição alargada da condição de desemprego, na sua relação com o mercado de trabalho – subemprego e precariedade. “Desempregado” é assim encarado como um trabalhador,

excluindo-se daqui a sua relação com as situações de inatividade. Esta ideia foi vinculada no primeiro comunicado de imprensa, lançado a 5 de março de 2012, o MSE seria formado por um

*grupo de trabalhadores que alterna a sua condição entre o desemprego, o subemprego ou a precariedade (...) empenhado na criação de um movimento para o combate político e para a defesa dos direitos deste sector social.*¹⁰³

É ainda de salientar que o slogan “Unidos pelo Direito ao Trabalho e à Dignidade!” representou o descritor identitário chave do grupo, apresentado nos principais meios de comunicação do grupo, nomeadamente emails, site e *facebook*, na principal faixa usada para a participação em manifestações, assim como no convite público para a organização da manifestação pelo “Direito ao Trabalho” anunciada em meados de maio e que veio a realizar-se em final de junho. Esta ideia, que foi sublinhada pelas pessoas entrevistadas, está também presente no manifesto que veio a ser lançado cerca de um mês após à constituição do grupo, acabando por se assumir como estratégia discursiva de desconstrução do estigma associado ao desemprego:

O trabalhador desempregado está apto a trabalhar e quer trabalhar.

O trabalhador desempregado não quer esmola, quer emprego com direitos para si e para os seus concidadãos.

O trabalhador desempregado precisa de apoio social na procura de emprego, mas acima de tudo precisa de um emprego digno, estável, que cumpra os seus direitos constitucionais, para poder viver uma vida independente e contribuir, como os seus concidadãos, para o bem comum.

A aposta na luta e na mobilização foi assumida como estratégia de resposta à tendência de isolamento das pessoas desempregadas, em contexto de massificação do desemprego. Nesse sentido, o MSE procurou acompanhar a inovação organizativa que marcou este ciclo de mobilização, nomeadamente no que concerne à promoção de assembleias públicas e à utilização da *internet* como instrumentos privilegiados para mobilização, organização e comunicação o que o que, em parte terá ajudado a ultrapassar alguns dos obstáculos à mobilização de pessoas desempregadas.

¹⁰³ Disponível em <https://www.facebook.com/notes/movimento-sem-emprego-mse/1%C2%BA-comunicado-de-imprensa-e-informa%C3%A7%C3%A3o-de-agenda-do-movimento-sem-emprego-mse/366289846739320> [23 de Março de 2018]

Num trabalho de observação participante e baseado em entrevistas Baumgarten (2014) aponta para a importância das assembleias como base organizativa do MSE. Ainda assim, não assumia uma forma de organização totalmente assembleísta. Embora as ideias gerais das ações fossem definidas nas assembleias, havia um pequeno núcleo de pessoas que podiam reagir aos acontecimentos, sem debate prévio em assembleia, nomeadamente na escrita de *post's* no *facebook*. Esta forma de organização, implementada na região de Lisboa, foi descrita por participantes como sendo um misto entre um modelo de assembleia e de direção (Baumgarten, 2014).¹⁰⁴ Por outro lado, as assembleias eram anunciadas publicamente sobretudo a partir do *facebook* e, algumas vezes, em distribuições realizadas junto a centros de emprego (Baumgarten, 2014), aqui também aderindo à inovação organizativa deste ciclo de mobilizações pela promoção de um espaço público híbrido (Castells, 2012; Estanque et al., 2013; Soeiro, 2015).¹⁰⁵

Repare-se, no entanto, que o carácter público das assembleias se refletia não apenas na sua publicitação mas também por edificarem um espaço de construção discursiva na esfera pública (Habermas, 1984).¹⁰⁶ Eram, assim, simultaneamente instrumentos organizativos e comunicacionais. Destaque-se também a aposta na recolha de fundos que, sendo realizada em cada assembleia, foi também feita através do lançamento, também numa fase inicial da formação do grupo (início de abril de 2012), de uma campanha de financiamento, visando garantir a sua independência política. Além disso, foram divulgadas na *mailing-lists* no site e no *facebook* informação de prestação de contas sobre o destino das verbas recolhidas. A aposta nesta estratégia de autofinanciamento visou ajudar a fazer face à vulnerabilidade financeira e material em que vive quem está em situação de desemprego e que dificulta a participação. Essa aposta parece ter tido resultados indicando a capacidade do MSE em obter apoios solidários:

¹⁰⁴ Do ponto de vista organizativo, havia uma preocupação de definir claramente os objectivos de cada assembleia, que era moderada de forma a permitir que todas as pessoas pudessem falar, mas com comentários breves e de forma a não sair do tópico em debate e evitando as polémicas de cariz ideológico. Começava com a avaliação de iniciativas já realizadas para depois estabelecer os tópicos da reunião, havendo também uma preocupação de fazer o planeamento das ações na própria assembleia (Baumgarten, 2014).

¹⁰⁵ As comunicações *on-line* eram fundamentais também na organização interna do grupo. Além disso, tinha um grupo interno no *facebook*, onde o núcleo mais ativo coordenava a atividade.

¹⁰⁶ Havia uma prática de convidar a comunicação social a participar em plenários, como aconteceu logo numa fase inicial do grupo: “O Movimento sem Emprego vai realizar um plenário de desempregados na Margem Sul do Tejo, no Edifício da Junta de Freguesia de Corroios, junto ao mercado de Miratejo, no dia 15 de Março, às 19h00. No fim do plenário, os jornalistas terão a oportunidade de contactar os participantes no plenário”. (Comunicado de imprensa de 13/03/2012)

Inicialmente sim [tiveram essa dificuldade]. Eu para ir aos plenários tinha que gastar 10 euros em transportes... Era dinheiro que eu não podia despendar. Mas logo no início começámos a pedir donativos solidários, primeiro nas manifestações e depois via mail. (...) Posso dizer que nunca faltou dinheiro ao MSE para as suas atividades. (...) Cheguei a ir ao Porto com o Duarte para uma reunião com as despesas todas pagas (transporte e jantar). Havia dinheiro para os panfletos e faixas. Nunca se deixou de fazer o que fosse por falta de dinheiro. De tal forma que quando o MSE acabou e passadas umas semanas declarei que não ia pagar impostos sabia perfeitamente que no momento em que eu começasse a pedir apoio monetário à população, esse apoio apareceria.

A internet teve um papel muito importante na formação do grupo, até porque a primeira reunião foi convocada por *facebook*. Além disso, o *facebook* teve um peso muito importante nas atividades de mobilização, incluindo distribuições e colagens, assim como para angariar novas adesões. É de assinalar também a importância da blogosfera nas dinâmicas de mobilização neste ciclo de mobilização, o que era visto como um indicador de sucesso da mobilização pelos próprios ativistas.

Terá sido o uso da *internet* adequado para promover a mobilização e a ação coletiva de pessoas desempregadas? Tendo como foco o ciclo de mobilizações 2011-2013, Baumgarten et al. (2016) exploraram até que ponto grupos de pessoas com poucos recursos, nomeadamente pessoas desempregadas e precárias, conseguiram ultrapassar três tipos de obstáculos à ação coletiva, através do uso das redes sociais (Baglioni et al., 2008; Chabanet e Faniel, 2012; Lahusen, 2014):

- a) Sócio territorial - a ausência de espaço de trabalho comum que permitisse criar e manter relações e redes que estão na base da participação política;
- b) Estigma associado ao desemprego – para ultrapassar este obstáculo, é necessário ganhar uma perceção de injustiça e um processo de reapropriação de si (*re-appropriation of oneself*), o que é mais fácil no processo da ação coletiva;
- c) Diversidade, nomeadamente em termos de biografias e identidades, valores e ideias.

A *internet* terá contribuído, em certa medida, para quebrar o isolamento mas verificaram-se grandes dificuldades em ultrapassar os obstáculos sócio territoriais que se colocam à ação coletiva de desempregados(as). Apesar do

manifesto que inspirou a convocação da manifestação de 30 de junho ter sido divulgado através do *facebook* por um ativista desempregado do Porto, não se verificou a criação espontânea de outros eventos – como se havia verificado, por ex., no Protesto da Geração à Rasca.¹⁰⁷ Segundo Baumgarten (2014), alguns ativistas deslocaram-se a outras cidades para apoiar a organização de protestos locais. Em todo o caso, tiveram lugar manifestações pelo direito ao trabalho em quatro cidades – além de Lisboa e o Porto, também em Braga e Coimbra. Um outro exemplo de ampliação da base territorial foi a realização de plenários na margem sul e em Azambujeira dos Carros, no Bombarral. Segundo uma apresentação do próprio grupo numa conferência internacional, esta foi uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo grupo (MSE, 2013):

The attempt to organize local assemblies represent a paradox. On one side, the need for local representation is high. However, gathering the contingent that is needed for the necessary pressure to be applied emerges as a tough challenge.

Alcides Santos sublinhou este empenho na mobilização local e apontou as oportunidades de articulação disponibilizadas pela ação em meio virtual, apontando também dificuldades de dar continuidade nessa aposta devido à pouca durabilidade do grupo:

[Porto, como foi feita a articulação?] Foi via internet usando os contactos obtidos via subscrição do Manifesto. Assim que as pessoas subscreviam recebiam mails que eram automaticamente personalizadas em função dos dados da subscrição. Eram convidados a mexer-se. Nisto o João Vilela subscreveu e propôs a manifestação. Foi isso que fez com que o Duarte e eu lá fôssemos. Fizemos vários plenários no Barreiro (eu moro na Moita). Tinha pernas para andar. Mas, entretanto, o MSE acabou.

A *internet* terá tido um papel assinalável para responder aos dois outros obstáculos mencionados, especialmente no que concerne ao estigma associado ao desemprego, logo no processo de formação do grupo. Vimos anteriormente como o processo de formação do grupo assentou na construção de uma identidade em que o “desempregado” é assim encarado como um trabalhador, acabando por se assumir como estratégia discursiva de desconstrução do estigma

¹⁰⁷ Um outro exemplo de como a internet terá contribuído para o alargamento territorial foi o caso das iniciativas desenvolvidas em Azambujeira dos Carros, Bombarral, Leiria. Mas mesmo neste caso, verificou-se a articulação de vários meios de coordenação da ação coletiva.

associado ao desemprego. Também neste sentido houve um forte investimento em estratégias comunicacionais orientadas para a desconstrução desse estigma. Logo numa fase inicial da atividade do grupo, ainda em abril de 2012, na mesma altura em que foi lançado o site e o primeiro manifesto do grupo, foram lançados vídeos e o “contador dos desempregados”. Ambas as iniciativas adotaram uma lógica de desconstrução do estigma associado ao desemprego nas suas dimensões sociais, económicas e políticas, mas numa clara aposta em dar visibilidade às dimensões estruturais do desemprego.

Os vídeos não tiveram muito impacto comunicacional, não tendo ultrapassado as duzentas visualizações. As ações com maior impacto foram aquelas desenvolvidas nas dinâmicas de conflito com vários atores chave, incluindo os meios de comunicação social. Um exemplo particularmente relevante foi a campanha, lançada ainda em meados de março de 2012, exigindo um pedido de desculpa do semanário “Expresso” pela publicação do cartoonista Rodrigo, intitulada “Os parasitas do *Dzzzzzzemprego*”. Foi uma campanha que teve bastante impacto, gerando mais de quinhentas reações na própria caixa de comentários do cartoon. O “Expresso” não apresentou o pedido de desculpas mas o cartoonista, mesmo mantendo a lógica da desconfiança subjacente ao seu cartoon, sentiu-se obrigado a responder a um dos comentários.¹⁰⁸ Contrapondo com a ideia de que os desempregados com subsídio de desemprego vivem em prisão domiciliária, ativistas do MSE conseguiram, de forma eficaz, sublinhar a injustiça subjacente ao esquema do subsídio de desemprego então em vigor, aproveitando ao mesmo tempo para divulgar o grupo e mobilizar para a ação coletiva.

O “contador dos desempregados” foi particularmente inovador e mais eficaz na desconstrução de mitos associados ao desemprego, promovendo a tomada de consciência sobre o potencial económico desperdiçado com o desemprego (MSE, 2013), e sublinhando os aspetos estruturais do desemprego. Construído por Alcides Santos, um dos ativistas desempregados envolvido na fundação do MSE, foi baseado na análise sobre desemprego real feita pelo economista Eugénio Rosa.¹⁰⁹ Uma nota informativa divulgada a 21 de maio anunciava:

¹⁰⁸ Ver em <http://5dias.net/2012/03/16/quem-nao-quer-ser-picado-foge-das-abelhas/> Inclui os comentários postados até à data

¹⁰⁹ Disponível em <http://eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2011/46-2011-Desemprego-nao-para-crescer-3.pdf>

O site do MSE tem uma nova aplicação que informa qual a riqueza perdida hoje, quantos são os desempregados hoje, qual a taxa efetiva de desemprego.

Quantos novos desempregados temos hoje? Quantos novos desempregados temos desde que este Governo tomou posse? Quantos são os desempregados atualmente em Portugal? Qual é a riqueza não criada pela totalidade dos desempregados no dia de hoje? Qual é a riqueza não criada pela totalidade dos desempregados desde que o Governo tomou posse? Qual é a taxa efetiva de desemprego? Qual é a riqueza não criada pela totalidade dos desempregados num mês? Qual é a riqueza não criada pela totalidade dos desempregados numa hora?

As respostas a estas e outras perguntas estão no site do MSE.

O MSE apresenta no seu site uma outra visão da realidade relativa aos desempregados. Os dados apresentados permitem demonstrar que se todos os desempregados comesçassem a trabalhar, os atuais problemas do País terminariam. Desta forma, é desmascarada toda a lógica governamental de que é necessário empobrecer para resolver os problemas do País.

O grupo procurava aproveitar todas as oportunidades para procurar passar a sua mensagem, de forma eficaz, ao grande público.¹¹⁰ Esse investimento deu frutos, mas não permitiu contornar as debilidades de mobilização do grupo. Alcides fez esse balanço, que vai de encontro ao observado:

Usei todas as ferramentas tecnológicas que conhecia, fiz inclusivamente uso de listas de contactos de outros âmbitos para a divulgação (...) uma lista de jornalistas, meios de comunicação, deputados e ativistas, de forma que quando o MSE fazia uma comunicação, mandava mails a 20.000 destinatários. Agora, à posteriori, não tenho dúvida que isto foi essencial para que o desemprego viesse à tona.

[mobilização de base local. Achas que foram bem-sucedidos?]

(...) De qualquer forma, para fazer isso, tem que haver pelo menos um elemento que tenha capacidade e queira fazer isso. É difícil e requer muita força de vontade. Mas seria o que faria se voltasse a encontrar-me nessa situação. O MSE tinha muito mais exposição pública do que o que representava. (...)

¹¹⁰ Um exemplo dessa eficácia comunicacional é o facto da primeira iniciativa do grupo, uma simples distribuição à porta do centro de emprego ter gerado várias notícias com base num take da LUSA.

[a internet foi um bom instrumento de mobilização?]

Sim, claro. Mas estou convencido que deixou o MSE oco, porque para a sociedade parecia uma coisa gigantesca e nós éramos na realidade muito poucos. Se voltasse a fazer o mesmo, ocuparia metade do meu tempo a criar estruturas locais.

As oportunidades de comunicação política não se encontravam apenas nas próprias ações. Num outro momento, essa comunicação deu espaço a notícias geradas a partir de um *take* da LUSA, elaborado com base de uma das principais porta vozes do movimento, Ana Rajado, na Assembleia Popular sobre Desemprego, Precariedade, Ações Diretas, promovida pela plataforma 150, realizada a 3 de junho, em plena fase de arranque da mobilização para a manifestação. A mensagem era clara:¹¹¹

*Quem já não tem nada a perder, tem tudo a ganhar em lutar. Por isso, estamos a fazer o apelo para que contribuam para espalhar a palavra. Até dia 30 queremos cobrir as cidades de cartazes, entupir as redes sociais e meter um panfleto na mão de cada desempregado e precário. De facto, a campanha começa hoje em força.*¹¹²

Os meios de comunicação social não foram usados apenas para divulgar iniciativas, tinham também o objetivo de afirmação reivindicativa no quadro das dinâmicas conflituais, sendo a própria ação uma oportunidade para essa afirmação. Um exemplo desta estratégia foi a resposta precoce à criminalização do protesto, que permitiu responder àquilo que poderia ser um obstáculo à ação coletiva alimentando o sentimento de injustiça.¹¹³

O MSE assumiu-se, desde a sua formação, como “um movimento para o combate político e para a defesa dos direitos deste sector social” tendo, ao longo do seu percurso, definido a sua base reivindicativa através do lançamento de comunicados, manifestos e outros documentos, da realização de ações e também marcando a sua presença em manifestações. Podemos destacar quatro tipos de

¹¹¹ Disponível em <http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/3294/movimento-sem-emprego-quer-todos-na-rua-no-dia-30-de-junho>

¹¹² Assinale-se que se no primeiro caso, foi uma jornalista quem deu as declarações à comunicação social, neste caso foi uma outra ativista, geógrafa de formação, o que reforça a ideia que a mestria comunicacional do grupo ia além da formação profissional dos, e das, suas ativistas.

¹¹³ Desde já um exemplo de uma notícia do Expresso que destaca as declarações da ativista de apontam, de forma irónica, a injustiça da situação: Para a PSP duas pessoas são uma manifestação (<http://expresso.sapo.pt/actualidade/para-a-psp-duas-pessoas-sao-uma-manifestacao=f722121#gs.Z90tLJQ>)

reivindicações: ação coletiva, liberdade de expressão e organização; direito ao trabalho e pleno emprego; direitos sociais.

Uma parte importante da ação reivindicativa do MSE incidiu sobre o apelo à ação coletiva, sendo dirigida aos próprios desempregados e às organizações dos movimentos sociais. Numa fase inicial do movimento, a própria formação do grupo constituiu um apelo à mobilização de pessoas desempregadas no quadro do ciclo em ação coletiva que então decorria. A primeira ação realizada a 6 de março visava “convocar os desempregados para a manifestação da Plataforma 15 de Outubro, no dia da Greve Geral” [de 22 de março de 2012].

Este apelo esteve muito presente na ação estratégica pública do grupo, que sublinhava de forma sistemática a necessidade de agir e, como vimos anteriormente, apelava à participação numa variedade de ações - umas organizadas pelo próprio MSE, outras por sindicatos e organizações dos movimentos sociais. No entanto, também numa fase precoce da formação do grupo, essa reivindicação foi condicionada pela criminalização da ação coletiva, dando lugar a uma segunda linha de reivindicações, que acabaram por ser centrais na ação política do MSE e marcaram o próprio processo de constituição deste grupo – a defesa da liberdade de expressão e do direito à manifestação. A primeira ação pública do MSE, realizada no dia 6 de março, Dia Internacional do Desempregado, foi uma distribuição de folhetos no Centro de Emprego do Conde Redondo, mobilizando para manifestação no dia da Greve Geral de 22 de março e fazendo uma primeira apresentação da organização a outros desempregados. Nesta iniciativa, uma das ativistas que fundou o grupo, Myriam Zaluar, foi identificada pela polícia e a 26 de abril foi constituída arguida, acusada de crime de desobediência e de manifestação ilegal por alegadamente ter convocado uma manifestação sem autorização:¹¹⁴

É-lhe imputado o crime de desobediência, por ter alegadamente violado o Decreto-Lei n.º 406/74 ao "convocar uma manifestação sem a devida autorização". É-lhe aplicada uma medida de coação: Termo de Identidade e Residência. Não se pode ausentar de casa durante mais de 5 dias sem dar conhecimento às autoridades.

A PSP, por intermédio do seu porta-voz, afirmou que não tinha justificações, comentando, no entanto, que "duas pessoas já é uma

¹¹⁴ Uma descrição detalhada feita pela própria ativista encontra-se disponível em <https://manifestacaonaoautorizada.blogspot.pt/2013/01/criminalizacao-do-protesto-ainda.html>

manifestação". Estes acontecimentos deram origem a uma campanha pela liberdade de expressão e o direito à manifestação. Apesar de ter sido informada pelo investigador encarregado que o caso seria "para arquivar", a própria ativista constituída arguida publicou no mesmo dia que não o aceitaria: ¹¹⁵

Porque os casos anteriores o foram, mas não deixaram de mobilizar recursos, energia e tempo de ambas as partes e porque a esquizofrenia punitiva só tem crescido. Porque pessoas quaisquer estão sem emprego e sem perspectivas de sair do buraco e todos os dias estão a ser levadas ao desespero. Porque o desespero, por sua vez, chega a conduzir algumas delas ao suicídio. Porque há quem queira que estas pessoas quaisquer tenham medo de sair à rua ou de abrir a boca para dizerem que estão fartas e que merecem uma vida digna. Porque agora, além de serem "preguiçosas", "parasitas", "inúteis" e "desordeiras", as pessoas tornaram-se também "criminosas". Alvo de interrogatórios policiais. O que faltará para serem encarceradas?

Mais tarde acabou ainda por anunciar que se recusava a pagar a multa e que estava disposta a ir a tribunal para que se fizesse justiça. Tratava-se apenas de uma distribuição de panfletos a convocar os desempregados para um plenário, ou um ato de inscrição coletiva no centro de emprego. Para o MSE o ato de identificar e constituir como arguida uma ativista acabou por constituir um ato de intimidação.¹¹⁶ Como explicou então Ana Rajado ao *Expresso*, tratou-se de:¹¹⁷

quatro elementos que tentaram distribuir panfletos sobre as ações dos Sem Emprego à porta do Centro de Emprego do Conde de Redondo (...) Quando lá chegámos, já lá estava a polícia que pediu a identificação de um de nós (...) Achamos que se trata de uma perseguição política para intimidar as pessoas.

O grupo convocou uma *flashmob* no mesmo centro de emprego para o dia de 28 de maio de 2012, 86 anos após instituição do estado novo, sublinhando a falta de cultura democrática do Governo. Apesar do processo contra Myriam

¹¹⁵ Disponível em <https://manifestacaonaoautorizada.blogspot.pt/2013/01/criminalizacao-do-protesto-ainda.html>

¹¹⁶ As notícias cobrindo a ação no centro de emprego e o comunicado de 12 de dezembro de 2012 fala em inscrição coletiva. Simbolicamente, quatro dos participantes na ação aproveitaram a ocasião para se inscreverem ou obterem informações no centro de emprego. <https://www.dn.pt/economia/interior/sem-emprego-querem-tornar-se-movimento-nacional-2346152.html>

¹¹⁷ Disponível em <http://expresso.sapo.pt/actualidade/para-a-psp-duas-pessoas-sao-uma-manifestacao=f722121>

Zaluar ter seguido, esta nova ação já não deu lugar a qualquer identificação, o que veio a ser sublinhado pelo movimento. A estratégia adotada pelo grupo passou, assim, por denunciar a tentativa de criminalização do protesto insistindo simultaneamente no apelo à mobilização e ação coletiva.

Uma outra linha reivindicativa importante, assumida no próprio manifesto, procura endereçar os mecanismos de controlo político típicos de um regime de regulação do desemprego baseado no *workfare*, sublinhando que “um trabalhador desempregado não é um criminoso”. Neste sentido, além da reivindicação do direito ao trabalho tal como enunciado anteriormente, o primeiro manifesto do MSE exigia, por um lado, “o fim do tratamento discriminatório e punitivo do trabalhador desempregado”, não apenas pelas instâncias governamentais, mas também pelos meios de comunicação social:

- *Fim do “termo de residência” enquanto tem direito às prestações sociais para as quais contribuiu;*
- *Fim da obrigação de aceitar situações incompatíveis com a procura de emprego ou melhoria de qualificações, como por exemplo o voluntariado, que não representa um verdadeiro emprego com os respetivos descontos para a segurança social;*
- *O trabalhador desempregado, enquanto cidadão digno, apto e empenhado em encontrar emprego exige o fim da discriminação e difamação a que é sujeito pela imprensa, comunicação social e comunicados governamentais.*

A exigência do fim da criminalização foi ainda estendida ao trabalho precário, temporário, subemprego e trabalho sem direitos, rejeitando-se que fosse exigido ao trabalhador desempregado, precário ou subempregado as responsabilidades e deveres de um trabalhador empregado. A entrevista a Ana Rajado publicada no *Expresso* de 11 de Junho de 2012, mostra bem essa estratégia de afirmação reivindicativa no quadro da ação e das políticas conflituais.¹¹⁸ O próprio título “Os desempregados vivem em prisão domiciliária” assinala, de certa forma, um reconhecimento da dignidade reivindicativa do movimento. Na entrevista a ativista apresenta um diagnóstico e afirma uma série

¹¹⁸ Repare-se que tratando-se de um semanário, a publicação de uma entrevista no *Expresso* é um indicador importante do impacto mediático do MSE, especialmente se considerarmos que o mesmo jornal tinha, poucos meses antes, publicado um cartoon sugerindo que quem recebe subsídio de desemprego seria “parasita”. A entrevista está disponível em <http://5dias.net/2012/06/11/uma-entrevista-exemplar-sobre-as-razoes-da-luta-dos-desempregados/>

de ideias chave: além da lógica *workfare* do subsídio, a situação de isolamento vivida por quem está no desemprego; o desemprego enquanto ameaça “dos trabalhadores no ativo”; uma geração mais qualificada, mas a viver pior do que os seus pais; a crítica ao programa dos “100 mil estágios”; a necessidade de canalizar o investimento, não na banca, mas para “fins públicos”.

Na fase de formação do movimento, a reivindicação centrou-se no direito ao trabalho, de forma genérica. No plano dos princípios era exigido o “cumprimento efetivo” princípios constitucionais e internacionais visando a salvaguarda do direito ao trabalho, no seu sentido amplo, incluindo direitos sociais (proteção social e formação profissional) e políticos (organização sindical), assim como a não discriminação. Por um lado, é evocado Artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao qual Portugal se obriga por tratados internacionais e, por outro, é evocado o Artigo 58.º da Constituição da República Portuguesa, que consagra os princípios do Direito ao Trabalho e do Pleno Emprego. Ou seja, trata-se de uma reivindicação dirigida ao Estado, ao qual incumbe promover a execução de políticas de pleno emprego. No entanto, à medida que o grupo se foi assumindo com ator interventivo nas políticas conflituais focou-se cada vez mais nas opções de política económica adotadas pelo Governo e pela Troika. Ainda em maio, o grupo destacou a responsabilidade das políticas de austeridade no aumento do desemprego, nomeadamente através de uma “política de recessão” ou “política concertada que tem como consequência o despedimento em massa”.¹¹⁹ Em 9 de Junho, em dinâmica de mobilização para a manifestação pelo trabalho que se viria a realizar no final desse mesmo mês, num outro comunicado destacava-se que:

o desemprego estrutural faz parte da política deste governo e da troika. O MSE não aceita que trabalhadores no ativo e desempregados continuem a ser mais sacrificados com políticas que levam a um retrocesso histórico em nome da manutenção de lucros de um sector minoritário da sociedade. Por isso estaremos nas ruas no próximo dia 30!

Num outro comunicado, de 9 de junho, foi destacado o efeito perverso do investimento de fundos no programa Impulso Jovem, que não vai mais além do que promover a precariedade:

MSE quer trabalho para todos os desempregados e não gosta de rebuçados envenenados. Um dia depois de Victor Gaspar anunciar que vai

¹¹⁹ Comunicado de imprensa de 13 de maio de 2012

injetar 6650 milhões de euros na banca, Miguel Relvas tenta aliciar-nos com um reбуçado envenenado: o programa «Impulso Jovem» - só possível com um fundo comunitário de 344 milhões de euros. Clarificamos que qualquer fundo comunitário exige que parte do investimento seja feito pelo Estado - logo são os impostos dos portugueses que estão a ser usados para implementar uma medida que apenas vai continuar a promover a precariedade através de estágios (que não oferecem qualquer futuro) ou de descontos nos impostos das empresas que contratem desempregados jovens, reforçando o ciclo de contratações e despedimentos em série. Passos Coelho admira-se com a paciência dos portugueses, mas esta será a última vez que o faz - estaremos nas ruas no próximo dia 30, a lutar pelo direito ao trabalho!

Segundo Baumgarten (2014), a manifestação pelo Direito ao Trabalho constituiu a primeira manifestação organizada por um grupo de pessoas desempregadas em Portugal. Como se pode depreender do convite público para organização da manifestação, a iniciativa pretendia ampliar a base territorial e política da luta deste grupo: territorial porque responde “ao chamado de um grupo de desempregados do Porto”, e política, por procura ampliar as bases da ação coletiva e formar novas alianças.¹²⁰ O convite dirigia-se a:

todas as pessoas progressistas, herdeiras do espírito do 25 de Abril e que não ofereçam como saída para esta catástrofe social respostas discriminatórias, a juntarem-se a nós nesta jornada de luta. (...) partidos e os sindicatos sem responsabilidade nas políticas que têm vindo a ser implementadas e, por outro, com os movimentos sociais organizados nas redes como o Movimento 12 de Março, Plataforma 15 de Outubro e Primavera Global; as organizações de imigrantes como a Solidariedade Imigrante e a Casa do Brasil; a Iniciativa Auditoria Cidadã, a Portugal Uncut e o Comité Contra o Pagamento da Dívida Pública; o Coro da Achada, o Grupo Transportes, a Plataforma Gueto, o Colectivo Múmia Abu Jamal, o Comité Palestina, a Revista Rubra, a UMAR, o Regueirão dos Anjos, a Associação Zeca Afonso, grupos de trabalhadores desempregados e precários como o MDT, os 3Rs ou a Comissão pela proibição dos despedimentos e a Associação 25 de Abril.¹²¹

¹²⁰ Formação de alianças (Tilly e Tarrow, 2007): criação de uma coordenação de reivindicações nova, visível e direta, envolvendo dois ou mais atores anteriormente distintos.

¹²¹ Reconhecendo que a lista não esgota todas as organizações envolvidas neste combate, a carta assinala ainda que as portas estão abertas a todos os que se queiram juntar para derrotar as

Não obstante as dificuldades de ampliação da base política, a ação foi bastante divulgada durante o mês de junho. Ainda segundo Baumgarten (2014), um ativista entrevistado referiu que dois dias antes da manifestação de 30 de Junho cerca de 150 pessoas aderiram ao grupo do Facebook do MSE, enquanto antes a média era de 10 a 15 pessoas/dia.¹²² Além disso, representou um momento chave do grupo, até por ter constituído uma oportunidade de afirmação da sua principal reivindicação – o Direito ao Trabalho – ao mesmo tempo que sublinhou quais os opositores, contribuindo desta forma para a clarificação do enfoque conflitual: “Unidos contra a troika e os governos do desemprego!” A iniciativa parece ter sido uma forma de explorar as oportunidades - decorrentes da intensificação do conflito em torno do desemprego quer em termos de criminalização da ação coletiva, quer pelas políticas económicas e sociais adotadas – para afirmação do movimento e das suas reivindicações.

A mobilização foi fraca – algumas das pessoas entrevistadas referem 200 participantes, outras 600. No final realizou-se uma assembleia aberta que contou com a participação de desempregados(as). Segundo as entrevistas realizadas, o balanço realizado pelo coletivo não foi muito positivo. Quer Alcides quer Sara, apesar de reconhecerem a fraca mobilização, relativizaram esse balanço. Segundo Alcides:

Para o MSE e seus integrantes serviu para perceber que tínhamos máquina. A manifestação teve umas 600 pessoas. Do meu ponto de vista, nada mau para meia dúzia de gatos pingados. Agora, à posteriori, só vem confirmar o que o MSE era: um punhado de pessoas que não se rendia e das quais, três ou quatro delas tiveram na altura a capacidade técnica e política de mobilizar a sociedade. (...) Houve gente a mexer-se mas não se pode dizer que tenha sido manifestações. Não houve mobilização. Mas sim, permitiu ampliar o impacto do MSE. Mesmo tendo menos de 1000 pessoas, foi uma pedrada no charco. (...) Ajudou a colocar o problema na ordem do dia. (...) Na altura, o esforço despendido foi enorme. E a maioria estava à espera de uma manifestação gigantesca e por isso, como isso não se deu, esmoreceram. Mas eu sempre pensei o contrário: o importante era a manifestação fazer-se porque o importante era o rescaldo da mesma e não

políticas que estão a dilacerar os direitos laborais, a reforçar a precariedade no trabalho e a banalizar o desemprego

¹²² Não obstante o peso que teve o facebook nas dinâmicas de mobilização e formação do grupo é destacar a articulação entre diferentes meios de comunicação. Se o facebook foi usado numa base diária, também o site o *e-mail* foram usados com regularidade para a comunicação de atividades e tomadas de posição, desde uma fase inicial da constituição do grupo

a própria manifestação. Verificou-se que era como dizia. depois da manifestação, os meios de comunicação social começaram a falar muito do MSE e do desemprego.

Segundo Sara:

Correu bem, para o que era. Não éramos muitos (éramos para o esperado, mas não muito antigos nem atrativos para empregados, como a geração à rasca que abrangia tudo, desde pais a sustentar filhos, a filhos empregados mas a ganhar mal, etc.). Não foi grande, mas não foi ridículo (...) Teve projeção. os media interessavam-se por nós. Hoje em dia vejo isso com duas vertentes: uma, dos jornalistas que empatizavam connosco; outra, como uma forma de divergir de movimentos mais fortes (ou que o podiam ter sido). Não sei bem a razão. (...) Acho que surtiu efeito enquanto sensibilização social.

A expectativa expressa por uma parte do grupo em Assembleias era, no entanto, a de que o MSE se tornaria um movimento de massas (Baumgarten, 2014): Face à limitada mobilização verificada na manifestação, houve uma diminuição das ações próprias. Isso não significou, como veremos, que o grupo se tenha extinto, continuando a realizar assembleias regulares, a tomar posições públicas, a participar em manifestações e a ter visibilidade mediática. Mas depois do verão, foi a manifestação *Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!*, que se veio a realizar a 15 de setembro de 2012, que constituiu o principal foco de mobilização de vastos segmentos da população, incluindo quem estava no desemprego.

6.5 “Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!”

Apesar do tremendo impacto da austeridade – ou talvez devido a esse impacto -, durante o verão de 2012 ainda era o desânimo que reinava. O problema do desemprego agudizava-se de dia para dia, a capacidade de compensação da sociedade de providência esgotava-se, a emigração aumentava. Com o regime da austeridade em marcha e, a apesar do clima de insatisfação, a dificuldade em afirmar a força da contestação constituía o garante da manutenção do estado de

exceção. Usando os termos de Ferreira (2012), pode-se dizer que a política da austeridade foi dando lugar à sociedade da austeridade.

O regresso das grandes mobilizações surgiu em setembro com a realização do protesto “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!”. Como foi expresso no primeiro FG, o enquadramento simbólico do QSLT demonstrou ser particularmente mobilizador pois teve a força por expressar o sentimento de raiva e a revolta acumuladas face a mais de mais de um ano de austeridade:

JA – Mas só uma pequena questão ainda sobre o 15 de setembro, que é... Outra coisa que foi importante para mim pessoalmente e também para muita gente, que é o nome que escolheram para esse movimento que é: Eh pá, que se lixe a troika! É mesmo tipo dizer: Eh pá, que se foda. É mesmo tipo dizer que se foda a troika, queremos as nossas vidas...

MZ – Atenção, aquilo era uma era a gozar de uma declaração do Passos Coelho, em junho, em que ele tinha dito que se lixem as eleições!

JA – Sim.

PR - Que se lixem as eleições...

JA – Que se lixem as eleições e que se lixem as sondagens...

LF e MZ – e a resposta foi

CG e MZ– Que se lixe a troika!

PR – Que se lixe a troika!

JA – Mas sim. De certa maneira, para muita gente é uma sensação de algo diferente. É um bocadinho ir mais além, é dizer, eh pá, estes cabrões que se fodam, queremos as nossas vidas.

De facto, o manifesto sublinha a necessidade de fazer face ao desânimo e a resignação que se teria instalado após um ano de políticas de austeridade no quadro de uma Troika composta pela UE, BCE e FMI:

É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos. Este silêncio mata-nos. O ruído do sistema mediático dominante ecoa no silêncio, reproduz o silêncio, tece redes de mentiras que nos adormecem e aniquilam o desejo. É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação, contra o afunilamento das ideias, contra a morte da vontade coletiva. É preciso convocar de novo as vozes, os braços e as pernas de todas e todos os que sabem que nas ruas se decide o presente e o futuro. É preciso vencer o medo que habilmente foi disseminado e, de uma vez por todas, perceber que já quase nada temos a perder e que o dia chegará de já tudo termos perdido porque nos calámos e, sós, desistimos.

A inevitabilidade não era, afinal, “inevitável”. Ao afirmar que as políticas de austeridade são apenas opções políticas e ideológicas, a iniciativa abriu espaço a uma postura combativa face à austeridade, num claro apelo à participação e à ação coletiva. A exigência era o fim do ciclo da austeridade: demissão do governo, expulsão da troika do país e eleições antecipadas foram reivindicações contidas no QSLT. Por outro lado, a suavização do discurso crítico em relação aos partidos e aos sindicatos abriu espaço à mobilização destes sectores (Fonseca, 2016), permitindo a ampliação das alianças e da base social dos protestos.

O tema do desemprego surge no manifesto enquanto um dos resultados da aplicação das “medidas políticas devastadoras” aplicadas do quadro do “saque” levado a cabo pela *Troika*. O tema foi tratado assim como parte fundamental da austeridade, uma ideia que não estava expressa no protesto da Geração à Rasca. Mas tal, como tinha acontecido no protesto da geração à rasca, o desemprego surge a par da precariedade. Por outro lado, há um foco na desigualdade e na crítica ao esvaziamento do Estado Social, e um enquadramento mais sistémico enquanto base de uma mobilização anti-austeritária, para a construção de alternativas:

É necessário construir alternativas, passo a passo, que partam da mobilização das populações destes países e que cidadãos e cidadãos gregos, espanhóis, italianos, irlandeses, portugueses e todas as pessoas se juntem, concertando ações, lutando pelas suas vidas e unindo as suas vozes.

Se nos querem vergar e forçar a aceitar o desemprego, a precariedade e a desigualdade como modo de vida, responderemos com a força da democracia, da liberdade, da mobilização e da luta. Queremos tomar nas nossas mãos as decisões do presente para construir um futuro.

Quando o primeiro FG foi convidado a refletir sobre se a questão do desemprego teria estado presente nas mobilizações do QSLT, foi referida a redução da proteção social e do impacto das políticas de austeridade na degradação das condições económicas e sociais – em particular no que concerne ao desemprego de longa duração -, contribuindo para a emigração e para a generalização e agudização do ressentimento. No entanto, acabou por ser o anúncio do aumento da taxa social única (TSU) por Pedro Passos Coelho que despoletou o alargamento da base social e política do protesto, para níveis bem mais maiores do que os esperados por quem convocou o protesto – na ordem dos 500 mil, segundo Baumgarten et al. (2016). Enquanto o protesto da Geração à

Rasca teria sido um momento chave da quebra de invisibilidade das pessoas desempregadas, o QSLT foi marcado pelo impacto político do anúncio da equiparação da TSU entre trabalhadores e empregadores, potenciando assim o ressentimento e o sentimento de injustiça face às políticas de austeridade.

Um elemento distintivo das estruturas de mobilização da primeira dessas manifestações, em 15 de setembro de 2012, teve a ver o facto de visar não tanto ganhar participantes para o processo organizativo mas sobretudo garantir o máximo de mobilização nas manifestações (Baumgarten, 2016), sendo por isso menos aberta à mobilização de “atores fracos”, como é o caso das pessoas desempregadas. O MSE não foi envolvido na organização do protesto, que foi convocado não na base de subscrições coletivas mas antes de subscrições individuais. Mesmo assim, o grupo de 29 ativistas que convocou a manifestação incluiu pelo menos quatro pessoas desempregadas. Por outro lado, a dimensão e a amplitude terão permitido a participação quem estava desempregada(o).

Terá sido também nesta altura que o formato organizativo voltou a ser uma questão crucial para sustentar a ação coletiva, pressionando uma nova reconfiguração da estrutura de mobilizações. Além da questão da expressão da diversidade de posições, foi ganhando um maior peso o impulso à radicalização da ação, como expressão do ressentimento e da emergência do fim das políticas de austeridade, o que terá gerado tensão. Na sua entrevista, Alcides Santos partilhou o seu relato sobre como essas perspetivas foram se expressando entre a multidão que encheu as ruas no dia 15 de setembro:

Fomos andando até podermos e parámos. Ouvimos o orador final (...) Tentámos pedir a palavra mas foi-nos dito que só os organizadores é que poderiam falar, porque assim tinham decidido os organizadores. Nada mais democrático! (...) Alguém do Regueirão dos Anjos usou o cartaz da JSD "Todos temos que fazer a nossa parte" e o transformou em "Todos temos que fazer a nossa arte. Todos a S. Bento!!!". Demos uma volta para ouvir o que diziam as pessoas. E deu-se um momento mágico, algo que, pessoalmente só tinha lido sobre revoluções em outras paragens. Ouviase o Povo dizer "Estamos aqui meio milhão e não fazemos nada com isto? Então e agora vamos para casa? Que estupidez, agora vamo-nos embora?". Verificava-se que a massa estava mais radicalizada que os organizadores, que os líderes. Rapidamente desfraldámos a nossa faixa e começámos a andar com palavras de ordem... e o Povo veio atrás de nós! Começámos a cantar Grândola e mais gente se nos juntou.

Foi, assim, num quadro de crescendo da mobilização, que a CGTP anunciou, na manifestação de 29 de setembro, a convocação de uma greve geral para 14 de novembro. O apelo foi estrategicamente inclusivo e procurou abranger, sem mencionar, os novos atores emergentes e as formas de ação que vão além do espaço de produção: trabalhadores e trabalhadoras, reformados, jovens, desempregados e os mais variados sectores, “bem como todos aqueles que com a sua ação nos locais de trabalho e presença nas ruas, avenidas e praças de Portugal inteiro, dão expressão à luta” (CGTP, 2012a). Afirmando a sua marca de classe, a CGTP dirigiu-se à sociedade em geral, ao “povo”, que se tornou a “pegada simbólica” (Benford & Snow, 2000) da ação coletiva deste período (Dias e Fernandes, 2016).

Este período acabou por ser rico em múltiplas iniciativas que permitiram intensificar e alargar a base social do protesto. Uma delas, promovida a 15 de outubro por vários grupos, incluindo o MSE, foi o cerco a São Bento, visando “chumar o Orçamento nas ruas no dia em que ele é apresentado na Assembleia da República e exigir a queda do governo”. Uma das reivindicações chave da mobilização era rejeição de “que a redução do preço na força de trabalho seja solução para a recuperação económica”.¹²³ Uma outra iniciativa foi o lançamento de uma carta aberta, pelo QSLT, a pretexto da visita de Angela Merkel a Portugal, agendada para dois dias antes da greve, declarando-a como *persona non grata*. Com uma dimensão mais simbólica, esta ação contribuiu para alargar a base política da greve geral ao mesmo tempo que a colocou no quadro do conflito político europeu (Dias e Fernandes, 2016). Destaque-se ainda a Marcha contra o desemprego, promovida pela CGTP, que percorreu o país de norte a sul, entre 5 e 13 de outubro, convergindo em Lisboa. Considerando a sua relevância em termos de mobilização de desempregados(as) esta ação será tratada a seguir, numa secção autónoma.

¹²³ <http://cercoaoparlamento.blogspot.com/2012/10/comunicado-de-imprensa.html>

6.6 CGTP: a marcha enquanto forma de ação

Apesar da pouca adesão à manifestação pelo Direito ao Trabalho promovida pelo MSE, a ideia de mobilizar pessoas desempregadas parece ter tido eco no campo sindical. A 23 de Julho de 2012, a CGTP anunciou a decisão de promover uma Marcha contra o desemprego, de âmbito nacional, a realizar-se de 5 a 13 de outubro (CGTP, 2012a).

Repare-se que a novidade não está no foco do desemprego. Ainda antes do período de austeridade, este estava presente nos discursos e nas práticas sindicais, marcados por dois tipos de preocupações: a) com a degradação das condições laborais, por um lado, ou seja “condições em que o trabalho é desenvolvido e remunerado, agravadas pela alterações à legislação laboral; b) com o encerramento de empresas, fenómeno que projetou para o desemprego milhares de trabalhadores (Caleiras, 2015: 139). Além disso, como vimos anteriormente, a CGTP tinha já incluindo este tema na sua agenda, logo numa fase inicial da resposta anti-austeritária, e desenvolveu uma grande variedade de ações contra despedimentos e *lock-outs*. Um documento de análise desta central sindical sublinha, aliás, a relação medidas de proteção no desemprego no quadro das políticas salariais (CGTP, 2010):

A anunciada revisão do subsídio de desemprego vai no sentido de os desempregados terem de aceitar empregos com salários mais baixos. Na contratação coletiva o patronato aproveita o ambiente criado para procurar congelar os salários ou aplicar menores aumentos salariais.

A novidade desta iniciativa está, por um lado, no facto de visar o envolvimento de desempregados e, por outro, no facto de adotar o formato de marcha. Para a CGTP é no local de trabalho que se encontra a base da organização sindical (Fonseca, 2016; Costa, 2017), o que coloca dificuldades adicionais quando falamos em mobilizar pessoas desempregadas. Os estatutos da CGTP definem, no seu artigo 7º que

a organização e atividade sindical assenta na participação ativa e direta dos trabalhadores desde o local de trabalho e desenvolve-se, predominantemente, a partir das organizações sindicais de empresas, de unidade de produção ou de serviço.

Esta tem sido a estratégia adotada por esta central sindical ao longo das últimas décadas e foi confirmada pelo programa de ação para 2012-2016,

aprovado no Congresso realizado a 27 e 28 de janeiro de 2012, já em pleno ciclo de protestos sindicais e anti austeridade (CGTP, 2012):¹²⁴

a CGTP-IN, sem desvalorizar a intervenção sindical nos diferentes planos, entende a ação sindical nos locais de trabalho como determinante, por ser a este nível que se dá o confronto direto com o patronato na luta por melhores condições de trabalho (...) que os trabalhadores são envolvidos em formas de ação sindical como apresentação de proposta reivindicativas, as diversas formas de luta nomeadamente a greve e outras formas de pressão, incluindo a realização de plenários e de abaixo assinados, com o objetivo de alcançar reivindicações definidas.

Sendo programática, esta estratégia está presente na cultura organizativa da CGTP. Segundo Joaquim Dionísio, o membro da comissão executiva da CGPT que assumiu funções de coordenação desta iniciativa:

Está. Está. Eu suponho que essa dimensão, dessa maneira que está nos estatutos da CGTP e nos programas de ação, terá sido uma definição de um conferência de organização... Isso tem muito a ver com o Carvalho da Silva. Com uma conferência de organização, o Carvalho da Silva ainda não era secretário geral da CGTP. Era o responsável pelo departamento da organização. E foram feitas essas definições todas. E elas nunca mais se perderam, isso está enraizado no movimento sindical. Aliás, pode haver mais ou menos dificuldade em fazer, mas (...) essa visão é uma visão que está perfeitamente enraizada no movimento sindical, na CGTP.

Também Libério Domingues, coordenador da União de Sindicatos de Lisboa, confirmou esta ideia, afirmando que é no local de trabalho que se constrói a identidade do trabalho situando-se a aí o principal problema da ação coletiva de desempregados. Está prevista a prática de suspender a quotização em caso de desemprego de forma a manter a filiação e, formalmente, trabalhador desempregado é sindicalizado desde que o tenha sido quando ficou desempregado. Mas nem todos os sindicatos adotam essa prática. Ou, nas palavras de Fernando Ambrioso, um dos responsáveis pelo acompanhamento e direção da coluna Sul, “trabalhador que sai da empresa é trabalhador que se perde”, a participação de desempregados nos sindicatos é “uma miragem”. Ainda assim, existem algumas experiências pontuais, nomeadamente na SOREFAME e

¹²⁴ Repare-se que representou também um momento de renovação de liderança da CGTP, com a substituição de Carvalho da Silva por Arménio Carlos

TNC. Em Setúbal houve casos de desempregados em contratos emprego inserção que decidiram-se sindicalizar e exigir intervenção.

Em Lisboa, a CGTP já tinha procurado organizar quem estava desempregado. Mas isso demonstrou ser muito difícil pelo facto de quem estava nessa situação não ter meios e estabilidade, o que dificultava a sustentação do processo de luta. Segundo Joaquim Dionísio:

Quando tentámos organizar desempregados as pessoas depois desapareciam porque arranjavam emprego. E aqueles que ficavam tendiam a ver naquela realização um apoio financeiro. Alguns meios: sempre pagava os transportes, sempre pagava as refeições. Pagavam alguma coisa, e as pessoas que não tinham nada, que eram o núcleo duro, a certa altura aquilo transformava-se também, em alguns aspetos, retirava as próprias pessoas sentido crítico, capacidade e autonomia para lutarem.

Assim, esta nova tentativa de mobilização:

era uma ação que visava lutar contra o desemprego, pelo emprego de qualidade e que procurava por outro lado mobilizar os desempregados para essa luta, com a consciência que a participação das pessoas, designadamente desempregados – não era apenas desempregados. Era a marcha contra o desemprego. Não era a marcha dos desempregados, era a marcha contra o desemprego. O que significa que era uma marcha que integrava não apenas os desempregados mas todas aquelas pessoas que estavam em condições de lutar contra o desemprego.

Para Libério Domingues, embora não faça muito sentido promover processos coletivos específicos para a precariedade, já faz mais sentido no caso do desemprego. Segundo Fernando Ambrioso era particularmente preocupante o facto de mais de 60% dos desempregados se encontrarem sem qualquer proteção social, fazendo lembrar o problema dos salários em atraso na década de 80. Poderiam existir experiências pontuais mas sem participação coletiva. A luta acaba por estar muito diluída, não existindo uma carta reivindicativa do desemprego. Neste sentido, era necessário, mais do que uma ação esporádica, colocar o tema na agenda política. De facto, a iniciativa visou mobilizar desempregados, jovens à procura do primeiro emprego; trabalhadores que perderam postos de trabalho devido ao encerramento de empresa e que ainda não tinham recebido os créditos devidos; que se encontravam com salários em atraso e sujeitos a *lay-off*, ou de empresas em perigo de encerramento.

Outro aspeto importante foi a adoção do formato de marcha. A CGTP tinha tido já a experiência de promoção de ações deste tipo, realizadas na década de 80, quando o desemprego também tinha disparado. Salários em atraso, encerramento de empresas e a destruição do tecido industrial herdado do período anterior do 25 de abril, foram preocupações que marcaram ação sindical nesta altura. Como argumentou Libério Domingos, nesse contexto as dificuldades de mobilização de quem está no desemprego tornaram-se menos relevantes. Foi possível mobilizar quem ficou desempregado em resultado desses fechos de empresas, tendo sido realizada uma marcha entre Vila Franca de Xira, particularmente afetada nessa altura, e Lisboa. Também Joaquim Dionísio destacou a realização de uma marcha realizada da década de 80 que partiu de Braga, passando por várias etapas até chegar Lisboa e que terá tido uma dimensão bem maior do que esta mais recente. Esta marcha teve grande mobilização na Marinha Grande, particularmente afetada pelo fecho de fábricas e donde partiu uma outra marcha, mas essa, em bicicleta e com destino a Estrasburgo. Segundo este dirigente sindical, enquanto na década de 80 o foco estava sobretudo na questão da destruição de emprego, neste período mais recente a abordagem ao problema estava enquadrada na luta pelo emprego e pela qualidade do emprego.

Ao mesmo tempo, a escolha do formato de marcha tem a ver com a dimensão simbólica deste repertório de ação:

JD - Porque a marcha é um símbolo. (...) do ponto de vista da sua expressão pública seria sempre uma ação com impacto. E porque não dizer do ponto de vista ideológico tem também algum simbolismo. Tem um certo simbolismo. Mas sobretudo o que queríamos era alertar a sociedade.

LF – Porque é que diz que tinha um certo simbolismo do ponto de vista ideológico?

JD – porque as marchas... esta parte não entrou na nossa discussão... No ideário de luta dos povos, as grandes revoluções foram feitas com marchas. Lembra-se daquilo que aconteceu com Mahatma Gandhi, da marcha pelo sal, não é? A marcha é uma coisa que à partida tem impacto. O sentido foi ter impacto público, chamar a atenção para o problema do desemprego e para tratar as causas do desemprego naquela altura.

O documento de suporte à convocação da iniciativa sublinha que, numa altura em que o desemprego é um flagelo que afeta uma grande parte das famílias era necessário, mais do que constatar, agir – “identificando os problemas,

apresentando soluções, mobilizando os desempregados”. Alerta para o impacto da Troika e do memorando na destruição de emprego, por banalizar os despedimentos e a precariedade, fomentar o desemprego, reduzir salários e a proteção social, aumentar as desigualdades e generalizar a pobreza. Lembrando as previsões de aumento do desemprego – oficial e real –, argumenta que representa um aumento brutal de desemprego estrutural, agravando a exclusão social, face ao aumento de desempregados sem proteção social. Desemprego de longa duração, assim como o desemprego, a precariedade e a emigração afetando a população mais jovem são problemas destacados. O problema do desemprego foi abordado num quadro mais vasto. Segundo Joaquim Dionísio:

a CGTP normalmente não isola a questão do desemprego. Porque sabe que está associado a um conjunto grande de medidas. Eu acho que diferencia o movimento sindical dos movimentos sociais que tratam especificamente um determinado tema. Nós na CGTP o que nos aparece é simultaneamente um conjunto de problemas. Aparecem os salários em atraso. Aparecem simultaneamente e de uma forma articulada. A questão do desemprego era o efeito das políticas e não necessariamente os resultados do desemprego. O desemprego era obviamente uma parte importante e era aquele que era mais expressiva e que ocupava uma parte significativa do discurso mas nós fazíamos uma associação entre as questões do desemprego que eram efeito das políticas económicas de austeridade. E fazíamos sempre esta articulação. O desemprego era o efeito daquele conjunto de políticas. Defendíamos um conjunto de políticas compensatórias mas sabíamos que o desemprego só seria ultrapassado com o crescimento económico. Fazíamos a articulação com as questões da legislação laboral. Havia um acordo sobre o salário mínimo que foi suspenso. A legislação sobre contratos a termos foram sendo sucessivamente prorrogados e foram até à saída do governo Passos Coelho.

Uma primeira linha reivindicativa visa inverter a destruição de emprego levada a cabo por sucessivos governos, mas agravada pela austeridade. O programa de ação para 2012-2016 aprovado no Congresso realizado a 27 e 28 de janeiro de 2012, já em pleno ciclo de protestos sindicais e anti austeridade, uma análise global dos mecanismos associados para assumir a defesa da concretização do pleno emprego (CGTP, 2012d: 35):

A situação que se vive em Portugal, como na UE em geral, tem origem na natureza do capitalismo e nas políticas económicas, determinadas pelos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros; na prevalência de lógicas competitivas que subordinam o social ao económico; uma divisão internacional do trabalho dominada pelas empresas multinacionais e cada vez mais condicionada aos objetivos das potências europeias e mundiais; em economias cada vez mais dominadas pela esfera financeira em que o emprego é sacrificado à rentabilidade do curto-prazo; no retrocesso social na UE onde as regras do mercado único cada vez mais dominam face à coesão social e à harmonização social do progresso. (...) O pensamento neoliberal assente na ideia de que as conquistas são um obstáculo à criação de emprego tem conduzido a uma profunda regressão social. Para a CGTP- IN, o combate a esta política e a exigência da concretização do pleno emprego, considerando que este é um indicador essencial para avaliar as políticas económicas e de desenvolvimento, constituem objetivos permanentes da ação a desenvolver.

A convocatória da Marcha contra o desemprego destaca um conjunto de reivindicações de curto e médio prazo, incluindo a dinamização do sector produtivo e o mercado interno, assim como a defesa de políticas macroeconómicas que fomentem o crescimento e o desenvolvimento económico, assegurem o aumento do PIB, o fomento do emprego e o combate à precariedade, bem como o apoio às pequenas e médias empresas. Neste sentido, foram propostas várias medidas urgentes, incluindo (CGTP, 2012a):

- *A aplicação de um Programa de Desenvolvimento dirigido à Revitalização do Tecido Produtivo, protegendo a produção nacional, incidindo nos sectores primário, na indústria, com a reindustrialização do país e nos serviços transacionáveis, devendo o QREN ser reprogramado com este objetivo.*
- *A dinamização da procura interna através do consumo o que passa pela melhoria de salários, incluindo o salário mínimo nacional, e das prestações sociais.*
- *A redução progressiva do horário para as 35 horas semanais, sem adaptabilidade e sem redução de salário.*
- *A aplicação de programas que evitem os despedimentos ou a redução de efetivos em empresas em reestruturação ou que apresentem riscos de perdas de emprego.*

- *Abandono da intenção de reduzir o número de trabalhadores na Administração Pública e desbloqueamento das contratações de pessoal.*
- *Criação de um imposto extraordinário que desincentive a distribuição de dividendos por parte das empresas e a transferência de mais valias para o exterior, incentivando a recapitalização das empresas e a criação de emprego permanente.*

Na sua intervenção realizada no final de marcha, o Secretário Geral da CGTP, Arménio Carlos, aprofundou as reivindicações no plano macroeconómico (2012b):

Depois das propostas para taxar o capital e aumentar em 6 mil milhões de euros a receita do Estado, apresentamos agora mais quatro propostas, para eliminar a má despesa do Estado!

1ª Proposta: Exigimos que o Governo português, em conjunto com outros, exija a revisão do Regulamento do BCE, para que este passe a financiar diretamente os Estados a 0,75%, tal como hoje faz ao sector financeiro. (...)

2ª Proposta: Exigimos que se ponha termo aos benefícios fiscais injustificados que conduzem à chamada “despesa fiscal” do IRC. (...)

3ª Proposta – Exigimos que o Sector Financeiro deixe de beneficiar de descontos em sede do IRC e que se implementem medidas que impeçam a “contabilidade criativa” da banca! (...)

4a. Proposta: Exigimos o fim das Parcerias Público-Privadas e a renegociação dos contratos daquelas que existem! São inaceitáveis estes contratos, onde os prejuízos vão todos para o Estado e os lucros para o privado.

Outra linha reivindicativa dirige-se ao problema da precariedade e à lógica da *flexisegurança*. Segundo a CGTP (2012d: 36):

Um elevado contingente de trabalhadores não vê, legalmente ou na prática, reconhecidos direitos ou não os exerce com medo de perder os empregos. A precariedade tem consequências muito profundas a todos os níveis da vida dos trabalhadores, das suas famílias e da sociedade. O emprego precário é hoje incentivado sob o pretexto de que “mais vale ter um emprego que do que estar no desemprego” ou que é preferível prolongar empregos precários a cair-se no desemprego, quando o que se visa é prolongar relações de trabalho para dificultar a organização e a capacidade de luta dos trabalhadores. O problema fundamental da precariedade radica no recurso a contratos precários para atividades de carácter permanente.

No âmbito da marcha contra o desemprego foram então defendidas uma série de propostas com vista a combater a precariedade e a *flexisegurança* (2012a):

- *A revogação da discriminação relativa à contratação de jovens (e desempregados de longa duração), ao permitir a sua contratação a termo em qualquer situação, incluindo para preenchimento de postos de trabalho permanentes.*
- *O Reforço da fiscalização e limitar os contratos de trabalho de duração e passar a efetivos de todos os trabalhadores que exercem funções de carácter permanente; A regularização os falsos recibos verdes, o que implica fiscalização reforçada.*

O terceiro grupo de reivindicações dirigiram-se especificamente a quem está em situação de desemprego, incluindo a defesa proteção social e apoio à procura de emprego. A este propósito, relembre-se que a CGTP tinha criticado veemente a primeira ronda de alterações ao subsídio de desemprego, realizadas ainda na primeira fase austeritária, em 2010. Também o Programa de ação para o mandato 2012-2016, dedicou um capítulo à defesa do Estado Social. No capítulo 3, defende-se um Estado Social que dê expressão ao princípio da democracia económica, social e cultural concluindo que o direito à segurança social não constitui uma dívida do Estado. Sublinhando que estaria a ser posta em causa a segurança social universal, pública e solidariedade alicerçada com os progressos desenvolvidos desde o 25 de Abril, o documento destaca uma série de ameaças a que estaria exposta a sua matriz providencialista e alerta (2012d):

3.2.8. Hoje pretende-se fazer crer que os desempregados não têm direitos, desde logo a um trabalho que seja apropriado tendo em conta, nomeadamente, as suas qualificações. A estigmatização dos desempregados, esquecendo direitos reconhecidos inclusivamente em normas internacionais de trabalho (como a Convenção nº 168º da OIT aprovada em 1988), representa um recuo civilizacional. A CGTP considera necessários o reforço da proteção dos desempregados, tanto do regime contributivo como do não contributivo, bem como a organização de verdadeiros planos pessoais de emprego entre os desempregados e os Centros de Emprego.

As propostas específicas para pessoas desempregadas incluídas na convocatória da marcha contra o Desemprego (2012a) foram, assim, de encontro a estas preocupações:

- *Prolongamento do subsídio social de desemprego a todos os desempregados sem proteção social enquanto durar a crise e revogação de todas as medidas na área da proteção social que têm como objetivo o abaixamento de salários (redução do subsídio de desemprego após 6 meses de atribuição, redução do tempo de atribuição, acumulação do subsídio com empregos de baixos salários, trabalho “voluntário” obrigatório e gratuito dos beneficiários do RSI).*
- *Reforço do papel dos centros de emprego na captação de ofertas de emprego, assegurando ao mesmo tempo a qualidade e o respeito pelas normas legais e contratuais, incluindo salários. Revisão as medidas ativas de emprego, garantindo que apenas se apoiam postos de trabalho permanentes, privilegiando as que se dirigem a integrar trabalhadores em empresas que produzem com o objetivo de substituir importações.*

A forma de organização escolhida previu um grupo permanente de participantes passando por várias localidades com vista a tomar conhecimento com casos e situações específicas. Alguns dos participantes fizeram todo o percurso da coluna, enquanto outros apenas parte ou totalidade do percurso dentro do distrito. Dada importância e o nível de exigência do papel do grupo que acompanhou a marcha desde o início, foi pedido às várias Distritais que indicassem pessoas que garantissem essa tarefa. Esse papel foi aliás destacado no discurso Arménio Carlos que saudou (2012b):

de forma muito especial os homens e mulheres desempregados, que partiram há 8 dias de Braga e do Algarve, e fizeram todo o percurso da Marcha até Lisboa.

Em todo caso, a dinâmica foi a da mobilização - com o aumento de participações à medida que a marcha decorreu e se aproximou do seu destino - e da denuncia dos problemas, do combate político. Como sublinhou o Secretário Geral da CGTP (2012b):

Esta não foi a ação da lamúria, do apelo ao assistencialismo e à caridade, que alguns pensavam. Foi uma ação de denúncia e combate contra uma política que pretende negar o presente e que quer hipotecar o futuro de quem vive e trabalha em Portugal. Mas também foi uma poderosa demonstração da vontade de mudança de política que dê resposta, nomeadamente, ao flagelo do desemprego, que afeta 1 milhão e 400 mil

trabalhadores. (...) Não estamos aqui para pedir nada, mas para exigir aquilo a que temos direito: o direito ao trabalho e ao trabalho com direitos para os jovens e os desempregados em geral.

Após a decisão de organização da iniciativa, foi pedido às uniões distritais da central sindical para fazerem a planificação da ação envolvendo os sindicatos do distrito, incluindo a preparação de ações e distribuição de responsabilidades e tarefas (CGTP, 2012c). A preparação distrital da marcha passaria por fazer um levantamento (a ser enviado às Uniões) de medidas que permitissem a participação de trabalhadores envolvidos em: despedimentos coletivos; salários em atraso; processos de *lay-off*. Cabia ainda a cada união distrital garantir todas as condições de participação do núcleo permanente de marchantes, nomeadamente em termos de refeições, dormidas e higiene. Foi também estabelecido um plano de propaganda para antes e durante a presença da marcha no distrito a ser adaptado a cada distrito - por ex., em Lisboa foram feitas distribuições à porta dos centros de emprego. Foi definida também uma estratégia específica para a comunicação social, incluindo a realização de contactos prévios.

Embora inicialmente estivesse previsto que a marcha teria início apenas em Braga, ela acabou por ter início simultâneo em Braga e em Faro, terminando em Lisboa. Esta foi a forma encontrada para que abrangesse mais território e realidades, sem tornar a marcha demasiado longa. Foram realizadas duas colunas de marchantes, com saída simultânea:

- uma coluna norte, a sair de Braga e passando pelo Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e finalizando em Lisboa;
- uma coluna sul, Algarve (Vila Real de Santo António) e passando por Beja, Évora, Setúbal e finalizando em Lisboa.

Segundo Fernando Ambrosio, que participou na coordenação da coluna sul, a base social da marcha foi sobretudo: trabalhadores em processo de despedimento, que participaram de uma forma particularmente significativa; juventude precária, mas com mais medo de ser identificada; desempregados com mais de quarenta, com maior participação e outra atitude em termos de permanência. A iniciativa contou com participantes com idades entre os 21 e os 59 anos de idade. Enquanto na coluna sul foi particularmente significativa a participação de mulheres, já na coluna norte foi mais significativa o envolvimento de homens. Houve um envolvimento das famílias. No que concerne a imigrantes participaram apenas a nível local e não como marchantes. Segundo Joaquim Dionísio:

Uma percentagem importante daquelas pessoas que estavam desempregadas. Os que estavam empregados também não estavam em condições de participar na marcha. A não ser nos sítios onde a marcha chegava, a marcha partia, onde a marcha passava etc., mas no essencial eram desempregados. O que a CGTP fazia era pagar os apoios mínimos para participar na marcha. Tinha que dar refeições, tinha que lhe pagar os transportes quando tinham que se deslocar para a marcha. Os apoios mínimos. Esses apoios foram assegurados.

Houve um esforço para envolver outro tipo de organizações e mobilizar entidades locais no processo da marcha, nomeadamente para as dormidas dos e das marchantes. Isso obrigou aos sindicatos a saírem da sua “zona de conforto”, ao mesmo tempo que permitiu reduzir custos. A logística tornou-se uma questão crítica, chegando-se a pensar em desistir pelas condições precárias – por exemplo, houve sítios onde chovia no local da dormida. Destaque-se a boa adesão das corporações de bombeiros, que tinham muitos deles em situação de desemprego. Envolveram-se também autarquias e associações locais.

Esta iniciativa enquadra-se no terceiro tipo de ação identificado por della Porta (2010), na medida em que está ligado a um ciclo de protesto mais vasto (ver secção 2.2.), mas neste caso envolvendo sobretudo sindicatos em aliança com atores locais. Como foi referido anteriormente, a própria CGTP tomou a iniciativa de incluir a questão do desemprego na sua agenda política, logo numa fase inicial da austeridade. Entretanto, numa altura em que a própria mobilização de desempregados(as) ganhou relevo no conflito político, a CGTP investiu os seus recursos e a sua capacidade organizativa numa ação própria, distinta da promovida pelos outros atores socio-laborais. Houve uma aposta em ultrapassar alguns dos obstáculos à mobilização de pessoas desempregadas. Em primeiro lugar, ao escolher o formato de marcha de base local, o que representou uma inovação na cultura organizativa da CGTP, embora com precedentes históricos num contexto similar – a crise de emprego na década de 80. Em segundo lugar, fazendo um esforço em garantir a participação de pessoas desempregadas, através da disponibilização dos meios materiais (alimentação, estadia) que permitissem a participação. Embora a mobilização tivesse dependido em muito de outras condições limítrofes, nomeadamente as associadas a processos de despedimento, parece se ter verificado um reforço da capacidade de mobilização e da elaboração reivindicativa em torno do desemprego: a denuncia da utilização

dos Contratos Emprego Inserção pelas autarquias locais, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, é um exemplo da relevância desta ação. Um outro impacto destacado foi o facto de algumas(alguns) participantes na marcha que na altura estavam desempregas(os) se sindicalizaram ou até se tornarem delegados(as) sindicais, quando encontraram emprego. No entanto, não parece que esta iniciativa tenha contribuído, a médio ou longo prazo, para sustentar formas de ação coletiva envolvendo desempregados(as).

6.7 Da greve geral transnacional ao funeral da esperança

Quando o conselho nacional da CGTP decidiu convocar uma greve geral para 14 de novembro, não apelou a um protesto transnacional europeu. A ação foi dirigida ao Governo e a identidade de classe foi delimitada em torno do estado-nação: a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e do povo, no quadro do regime democrático e das conquistas de Abril. Importa sublinhar que, apesar desta delimitação em torno do Estado-Nação, mais acentuada com que na de 22 de março, o apelo ao Povo tinha uma lógica inclusiva. Na convocatória desta greve geral, a central sindical reafirmou e aprofundou esforço inclusivo não só se referindo aos segmentos da população afetados pela austeridade, mas também sublinhando a importância da sua luta, que vai além dos locais de trabalho. Logo a seguir a “todos os trabalhadores e trabalhadoras (...) que todos os dias nos locais de trabalho travam lutas vigorosas pela defesa dos direitos”, o Conselho Nacional da CGTP-IN da CGTP (2012c), dirigiu-se, saudando também:¹²⁵

os jovens, os desempregados, os reformados e pensionistas, todos os portugueses que, participando nas diversas ações de protesto realizadas em todo o país, evidenciam uma grande determinação em continuar a luta para acabar com este Governo hostil que quer destruir as conquistas de Abril

A dimensão europeia surgiu cerca de quinze dias depois, com a decisão do Comité Executivo da CES de agendar, para a mesma data, um dia de ação e

¹²⁵ A convocatória incluiu também um apelo “aos desempregados e outras camadas da população a participarem na Grande Marcha Contra o Desemprego – Trabalho com Direitos, Portugal com Futuro, que percorrerá o País de 5 a 13 de outubro”

solidariedade, o que veio situar o conflito num campo multi-organizacional, apontando as responsabilidades da CE e do FMI e questionando as políticas de austeridade promovidas pelo Tratado Orçamental e pela Troika (ETUC, 2012). A *Union General de Trabajadores* e da *Confederación Sindical de Comisiones Obreras* (CCOO) responderam imediatamente ao apelo europeu, anunciando a primeira greve geral ibérica da história. Multiplicaram-se as adesões ao dia de ação - 40 organizações sindicais, de 23 países, segundo a CES -, o que contribuiu para que protesto ficasse virtualmente - com todo o peso simbólico e relacional que teve o virtual no novo ciclo de mobilizações – conhecido como *#14N - EUROPEAN STRIKE* (Dias e Fernandes, 2016).

Em Portugal, este processo de transnacionalização foi importante para ampliar a base de apoio social e político – tanto a nível sindical pela adesão de sindicatos e federações filiadas na UGT, como pela mobilização os atores sócio laborais que se mobilizavam em torno do QSLT. De facto, a extensão e a dimensão da mobilização grevista verificada nesse dia foi muito ampla, sendo massiva em todos os sectores públicos, mas também muito significativa no sector privado e empresarial do Estado. Mas o elemento distintivo e inédito foi a amplitude social de apoio à greve e uma capacidade de articulação sem precedentes, pelo menos no quadro deste ciclo de mobilizações. Além do movimento sindical e do QSLT, os mais variados atores, novos e velhos, apoiaram a greve, seja no processo de mobilização - donde se destaca afirmação da greve não apenas como um legítimo direito mas também como uma exigência de cidadania -, seja pela dinamização de uma grande variedade de ações ligando o espaço de produção ao espaço público, por sinal um espaço público híbrido - adotando o conceito proposto por Castells (Estanque et al., 2013) - no qual a internet se assumiu como um meio fundamental de partilha e divulgação de informações (Dias e Fernandes, 2016).

Desde a noite anterior até meio da manhã, se terem realizaram-se piquetes que contaram, em muitos locais de trabalho, com a participação solidária de ativistas de vários sectores sociais. Este esforço de cooperação não foi novidade neste ciclo de mobilização - tinha já sido experimentado na Greve Geral do ano anterior -, mas foi alargado neste dia. Por outro lado, a ocupação do espaço público foi feita pela articulação inovadora de vários repertórios de ação, tornando-se mais aberta à participação de atores fracos, como é o caso de quem está no desemprego: desde os piquetes nos locais de trabalho, passando pelos piquetes móveis pelas ruas das cidades, até uma marcha com vários pontos de saída,

facilitando a articulação entre sindicatos e vários atores sócio laborais (Dias e Fernandes, 2016), incluindo o próprio MSE.¹²⁶ Apesar das divergências existentes no interior das plataformas de mobilização, o clima político e económico atuou como um fator de unidade e mobilização generalizada em torno da iniciativa da central sindical (Fonseca, 2016).

Os esforços de limitação do direito à greve surgiram ainda antes do dia 14, através da imposição de interpretações abusivas dos serviços mínimos, mas foi no próprio dia que surgiram os sinais de formas mais violentas de repressão, com a intervenção policial em vários piquetes de greve em locais de trabalho e no piquete móvel nas ruas de Lisboa. No final do dia, em frente à Assembleia da República, num estranho cenário de confronto, e em resposta a um núcleo de cerca de uma dezena de pessoas que atiraram pedras ao cordão policial durante mais de meia hora, a polícia de choque iniciou uma operação de “varrimento” generalizado que abrangeu um trajeto de cerca de dois kms e que resultou em vários feridos (incluindo idosos), e à detenção de 120 pessoas (Dias e Fernandes, 2012). A atuação da polícia gerou uma resposta conjunta de vários grupos que, declarando que *Violenta é a austeridade!* - um slogan que veio marcar a narrativa anti austeridade nesta última fase dos protestos –, exigiram o esclarecimento dos pressupostos e das circunstâncias que estiveram na base desta ação policial, assim como da responsabilidade política dos abusos policiais e legais então verificados. O episódio teve um impacto muito significativo nas políticas conflituais, especialmente por alimentar o medo. Sara, uma ativista envolvida na formação do MSE, expressou a forma como essa experiência deixou marcas, ainda hoje condicionando o seu envolvimento em mobilizações:

Intimidava. [a repressão] Dessa vez, com a polícia a bater (e depois alguns jornais a direita fizeram a notícia ao contrário, mas foi a polícia que iniciou a violência). Até eu fugi e fiquei com ansiedade, desde aí, em me manifestar. Ainda hoje acho que não vou à marcha deste sábado, apesar de saber que é pacífica. Quando tenho forças vou, mas fiquei com alguma ansiedade sim.

Ainda assim, a 2 de março de 2013, o segundo protesto do QSLT, com o mote *Que Se Lixe a Troika, O Povo é Quem Mais Ordena!*, constituiu a maior

¹²⁶ O MSE organizou uma ação conjunta com os Estivadores de Portugal, o M12M, a P150 e o Movimento de Cidadãos Pela Dignidade que incluiu o percurso Cais do Sodré – Rossio – São Bento. O Cartaz, que se referia a uma Greve Geral Europeia, adotou os slogans “A nossa luta é internacional”; “A dívida não é nossa”; “Governo fora”.

mobilização deste ciclo de protestos (Baumgarten et al., 2016). Tendo lugar num quadro de aprofundamento da austeridade, a convocatória intensificou o tom conflitual, nomeadamente quanto às exigências de demissão do governo e à rejeição da tutela exercida pela troika, ao mesmo tempo que as reivindicações de forma mais clara. Além disso, embora tenha sido convocado pelo grupo que esteve envolvido na organização do protesto anterior mas contou com mais apoios e mais diversos, incluindo a CGTP e alguns partidos políticos de Esquerda, ampliando o leque e o peso institucional dos aliados. Isto não significa que tenha deixado se verificar protestos (Fonseca (2016)). Como argumenta Fonseca (2016), o slogan e o leque de alianças que suportou o *QSLT! O povo é quem mais ordena!* abriu espaço à articulação de diferentes formas de resistência à subordinação e as várias reivindicações foram unificadas num “sistema estável de significação”.

Mas é bem possível que este imenso protesto tenha tido lugar já numa fase de desmobilização do ciclo de ação coletiva. Esta foi uma ideia expressa no primeiro FG e que ganhou um certo consenso – dando lugar à formação de uma voz coletiva:

JL – Eu acho que nessa fase as pessoas... Que a esperança já não era obviamente tanta como na geração à rasca. Já era mais a revolta do que a esperança. Mas essa sensação de... não podemos parar. Mesmo a manifestação... O expoente máximo disso foi a manifestação do 2 de março de dois mil e...

[várias vozes] – treze

JL – Já depois da carga policial do 14 de novembro, em que eu saio a dizer: eh pá, tem que se sair porque primeiro tem-se de dizer que sim, temos de sair independentemente deles nos darem porrada, temos de sair. Mas a esperança... Ufff, onde é que ela já ia...

AM – A esperança já tinha ido...

JA – Sim...

JL – Era revolta e

CG – Pois, eu acho que nessa fase, a esperança não...

MZ – O 2 de Março foi quase um funeral, não é?...

JL – Uma...

MZ – Era um funeral gigantesco, mas era um funeral...

JA – Sim.

JL – Foi.

MZ – O 2 de Março...

JL – Foi, foi funeral da esperança...

Sendo bem possível que o protesto realizado em março de 2013 tivesse realmente ocorrido numa dinâmica de desmobilização, é difícil saber quando “acabou” este ciclo de ação coletiva. Ao nível internacional, durante o verão de 2014 ocorreram vários protestos, com uma marca fortemente urbana e adotando

alguns dos repertórios de ação característicos deste ciclo, numa altura em que Portugal as dinâmicas de mobilização eram virtualmente nulas. A adesão num protesto internacional, com o slogan “Unidos contra a Troika”, que envolveu mais de 100 cidades em 12 países, ocorrido a 1 de Junho de 2013; a realização, a 27 de Junho, de uma greve geral convocada por ambas as centrais sindicais e que se articulou com uma grande variedade de ações, incluindo ações diretas; ou a promoção de uma manifestação convocada pela CGTP, apoiada pelo QSLT!, a 19 de Outubro desse ano, são algumas das iniciativas que indicam o empenhamento dos vários atores em presença em fazer parar o ciclo político da Troika e da Austeridade. No entanto, e apesar de nesse Verão o país ter testemunhado o fim do programa de ajustamento e uma crise política que ameaçou o governo de coligação PSD-CDS, este governo sustentou-se até ao final do mandato, assinalado uma estrutura de oportunidades políticas bloqueada e debilitando as expectativas de mudança¹²⁷. Como argumenta a Sara:

O Passos Coelho nunca se demitia nem cedia a reivindicações nenhuma. Acho que só a geringonça foi o que 'salvou' a malta. Fui a imensas manifestações e nada mudava, nem as enormes. Não senti as reivindicações a terem efeitos práticos nas greves. Pareceu-me que podia ter sido mais unida, mas na altura toda a gente desconfiava de toda a gente. acho que foi preciso descambar mesmo tudo para se confiar um bocadinho

No campo conflitual do desemprego, ainda antes do protesto do QSLT! parece ter se verificado um maior reconhecimento destes atores. No plano nacional, os dados do contador de desempregados foram citados por Eurídice Pereira, deputada do Partido Socialista (PS), o que, como sublinha Alcides Santos, pode ser encarado como um indicador do reconhecimento institucional do MSE, anteriormente catalogado como um grupo potencialmente violento.¹²⁸ No plano internacional, um grupo de ativistas do MSE participou numa conferência internacional realizada no início de Fevereiro que envolveu movimentos urbanos do Sul da Europa, assinalando, além de um reconhecimento a essa escala, a abertura de novas possibilidades de articulação internacional. No entanto, o balanço apresentado nessa conferência não é animador (Jordão, 2013):

¹²⁷ Soeiro lembra ainda a iniciativa “Todos os rios vão dar ao Carmo” realizada no dia 25 de Abril de 2014, salientando que não obstante a aposta numa estratégia de mobilização descentralizada, o facto da adesão ter ficado aquém do esperado é a confirmação que o ciclo das grandes mobilizações tinha sido interrompido.

¹²⁸ Intervenção disponível no DAR I série N° 54/XII/2 2013.02.15 (pág. 4-12).

The short time in which MSE has been active has been marked with some deal of success. But mostly there is much room for improvement and many learnt. The biggest failure has been the striking difficulty in reaching out to unemployed people – mainly the older generation as well as the poor, more geographically and socially peripheral urban unemployed.

Numa altura em que atividade do MSE se tinha tornado residual, ainda se realizaram algumas várias ações em torno do desemprego. Assumindo a lógica de desobediência, trataram-se de ações que procuraram responder a problemas concretos sentidos por quem estava no desemprego. Falta de capacidade financeira para pagar impostos; os problemas da mobilidade; ou até o acesso a alimentos foram alguns das privações abordadas nestas ações. No entanto, embora com um maior reconhecimento e legitimação, estas ações adotaram uma lógica de individual e não contrariaram a tendência de desmobilização que afetou a maior parte das forças sociais nesta altura.

7 Aprendendo a partir da experiência

(The only true irrationality is probably the inability to learn from experience.)

James M. Jasper

Um dos aspectos mais impressionantes nos ciclos de ação coletiva reside no facto de, da mesma forma que começam com a força da mobilização, acabam em desmobilização, muitas vezes com a percepção de beco sem saída. Muitas vezes a desmobilização acontece, como vimos no capítulo anterior, simplesmente por já não haver ânimo para fazer frente à imensa força que se pretende enfrentar. Mas, independentemente dos resultados políticos da experiência, fica a possibilidade de aprendizagem - esse é o foco deste capítulo, que visa explorar as possibilidades, as forças que poderão estar na base da capacidade de transformação social envolvendo um ator “fraco” e diverso, como é o caso das pessoas desempregadas. Pretende-se contribuir para facilitar processos de aprendizagem coletiva e para responder à questão de pesquisa: como é possível a mobilização e a ação coletiva de pessoas desempregadas?

A reflexão que aqui se apresenta tem por base entrevistas coletivas e individuais realizadas a pessoas desempregadas, ativistas e organizadores(as) que tiveram, de diferentes formas, envolvidas no ciclo de mobilizações 2011-2013. Essas entrevistas ilustram a experiência de desemprego e/ou, de envolvimento na mobilização, sob a forma de balanço retrospectivo dessas mobilizações, e procuram refletir sobre os dilemas colocados a quem pretenda promover a ação coletiva de pessoas desempregadas.¹²⁹ Neste capítulo, são apresentados tanto os problemas/obstáculos como as respostas/ potencialidades para as várias questões levantadas no debate em torno da mobilização e ação coletiva neste campo.

¹²⁹ Sobre a importância das escolhas e das “*não escolhas*”, dos dilemas, na atividade dos movimentos sociais ver Jasper (2004). Segundo o autor, esta atividade deve ser a base do *explanandum* em qualquer teoria sobre a estratégia dos movimentos sociais.

Começa-se por apresentar as perspetivas dos e das participantes sobre a caracterização da sua situação de (des)emprego na altura das mobilizações. Em primeiro lugar, partindo de uma reflexão sobre a necessidade de uma experiência social de ação coletiva envolvendo este segmento da força de trabalho, explora-se o tipo de reportórios de ação coletiva potencialmente facilitadores da participação de pessoas desempregadas. A segunda secção foca o desemprego na sua relação com duas condições limítrofes – a precariedade e o desencorajamento – equacionando, por um lado, a questão do acesso ao mercado de trabalho e, por outro, das respostas sociais para garantir a (sobre)vivência de quem está privado(a) de trabalho remunerado. Na terceira secção são abordadas dimensões culturais e simbólicas associadas ao desemprego – o estigma, a desqualificação social e a depressão – e até que ponto estes aspetos terão condicionado o envolvimento nas mobilizações. Por fim, são consideradas algumas questões relativas ao processo de elaboração reivindicativa em torno do desemprego, nomeadamente no que concerne ao subsídio de desemprego; em relação com outros temas nomeadamente a precariedade; a questão do pleno emprego e o direito ao emprego ou ainda equacionando a “apropriação dos meios de produção”.

7.1 Da representação abstrata à aprendizagem

Uma boa parte das pessoas entrevistadas salientou as dificuldades de visibilização e mobilização de desempregados/as e, sobretudo, que os resultados políticos não foram positivos. No que concerne aos resultados políticos, vimos no capítulo anterior que a experiência da ILC foi das poucas iniciativas bem-sucedidas e com impactos na proteção no desemprego de quem está a recibos verdes mas, de resto, os impactos são pouco significativos. Também a inversão dos cortes nos subsídios de desemprego terá sido outro resultado político conseguido, embora ainda decorra nos tribunais a ação judicial da iniciativa da CGTP, no sentido de ordenar a reposição dos valores ilicitamente retirados a quem foi lesado por aquela medida.

O balanço traçado por Alcides é particularmente negativo:

É difícil dizer. Para quem? A realidade mudou? Os que antes da crise estavam empregados, voltaram a estar empregados. Os que antes da crise estavam desempregados, continuam desempregados. As condições para os desempregados ainda não são as mesmas que existiam antes da crise. Está à vista uma nova crise, e possivelmente muito mais grave que a anterior, porque os problemas do excesso de capital fictício não desapareceram senão até que se agravaram (...) a precariedade é o novo normal, no trabalho, a substituição acelerada de pessoas por máquinas... não me parece que materialmente as coisas tenham melhorado. O que foi feito a nível social, como era vivido só a nível de notícias, foi para o recycle bin, saiu de memória, foi para o lixo.

No que concerne ao balanço de outro tipo de impactos das experiências de ação coletiva envolvendo desempregados e desempregadas, é possível identificar alguns matizes nessa avaliação. Já anteriormente foi referido que Alcides enfatizou o papel do MSE em colocar o tema no desemprego na agenda política. Tanto Myriam como Sara, também envolvidas na formação do MSE, destacaram a importância da denúncia da repressão. Sara por sua vez, sublinhou o papel de ativistas que assumem riscos mas contribuem despertar consciências:

Ahed Tamimi. ela tem razão, ela tinha de fazer aquilo (...) as radicalizadas - são indispensáveis. são chatas, perdem amigos, mas são estas que fazem 'gitar' o disco, fazem a informação entrar. eu sou destas. as 'moderadas' - pessoas mais integradas que são levadas mais a sério (mas ninguém as levaria a sério sem as outras). são dadas como exemplo do que as outras deveriam ser para serem ouvidas. é o preço a pagar pela justiça, suponho. sermos acusadas de doidas, quando é graças a nós que ouvem as que gostam, finalmente. É esgotante, é isolador e triste. mas é a forma que vejo de se espalhar a informação. o mesmo tem de se fazer para o desemprego. e para todo o resto.

ficar a dormir não. detesto quando me dizem, 'mas as coisas vão mudando. não, nós mudamos as coisas. custa ouvir isso de pessoas a quem melhoramos a vida. mas acham que pioramos porque somos chatas.

Creio que a população aprendeu connosco. A nossa movimentação física, nas redes sociais, nos media, fez a informação chegar às pessoas. Fez muita gente ganhar consciência política. Também fez muita gente entender que fazem parte do estado, o estado inclui o povo, o governo e o território. Não um governo apenas, e muita gente confundia os dois. Acho que perceberam que votar faz diferença sim, e que fazer barulho também (...)

No que concerne a experiências concretas envolvendo a mobilização de desempregados e desempregadas, no primeiro FG foi referida a experiência do MSE mas que, à data da realização desta entrevista coletiva, já não existia. No 2º FG, algumas pessoas, como o TM e a AC, destacaram a ocorrência de uma grande variedade de iniciativas, na qual estiveram envolvidas pessoas desempregadas. A MZ e o RVP tenderam a acentuar a ideia de que as tentativas de ação coletiva de desempregados/as realizadas neste período foram malsucedidas - um flop, nas palavras de MZ. TM destacou o potencial das grandes mobilizações neste ciclo de ação coletiva, mas acabou por vincar a falta de uma experiência social, ou antes a ocorrência de uma “espécie de representação abstrata”:

TG - Conheço mais ou menos o país em que eu vivo, e acho que a unidade na ação política no mundo, infelizmente, é a nacional. Infelizmente, ou felizmente, é a referência que as pessoas têm para agir politicamente. E o que eu acho de Portugal, o que eu acho da situação em que nós vivemos e da ação política dos desempregados é que também faltam referências, falta essa experiência. Mas, pronto, para ir ao encontro da tua questão: acho que o dilema existe, não duvido que ele exista. É evidente que a própria ideia de representação, digamos, de divulgação pública de uma situação que nós não queremos, à qual não queremos estar associados, coloca um problema. Mas isso só coloca um problema a partir do momento em que não existe uma experiência social nesse sentido, porque senão não colocaria. Ou seja, não é um problema à partida. Essa condição em si mesma não é o problema. O problema é a experiência social, não é a experiência em si. Pronto. E, portanto, nós em Portugal não temos isso. É isso que eu digo. Portanto, o que eu queria dizer...

LF – Quando falas da experiência social falas em quê?

TG – Quer dizer, o movimento operário nas suas várias dimensões tornou-se prestigiado. Ou censurado, não interessa, mas quer dizer, é legítimo. Ninguém é absurdo por ser sindicalizado, não é? Pronto, enfim, isso já está a mudar...

[risos]

AD - Ahã

TG – Mas estão a perceber o que eu quero dizer?

LF – sim, sim

TG – É isso que eu quero dizer. Isso não existe muito. É minha perspetiva. (...) E as experiências muito que houve, em vários sentidos, foi uma espécie de representação abstrata, não é?, e isso tem muitas dificuldades.

Mas essas são as dificuldades que a gente vive. Agora, acho que, provavelmente, nós também nos fomos contentando um bocadinho – e é última coisa que eu quero dizer - com a ideia de que é muito difícil organizar desempregados. E isso é extraordinário. E isso é completamente verdade. Mas se calhar é verdade porque a tentativa é que é um bocadinho difícil também de fazer. (...)

Parecendo quase consensual as dificuldades deste tipo de ação, foram expressos alguns contributos para ultrapassar impasse. No primeiro FG, como foi referido anteriormente, foi apontada a inovação organizativa providenciada pela fase de internacionalização do protesto (ver secção 6.3). Por exemplo, o modelo assembleísta foi adotado pelo MSE e, de certa forma, funcionava. Com refere Alcides Santos:

Não houve decisão sobre a forma de trabalhar. Começou-se simplesmente a trabalhar assim. Se houvessem mais pessoas a participar, esta forma de trabalho seria impossível. Mas dadas as pessoas que apareciam, era a forma de trabalhar mais apropriada.

No segundo FG foi referido o facto deste modelo às vezes desembocar em discussões intermináveis, pouco orientadas para ação e que acabam por se tornar desmobilizadoras. Na perspetiva de AC:

Na acampada, o que eu senti, é que não funciona porque primeiro pela disponibilidade de tempo, porque há uma ilusão que quem está desempregado tem tempo para tudo, mas não tem. E estar assim, como nós estávamos a conversar e estas necessidades que às vezes há, contar no detalhe, expressar a minha opinião. Não sinto que com o que é o quotidiano do desempregado, daquele que de facto que tenha essa identidade mais... E depois porque acho que nos perdemos algures em algumas discussões entre se há uma identidade de desempregado, se há uma identidade de um trabalhador que está a trabalhar num momento. E passar muito para como é que se constrói uma identidade e não encontrar um programa de ação rápido

Embora ressalvando a importância da Acampada enquanto espaço de confluência, esta posição acabou por tornar-se consensual:

LF – A Ana falou que acha que as acampadas não eram atrativas para quem está em situação de desemprego, o Tiago discorda – foi o que percebi (...)

TM – Não é bem discordar. Acho que não é bem discordar. Eram pouco atrativas, de facto.

LF – Eram pouco atrativas?

TM – Pouco atrativas. Mas como o que havia antes era zero, tornavam-se bastante atrativas... portanto, não é estar contra propriamente...

(...)

AD - (...) Porque não tinham, não só a paciência para estar ali a discutir até à uma hora, duas horas da manhã, como não tinham paciência para ir lá todos os dias, ou todas as semanas, ou o que quer quer fosse.

Outra discussão teve a ver com o facto de que, embora as grandes mobilizações permitirem a participação de uma grande variedade de pessoas mas serem necessárias estratégias que vão num sentido distinto (não necessariamente incompatível) com esta perspetiva: a importância da dimensão local e a necessidade de uma perspetiva de longo prazo.¹³⁰ Isto foi um aspeto salientado por Alcides a propósito da experiência do MSE e foi sublinhada sobretudo por RVP, mas foi secundada por TM e por TG:

RVP - Por exemplo, quando o TM diz que é quase a entrada dele na atividade política, no meu caso, eu tenho um background diferente que é trabalho nos bairros, nas fábricas e nos bairros de lata na década de 70. Em que eu estou habituado a lidar com as pessoas no local onde elas estão ligadas à sua condição material de vida e de emprego, ou de desemprego. O que acontece com estes processos de 2011 para frente é que aquilo começa a repugnar-me pouco a pouco porque cada vez mais eu vejo que é uma coisa superestrutural que não está ligada a nada, materialmente. E daí...

TM – É performativo.

RVP - Daí provavelmente a dificuldade em construir... Eu estaria interessado em trabalhar com desempregados num bairro ou coisa assim. E, nestas condições, o MSE não me pareceu interessante. Pareceu-me mais uma coisa feita de cima para baixo e que, a mim, não me interessava. E que eu não via futuro naquilo. (...) É mais urgente pô-los a fazer coisas, não importa o quê, no sítio onde eles estão inseridos: nos bairros, nos centros de emprego, seja lá o que for que eles estão! E depois se daí vem,

¹³⁰ A mobilização de base local foi referida por Alcides, a propósito da experiência do MSE (ver 6.4).

mais tarde, uma representação global e uma consciência coletiva, logo se vê.

Quanto à necessidade de uma perspectiva de longo prazo, segundo TG:

TG - Acho que organizar o tema do desemprego e criar formas para que isso seja possível pode ser uma perspectiva. Mas vai demorar muitíssimo tempo - e isto é mesmo a última coisa que eu quero dizer - e nós temos um problema, acho eu, no nosso contexto de ação política, que é Portugal, mais uma vez, nós não temos muita paciência para coisas que demoram muito tempo a fazer...

[risos]

TG – Não temos. Tudo o que for movimento estruturado que dura cinco anos, são rotineiros, são chatíssimos... Eu sei, eu vivo isto. São uma seca, fazem coisas formais. E, portanto, há uma espécie de glorificação do zapping político, que é uma de desvalorização [ou degradação?] dos termos do movimento popular e social em Portugal. E isso é um problema. Isso é mesmo um problema. E é que nós não temos raiz porque achamos que tudo o que seja coisas para ter resultados que demoram cinco anos é uma coisa aborrecidíssima e que torna as pessoas que estão a dirigir esse processo são os gajos que, para além de não terem graça nenhuma, que são os gajos pá que não - como é que hei de dizer - têm de certeza boas intenções, mas não se percebem... Pronto.

LF – Tiago já deixaste, até deixaste uma questão provocatória...

[risos]

AD – Muito bom. O zapping político.

(...)

RVP - Não vai, como o Tiago chegou a dizer, num espaço de um mês. Não vai ser num espaço de um mês de certeza absoluta. É preciso trabalhar furiosamente durante anos para conseguir isso.

Embora esta posição tivesse tido eco no resto do grupo, MZ não discordando, contrapôs a necessidade de respostas imediatas:

MZ – Eu só quero introduzir aqui um tema que eu acho que é importante, e que para mim é o único que faria sentido, na questão de uma representação dos desempregados e do objetivo que teria uma representação dos desempregados. Porque, se há situações que podem esperar quatro ou cinco anos até se organizarem, há outras situações que têm uma premência muito maior. E a premência do estado do desempregado, sobretudo nas condições em que se é desempregado em Portugal, é total.

Enquanto se calhar um desempregado em França pode, entre aspas, dar-se ao luxo de se organizar e de esperar algum tempo até conseguir alguns resultados práticos, porque vai ter uma forma de sobreviver, um desempregado em Portugal raramente o pode fazer. (...)

Outros aspetos que levantaram algum debate tiveram a ver com a necessidade de equacionar respostas que ajudem a fazer face aos problemas materiais, a importância de favorecer o reconhecimento social das pessoas desempregadas e a necessidade de consolidar o processo de elaboração reivindicativa. Estas questões são tratadas de forma autónoma nas próximas secções.

Há por fim uma ideia que importa ressaltar do balanço retrospectivo deste ciclo de mobilizações. A Sara destacou também o facto de, não obstante as dificuldades e as desconfianças, deste ciclo ter aberto espaço à formação de alianças, e/ou, alguma forma de convergência no campo da esquerda, que terá sido importante face uma estrutura de oportunidades políticas bloqueadas:

Havia muitos coletivos e partidos a participar. creio que foi das primeiras vezes que a esquerda até se uniu, pré-geringonça. O Passos Coelho nunca se demitia nem cedia a reivindicação nenhuma. Acho que só a geringonça foi o que 'salvou' a malta. Fui a imensas manifestações e nada mudava, nem as enormes. Pareceu-me que podia ter sido mais unida, mas na altura toda a gente desconfiava de toda a gente. Acho que foi preciso descambar mesmo tudo para se confiar um bocadinho. Quando a geringonça se uniu, naquela noite eu achei que isso não ia acontecer por causa da experiência CGTP e MSE. Não eram inimigos, convergiam, mas tinham receios mútuos, ambos de separatismo. Foi pena, os desempregados precisavam era de um sindicato. Essa união teria sido inteligente.

De qualquer forma, no seu entendimento estas desconfianças terá sido um obstáculo ao processo de formação de alianças, um aspeto decisivo no sucesso da ação de atores fracos.

7.2 O ciclo precariedade-desemprego: o mercado e as respostas sociais

Um dos aspetos que mais ressaltou de ambas as entrevistas coletivas é o facto dos períodos de desemprego se intercalarem com períodos de emprego - o primeiro não significando “não trabalho”, coincidindo com a realização de “biscates”, o segundo associado a uma condição de precariedade, com contrato a termo ou a recibos verdes:

TG - (...) No fundo, isto é mais ou menos o retrato de cada um de nós, imagino eu... Eu estive desempregado entre - fiz meu esforço de memória e penso que não estou enganado - entre meados de 2010 e o final de 2011. Portanto, eu encontrei emprego em dezembro. E realmente foi um período que obedeceu mais ou menos a um ciclo casual que aconteceu na minha vida desde que entrei definitivamente, e sem alternativas, no mercado formal de emprego. (...) Eh pá, foi tendo estes ciclos, não é? Portanto, momentos de emprego formal, a intermitência com desemprego, em períodos... digamos oscilando com períodos relativamente semelhantes. Tipo: eu tinha um ano de trabalho, um ano de desemprego. Um ano de trabalho... Foi assim. Eu muitos anos na minha vida... Este período em concreto que era, penso eu, o período de referência para a análise que estás aqui a fazer na conversa de hoje, calhou no pong, não é? Tinha saído do ping e fui para o pong.

[risos]

TG - E 'tava aí, não é? Tava aí, tava no desemprego.

De facto, ambos os FG incluíram pessoas com o percurso laboral que envolveu desemprego-precariedade-subemprego, correspondendo assim a um tipo de perfil sócio laboral destacado pela literatura no que concerne a este ciclo de mobilizações (Campos e Artiles, 2013 e 2014; Estanque et al., 2013; Baumgarten, 2013; Fonseca, 2014; Soeiro, 2014 e 2015). Se nalguns casos, como o de TG, a saída do desemprego deu-se pela obtenção de emprego, noutros casos foi a componente de privação de trabalho que se foi tornando mais presente a partir de 2011, colocando também em causa as próprias perspetivas de carreira profissional – um risco que se coloca quanto mais profissionalizadas forem essas carreiras. Foi esse o caso de Rui Viana Pereira (RVP), que trabalhava há décadas na área da revisão, tradução e edição mas que, em virtude das transformações verificadas no sector partir de 2009-2010, passou a ser excluído por passar a ser

exigida habilitações académicas.¹³¹ Um outro exemplo, foi dado pelas jornalistas, MZ e Andrea Duarte (AD), que participaram no segundo FG que, além das habilitações académicas, precisam publicar para poder manter a carteira profissional, correndo por isso o risco de perdê-la:

MZ - (...) e eu também, como a Andrea, era, ou sou, jornalista, já não sei muito bem. Supostamente sou jornalista porque acho que é uma profissão, é mais do que uma profissão, é uma forma de estar na vida acho eu. Quer dizer, é como um médico, mesmo que lhe retirem...

AD – A licença... A questão é essa é que eu já nem tenho carteira...

MZ – Já é médico, percebes? Pronto, já sou jornalista, ninguém pode... quer dizer, podem tirar o jornalismo mas não podem tirar o jornalismo de mim. (...) Lembro-me que, precisamente, em junho de 2011 quando o PSD ganha as eleições, eu estava... (...) junho de 2011, 5 de junho, não é? Ou qualquer coisas assim. Foi uma das últimas vezes que eu consegui um trabalho muito bem pago com uma empresa estrangeira - e de vez em quando fazia uns trabalhos com jornalistas estrangeiros e que pagavam muito bem -, e lembro-me que deve ter sido em novembro de 2011, que eu publiquei um dos últimos que até hoje escrevi... Não me lembro de ter sido muito mais publicada depois disso. Eu até lembro-me depois de ter analisado isso, retrospectivamente, pensando que por mais que se diga, caramba, desde que estes gajos foram para o governo, caramba!, nunca mais consegui trabalhar.

TM – Myriam posso perguntar-te se eras free lancer nessa altura?

MZ – Era freelancer à força. Lá está entre 98 e 2008 foi sendo freelancer mas tendo sempre poiso. Apesar do vínculo ser sempre muito precário.

No segundo FG foi realizado um exercício de reflexão sobre a definição de fronteiras entre desemprego e emprego. Para tal as pessoas foram convidadas a posicionar-se num esquema com base no modelo de Demazière (2014), organizado segundo dois eixos (ver esquema em anexo ou no corpo do texto?): por um lado, a forma como era preenchido o tempo de privação de emprego; por outro, a forma como era antecipada a saída do desemprego. Um primeiro ponto a destacar tem a ver com o facto de nenhum(a) participante se ter posicionado no perfil da competição, indicando um desinvestimento na procura de trabalho, assim como baixas expectativas de encontrá-lo. Esse distanciamento de expectativas de integração laboral na lógica do mercado foi expresso em vários momentos da

¹³¹ Até à altura apenas era exigida a realização de uma prova.

entrevista tendo associado um distanciamento pessoal relativamente à ideia de competição, nalguns casos por um posicionamento de carácter ideológico - MZ e Tiago Mendes (TM) - ou pelas escolhas feitas em termos de percurso laboral e profissional (RVP):

RVP – Porque é que eu tenho dificuldade em encaixar-me aí? Porque este esquema é tipicamente assente numa dominação das leis do mercado de trabalho. E, embora eu tenha, eu entrei...

MZ – [Gargalhada]

RVP – Eu entrei no mercado de trabalho em 1973. Tive um período em que de facto fui assalariado e a certa altura da minha vida fiz uma opção que era deixar de ser assalariado, passar a ser trabalhador independente, periodicamente. Ou seja, eu ia fazer trabalhos para ganhar dinheiro para depois fazer trabalhos artísticos. Ou seja, ia ganhar trabalho num sítio para depois fazer aquilo que queria noutra sítio. E como existe aqui uma opção pessoal, o império do mercado de trabalho não é completamente significativo no meu caso. Acho eu.

A determinado momento este tema foi gerando posições distintas, apontando para as dificuldades de desligamento total, independentemente das orientações e do valor pessoal, relativamente à lógica do mercado:

TG – Digo mercado formal de emprego porque é, de facto, infelizmente, um encontro entre a procura e a oferta em condições de salário miseráveis, é assim que a gente está. (...) As pessoas que me conheciam e sei que até podiam achar que eu até podia ter jeito para algumas coisas, mas as pessoas que dão trabalho, que são aquelas do tal mercado...

[Gargalhadas]

TG – Não, estou a dizer isto, mas é mesmo assim que isto funciona. Pelo menos é a minha perspectiva.

Na verdade, o peso do tal mercado esteve presente entre vários testemunhos, mesmo de participantes que se distanciaram da lógica do mercado ou não assumiram um perfil de assalariamento, como é o caso da Myriam ou do Rui. A condicionar estas opções parece estar uma tensão entre a necessidade de sobrevivência e a necessidade realização pessoal, profissional ou socialmente orientada, que foi se expressando da inconsistência da experiência e baralhando a própria definição do próprio significado da condição de desemprego (AD, MZ, TG, AC). Ana Cansado (AC) conta que:

AC - (...) em 2011 eu seria uma pessoa com ocupações alternativas e nem sequer as procurava. Ou seja, aceitava aquelas que vinham ter comigo, permiti-me a mim, durante parte da minha vida até agora, ter esta relação com emprego que era poder ter uma coisa agradável, uma coisa que me realizasse. Porque não tive de facto a necessidade de encarar o emprego e o trabalho como uma forma de subsistência. Hoje em dia a situação é completamente diferente e das conclusões que chego daquele período até agora é que de facto...

LF – Nessa altura...

AC – Nessa altura não podia fazer mais nem dar mais, o que foi um processo de descoberta também. De perceber que é um mercado que estamos a falar que tem, infelizmente, para a maior parte das pessoas, muito mais a ver com sobrevivência do que com realização, do que com construções de projetos de vida. Mas que de facto é estruturante.

No “fim da linha” está o desencorajamento, presente em vários testemunhos, como resultado a perda de esperança em encontrar trabalho – assalariado ou não -, como uma desistência na busca de autonomia através do trabalho remunerado (AD, MZ, TM, RVP):

LF – Só uma pergunta, porque é que tu escolhes este pólo - o do desencorajamento?

RVP – (...) Bom, eu creio que em 2011 ainda eu estava a responder a dezenas e dezenas de anúncios públicos à procura de trabalho. Penso que em 2011 ainda fazia isso, e em dezenas de cartas que mandei nunca recebi uma resposta. Portanto, isso é altamente desencorajador. As únicas respostas que recebi foram das cartas que mandei para empresas no estrangeiro. Essas continuam a ter a delicadeza de responder, mesmo que seja para dizer que não, muito obrigado. Ao final de algum tempo percebe-se que é energia perdida. É pior, do ponto de vista subjetivo, alimentar a esperança mandando cartas do que dizer: eh pá, desisto, vou fazer, vou chular a família ou a namorada ou qualquer coisa... De facto, depois o que há a fazer é isso, não é?

[Gargalhadas]

No primeiro FG foram criadas mais condições para o conhecimento mútuo e o *disclosure*, a questão do desemprego acabou por surgir associada a determinados marcadores. Curiosamente, e em termos demográficos, apenas as, e os participantes menos jovens – MZ, o Pedro Reis (PR) e a Ana Massas (AM) - indicaram a sua idade (respetivamente, 46, 48 e 50 anos). Nenhum(a) outro(a)

participante apresentou um marcador etário e, especialmente no caso de PR e da AM, o marcador etário parece ser relevante para explicitar dificuldades acrescidas no acesso ao emprego. Surgiram ainda nesta entrevista outros dois tipos de saídas face ao desemprego: aposta na formação e a emigração. Foi o caso da Catarina Gonçalves (CG), em que as atividades de formação e qualificação foram dando lugar a uma condição de subemprego; do Eduardo Fernandes (EF) que, como foi referido no capítulo anterior, sublinhou a forma como essa experiência condicionou a sua perspetiva sobre as mobilizações internacionais.

Além da questão do peso do mercado presente nos vários testemunhos, o papel das respostas sociais e institucionais disponíveis para garantir a (sobre)vivência de quem está privado de trabalho remunerado foi outro dos temas transversais que emergiu no segundo FG. Associada a esta questão está, não apenas a possibilidade de aposta numa carreira, mas também a disponibilidade para o envolvimento no ativismo. Em qualquer dos casos a resolução da tensão aponta para três questões distintas: o papel das redes sociais e afetivas; a crise do contrato social; a aposta em formas alternativas de organização económica.

O papel das redes sociais e afetivas foi já referido na última citação, num caso de desemprego de longa duração (desde de 2010), após um percurso laboral longo (RVP, homem, 55 anos, entrada para o mercado laboral em 1973), mas surgiu também noutros testemunhos, neste caso de mulheres com 35 anos e com um percurso laboral mais recente e cujo o movimento foi no sentido inverso, no sentido da quebra de laços no que se refere à redes sociais familiares de suporte que permitiam ainda algum investimento e alguma expectativa de construção de uma carreira profissional. Apenas JL fez uma referência a importância da rede de suporte – neste caso uma poupança - como sendo essencial face ao envolvimento em ação coletiva, até porque o grande protagonismo que teve dificultou ainda mais o acesso a emprego:

JL – (...) Foi um momento profissional e pessoal também muito difícil, também por causa disso. Ao mesmo tempo que eu andava à procura de emprego... É importante dizer que, se eu não tivesse um pé de meia, por um acaso... Porque quando eu era miúdo eu cantava fado e os meus pais, quando me davam algum cachet, guardavam esse dinheiro, e isso permitiu-me sobreviver durante este ano e meio. Isto para dizer que, sendo desempregado, se eu não tivesse este pé de meia, nunca na vida poderia ter feito aquilo que fiz. Eventualmente, organizar a geração à rasca. A seguir à geração à rasca, se eu antes não recebia resposta, a seguir à

geração rasca ainda menos. Porque as pessoas faziam pesquisa no google e....

PR – Olha quem ele é...

JL - E tive algumas que não responderiam se não fosse a geração à rasca, não é? Fui a uma entrevista da Amnistia Internacional. Lembro-me, na altura, não fui chamado. Mas aquilo impulsionou. Mas 99% dos casos não. Portanto eu estava desesperado por este lado. (...)

No segundo FG, apenas o TG – que também teve bastante protagonismo neste ciclo de mobilizações - colocou a tónica no papel do Estado Social, argumentando pela importância daquilo que ele define como sendo o “contrato social em degradação” que, embora em degradação, ainda permite algum investimento num plano de carreira e até mesmo uma maior disponibilidade para o envolvimento para a militância política:

TG – (...) em momento de degradação do contrato social ainda há restos, e um dos restos era eu ter acesso a apoios sociais. Por isso eu tive muitas vezes apoio no desemprego. Foi completamente fundamental para eu conseguir ter uma vida normal e para ter tempo para esperar por uma coisa que fosse mais baril a seguir. Pronto. E claro que, na minha vida em concreto – acho que era isso que a Myriam estava também dizer - havia uma competição mas não era esta, era uma outra. Era: todo o tempo que eu já não tinha que estar a trabalhar, eu podia utilizar noutras coisas que eu precisava de fazer. Porque sempre que estou a trabalhar tenho uma vida infernal porque significa que a minha militância política fica esmagada... esmaga-me o resto da vida, não é? Portanto isto dava-me tempo. Estar desempregado dava-me tempo, se eu tivesse apoio no desemprego. Não sei se isso é um bocado contraditório com os trajetos da maior parte das pessoas.

A este propósito, o testemunho de Alcides Santos (AM) é particularmente esclarecedor sobre quanto a necessidade pode ser determinante para aceitar emprego precário, neste caso representando um virar de página relativamente ao seu envolvimento enquanto ativista desempregado, numa altura em que estava a acabar o seu subsídio de desemprego e lançou a ação “A minha obrigação é resistir” (ver 6.7):

Nisto, nesse mesmo dia, ao fim da tarde, recebo uma chamada convidando-me para trabalhar. Era uma terceira entrevista para trabalho. Sabiam que o subsídio de desemprego já tinha terminado e que por isso

seriam beneficiários de fortes apoios do Estado. Aproveitavam-se da imoralidade... Pediam-me para ir no dia seguinte (mesmo que fosse feriado) a uma nova entrevista, mas desta vez para uma proposta concreta. Assim, fiz. A proposta era menos má... mas pedi tempo para pensar... afinal, já tinha sido posta a rodar a coisa do expresso... saio da entrevista e um dos meus bons amigos liga-me dizendo que tinha saído muito bom, nota na primeira página, e depois todo uma página da direita... parei numa bomba de gasolina e comprei o jornal. Li e pensei que era capaz de ter perdido o trabalho que me tinham acabado de propor... (...) Nisto, antes da uma da tarde, estou com os meus camaradas, recebo uma chamada a confirmar a minha disponibilidade para uma nova entrevista... desta vez, não eram jornalistas mas a mesma pessoa que me tinha entrevistado para trabalho na semana anterior. Fui e houve uma conversa muito franca em que expus o meu ponto de vista. No dia seguinte comecei a trabalhar. Comecei uma nova vida e agora a preocupação era virar a página e voltar ao anonimato.

No primeiro FG tinham sido referidas as instituições de regulação do desemprego, mas sublinhando o seu papel no processo de desqualificação. Foram dois tipos de atores: por um lado, um mais diretamente relacionado com a regulação do emprego – o IEFP; outro mais direcionado para a regulação da pobreza. No primeiro caso, foi referido o aumento do controlo sobre quem recebe subsídio de desemprego e o desinteresse por quem não tem qualquer tipo de proteção. No segundo caso, é referida a humilhação sentida por um dos participantes por ter de recorrer a uma destas instituições, tendo de enfrentar “filas intermináveis de gente” (PR).

A outra linha de garantia de sobrevivência face à situação de desemprego que surgiu em ambas as entrevistas foi a da aposta em formas de alternativas de organização, financeira ou económica.¹³² No primeiro FG, esta questão foi colocada sob o rótulo genérico de formas de economia solidária, ou enquanto prática a ser integrada nas formas organizativas dos movimentos sociais, inspirada na experiência das acampadas. No segundo FG, RVP apontou o exemplo dos fundos de solidariedade como forma organizativa de movimentos sociais e sindicais que permite apoiar quem está no desemprego – dando como exemplo a experiência recente do Sindicato dos Estivadores:

Qual é o problema da relação entre os desempregados e um MSE ou alguém que reúne no Mob, uma vez por semana... Eles têm de pedir

¹³² Como foi referido na secção 6.4, o MSE adotou a prática de recolha de fundos.

dinheiro emprestado para lá ir. Porque que têm de pagar os transportes. Qual é a atuação do Sindicato dos Estivadores? Há umas dezenas que foram despedidos o ano passado e alguns deles estão em situação familiar muito difícil. E desde de novembro que o Sindicato está a pagar-lhes o ordenado. Portanto, quando toca a reunir e quando toca a fazer manifestações, eles estão lá com uma camisola igual à dos outros, dos estivadores, tu nem percebes quais são os que estão empregados e quais é que estão desempregados. Isto é uma coisa que se olhares outra vez para o fim do século XIX, tu encontras por toda a parte fundos de solidariedade e fundos de greve. Aliás, aquilo que nós chamamos hoje o estado social vem daí. Dos fundos autónomos. O problema que há aqui é uma falta de autonomia, organizativa. Uma grave falta de autonomia....

Além disso, como veremos mais adiante, foram apontadas propostas de criação de emprego em rutura com a lógica capitalista, passando pela apropriação dos meios de produção.

7.3 “E, portanto, não és nada!”

Os temas do estigma e da marginalização social estiveram igualmente bastante presentes no primeiro FG, o que é tanto mais relevante se considerarmos que foram expressos não apenas na forma de vozes individuais, mas também na forma de vozes coletivas. Foi referida a privação financeira associada ao desemprego como fatores para o isolamento social – aqui encarado não apenas uma forma quase de “inexistência” mas também de “invisibilidade” social e política:

AM – Eu acho que há uma ligação gritante, quer queiramos quer não, de parecença entre os desempregados e as mulheres. Isto essencialmente há uns anos atrás. As mulheres fizessem o que fizessem eram sempre invisíveis. Os desempregados, estejam onde estiverem, são sempre invisíveis. Chama-se isto, chama-se aquilo, chama-se aquele outro... Precários, outra coisa qualquer, mas não há desempregados. Antigamente também havia uma data de coisas, as mulheres podiam estar a fazer uma data de coisas, mas quando se falava, falava-se que os homens faziam, tinham feito aquilo, tinham feito aquele outro... Portanto, a invisibilidade...

JL – Interessante isso...

AM – ... é um bocado semelhante...

EF – E com outras coisas também, até... Eu acho.

CG – A face visível é a precariedade, quase que é o máximo... desculpa

AM – É, 'tá à vontade. Não mas é que eu acho, eu comparo um bocadinho estas duas situações porque são passados à invisibilidade.

EF – É um bocado aquela sensação de varre-se qualquer coisa para...

AM – ...para debaixo do tapete! Precisamente.

Destaque-se ainda que, no contraponto desta invisibilidade, foi apontada moralização do desemprego. Esta foi uma linha de argumentação que surgiu numa fase inicial da entrevista e ganhou especial ressonância a propósito do balanço retrospectivo do ciclo de mobilizações, na sequência da constatação da inexistência, atualmente, de formas de organização envolvendo pessoas desempregadas:

EF - Não há. E há outro mito que ainda não foi desconstruído, que é: ainda se diz muito, “só não trabalha quem não quer”.

JA e PR – Quem não quer...

MZ – Hum hum

EF – Quer dizer, isto para mim é um dos maiores mitos que existe aqui na sociedade portuguesa. Oh, e nas outras também. Mas aqui em particular, tipo, é quase dado como um facto.

AM - As pessoas não querem é trabalhar!

PR – As pessoas é que não querem fazer nenhum!

JA – Mas...

EF – E acabou, acabou a conversa.

PR - Só querem é viver de subsídios!

[várias vozes sobrepostas]

JA - Também houve...

EF – Extraordinário!

AM – As pessoas gostam é de viver de subsídios!

Embora a questão tenha sido reintroduzida pela participante que já o tinha feito anteriormente, logo no início da entrevista (AM), voltou a ganhar grande ressonância, mas agora explorando as raízes históricas, sistémicas e culturais dessa moralização, assente na lógica da competição e culpabilizadora das pessoas desempregadas:

AM – (...) *Eu não vejo tanto as pessoas não se mobilizarem porque andam à procura de trabalho. Por aí, desculpem lá, podemos mandar currículos, podemos responder a este anúncio ou outro, mas isso não nos ocupa um dia inteiro por causa disso. (...) Mas eu acho que há muito a tentativa do salve-se quem puder e de eu estou desempregada agora mas eu vou resolver a minha situação e eu não me vou juntar... Ficarmos todos (...) alcunhados de desempregados, todos carimbados de desempregados é uma coisa... Porque ainda hoje temos esse preconceito. Porque lá está, e a sociedade não ajuda muito. Muita gente da sociedade não ajuda muito: “As pessoas estão desempregadas porque não querem é trabalhar”; “querem é viver dos subsídios”. É aquilo que agente estava a falar há bocadinho. (...) Isto tem a ver com uma questão educacional. Em que, quem não trabalha, é porque não quer. Pronto, só que os tempos mudaram. Isto aquilo que durante 50 anos levámos esse filme, não é?*

JL – *Hum hum*

AM – *Que há uma data de gajos que são uns calões e não querem fazer nenhum...*

EF – *Que nunca foi uma realidade... só um pequeno pormenor, que nunca foi uma realidade...*

(...)

AM - *E depois é outra que... de há uns anos a esta parte também se entrou [pela] É a lei do mais forte. Quanto mais forte fores, passas por cima de tudo e de todos. Mas é preciso é venceres, não é? Aquele espírito de coletivo, o espírito de luta conjunta, esse tipo de coisas... foi completamente dissipado. Pela questão do capitalismo de que tu tens de ser o não sei quantos, porque tu tens de ser melhor do que outro, tu consegues. Manda cagar o outro, mas o que interessa é que consigas...*

JA – *Tens é de ser produtivo...*

AM – *É o que eu digo, isto tem a ver essencialmente... (...)*

EF – *E sempre com uma certa índole de se consegues é porque não queres...*

JL – *A culpa é tua. Ya, ya...*

AM – *A culpa é tua.*

EF – *Sempre com esta.*

AM - *Seja lá por que facção for, por que sistema for, mas tem essencialmente muito da parte educacional... educacional do povo, não é educacional de cada um*

JL – *Cultural.*

AM – *Cultural, sim.*

Foi referido um outro tipo de significado, este apontando, por um lado para indefinição identitária e, por outro, para a desqualificação social. De facto, as dificuldades de definição da condição do desemprego colocaram-se em ambos o FG's, na linha do desenvolvido na secção 7.1 e foram retomadas a propósito do aprofundamento do problema da ação coletiva. No segundo FG, como será ilustrado adiante, essa indefinição foi atribuída à ausência de um percurso de assalariamento claramente definido. No primeiro FG foi colocada a tónica na desqualificação associada ao desemprego, e tomando a forma de voz coletiva.

JL – Tu dizias que um dos critérios era a identidade, eu acho que um dos problemas, ou melhor, um subcritério que é especialmente visível nos desempregados é a desconstrução de identidades. Ou seja, é o facto de te obrigarem a destruir a tua identidade. Há uma...

PR – É, tu não és nada, não és nada.

JL – A questão não é uma diversidade de identidades, a questão não é uma diversidade de identidades. A questão é, há um enorme número de pessoas que destruíram a sua identidade por causa de...

CG – Estão com problemas de identidade...

(...)

“És desempregado? Não. És empregado? Não. És trabalhador? Pá, se calhar, às vezes... E, portanto, não és nada!” (MZ)

Também o balanço apresentado na conferência internacional “Crisis regimes and emerging social movements” (Jordão, 2015), vai neste sentido:

The term “unemployed has negative connotations.

Many people who are unemployed don't see themselves as being so, or at least they do not identify or want to be associated with the connotations associated with them.

Importa salientar que estes processos culturais, assim como as dificuldades materiais enfrentadas têm impacto em quem está na condição de desemprego, afetando o seu estado anímico, a sua motivação e disponibilidade para o envolvimento em ação coletiva. Ao longo da entrevista foi referida a desmotivação para participar e sair de casa; desânimo, depressão, falta de autoestima; dificuldades em manter dinâmicas de participação e ação coletiva; sentimento de vazio. Esta tónica em aspetos psicológicos como o desânimo e a depressão, associada à condição social do desemprego, surgiu logo na apresentação do

primeiro FG, de forma subtil, mas expressou-se de forma mais clara, a propósito do problema da ação coletiva. PR, um dos participantes que anteriormente tinha sido menos interventivo, aprofundou esta ideia de forma particularmente clara e emotiva, apresentando o seu testemunho pessoal:

PR – Eu acho que isso que tu disseste da depressão, acho que sim que é o fundamental.

EF – É ach...

JA – Sim.

PR - Porque quando tu não tens nada de comer em casa. Quando tu tens de andar atrás de uma senha de racionamento. Quando tens de estar numa fila para conseguir alimento para teres comida naquele dia e nos próximos. Quando tu não te sentes nada. Quando te tiram tudo... basicamente não tens nada, não tens autoestima, não tens nada! Porque tu não tens nada! Não tens nada a perder porque não tens nada! Eh pá, o que é que te puxa a vir para cá para fora fazer qualquer coisa? Eh pá, ainda tens força para isso!? Chegou a uma altura que eu não tinha.

Muitas destas ideias foram também apontadas nas entrevistas individuais a pessoas envolvidas na organização de ações dirigidas a quem estava no desemprego e foram, como vimos no capítulo anterior, o que foi considerado na estratégia de ação. Alcides Santos referiu que, não obstante os esforços do MSE em ultrapassar o isolamento em que vive quem estava desempregado, tiveram pouco êxito pela questão da culpabilização:

Tentando que as pessoas comunicassem connosco, que nos dessem o seu testemunho, que nos fizessem denúncias. Teria sido necessário mais envolvimento das pessoas, coisa que não acontecia porque o desempregado carrega uma culpa por se encontrar nessa situação.

Também Joaquim Dionísio, que coordenou a Marcha contra o Desemprego, promovida pela CGTP, sublinhou que as dificuldades de mobilização não se relacionavam com as dimensões económicas, eram de natureza psicológica:

Na verdade, a vulnerabilidade não é só económica. Uma pessoa que tenha a cabeça numa situação de desespero por estar desempregada e por falta de meios económicos, e essa falta às vezes não é só dele... eu conheci várias situações em que as famílias tiveram que se desagregar para poder sobreviver. (...) quer dizer estas pessoas não estão disponíveis para nada.

Porque a cabeça está ocupada com uma situação de desespero enorme. (...) o plano mais complicado nem é a vulnerabilidade económica. É que as pessoas estão profundamente ocupadas, aquelas cabeças estão profundamente ocupadas com uma situação que desestabiliza a vida e compromete a vida. Essa é verdadeira questão do desemprego, nós não somos capazes de conceber.

Poucas pessoas apontaram a condição de desemprego como motivação para participar nos protestos. João Labrincha (FG1), um dos principais protagonistas da geração à rasca, terá sido talvez o que assumiu mais claramente essa como sendo a sua principal motivação. Quanto às duas pessoas do MSE entrevistadas, apenas Alcides Santos apontou que foi essa a sua motivação para se envolver no MSE (ver a secção 6.4). No entanto, várias pessoas referiram que essa condição foi ganhando maior saliência à medida que a componente de não emprego foi se tornando mais marcante. É importante também reter que o multi-activismo, a condição militante e a precariedade laboral e de vida, foram outras motivações apontadas. As outras motivações apontam para os enquadramentos simbólicos e perceções relativas à situação económica e política. Em especial no primeiro FG, foi valorizado o papel dos protestos na quebra da estigmatização e combate à moralização em torno do desemprego. No entanto, foram-se delineando vozes diversas, uma vincando a necessidade de ir além do reconhecimento público do problema desemprego e favorecer o reconhecimento social das pessoas desempregadas e outra remetendo para o processo de elaboração reivindicativa.

7.4 Dilemas na elaboração reivindicativa

Uma primeira linha de reivindicações, destacada sobretudo por MZ em ambos os FG's, foi a da necessidade de reconhecimento oficial do desemprego, alertando para o facto das estatísticas oficiais do desemprego não contabilizarem muitas pessoas que na realidade estão em situação de desemprego. Diga-se, aliás, parece ter ganho algum consenso a ideia que neste ciclo de mobilizações foi conseguida alguma tomada de consciência sobre o facto das estatísticas subestimarem a dimensão do fenómeno do desemprego, alertando

simultaneamente para o facto de nem todo o “emprego” criado ser necessariamente bom emprego, mas antes emprego precário - nomeadamente falsos recibos verdes ou trabalho temporário – e/ou associado a “salários de fome”.

Uma segunda linha reivindicativa, que se teria vincado neste ciclo de mobilização foi – na linha do ciclo entre precariedade e desemprego já mencionada na secção 7.1 – a da crítica sistémica equacionando “precariedade laboral”, o “desemprego sistémico” e a “precariedade das vidas” - seja no questionamento no futuro do sistema, seja em relação à degradação do contrato social. Este tema foi retomado numa fase final da entrevista pelo TG, para situar o problema da ação coletiva no quadro do conflito capital-trabalho:

Eu acho que o dilema que tu colocas, a existir, não é?, ele tem mais a ver com as condições que se desenvolveram e com prioridades diferentes que o próprio movimento operário foi tendo. Portanto, e isso nunca foi uma prioridade efetivamente. Mas isto... eh pá, eu não quero me demorar mas só quero dizer isto que acho que é importante. Eu acho que o movimento dos trabalhadores em Portugal e no conjunto da Europa foi apanhado em contrapé. Porque culpa própria e por culpa do processo histórico. Preparou-se afincadamente para um ciclo de mediação e de importância na concertação, quando já estava tudo montado, tiraram-lhe o tapete. Precariedade é isso. Precariedade é fim da negociação social. É, a partir de agora vem a selva. A estrutura do movimento de trabalhadores está montada para responder a um quadro de negociação-conflito e agora esse conflito não existe. Porque a nós, tiram-nos o tapete, o que existe é selva. Se queres pegas na marreta e vens andar à porrada. Ora, o movimento dos trabalhadores ainda não pegou na marreta. Nem para o desemprego, nem para a precariedade nem para nada disso. Portanto esse é o ponto, pronto, acho eu, onde isto toca. (...) Acho difícil, não acho nada impossível, mas acho difícil que em Portugal, sobretudo no ciclo altamente depressivo em que a gente vive... que, como é que hei-de dizer....

Esta questão do diagnóstico não foi abordada de forma muito clara no debate e configurou, de certo modo, uma voz dominante. No entanto, TM acabou por abordá-la de forma explícita, afirmando que considerava a defesa do contrato social uma causa perdida. Estas vozes dissonantes remetem-nos para outro debate sobre diferentes posições sobre o tema do desemprego e sobre o lugar do trabalho nessa crítica sistémica. O subsídio de desemprego, é uma reivindicação

estratégica? Deve-se reivindicar direito ao trabalho ou direito ao emprego? Pleno emprego ou apropriação dos meios de produção?

O MSE assumiu o direito trabalho como reivindicação central e, aparentemente, essa era uma questão relativamente consensual. Alcides Mendes, ativista do MSE, argumentou que foi dessa forma porque “Era esse o entendimento dos desempregados com quem falava” e era uma “evidência”. Além disso o direito ao trabalho era acompanhado com a reivindicação de dignidade, enquanto estratégia discursiva de resposta às acusações de subsidiodependência:

O direito ao trabalho era uma evidência. A dignidade era uma forma de combater certas acusações de subsídio dependência, de preguiça, de entendimento que o fruir a vida era um luxo.

Mas quando questionado sobre o dilema da ação coletiva, este ativista disse que a sua opinião convergia com o problema formulado e, quando questionado sobre quando poderia ser ultrapassado, remeteu para uma resposta de médio ou longo prazo, que passaria pela necessidade de um outro tipo de sociedade – o que só aconteceria num contexto de maior agravamento das condições - ou que seria necessário que os sindicatos assumissem a luta. Curiosamente, Joaquim Dionísio – dirigente da CGTP em 2012 -, também em resposta do dilema da ação coletiva, focou a importância de desenvolver respostas que permitam a criação para a liberdade e a autonomia:

JD - Liberdade e autonomia. Liberdade de agir, sabendo que à partida não vão ficar prejudicados na ação que vão fazer. E autonomia significando dispor dos meios mínimos, suficientes, para agir com a consciência e a liberdade relativamente a uma situação que eles sabem que é injusta. E este é que é o problema. Agora como é que se resolve isto, isso é outra questão. A partir do momento em que há o ataque ao subsídio de desemprego isso diz às pessoas... (...)

LF – Já agora só para especificar: quando falou dessa história da liberdade e da autonomia, deu o exemplo do subsídio de desemprego. Acha que a reivindicação do subsídio de desemprego é uma reivindicação estratégica em termos do processo de ação coletiva de desempregados?

JD – Eu acho que as pessoas que estão desempregadas devem ter os meios para continuar a ter vida.

No segundo FG o debate em da estratégia reivindicativa mais adequada esteve presente de forma bastante clara, incluindo em diálogo com a experiência deste ciclo de mobilizações em particular a do MSE. Segundo a MZ, que também foi uma das ativistas que esteve envolvida no processo de formação do MSE:

de todas essas mobilizações que estamos a falar, só uma tinha como tema a questão do desemprego e a questão do direito ao emprego. Não houve nenhuma, e excetuando essa (...) Mas de facto era a única, de todas essas mobilizações, que tinha como tema central essa questão. E, portanto, a minha resposta à tua pergunta é, não. De facto, não houve, nenhuma dessas mobilizações, porque nenhuma delas se dirigia especificamente... E eu aqui já nem sequer falo da questão do desemprego. Porque para mim o central nem é a questão do desemprego. É a questão do direito ao trabalho e do direito ao emprego como um direito constitucional e um direito do qual é dependente a sobrevivência da maior parte das pessoas que estão nessa situação.

RVP, por sua vez, embora pertencesse ao cenário organizativo que esteve na origem do MSE (Acampadas e CADDP), afirmou que não esteve envolvido nessa experiência coletiva, exatamente por ter tido divergências quanto à lógica reivindicativa deste grupo:

Há um problema pessoal, ideológico que é: vamos ser moderados... Eu tenho as maiores dúvidas, se é que não tenho uma recusa frontal quanto à consigna do direito ao trabalho. Sendo que, dessa, imediatamente a seguir deriva outra que é a do pleno emprego, que eu acho que é um conto de fadas. Em sociedade capitalista, atenção. Acho que é um conto de fadas. Pôr me aí a gritar nas ruas "Pleno Emprego!" É estar a enganar as pessoas e, portanto, não quero participar nisso. O exército de reserva de desempregados é uma condição sine qua non do sistema capitalista. Não existe sistema capitalista sem exército de reserva. Umas vezes maior, outras vezes mais pequeno. E a consigna direito ao trabalho eu acho que pura e simplesmente é uma má tradução dos direitos laborais. Alguém se enganou a traduzir um texto qualquer aqui há muitas décadas atrás e ficou essa do direito ao trabalho. Pronto, eu acho isso... acho que... uma mulher que passou toda a vida em casa a tratar da casa e dos filhos irem lhe falar do direito ao trabalho é das coisas mais hilariantes que há, não é? [riso]
[Várias vozes sobrepostas. Impercetível]

MZ - à sobrevivência...

AD - Isso também é trabalho.

LF - Só para perceber: quando tu falas, 'tás a falar em direito ao trabalho, incluindo o direito ao trabalho com qualidade...

RVP - Para já a expressão está mal. A expressão está mal. Porque é direito ao emprego. Quando se diz direito ao trabalho o que as pessoas na realidade estão a querer dizer é direito ao emprego. E daí o meu exemplo da dona de casa.

MZ – Sim. Direito à remuneração...

RVP – Trabalhar todos trabalhamos. Há quem diga que não: ah não, são uns lupen, que não querem trabalhar. Não. Toda a gente trabalha. Só que uma coisa é trabalho, outra coisa é emprego. E a história do pleno emprego eu não papo. E, portanto, acho que estou a perder o meu tempo... eh pá, isto... simplificando.

Por fim, importa sublinhar que neste debate, apesar de defender a reivindicação do direito ao emprego, MZ argumenta ser necessário respostas no sentido da “apropriação dos meios de produção”:

MZ - (...) E então éramos as pessoas sem emprego. E a assimilação, ou a comparação, ou a metáfora utilizada, digamos, foi com o movimento dos sem terra. Pronto. E isto leva-me à questão que eu queria introduzir aqui, que é a questão da apropriação dos meios de produção. Eu penso, pessoalmente, que um movimento de desempregados só pode funcionar em termos muito práticos e em termos sectoriais. Que é a experiência que houve em certos países e que até agora não houve em Portugal de - por exemplo, eu falo no meu caso, não é? - jornalistas juntarem-se para fazer um jornal. Ou ocuparem um jornal ou uma revista ou uma televisão, whatever, e passarem a produzir eles próprios. Sei lá, um grupo de... seja o que for...

AD – A experiência da ERT na Grécia.

MZ - Exatamente.

TM – Media independente.

MZ – Pronto. E que diz nos media, diz noutra coisa qualquer. E, portanto, esta ideia, e que penso que era a ideia subjacente ao movimento dos sem terra, era vamos ocupar terras, porque nós somos agricultores, vivemos da terra e, portanto, se não temos terra, temos que ter uma. A terra a quem a trabalha; e, neste caso, as fábricas são de quem as trabalham, as redações, no meu caso, são de quem as trabalha. E, portanto, a ideia, para mim, a única ideia eficaz de pôr um movimento de desempregados a funcionar seria essa que foi alvitada inúmeras vezes e, mesmo assim, é tão difícil de

concretizar que até agora não há nenhuma experiência que se possa relatar. Que eu saiba, não é?

LF – Pelo menos cá.

MZ – Pelo menos cá, cá, cá, em Portugal. E que existem noutros países.

LF – Portanto achas que esse foi um dos motivos do fracasso do movimento sem emprego.

MZ – Acho que foi o motivo. Foi o motivo. Porque era assim, a ideia era vamos levar para a rua. É verdade, a visibilidade seria outra forma. Outra forma de nos afirmar e do movimento ganhar alguma amplitude. Porque se houvesse visibilização, havia impacto e havia, se calhar, necessidade de haver políticas que fossem implementadas de cima, não é? Tipo, eh pá!, estes gajos são muitos, nós temos que fazer qualquer coisa por eles. Nem que seja criar aqui estruturas que permitam incluir várias destas pessoas. Se não, é a auto-organização. E a auto-organização é ela própria, por um lado, forma de protesto, e por outro lado, forma de sair da condição, não é? Mas isso nunca aconteceu.

Também Alcides tinha referido que, no quadro das estratégias do MSE para responder ao problema do isolamento, esteve em cima da mesa o projeto de formação de uma cooperativa:

Havia permanentemente um projeto de fazer uma cooperativa, mas faltou-nos experiência de como a fazer. Na prática, como os desempregados não se envolviam, a nossa ocupação era mais política, procurando trazer o assunto para a ribalta.

Parece claro que, embora levantando pistas importantes sobre os limites e as potencialidades da ação coletiva envolvendo desempregados(as), estas entrevistas levantam novas questões, muitas delas refletindo a diversidade de posições em presença nestas mobilizações. Mais do que o levantamento de reivindicações, estas entrevistas permitem identificar alguns dos dilemas reivindicativos que se podem colocar neste tipo de ações coletiva. É também sobre este ponto que se pretende retirar algumas aprendizagens a partir da leitura deste ciclo de mobilizações.

Conclusão

Como argumenta Burawoy (2014), apesar de muitos movimentos terem sido forçados a recuar, e de não terem logrado alcançar ganhos imediatos, deixaram o seu rasto na consciência popular e deram a quem apoiou e participou nesta onda de protestos um sentido de eficácia coletiva. Identificar esse rasto constituiu um dos propósitos do estudo que aqui foi apresentado. Ao focar este ciclo de mobilizações em Portugal desde a perspetiva do desemprego e, em particular, dos(as) desempregados(as), pretendia-se avançar no conhecimento sobre estes acontecimentos, esperando que fosse relevante para todas as pessoas - incluindo investigadores(as), desempregados(as), ativistas e organizações - que entendam que quem está no desemprego não tem de ser deixado(a) à sua sorte. Partiu-se do entendimento de que o desemprego não é um problema individual, mas antes uma questão coletiva que desafia a nossa imaginação social e cuja resolução deve contar com o contributo político de quem está nessa situação.

Sendo claro que os protestos ocorreram em contexto de massificação de desemprego, tentou-se compreender a forma como desempregados(as) e ativistas procuraram superar as barreiras materiais e simbólicas que se colocam a este tipo de ação coletiva, assim com as suas reflexões sobre o que poderia ser feito. A análise realizada teve em conta: o contexto e as condições dos protestos; os fluxos de conflito, destacados em função da forma como o desemprego (e as pessoas desempregadas) se articulou no conflito; e as reflexões de desempregados(as) e ativistas sociais e sindicais sobre o significado da condição de desemprego, o ciclo de mobilizações, assim como os constrangimentos e as possibilidades de mobilização e ação coletiva envolvendo este segmento da força de trabalho. Nessa análise foi privilegiada uma estratégia de triangulação visando integrar a informação recolhida nos diferentes *clusters*. Mais do que buscar explicações estatísticas, procurou-se desenvolver formas interpretativas de análise (della Porta, 2010), consideradas as mais adequadas visto que, embora este ciclo de mobilizações tenha incluído uma grande variedade e número de ações, é relativamente limitada a informação relacionada com a mobilização de desempregados e desempregadas. Foi também equacionado o facto da amostra apresentar especificidades quanto ao perfil sociodemográfico, ao percurso laboral e ao perfil de envolvimento neste ciclo de mobilizações.

Ainda que, como qualquer trabalho desta natureza, esteja por certo longe de estar fechado, considero pertinente destacar algumas das conclusões que retiro dessa análise e identificar alguns dos dilemas estratégicos que se podem colocar a propósito das dificuldades associadas a este tipo de ação coletiva. Em primeiro lugar, é apontado o sentido das mudanças afetando o desemprego, apreciando até que ponto o pano de fundo em que esse ciclo emergiu seria favorável à elaboração reivindicativa e à mobilização em torno de um tema controverso como o desemprego. De seguida, é analisada a forma como ativistas e desempregados(as) abordaram esses constrangimentos e essas oportunidades, assim como as aprendizagens que retiram dessas experiências, considerando as tensões apresentadas no debate teórico: inclusão-exclusão; unidade-fratura; local-nacional-europeu-global. Tendo em conta os objetivos de aprendizagem coletiva e o facto deste tipo de ação coletiva envolver “atores fracos”, procura-se sublinhar não apenas os constrangimentos mas também explorar as possibilidades de transformação social. São, como tal, destacadas as inovações verificadas neste ciclo de ação coletiva, assim como os dilemas estratégicos que se colocam a quem pretenda promover formas de ação coletiva envolvendo desempregados e desempregadas.

A pressão para a clivagem

Importa sublinhar a existência de fatores históricos que contribuíram para moldar as estruturas de oportunidades políticas específicas ao campo do desemprego, em termos laborais e sociais. Quanto às dimensões laborais, embora a condição de desemprego em Portugal tenha como referência a norma de assalariamento – ou seja, virtualmente, as expectativas de quem está nessa situação seriam as de encontrar emprego assalariado –, o trabalho e o emprego precário, nas suas diferentes formas, têm vindo a integrar as propriedades de referência da norma de emprego, especialmente a partir de 2000. Na prática, em contexto de massificação de desemprego como o ocorrido após a crise e, em especial, a partir de 2010, as expectativas de quem estava em situação de desemprego seriam, na melhor das hipóteses, encontrar trabalho (ou emprego) precário.

No que concerne às suas dimensões sociais, é importante lembrar que, embora o processo de institucionalização dos direitos sociais propiciado pela Revolução de 1974 tenha possibilitado um quadro normativo inclusivo, isso foi atrapalhado pelos *timings* dessas mudanças. Por um lado, em contraciclo relativamente ao movimento para o pleno emprego no pós segunda guerra; por outro, numa altura em que se iniciou noutros países Europeus um movimento no sentido da re-mercadorização do trabalho. Assim, o que prevaleceu foi um regime de regulação do desemprego sub-protetor, historicamente compensado por uma Sociedade Providência assente na instituição familiar e no qual,

especialmente a partir da década de 2000 - numa altura em que se assistiu ao aumento do desemprego e do trabalho precário -, a sua componente de *workfare* tem-se vindo a tornar mais vincada.

Neste sentido, nas vésperas da escalada neoliberal e em contexto de massificação do desemprego, as oportunidades discursivas e institucionais eram pouco favoráveis à mobilização conflitual no campo do desemprego, antes abrindo espaço à fratura entre *insiders* e *outsiders*. Essa pressão foi acentuada pelo programa de reformas colocado em marcha a partir de 2010, que assentou numa estratégia de *flex(in)segurança*, ou seja, uma política de redução salarial, de desagregação da negociação coletiva, de flexibilização dos despedimentos e, simultaneamente, de redução da proteção social. Sustentou-se que, em contexto de escalada do desemprego, as reformas ao nível do regime de proteção social foram desenhadas de forma a que o desemprego cumprisse a sua função disciplinadora, enfraquecendo a posição negocial do trabalho organizado, através de dois mecanismos: um económico, pela fragilização da situação de quem está no desemprego que, reduzido(a) a força de trabalho (ao trabalho-mercadoria) está disposto(a) a aceitar piores condições do que as de quem tem emprego; outro político, o *workfare*, deslocando o foco do problema da sociedade para o indivíduo e alimentando a culpabilização e a compulsão ao trabalho.

A tensão unidade-fratura

Da análise das entrevistas individuais e coletivas foi possível identificar registos que sublinham a *tensão unidade-fratura* e outros que sublinham a *tensão inclusão-exclusão*. No primeiro caso, as entrevistas incluem testemunhos de percursos pessoais que intercalaram experiências de desemprego, com outras de precariedade ou subemprego - o designado de ciclo precariedade-desemprego - e que, em contexto de austeridade, foi a componente desemprego que se foi tornando mais vincada, assim como outras condições limítrofes, nomeadamente o desencorajamento. Do ponto vista instrumental, num cenário de desproteção e de poucas, ou nenhuma oportunidade de emprego, a resolução dessa tensão pela via individual agrega vários registos de natureza laboral ou profissional, como a desistência das perspetivas de carreira profissional (a desistência do trabalho-realização), o desencorajamento e a aposta na formação ou na emigração como saídas imediatas; e outros relacionados com a necessidade de garantir meios de sobrevivência, que oscilam entre o Estado Social, o recurso à família, ou aceitação de um emprego precário (neste último caso, significando a adesão à lógica do trabalho-necessidade). Do ponto de vista simbólico, esta indefinição de estatuto - seja pela ausência de um percurso de assalariamento, seja pela falta de permanência na condição

do desemprego - dificulta o processo de formação identitária e abre espaço à desqualificação social.

Nestes protestos foi experimentada a resolução dessa tensão pela via coletiva. Na primeira fase da austeridade, em 2010, a resposta mais forte surgiu a partir do campo sindical que, desde logo, incluiu a questão do desemprego na sua agenda. Porém, não se assistiu a uma afirmação da categoria desempregado (ou desempregada) enquanto ator político. No entanto, especialmente a partir do final de 2010, a intensificação conflito laboral e o acentuar da instabilidade dos alinhamentos políticos contribuiu para uma reconfiguração das estruturas de oportunidade e abriu espaço à emergência de novos atores. Foi isso que aconteceu com o protesto da *Geração à Rasca*, que permitiu transformar acontecimentos dispersos num ciclo de ação coletiva e incluiu a categoria desempregado(a) como parte do sujeito político emergente. O *slogan* deste protesto teve o condão de contribuir para alimentar o sentido de comunalidade dos problemas de uma geração que estava a chegar agora ao mercado de trabalho, mas encontrava poucas perspectivas de emprego de qualidade. Por outro lado, o trabalho simbólico desenvolvido nas dinâmicas de conflito terá contribuído para ampliar a base social, abrangendo as gerações que tinham sido afetadas por crises de emprego anteriores e pela progressiva instalação dos problemas do desemprego e da precariedade, sobretudo a partir do início da década de 2000.

Foi o tema da precariedade que se afirmou como reivindicação organizada preparada para dar resposta à janela de esperança e às expectativas de continuidade criadas pela forte adesão ao protesto da *Geração à Rasca*. Isto deveu-se ao facto do processo de afirmação reivindicativa relacionado com a precariedade ser anterior a este ciclo de mobilizações e a existência de um conjunto de ativistas, e coletivos, que aproveitaram este novo cenário para lançar uma campanha sobre o tema, a Lei contra a Precariedade. Apesar destas reivindicações não estarem focadas no tema do desemprego e ainda que, como se disse, isso não tenha permitido a afirmação “desempregado(a)” como sujeito político autónomo, poderá ter criado, a médio prazo, mais oportunidades discursivas para a mobilização em torno do desemprego. A este propósito vale a pena lembrar que o manifesto saído da *acampada*, ao mesmo tempo que venceu a crítica sistémica, abordou de forma expressa uma questão crucial da *tensão unidade-fratura*: “Por que é que temos de escolher viver entre desemprego e precariedade?” Sugere-se que uma análise aprofundada deste período ajudará a compreender a forma como ativistas podem trabalhar uma estrutura de oportunidade de políticas que, sendo marcada pela lógica da flexibilidade (Giugni et al., 2009; Cinalli e Giugni, 2010), é menos favorável à afirmação de reivindicações relacionadas como o desemprego.

A complexidade das formas que a condição de desemprego pode tomar, seja pela sua aproximação à precariedade, seja pela sua aproximação ao desencorajamento, parecem dificultar o processo de formação identitária, o que poderá ter constituído um obstáculo à sustentação da ação coletiva. Esta constatação vai de encontro à observação de Nádía Guimarães (2012), quando esta sugere que o desafio para a inteligência analítica e para a política pública, e para a sociologia do desemprego, passa a ser não o chamado (e paradoxal) “desemprego de longa duração” - relativamente bem definido na sua relação do o emprego -, mas o fenómeno novo da “recorrência do desemprego” (Guimarães, 2012). Neste sentido, sendo de assinalar em Portugal o contributo de Jorge Caleiras no estudo longitudinal das trajetórias pessoais de empobrecimento, seria interessante compreender em que medida essa recorrência contribui para um aprofundamento da consciência de quem está desempregado como parte da (e na relação com) força de trabalho. Na medida em que terá sido um fator crítico, tanto em termos de formação identitária como de elaboração reivindicativa, sublinha-se que essa consciência constitui um elemento estratégico na resolução da *tensão unidade-fratura*, como foi argumentado a propósito do debate teórico.

Este estudo sugere que, à medida que se foi agudizando o problema do desemprego - seja na sua perceção pública, seja pelo seu impacto nos percursos individuais - também a perceção subjetiva de “estar desempregado(a)” foi se tornando mais marcada, abrindo espaço à formação de uma identidade em torno do desemprego. Por outro lado, seria importante aprofundar experiências sectoriais ligando os temas do emprego, da precariedade e do desemprego, que poderão ter facilitado a ação coletiva, na ligação com uma identidade profissional. Terá sido esse o caso dos professores desempregados e precários que se confrontaram (e se confrontam) com a questão do desemprego de forma cíclica, no início de cada ano escolar, mas terão existido outras experiências políticas relevantes: é o caso da ação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) na denúncia do abuso dos contratos emprego-inserção nas autarquias locais; ou o processo eleitoral decorrido no Sindicato dos Jornalistas em 2014, já depois deste ciclo de mobilizações, mas que envolveu um esforço de inclusão de jornalistas em situação de desemprego. Além disso, seria importante a realização de estudos com um enfoque histórico que permitissem aprofundar conhecimento sobre experiências de mobilização em contextos de massificação de desemprego, como as marchas realizadas na década de 80, referidas a propósito da marcha contra o desemprego promovida pela CGTP.

A tensão inclusão-exclusão

Não é de descartar que as dificuldades de afirmação de reivindicações e de um sujeito político focado no desemprego tenham também a ver com um enquadramento institucional pouco inclusivo e, por isso, desfavorável à mobilização em torno do desemprego. É importante lembrar que logo em 2010, numa primeira fase da austeridade, as medidas anti cíclicas adotadas após a crise financeira foram suspensas e se procedeu à reforma do regime de proteção no desemprego, no sentido da sub-proteção e do reforço da lógica de *workfare*, incluindo uma lógica de transferência da responsabilidade de proteção para a família e individualizando o problema do desemprego. O facto das medidas - que incluíram também o congelamento do salário mínimo nacional - terem sido, desde logo, dirigidas aos segmentos mais vulneráveis, alimentou o potencial de clivagem social. Embora tanto sindicatos como outros atores sócio laborais tenham promovido formas de protesto visando estas medidas, e ainda que isso tenha contribuído para um maior reconhecimento público do problema do desemprego, daí não resultou um sentido de eficácia que permitisse a afirmação política de desempregados(as).

Isto remete-nos para o segundo o tipo de tensão referido, o da *inclusão-exclusão*. O tema da moralização em torno do desemprego ganhou especial ressonância na primeira entrevista coletiva e nas entrevistas individuais, a propósito do balanço retrospectivo sobre o lugar do desemprego no ciclo de mobilizações. “Só não trabalha quem não quer”, “querem é viver de subsídios” foram ideias fortes que surgiram na sequência da constatação da inexistência, à data da realização daquela entrevista, de estratégias de mobilização de desempregados(as). Essa moralização foi entendida não como algo circunstancial, antes culturalmente enraizada, e que tem vindo a ser aprofundada pela lógica do individualismo e da competição em que assenta a ideologia do mercado, tendendo a culpabilizar o indivíduo pela sua condição de desemprego. Ora, este foi apontado como um obstáculo à mobilização envolvendo desempregados(as).

Por outro lado, o facto de quem está no desemprego estar ocupado(a) em fazer face aos problemas do dia-a-dia, lidando com uma condição que destruturou a sua vida, alimenta sentimentos de desânimo, depressão e de vazio, o que condiciona a sua disponibilidade e motivação para o envolvimento na ação coletiva. Aqui importa sublinhar que a moralização do desemprego pode ser também acentuada pelas instituições de regulação do desemprego como IEFP, segurança social, instituições de caridade – adotando sobretudo numa lógica de controlo, no primeiro caso, e de estigmatização, no segundo. Para além de demonstrarem capacidade de apoio muito limitada, contribuem para tornar esse apoio tão burocratizado e/ou humilhante, tornando preferível o trabalho, mesmo que em condições precárias e degradantes. Esse tem sido apontado, como vimos no debate teórico, como um dos elementos de eficácia da lógica do *workfare*. Um outro

fator institucional a ter em conta é o facto da primeira iniciativa do MSE ter sido alvo de repressão. Embora tenha facilitado a visibilização do grupo e a denúncia de forma mais discretas de repressão, poderá ter contribuído para a sua marginalização política e para dissuadir a participação de desempregados(as).

Também foi referida a importância das dimensões materiais para o envolvimento no ativismo, não apenas pelo facto de implicar disponibilidade e meios para a participação, mas também porque essa experiência poder, em si mesma, dificultar o acesso ao emprego. Usando as palavras de um dos sindicalistas entrevistados, as pessoas precisam de ter liberdade de agir - ou seja, saber que à partida não vão ser prejudicados(as) pela sua ação - e dispor dos meios mínimos, suficientes para fazê-lo, para “continuar a ter vida”. Deste ponto vista, o acesso ao subsídio de desemprego constitui simultaneamente um instrumento de inclusão social e de inclusão política - podendo até ser decisivo para o envolvimento na ação ou para a sua continuidade - mas as expectativas de acesso a esta forma de proteção social parecem já ser poucas. Curiosamente, parece ter sido a CGTP que mais importância estratégica deu a esta reivindicação. No campo dos atores sócio laborais, para além de ser sublinhado o papel da família como um recurso em caso de perda autonomia material, foi expressa a necessidade das organizações sociais desenvolverem formas de economia solidária ou, pelo menos, formas alternativas de organização financeira que permitam a inclusão política de quem está no desemprego. Foi possível identificar algumas experiências desse tipo neste ciclo de mobilizações, com um certo nível de êxito – por exemplo, nas acampadas, no MSE, na Marcha contra o Desemprego, nas ações luta promovidas pelo Sindicato dos Estivadores.

Se considerarmos a forma como a questão do desemprego se articulou na narrativa anti austeridade, podemos compreender melhor a forma como foi tentada a resolução da *tensão inclusão-exclusão* pela via coletiva. *Geração à Rasca*, argumentou-se, foi a resposta simbólica capaz de se contrapor à marca subprotetora do regime de proteção social português e expressar o esgotamento da instituição familiar na compensação dessa subproteção. Nessa altura, no entanto, a percepção de injustiça não se expressou numa crítica clara ao esvaziamento do papel do Estado Social. Isso só veio acontecer com o primeiro protesto QSLT, numa altura em que os impactos da austeridade eram maiores e mais generalizados a vários sectores da população o que poderá dificultado a visibilização de atores fracos. Além disso, como vimos, o foco reivindicativo dos atores implicados no tema do desemprego estava centrado nos temas do direito ao trabalho e do emprego.

É importante salientar que o período posterior ao *Que se Lixe a Troika! Queremos a nossa viva!* é muito rico e complexo pela sua articulação com iniciativas

descentralizadas. Assim sendo, seria importante explorar a participação de desempregados(as) naquilo que na literatura tem sido designado com “movimentos de pobres” (Piven e Cloward, 1979), no quadro de reivindicações em torno da proteção social (indo além do debate sobre o regime contributivo), ou ainda das estratégias de reivindicação do direito à habitação e à cidade (Harvey, 2012). Neste caso, a habitação é o tema mais óbvio, visto que a perda de rendimentos compromete a capacidade de pagar casa, mas o acesso a transportes poderá ser outro tema relevante. Neste sentido, vale pena equacionar o problema da ação coletiva de desempregados(as) num quadro mais vasto do que o das dimensões sociais e laborais consideradas com Giugni et al., 2009).

A tensão local-nacional-Europeu/Global

O sentimento de desesperança gerado pela intervenção de uma *Troika* no rescaldo do protesto da *Geração à Rasca*, equiparado ao final do *PREC* no primeiro FG, é um indicador importante do papel crucial que as dinâmicas multinível tiveram nas políticas conflituais deste ciclo de mobilizações. Não se tratava apenas da intervenção de uma instituição da internacionalização complexa (Tarrow e della Porta, 2005), como aconteceu na década de 80 (nesse caso foi o FMI), mas antes a conjugação de três instituições – o FMI, o BCE e a CE. O poder destes “não eleitos” tornou-se um desafio acrescido que os atores envolvidos tiveram que equacionar, lembrando os limites da escala nacional na resposta o processo de (re)mercadorização que afetou de forma particularmente vincada a parte da força de trabalho que estava no desemprego. Neste quadro, as respostas que foram no sentido do aprofundamento da crítica sistémica e apostaram na articulação com a experiência de movimentos noutros países - identificando pontos em comum, transferindo formas de ação aí experimentadas, ou ainda agendando dias comuns de ação - constituíram elementos relevantes de desafio a esses poderes. Foram vários os momentos neste ciclo de mobilizações em que isso aconteceu, mas a Greve Geral realizada a 24 de novembro de 2012 - pela sua marca conflitual e transnacional, a amplitude de atores envolvidos e a inovação no quadro do próprio repertório de ação - foi o exemplo mais claro da força desse desafio. É também de destacar que estas ações, quando bem-sucedidas em termos de mobilização, demonstraram realmente uma dinâmica multinível, articulando as escalas local, nacional, Europeia e/ou global.

A análise dos casos sugere, no entanto, que terá sido sobretudo ao nível nacional que foram articuladas as reivindicações relacionadas com o desemprego e por quem está nessa situação. Verificaram-se algumas tentativas de mobilização local - em especial a marcha contra o desemprego, promovida pela CGTP - e o próprio ciclo de mobilizações propiciou uma série de inovações que poderiam facilitar a articulação multinível - em particular as propiciadas pela adoção de um espaço público híbrido -, mas não foi

desenvolvida uma estratégia visando sustentar mobilização de desempregado(as) à escala local. Uma das explicações para a não adoção deste tipo de estratégia poderá ter a ver com o facto de, contrariamente ao que acontece noutros países, Portugal ter um sistema político pouco descentralizado. Por outro lado, embora a escala transnacional tenha estado presente neste ciclo de mobilizações - nomeadamente no protesto *15 de Outubro*, que constituiu um protesto global tendo como base a crítica ao sistema financeiro, e na Greve Geral de Novembro de 2012, neste caso uma clara crítica às instituições da UE - e embora estes protestos tenham sido abertos à participação de pessoas desempregadas e tenham tido algum tipo de referência ao desemprego, não constituíram momentos privilegiados de afirmação reivindicativa envolvendo este segmento da força de trabalho.

Os dilemas estratégicos

A gravidade da crise de desemprego, particularmente visível entre 2010 e 2014, e o processo de politização despoletado pelos protestos anti austeridade vieram questionar muitas ideias feitas em torno do desemprego - desde logo sobre o alcance dos dados estatísticos -, mas são muitos os desafios que se levantaram quando o desemprego foi equacionado não apenas como um problema de natureza pessoal mas também um problema que apela à ação coletiva. Uma das ideias fortes vincadas é que esses desafios são de monta e requerem uma perspetiva de longo prazo, mas há questões que se colocavam (e provavelmente ainda se colocam) a curto e a médio prazo. Passa-se a formular esses desafios na forma de dilemas (Jasper, 2004).

Um primeiro dilema tem a ver com a necessidade de responder aos problemas materiais criados pela redução da proteção em contexto de massificação do desemprego. Faria mais sentido apostar na reivindicação da proteção social e na garantia de direitos que ficam comprometidos em contexto de redução ou perda de rendimentos, como é o caso do acesso a transportes ou à habitação? Ou antes apostar na criação de redes de solidariedade ou outras formas de ação que permitam colmatar essas necessidades? Ou ambas as coisas?

Há um debate acerca da estratégia e as táticas para a mudança social, que atravessa o campo que se expressou nos protestos anti austeridade e que pode ser formulado da seguinte forma (Holloway e Wainwright, 2011): devemos destruir o capitalismo ou reclamar o Estado? No centro de tudo isto, está um dilema estrutural básico: como é que a esquerda funde a necessidade de envolver-se ativamente (mas também criar alternativas) com leis capitalistas de determinação de valor no mercado mundial, enquanto facilita a capacidade democrática e coletiva dos/as trabalhadores/as organizados/as para gerir e decidir o que (e como) querem produzir? Esta é a tensão

dialética estrutural que, segundo Harvey (2012), tem escapado ao entendimento dos movimentos anticapitalistas alternativos, e terá sido uma questão relevante no quadro de uma estrutura de oportunidade políticas bloqueada, como se verificou em Portugal no Verão de 2013. Considerando a natureza da crise que despoletou estes protestos, argumenta-se que a necessidade de resolução deste dilema deveria ir além da expectativa de mudança de ciclo político.

O segundo dilema tem a ver com os discursos e às práticas de *workfare* que, embora prévios, ganharam especial peso em contexto de austeridade. Parece ser clara a necessidade de proteção social - e curiosamente as respostas menos hesitantes surgem a partir dos sindicatos - mas há uma tendência de responder à estigmatização do desemprego contrapondo que quem está nessa situação quer trabalhar. Será essa a questão fundamental? Não contribuirá essa estratégia discursiva para alimentar a moralização em torno do desemprego? Como formular a defesa do direito ao trabalho (ou ao emprego, como foi apontado num dos FG's) sem cair na lógica da compulsão ao trabalho? Deve-se privilegiar a afirmação de um sujeito e uma agenda reivindicativa em torno de sujeito político baseado no conceito de *preariado*? Ou em torno do desemprego? Ou ambos? Num contexto em que a recorrência do desemprego afeta a carreira contributiva e capacidade de acesso a proteção social, deve ou não o direito a proteção social constituir uma reivindicação com dignidade própria?

O terceiro dilema está relacionado com a questão dos reportórios de ação coletiva, nomeadamente quanto ao tipo de ação, ao tipo de atores a envolver no processo de formação de alianças e a que escala. A articulação entre o virtual e o espaço público abriu novas possibilidades de mobilização coletiva envolvendo quem está no desemprego mas, muito possivelmente, necessita de ser complementada com formas de organização que permitam uma sustentação deste tipo de ação. Nesse sentido, a articulação com os sindicatos, além de ajudar a formar uma consciência social que ajude a superar a tensão unidade-fratura, podia conferir uma maior solidez organizativa a este tipo de ação coletiva. No entanto, a lógica de movimento social - pela valorização do papel dos pequenos grupos na negociação das identidades coletivas e pela lógica relacional, comunitária de ação - oferece vantagens adicionais quando mudanças estruturais vieram abalar as identidades e fragmentar interesses (Polleta e Jasper, 2001; Hyman, 2007). Assim sendo, algumas das interrogações levantadas por Faniel (2012a; 2012b) demonstram ser particularmente pertinentes: fará sentido organizar este segmento da força de trabalho dentro ou fora dos sindicatos? Como poderá ser facilitada a formação de alianças envolvendo sindicatos e outros atores sócio laborais?

Por outro lado, especialmente adequada ao dia-a-dia de quem está desempregado(a), a escala local pode providenciar novas possibilidades de articulação

reivindicativa e a ampliação de base social para a mobilização em torno do desemprego. No entanto, se as políticas que afetam o desemprego estão cada vez menos definidas nas instituições nacionais, os repertórios de ação e os tipos de aliança que se formam no campo conflitual do desemprego são particularmente marcados pelas especificidades políticas de cada país (Cinalli e Füglister, 2010). Daí que faça sentido deixar no ar uma última interrogação: como desenvolver uma estratégia de ação que seja adequada à experiência do dia-a-dia de quem está no desemprego e simultaneamente capaz de influenciar as políticas que condicionam a sua vida?

Bibliografia

- Acampada Lisboa (2011). *Comunicado Democracia Verdadeira, Já! 12.07.2011 - Reunião Internacional*, <https://acampadalisboa.wordpress.com/category/comunicados-de-imprensa/> [14-07-2018].
- Accornero, Guya; Pinto, Pedro R. (2014). 'Mild Mannered'? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013. *West European Politics*, 38(3), 491–515.
- Almeida, Joana G. (2017). *Práticas sociais face ao desemprego: um estudo sobre a criação do próprio emprego*. Tese de Doutoramento em Sociologia, na especialidade de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Alves, Paulo M. (2016). Emprego temporário, trabalhadores temporários e medidas de política. In *Seminário Trabalho temporário: representação, negociação e ação coletiva, no âmbito do projecto "The collective bargaining and representativeness of temporary workers in Europe. Development and reinforcement of Industrial Relations Systems in response to changes in the European labour market (2014-2016)"*. 23 fevereiro 2016. Lisboa – Dinamia'CET – IUL.
- Antunes, Ricardo (2008). Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, 19–34.
- Araújo, Pedro (2008). *A tirania do presente: do trabalho para a vida às incertezas do desemprego*. Coimbra: Quarteto.
- Arcanjo, Manuela (2012). Unemployment Insurance Reform - 1991-2006: A new balance between rights and obligations in France, Germany, Portugal and Spain. *Social Policy and Administration*, 46(1), 1–20.
- Arrighi, Giovanni; Hopkins, Terrence K.; Wallerstein, Immanuel (1989). *Antisystemic movements*. London: Verso.
- Bachrach, Peter; Baratz, Moron (2011). Duas faces do poder. *Revista de Sociologia Política (Curitiba)*, 19(4), 149–157.

- Baglioni, Simone; Baumgarten, Britta; Chabanet, Didier; Lahusen, Christian (2008). Transcending Marginalization: The Mobilization of the Unemployed in France, Germany, and Italy in a Comparative Perspective. *Mobilization: The International Quarterly*, 13 (3), 323–335.
- Barker, Colin, Cox, Laurence, Krinstky, John; Nilsen, A. G. (2013). Marxism and social movements: An introduction. In Colin Barker; Laurence Cox; John Krinsky; Alf Gunvald Nilsen (Eds.), *Marxism and Social Movements*. Leiden: Brill, 1-38.
- Baumgarten, Britta (2013). Geração à Rasca and beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61 (4), 457–473.
- Baumgarten, Britta (2014). Poor people's participation against austerity measures in Portugal. In *Resource-poor people in times of crises*. Glasgow, 3-6 September 2014. Glasgow: University of Glasgow.
- Baumgarten, Britta (2016). Time to get Re-Organized! The Organizational Structure of the Portuguese Anti-Austerity Protests. *Research in Social Movements, Conflict and Change*, 40.
- Baumgarten, Britta (2017). The global justice movement: resistance to dominant economic models of globalization. In Stefan Berger; Holger Nehring (Eds.), *The history of social movements in global perspective*. London: Palgrave Macmillan, 647-676.
- Baumgarten, Britta; Fernandes, Lídia; Pereira, Inês (2016). "The promises and limits of media activism for poor people's movements in Portugal after 2011". In *ESA RN18 Mid-Term Conference Rethinking Power in Communicative Capitalism Critical Perspectives on Media, Culture and Society*. European Sociological Association (ESA) - Research Network 18: Sociology of Communications and Media Research. ISCTE-IUL, Lisbon, September 8-10 2016.
- Baumgarten, Britta; Grauel, Jonas (2009). The Theoretical Potential of Website and Newspaper Data for Analysing Political Communication Processes. *Historical Social Research*, Vol. 34 - 2009 - Nº 1, 94–121.

- Baumgarten, Britta; Lahusen, Christian (2012). The Mobilization of the Unemployed in Germany (1998-2004). In Didier Chabanet; Jean Faniel (Eds.), *The Mobilization of the Unemployed in Europe From Acquiescence to Protest?* New York: Palgrave Macmillan, 57-88.
- Benford, Robert D.; Snow, David A. (2000). Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, 26, 611–639.
- Bento, Almerinda; Fernandes, Lídia; Rego, Luísa; Alves, Magda; Góis, Manuela; Campos Lima, M. Paz (2013). *Por uma perspectiva de género na auditoria cidadã à dívida pública* (p. 13). Lisboa: Campanha Feminista Anti-Austeritária.
- Berclaz, Michel; Füglistner, Katharina; Giugni, Marco (2004). Etats-providence, opportunités politiques et mobilisation des chômeurs: Une approche néo-institutionnaliste. *Swiss Journal of Sociology*, 30, 421–440.
- Béroud, Sophie (2012). The Organization of the Unemployed in Spain: Local and Fragmented Dynamics. In Didier Chabanet; Jean Faniel (Eds.), *The Mobilization of the Unemployed in Europe: from the Acquiescence to Protest?* New York: Palgrave Macmillan, 155-174.
- Bevington, Douglas; Dixon, Chris (2005). Movement-relevant Theory: Rethinking Social Movement Scholarship and Activism. *Social Movement Studies*, 4(3), 185–208.
- Bieler, Andreas; Erne, Roland (2014). Transnational solidarity? The European working class in the Eurozone crisis. In Leo Panitch; Gregory Albo (Eds.), *Transforming Classes. Socialist Register 2015*. New York: Monthly Review Press.
- Blanchard, Olivier (2007). Adjustment within the euro. The difficult case of Portugal. *Portuguese Economic Journal*, 6(1), 1–21.
- Braga, Ruy (2014). Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 103, 25–52. <http://journals.openedition.org/rccs/5532> [15 de Maio de 2018]
- Braun, Virginia; Clarke, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.

- Burawoy, Michael (2015). Facing an unequal world. *Current Sociology*, 63(1), 5–34.
- Caleiras, Jorge (2015). *Para lá dos números. As consequências do desemprego*. Coimbra: Edições Almedina.
- Caleiras, Jorge; Caldas, José C. (2017). Emprego e desemprego: o que mostram e o que escondem as estatísticas. In Manuel C. Silva; José C. Caldas; Pedro Hespanha (Eds.), *Trabalho e políticas de emprego. Um retrocesso evitável*. Coimbra: Autores e Conjuntura Actual Editora, 197–243.
- Campos Lima, M. Paz (2004). *Relações colectivas de trabalho e flexibilidade ofensiva, nos anos 90, em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Campos Lima, M. da Paz (2010). 300,000 join CGTP demonstration against austerity package. <http://www.eurofound.europa.eu/eiro/2010/05/articles/pt1005019i.htm> [17 de Junho 2017]
- Campos Lima, M. da Paz (2015). O que nos devem? Mudanças no regime de emprego, regressão social e desigualdade em Portugal no quadro da austeridade neoliberal. *Crítica Económica e Social*. [13 Junho 2018] <https://criticaeconomica.net/2015/05/o-que-nos-devem-mudancas-no-regime-de-emprego-regressao-social-e-desigualdade-em-portugal-no-quadro-da-austeridade-neoliberal/>
- Campos Lima, M. da Paz; Abrantes, Manuel (2016). *DIADSE – Dialogue for advancing social Europe. Country Report: Portugal*.
- Campos Lima, M. da Paz; Artiles, A. Martin (2011). Crisis and trade union challenges in Portugal and Spain: between general strikes and social pacts. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 17, 387–402.
- Campos Lima, M. da Paz; Artiles, Antonio M. (2013). Youth voice(s) in EU countries and social movements in southern Europe. *Transfer - European Review of Labour and Research*, 19 (3), 345–363.

- Campos Lima, M. da Paz; Artilles, Antonio M. (2014). Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação colectiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 137–172.
- Campos Lima, M. da Paz; Artilles, Antonio M. (2018). Social protests, discontent and politics in southern and eastern Europe: trends, patterns and polarisation. *Transfer*, 24(2), 195–215.
- Campos Lima, M. da Paz; Fernandes, Lúcia (2014). A austeridade, a flexinsegurança e as mudanças do regime de emprego em Portugal. In *Conferência Internacional “40 anos após o 25 de Abril de 1974”, Painel 4: «Crise Social», Mesa 9: «Crise Social I: Precarização laboral, desemprego e pobreza»*. Lisboa, 8 a 9 de maio de 2014. ISCTE-IUL; Universidade Nova de Lisboa; Universidade de Coimbra.
- Campos Lima, M. da Paz; Molina, Oscar; Stoleroff, Alan; Artilles, A. Martin (2012). Crisis and austerity in Portugal and in Spain: increasing flexibility and reducing security. In IREC CONFERENCE 2012. Lisboa, 5 a 7 de setembro. ESA/RN 17.
- Caporaso, James A.; Tarrow, Sidney (2009). Polanyi in Brussels: Supranational Institutions and the Transnational Embedding of Markets. *International Organization*, 63(4), 593–620.
- Carmo, Renato M.; Cantante, Frederico (2015). “Precariedade, desemprego e proteção social: caminhos para a desigualdade?”, in Renato Carmo; António F. Costa (orgs.), *Desigualdades em questão. Análises e problemáticas*. Lisboa: Editoras Mundos, 79-90.
- Castel, Robert (1995). *Les Métamorphoses de la Question Sociale: Une Chronique du Saliariat*. Paris: Fayard.
- Castells, Manuel (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (Vol I). A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2012). *Networks of Outrage and Hope. Social Movements in the Internet Age*. Cambridge: Polity Press.

CGTP (2010). *Os salários, as políticas macro-económicas e as desigualdades*. Lisboa: CGTP.

CGTP (2012a). *Marcha Contra o Desemprego*. Lisboa, CGTP.
http://www.sitava.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49:marca-contra-o-desemprego&catid=5:noticias [30-05-2017]

CGTP (2012b). *Marcha Contra o Desemprego termina numa grande manifestação em Lisboa*. <http://www.cgtp.pt/marcha-contra-o-desemprego> [30-05-2017]

CGTP (2012c). *Planificação nacional da Marcha contra o desemprego*. Lisboa: CGTP.

CGTP (2012d). *Programa de acção Mandato 2012-2016. Portugal desenvolvido e soberano. Trabalho com direitos. 27-28 janeiro 2012*. Lisboa: CGTP.

CGTP (2012e). *Resolução do Conselho Nacional da CGTP-IN (03-10-2012): Contra a exploração e o empobrecimento; Mudar de política – Por um Portugal com futuro. Greve Geral 14 de novembro de 2012. Emprego, salários, direitos, serviços públicos*. <http://www.cgtp.pt/trabalho/accao-reivindicativa/5539-cgtp-in-convoca-greve-geral-para-14-de-novembro-de-2012> [30-05-2017]

Chabanet, Didier (2012). The Long History of a New Cause: The Mobilization of the Unemployed in France. In Didier Chabanet; Jean Faniel (Eds.), *The Mobilization of the Unemployed in Europe From Acquiescence to Protest?* New York: Palgrave Macmillan, 29-56.

Chabanet, Didier; Faniel, Jean (2012a). Introduction: The Mobilization of the Unemployed in a Comparative Perspective. In Didier Chabanet; Jean Faniel (Eds.), *The Mobilization of the Unemployed in Europe From Acquiescence to Protest?* New York: Palgrave, 1–27.

Chabanet, Didier; Faniel, Jean (Eds). (2012b). *The Mobilization of the Unemployed in Europe: from the Acquiescence to Protest?* (Palgrave Macmillan). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

- Chabanet, Didier; Royall, Frédéric (2014). From Social Movement Analysis to Contentious Politics. In Didier Chabanet, Didier; Royall, Frédéric, *From Silence to Protest: International Perspectives on Weakly Resourced Groups*. Oxon: Ashgate, 1-18.
- Cinalli, Manlio (2012). Contention over Unemployment in Britain: Unemployment Politics versus the Politics of the Unemployed. In Didier Chabanet; Jean Faniel (Eds.), *The Mobilization of the Unemployed in Europe: From acquiescence to protest?* New York: Palgrave Macmillan: 175–193.
- Cinalli, Manlio; Giugni, Marco (2010). Welfare States, Political Opportunities, and Claim Making in the Field of Unemployment Politics. In Giugni, Marco (Ed.) *The Contentious Politics of Unemployment in Europe. Welfare States and Political Opportunities* Hampshire: Palgrave Macmillan, 10-42.
- Cinalli, Manlio; Füglistner, Katharina (2010). Networks and Political Contention over Unemployment: A comparison of Britain, Germany, and Switzerland. In Giugni, Marco (Ed.) *The contentious politics of unemployment in Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 70–126.
- Costa, Ana; Caldas, José C. (2013). A União Europeia e Portugal entre os resgates bancários e a austeridade: um mapa das políticas e das medidas. In *A Anatomia da Crise: identificar os problemas para construir as alternativas*. Observatório sobre Crises e Alternativas. Lisboa: Centro de Estudos Sociais, 72–107. http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final__.pdf [07 de Janeiro de 2014]
- Costa, Hermes A. (2005). *Sindicalismo global ou metáfora adiada: Os discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Tese de doutoramento em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Costa, Hermes A. (2009). A flexigurança em Portugal: Desafios e dilemas da sua aplicação. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 86. <https://doi.org/10.4000/rccs.249>

- Costa, Hermes A. (2011). Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas. In Estanque, Elísio; Costa, Hermes A., *Sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação*. Coimbra: Edições Almedina, 13–48.
- Costa, Hermes A. (2014). O sindicalismo em questão em tempos de austeridade. In Oliveira, Roberto V.; Bridi, Maria A.; Ferraz, Marcos, *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 183–210.
- Costa, Hermes A. (2017). Sindicalismo e atores sociolaborais em contexto de austeridade: do voluntarismo dos protestos ao receio das alianças. *Análise Social*, 224 LII (3º), 662-688.
- Costa, Hermes A. (2018). O sindicalismo ainda conta? Poderes sindicais em debate no contexto europeu. *Lua Nova*, 204 (104) (no prelo).
- Costa, Hermes A.; Dias, Hugo; Soeiro, José (2014). As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 173–202. <http://rccs.revues.org/5584> [02-06-2015]
- Crompton, Rosemary (1997). Diferença sexual e análise de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 23–43.
- Crouch, C. (2009). Privatised Keynesianism: An Unacknowledged Policy Regime. *The British Journal of Politics and International Relations*, 11, 382–389.
- Cruikshank, Justin (2000). Social Theory and the underclass. Social realism or rational choice individualism? In Archer, Margaret S.; Titter, Jonathan Q., *Rational choice theory: a critique*. New York: Routledge, 75–92.
- Danermark, Berth; Ekstrom, Mats; Jakobsen, Liselotte, & Karlsson, Jan (2002). *Explaining Society: critical realism in social sciences*. Oxon: Routledge.
- Degryse, Christophe (2012). *The New European Economic Governance*. Working Paper N° 2012.14. Brussels: European Trade Union Institute.
- della Porta, Donatella (2010). The Protest on Unemployment: Forms and Opportunities. In Giugni, Marco (Ed.), *The Contentious Politics of Unemployment in Europe. Welfare States and Politicas Opportunities*. London: Palgrave Macmillan: 43–69.

- della Porta, Donatella (2012). Mobilizing against the crisis, mobilizing for “another democracy”: comparing two global waves of protest. *Interface: A Journal for and about Social Movements*, 4(1), 274–277. <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2012/05/Issue-4-1-Full-PDF.pdf> [03-02-2013]
- della Porta, Donatella (2015). *Social movements in times of austerity*. Cambridge: Polity Press.
- della Porta, Donatella; Diani, Mario (2006). *Social Movements: An introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Demazière, Didier (1995). *Le sociologie de chômage*. Paris: La Découverte.
- Demazière, Didier (2014). Does unemployment still have a meaning? Findings from a comparison of three conurbations. *Sociologie Du Travail*, 56(2), 191–213. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.soctra.2014.07.006> [07-06-2015]
- Diani, Mario (2003). Networks and Social Movements: A Research Program, in Mario Diani; Doug McAdam (Eds.), *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford University Press.
- Diani, Mario (2011). Social movements and collective action. In Carrington, Peter; Scott, John, *The Sage Handbook of Social Network Analysis*. Londres: Sage.
- Dias, Hugo; Fernandes, Lídia (2016a). A greve geral de novembro de 2012 e os protestos anti-austeridade – análise a partir do caso português. *International Journal on Working Conditions*, 11 (June 2016), 37–54.
- Dias, Hugo; Fernandes, Lídia (2016b). The November 2012 general strike and anti-austerity protests – analysis from the Portuguese case. *Workers of the World*, 1(8), 16–38.
- Engels, Fredrich (1969). *The condition of the working class in England*. Chicago: Academy Chicago Publishers.

- Erne, Roland (2015). A supranational regime that nationalizes social conflict: Explaining European trade unions' difficulties in politicizing European economic governance. *Labor History*. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1080/0023656X.2015.1042777>
- Esping-Anderson, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Camb: Polity Press.
- Esping-Anderson, G. (1999). Politics without class? Postindustrial cleavages in Europe and America. In Herbert Kitschelt; Peter Lange; Gary Marks; John D. Stevens (eds), *Continuity and change in contemporary capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 293–316.
- Estanque, Estanque (2014). Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013). *Revista Crítica de Ciência Sociais*, 103, 53–80.
- Estanque, Estanque; Costa, Hermes A. (2012). Labour relations and social movements. In Erasga, Denis (Ed.) *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends*. Rijeka/Croacia: INTECH/ Open Acess Publishing.
- Estanque, Estanque; Costa, Hermes A. (2015). O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica. In Freire, André (Org.), *O futuro da representação política democrática*. Lisboa: Nova Vega, 119–142.
- Estanque, Estanque; Costa, Hermes A.; Soeiro, José (2013). The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case. *Journal of Social Science Education*, 12(1), 31–40.
- ETUC (2012). *ETUC day of action and solidarity for a Social Compact for Europe. Declaration adopted by the ETUC Executive Committee at their meeting on 17 October 2012*. <http://www.etuc.org/a/10439> [18-07-2015]
- Eurofound (2015). *Recent developments in temporary employment: Employment growth, wages and transitions*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Comission. (2012). *Employment and Social Developments in Europe 2012*. Brussels: Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion.
- Faniel, Jean (2012a). Inside or Outside Trade Unions? The Mobilizations of the Unemployed in Belgium. In Didier Chabanet; Jean Faniel (Eds.), *The Mobilization of*

- the Unemployed in Europe From Acquiescence to Protest?* 89–107). Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 89–107.
- Faniel, J. (2012b). Trade Unions and the unemployed: towards a dialectical approach. *Interface: a journal for and about social movements*, Volume 4 (2), 130–157. <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2012/11/Interface-4-2-Faniel.pdf> [03-06-2014]
- Fernandes, Judite (2014). *Redes transnacionais de acção colectiva sob o ponto de vista do objecto social informação. A Marcha Mundial das mulheres e o Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL*. Doutoramento em Ciências da Informação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Fernandes, Lídia (2011). *Desemprego e acção colectiva: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Ramo Investigação. ISCTE-IUL, Lisboa.
- Fernandes, Lídia (2012). Desemprego e acção colectiva: um estudo exploratório. In *ÁREA TEMÁTICA: ST5 - Trabalho, profissões e organizações*. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Fernandes, Lídia (2013a). *Acção colectiva de pessoas desempregadas: Projecto de Tese*. Projecto de dissertação no âmbito de Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Fernandes, Lídia (2013b). Os desafios dos movimentos sociais face à crise da zona euro. *Cabo Dos Trabalhos*, 9, 17–30.
- Fernandes, Lídia (2015). Os protestos anti austeridade e o conflito em torno do desemprego. *International Journal on Working Conditions*, 10 (December 2015), 168–186.
- Fernandes, Lídia (2016). Example from Portugal. Labour Market Segmentation. In *Quality jobs: from low wage to an innovation economy. Eurofound national-level seminar*. Warsaw, 3 March 2016. Eurofound.

- Ferreira, António C. (2011). A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95.
- Fine, Ben (1998). *Labour Market Theory: A constructive reassessment*. London: Routledge.
- Fine, Ben (2013). Towards a Material Culture of Financialisation. In *Working papers wpaper 15, Financialisation, Economy, Society & Sustainable Development (FESSUD) Project*. <http://fessud.eu/wp-content/uploads/2013/04/Towards-a-Material-Culture-of-Financialisation-FESSUD-Working-Paper-15.pdf> [17-07-2016]
- Flacks, Dick (2005). A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 45–66.
- Fleetwood, Steve (2001). Conceptualizing Unemployment in a Period of Atypical Employment: A Critical Realist Perspective. *Review of Social Economy*, 59(1), 45–69. <https://doi.org/10.1080/00346760010017500> [23-07-2018]
- Flick, Uwe (2005). *Métodos Qualitativos em Investigação Científica* (Monitor-Projectos e Edições, Lda). Lisboa: Monitor.
- Flick, Uwe (2014). *An introduction to qualitative research* (5a). London: Sage.
- Fonseca, Dora (2016). *Movimentos sociais e Sindicalismo em tempos de crise. O caso português: alianças ou tensões latentes?* Doutoramento em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Freire, Paulo (2013). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gallie, Duncan (1994). Are the unemployed a subclass? Some evidence from the Social Change and Economic Life Initiative. *Sociology*, 28(3), 737–757.
- Gallie, Duncan (2013). *Economic Crisis, Quality of Work, and Social Integration*. Oxford: Oxford University Press.
- Gallie, Duncan; Paugam, Serge (2000). The Experience of Unemployment in Europe: The Debate.

- Gambarotto, Francesca; Solari, Stefano (2015). The peripheralization of Southern European capitalism within the EMU. *Review of International Political Economy*, 22(4), 788–812. <https://doi.org/10.1080/09692290.2014.955518> [19-09-2015]
- Gaventa, John (1982). *Power and Powerless. Quiescence and Rebellion in an Appalachian Valley*. Urbana: University of Illinois Press.
- Gaventa, John; Cornwall, Andrea (2008). Power and Knowledge. In Peter Reason, Peter; Bradbury, Hilary, *The Sage Handbook of action research: participative inquiry and practice*. Londres: Sage, 171–189.
- George, Susan (2011). (2011, October 14). A Coup D'Etat in the European Union? <https://www.tni.org/en/article/a-coup-detat-in-the-european-union> [06-05-2012]
- Giugni, Marco (Ed.). (2010). *The Contentious Politics of Unemployed in Europe: Welfare States and Political Opportunities*. Palgrave Macmillan.
- Giugni, Marco, Berclaz, Michel; Füglistner, Katharina, (2009). Welfare States, Labour Markets, and the Political Opportunities for Collective Action in the field of Unemployment: A Theoretical Framework. In Giugni, Marco (Ed.), *The Politics of Unemployment in Europe: Policy Responses and Collective Action*. Farnham: Ashgate, 133–149.
- Giugni, Marco, Statham, Paul (2002). *The Contentious Politics of Unemployment in Europe: Political Claim-making, Policy Deliberation and Exclusion from the Labor Market. A Research Outline* (EurPolCom No. 2/02). Centre for European Political Communications.
- Grupo Krisis (2003). *Manifesto contra o trabalho*. Lisboa: Antígona.
- Guimarães, Nádía (2002). Por uma sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(50), 104–121. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000300007> [05-09-2015]
- Guimarães, Nádía; Demazière, Didier; Hirata, Helen; Sugita, Kurumi (2010). Unemployment, a Social Construction. Institutional Programs, Experiences and

- Meanings in a Comparative Perspective. *Economic Sociology (European Electronic Newsletter)*, 11(3), 10–24.
<http://spire.sciencespo.fr/hdl:/2441/c6t1fl36hv9s7q89j81j0i5h3> [05-09-2015]
- Harvey, David (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Londres: Verso.
- Herr, Kathryn; Anderson, Gary L. (2015). *The action research dissertation. A guide for students and faculty*. Thousand Hanks: Sage.
- Hespanha, Pedro; Caleiras, Jorge (2017). O labirinto das políticas de emprego. In Aliva, Manuel C.; Hespanha, Pedro; Caldas, José C., *Trabalho e políticas de emprego. Um retrocesso evitável*. Coimbra: Autores e Conjuntura Actual Editora, 121–195
- Hespanha, Pedro; Matos, Ana R. (2000). Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego. *Sociologias*, 2, nº 4, jul/dez 2000, 88–109. <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5710> [27-07-2012]
- Hespanha, Pedro; Monteiro, Alacina; Ferreira, A. Cardoso; Rodrigues, Fernanda; Nunes, M. Helena; Hespanha, M. José; den Hoven, Rudolph van; Portugal, Sílvia (2000). *Entre o Estado e o Mercado - As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Coimbra: Quarteto Editoria.
- Hespanha, Pedro; Valadas, Carla (2002). Globalização dos problemas sociais, globalização das políticas. O caso da estratégia europeia para o emprego. In Pedro Hespanha; Graça Carapinheiro (Eds), *Risco social e incerteza: pode o Estado social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento, 123–175.
- Hetland, Gabriel; Goodwin, Jeff (2013). The Strange Disappearance of Capitalism from Social Movement Studies. In Colin Barker; Laurence Cox; John Krinsky; Alf Gunvald; Alf Nilsen (Eds.), *Marxism and Social Movements*. Leiden: Brill, 82–102.

- Holloway, John; Wainwright, Hilary (2011). Crack capitalism or reclaim the state? *Red Pepper* (2011 April 15). <https://www.redpepper.org.uk/crack-capitalism-or-reclaim-the-state/> [02-04-2011]
- Hyman, Richard (2001). *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society*. London: Sage.
- Hyman, Richard (2002). Europeização ou erosão das relações laborais? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 7–32.
- Hyman, Richard (2007). How can trade unions act strategically? *Transfer - European Review of Labour and Research*, 13(2), 193–210.
- Hyman, Richard; Gumbrell-McCormick, Rebecca (2010). Trade unions, politics and parties: is a new configuration possible? *Transfer: European Review of Labour and Research*, 19 (3), 315–331.
- IMF (2008). *IMF Country Report* (No. 08/323). <http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2008/pn08128.htm> [07-01-2013]
- IMF (2010). *IMF Country Report for Portugal* (Country Report No. 10/18). IMF.
- Jasper, James M. (2004). A strategic approach to collective action: looking for agency in social movement choices. *Mobilization: The International Journal*, 9(1), 1–16.
- Javeau, Claude (1998). *Lições de Sociologia*. Oeiras: Celta.
- Jordão, João (2013). The Unemployed Movement: Organizing the urban unemployed in Lisbon. Success, failure and future prospects. In *International conference: Crisis regimes and emerging social movements in cities of Southern Europe, Session 4 - The local as a reference for new mobilisations, solidarity networks and actions*. Athens 7-10 February 2013. <https://portuguesemovements.hypotheses.org/187> [23-07-2018]
- Karlsson, Jan C. (2004). The ontology of work: social relations and doing in the sphere of necessity. In Steve Fleetwood, Steve; Ackroyd, Stephen, *Critical realist applications in organisation and management studies*. London: Routledge.

- Kerbo, Harold R. (1982). Movements of “Crisis” and Movements of Affluence. A Critique of Deprivation and Resource Mobilization Theories. *Journal of Conflict Resolution*, 26(4), 645–663.
- Kohli, Martin; Woodard, Alison (2001). In Serge Paugam (Org.), *Inclusions and exclusions in European societies*. Oxon: Routledge.
- Kovács, Ilona (2006). Emprego flexível em Portugal. Alguns resultados de um projecto de investigação. In Valimra Piccinini; Lorena Holzmann; Ilona Kovács; Valesca Guimarães (Orgs.), *O mosaico da sociedade na sociedade contemporânea. Persistências e inovações*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 11–53.
- Lahusen, C. (2014). The Localism of Disruptive Actions: The Protest of Unemployed in Germany. In Didier Chabanet; Jean Faniel (Eds.), *From Silence to Protest. International Perspectives on Weakly Resourced Groups*. Oxon: Ashgate, 141–158.
- Lapavistas, Costas; Kaltenbrunner, Anina; Lindo, Duncan; Michel, Jo; Paineira, Juan; Pires, Eugénia; Powell, Jeff; Stenfors, Akexis; Teles, Nuno (2010). *Eurozone Crisis: Beggar Thyself and Thy Neighbour*. London: Research on Money and Finance.
- Lapavistas, Costas; Kaltenbrunner, Anina; Lindo, Duncan; Michel, Jo; Paineira, Juan; Pires, Eugénia; Powell, Jeff; Stenfors, Akexis; Teles, Nuno (2011). *Eurozone Crisis: Breaking Up? A Route Out of the Eurozone Crisis* (Occasional No. 3). London: Research on Money and Finance.
- Lazarsfeld, Paul; Jahoda, Marie; Zeisel, Hans (1981). *Les Chômeurs de Marienthal*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Leite, Jorge; Costa, Hermes A.; Silva, Manuel C.; Almeida, João R. (2014). Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho. In José Reis (Org.), *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina/CES: 127–188.
- Linders, Annula; Kalander, Marina (2010). A Precarious Balance of Interests: Unions and the Unemployed in Europe. In Marco Giugni (Ed.) *The Contentious Politics of Unemployment in Europe. Welfare States and Political Opportunities*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 97-126.

- Madriz, Esther (2000). Focus groups in feminist research. In Denzin, Norman K., Lincoln, Yvonna S. (Ed.), *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 363–388.
- Magnani, José G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 12–29.
- Marques, Ana P. (2010). “Sacralização” do mercado de trabalho. Jovens diplomados sob o signo da precariedade. *Configurações [Online]*, 7 (*Trabalho e Não Trabalho: valor e (in)visibilidade*), 65–89. <http://configuracoes.revues.org/183> [05-06-2016]
- Marques, Paulo (2015). *Young People and Labour Market Segmentation in Europe: An Institutional Perspective*. Doctor Degree in Economy). Lisboa; ISCTE-IUL, Lisboa.
- Marx, Karl (1974). A compra e venda de força de trabalho. In *O Capital (Vol. I, O desenvolvimento da produção capitalista*. Lisboa: Delfos, 102 a 109.
- Marx, Karl (2007). Antithesis of Capital and Labour. Landed Property and Capital. In *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*. Mineola: Dover Publications: 84–92.
- McAdam, Doug; Tarrow, Sidney; Tilly, Charles (2009). Para Mapear o confronto político. *Lua Nova (online)*, 76, 11–48. <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf> [22-10-2012]
- MccArthy, John D.; Zald, Mayer N. (1997). Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. In Steven Buechler; F. Kurt Cylke (Ed.) *Social movements: Perspectives and issues*. California: Mayfield Publishing Company.
- Mills, C. Wright (1965). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Mills, C. Wright (1940). Situated actions a vocabolaries of motive. *American Sociological Review*, 5(6), 904–913.
- Mitchell, William; Muysken, Joan (2008). *Full Employment Abandoned: Shifting Sands and Policy Failures*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Mourão, Rui (2014). *Ensaio de ativismo*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Conemporânea - Museu do Chiado.

- O'Brien, Rory (2001). An Overview of the Methodological Approach of Action Research. In Roberto Richardson (Ed.) *Theory and Practice of Action Research* João Pessoa, Brasil: Universidade Federal da Paraíba.
- Observatório das Crises e Alternativas. (2015). Crise e mercado de trabalho: Menos desemprego sem mais emprego? *Barómetro Das Crises*, 13. Lisboa: CES.
- OECD (1994). *The OECD Jobs Study: Facts, Analysis, Strategies*. Paris: Organisation for Economic Cooperation and Development.
- Olson, Mancur (2002). *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of the Groups*. Cambridge: The Harvard University Press.
- Orozco, Amaia P. (2014). *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Ortiz, Isabel; Burke, Sara Berrada, Mahimed; Cortés, Hernan (2013). World Protests 2006-2013. *Initiative for Policy Dialogue and Friedrich-Ebert-Stiftung New York Working Paper* 2013. http://policydialogue.org/publications/working_papers/world_protests_2006-2013_executive_summary_spanish/ [07-01-2014]
- Paugam, Serge (1991). Introduction: La constitution d'un paradigme. In Serge Paugam (Org), *L'exclusion: l'état de savoirs*. Paris: Éditions la Découverte, 7–19.
- Paugam, Serge (2012). Les formes contemporaines de la disqualification sociale. *CERISCOPE Pauvreté*, 2012, [en ligne], <http://ceriscope.sciences-po.fr/pauvrete/content/part5/les-formes-contemporaines-de-la-disqualification-sociale?page=1> [12/12/2015]
- Pedroso, Paulo (2008). *Modelos de activação dos desempregados: os desafios estruturais e as condicionantes conjunturais*. Lisboa: GEP/MTSS. Lisboa: GEP/MTSS.
- Piven, Frances F. (1998). Welfare and Work. *Social Justice*, 25(1), 67–81.
- Piven, Frances F. (2008). Can Power from Below Change the World? *American Sociological Review*, 73(1), 1–14.

- Piven, Frances F. (2010). Enfrentar a realidade. Estratégias para aumentar o poder dos de baixo numa era de globalização neoliberal. *Transform*, 5, 99–108.
- Piven, Frances F.; Cloward, Richard A. (1979). *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Piven, Frances F.; Cloward, Richard A. (1991). Collective Protest: A Critique of Resource Mobilization Theory. *International Journal of Politics, Culture and Society*, 4(4), 435–458.
- Piven, Frances F.; Cloward, Richard A. (1993). *Regulating the poor: the functions of public relief*. New York: Vintage Books.
- Piven, Frances F.; Cloward, Richard A. (2000). Power Reportoires and Globalization. *Politis and Society*, 28(3), 413–430.
- Plataforma 15 de Outubro (2011). *Comunicado de imprensa nº7 - 16 de outubro - Assembleia Popular em S. Bento tem agenda política própria*.
- Pochet, Philippe; Degryse, Christophe (2013). Monetary Union and the stakes for democracy and social policy. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 19 (1) (The economic consequences of the European monetary union: social and democratic?), 103–116.
- Polanyi, Karl (2012). *A Grande Transformação: As origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70.
- Polleta, Francesca; Jasper, James M. (2001). Collective identity and social movements. *Annual Review of Sociology*, 27, 283–305.
- Rabiee, Fatemeh (2004). Focus-group and data analysis. *Proceedings of the Nutrition Society*, 63, 655–660.
- Rego, Raquel; Alves, Paulo M.; Naumann, Reinhard (2013). Os sítios na internet dos sindicatos portugueses: navegação à vista? *Sociologia - Problemas e Práticas*, 73, 93–110.
- Reis, José; Rodrigues, João; Santos, Ana; Teles, Nuno (2013). Compreender a Crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável. In *Anatomia da Crise*:

Identificar os problemas para construir as alternativas. Observatório das Crises e Alternativas, Vol. 1º. Lisboa: Centro de Estudos Sociais (CES).

Rosa, Eugénio (2012). *O aumento da pobreza e das desigualdades em Portugal e como a “condição de recursos” está a ser utilizada para generalizar a miséria.* <http://eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2012/31-POBREZA-DESIGUALDADES-AUMENTAM-3.pdf> [05-11-2014]

Rosa, Eugénio (2014). *Porque razão o desemprego oficial está a diminuir em Portugal?* <http://eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2014/31-2014-desemprego4.pdf> [05-11-2014]

Royall, Frédéric (2012). Organizing the Unemployed in Ireland. In Chabanet, Didier; Faniel, Jean (Eds.), *The Mobilization of the Unemployed in Europe: From acquiescence to protest?* New York: Palgrave Macmillan.

Santos, Ana C. (2006). Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 91–108.

Santos, Boaventura S. (1985). Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Análise Social*, 87/88/89, 869–901.

Santos, Boaventura S. (1995). Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42 (maio 1995), i–vii.

Santos, Boaventura S. (2000). *Para um novo senso comum. A ciência, o direito e política na transição paradigmática* (Vol. I). Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura S. (2004). Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo. In Estanque, Elísio; Mello e Silva, Leonardo; Vêras, Roberto; Ferreira; António C. e Costa, Hermes A. (Orgs.), *Relações laborais e sindicalismo em mudança – Portugal, Brasil e o Contexto transnacional*. Coimbra: Quarteto Editoria, 161–180.

Santos, Boaventura S. (2005). *Fórum Social Mundial: manual de uso*. Porto: Afrontamento.

- Santos, Boaventura S. (2012). *Portugal - Ensaio Contra a Autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- Schömann, Isabelle; Clauwert, Stefan (2012). *The crisis and national labour law reforms: a mapping exercise*. Working Paper N° 2012.04. Brussels: European Trade Union Institute (ETUI).
- Scott, John (1994). *Poverty and wealth: citizenship, deprivation and privilege*. New York: Longman.
- Scott, John (1995). Conflict and collective agency. In *Sociological theory: contemporary debates*. Cheltenham: Edward Elgar, 113–137.
- Silva, Manuel C.; Hespanha, Pedro; Teles, Nuno; Caldas, José C. (2017). Trabalho e políticas de emprego: passado com lastro, presente conturbado e futuro indeterminado. In Silva, Manuel C.; Hespanha, Pedro; Caldas, José C. (Eds.). *Trabalho e políticas de emprego. Um retrocesso evitável*. Coimbra: Autores e Conjuntura Actual Editora, 15–33.
- Silva, M. Carlos (2009). Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. *Configurações [Online]*, 5(6). <http://configuracoes.revues.org/132> [25-05-2015]
- Silva, Rita (2016). *Finança, inclusão financeira e as pessoas em risco de pobreza: Um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Silva, Rita; Fernandes, Lídia; Pedro, Sérgio; Gonçalves, Maria J.; Gonçalves, Raquel; Farinha, Gabriela (2015). *Financial sector and well-being: a participatory reflection – Portugal*. (Project Financialization, Economy, Society and Sustainable Development - FESSUD WP5 – Task 5.6). Lisbon: Habita65 – Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade.
- Silver, Belverly (2003). *Forces of labor. Workers' movements and globalization since 1870*. New York: Cambridge University Press.

- Simões, José A.; Campos, Ricardo; Inês, Pereira; Esteves, Mafalda; Nofre, Jordi (2018). Digital Activism, Political Participation and Social Movements in Times of Crisis. In Idabel David (Ed.) *Crisis, Austerity, and Transformation - How Disciplinary Neoliberalism Is Changing Portugal*. London: Lexington, 71–89.
- Smithson, Janet (2000). Using and analysing focus groups: limitations and possibilities. *International Journal of Social Research Methodology*, 3(2), 103–119.
- Soeiro, José (2014). Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXVIII, 55–79.
- Soeiro, José (2015). *A formação do precariado. Transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Saskia, Sassen (2012). The Global Street: Making the Political. In *Subversive Forum - The Future of Europe*. 14 May 2012. Zagreb: Subversive Forum.
- Souza, Davisson C. C. (2010). *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Standing, Guy (2011). *The Precariat. The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury.
- Standing, Guy (2014). O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103 (Trabalho, precariedade e rebeliões sociais), 9–24.
- Statham, Paul; Cinalli, Manlio (2010). Europeanization and the EU Supranacional Multiorganizational Field of Unemployment: Elite-Dominance or New Opportunities. In Marco Giugni (Ed.), *The Contentious Politics of Unemployment in Europe. Welfare States and Political Opportunities*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 198–226.
- Stoleroff, Alan (2013). Employment relations and unions in public administration in Portugal and Spain: From reform to austerity. *European Journal of Industrial Relations*, 19 (4), 309–323.

- Streeck, Wolfgang (2013). The crisis in context: democratic capitalism and its contradictions. In Schäfer, Armin; Streeck, Wolfgang, *Politics in the age of austerity*. Cambridge: Polity Press, 262–286.
- Tålin, Michael (2013). Economic Crisis and Employment Change: The Great Regression. In Gallie, Duncan (Ed.) *Economic crisis, Quality of Work, and Social Integration: the European experience*. Oxford: Oxford University Press.
- Tarrow, Sidney (1993). Cycle of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. *Social Science History*, 17(2), 281–307.
- Tarrow, Sidney (1998). *Power in movement. Social movements and contentious politics*. (second edition). Cambridge: Cambridge University Press.
- Tarrow, Sidney (2011). Global, conventional and warring movements and the suppression of contention. Themes in contentious politics research. *Política e Sociedade*, 10(18), 25–49.
- Tarrow, Sidney; della Porta, Donatella (2005). Conclusion: “Globalization”, Complex Internationalism and Transnational Contention. In della Porta, Donatella; Tarrow, Sidney (Eds). *Transnational Protest and Global Activism*. Lanham: Rowman Littlefield.
- Teles, Nuno (2017). O trabalho como variável de ajustamento: da teoria à prática. In *Trabalho e políticas de emprego. Um retrocesso evitável*. Coimbra: Austores e Conjuntura Actual Editora, 35–78.
- Tilly, Charles (1995). Globalization threatens labor’s rights. *Internacional Labor and Working Class History*, 47, 1–23.
- Tilly, Charles; Tarrow, Sidney (2007). *Contentious Politics*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Toussaint, Éric; Millet, Damien (2010). *Debt, the IMF and the World Bank: sixty questions, sixty answers*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Useem, Bert (1998). Breakdown theories of collective action. *Annual Review of Sociology*, 24, 215–238.
- Valadas, Carla (2013). Mudanças nas políticas: Do (des)emprego à empregabilidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102 (dezembro 2013), 89–110.

- Vale, Carla (2011). *A protecção social no desemprego em Portugal: reconfiguração das políticas na última década*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. ISCTE-IUL: Lisboa.
- Walby, Sylvia (2011). *The Future of Feminism*. Cambridge: Polity Press.
- Wallerstein, Immanuel (2010). Structural Crisis. *New Left Review*, 62 (March-April 2010), 133–142.
- Waterman, Peter (2004). O internacionalismo sindical na era de Seattle. In Elísio Estanque; Leonardo Mello e Silva; Roberto Vêras; António C. Ferreira; Hermes A. Costa (Orgs.), *Relações laborais e sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Quarteto Editoria, 209-246.
- White, Sarah (2011). Depoliticizing the development: the uses and abuses of participation. In Cornwall, Andrea (Ed.) *The participation reader*. New York: Zed Books, 57–69.
- Wright, Erik O. (2000). Working-Class Power, Capitalist-Class Interests, and Class Compromise. *American Journal of Sociology*, 105(4), 957–1002.
- Wright, Erik O. (2016). Is the Precariat a Class? *Global Labour Journal*, 7(2), 123–135.

Anexo I - Desenho global da pesquisa

Questões de pesquisa	Eixo	OBJECTIVOS		Fontes	Estratégia de Análise	Observações
		Gerais	Específicos			
Qual o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas no contexto dos protestos anti-austeridade?	I - Mapeamento	I - CONHECIMENTO DAS DINÂMICAS DE ACÇÃO COLECTIVA		bibliografia sites, facebook, email e informação recolhida no envolvimento em ação coletiva comunicação social entrevistas individuais focus groups	Triangulação de dados, fontes e de métodos	A triangulação de dados, fontes e de métodos está presente na globalidade da pesquisa.
		1. Assinalar os principais episódios, campanhas e atores envolvidos neste ciclo de mobilização, que apresentaram o desemprego como sendo um elemento reivindicativo chave.	2. Descrever as suas principais reivindicações em termos de desemprego, tendo por referência os pilares económico, redistributivo e de cidadania.			
		3. Explorar o envolvimento de pessoas desempregadas - individualmente ou enquadradas coletivamente - nestes episódios e campanhas.	4. Compreender as evoluções verificadas ao nível dos reportórios de ação, equacionando a sua abertura à participação de pessoas desempregadas.			
		5. Compreender como se articulou o desemprego (e as pessoas desempregadas) na narrativa anti-austeridade.	6. Compreender se e/ou como as mudanças nas estruturas de oportunidade política foram aproveitadas para afirmar reivindicações relacionadas com o desemprego.		Análise de redes	
		7. Analisar/Descrever o contexto e as condições dessas mobilizações, numa perspetiva histórica, em termos de evolução do desemprego na sua relação com o emprego, assim como das políticas que afetam o desemprego, nas suas dimensões sociais e laborais.	8. Compreender se as mudanças nas estruturas de oportunidade política que contribuíram para despoletar essas mobilizações abrangeram áreas relacionadas com desemprego.	Bibliografia, INE, Eurostat, IEFP, Segurança Social,	Triangulação com dados recolhidos no eixo II e III	
				Bibliografia, INE, Eurostat, IEFP, Segurança Social, documentos políticos e legislação	Revisão bibliográfica e análise documental e estatística	
						Triangulação com dados do OE 1, 2 e focus groups.

Questões de pesquisa	Eixo	OBJECTIVOS	Fontes	Estratégia de Análise	Observações
<p>Como é possível a mobilização e a ação coletiva de pessoas desempregadas?</p>	<p>III - APRENDIZAGEM COLECTIVA</p>	<p>II - APRENDIZAGEM COLECTIVA</p> <p>9. Compreender que tipo de reportórios de ação coletiva podem facilitar a participação de pessoas desempregadas.</p> <p>10. Explorar os significados atribuídos à condição de desemprego, por desempregados(as), e em que medida podem afetar o envolvimento na ação coletiva.</p> <p>11. Compreender como é que o estigma e a vulnerabilidade social e económica associada do desemprego podem ser ultrapassados.</p> <p>12. Explorar os dilemas estratégicos que se podem colocar no processo de elaboração reivindicativa em torno do desemprego.</p>	<p>Resultados das atividades de pesquisa no âmbito do OGI; <i>focus groups</i> e entrevistas individuais.</p>	<p>Ver secção 4.6</p>	

Anexo II - Os objectivos e as questões de pesquisa

EIXO	OBJECTIVOS	TIPO	QUESTÃO	CAP
Eixo 1	<p>OBJECTIVO GERAL I (conhecimento sobre as dinâmicas de ação coletiva)</p> <p>1. Assinalar os principais episódios, campanhas e atores envolvidos neste ciclo de mobilização, que apresentaram o desemprego como sendo um elemento reivindicativo chave.</p> <p>2. Descrever as suas principais reivindicações em termos de desemprego, tendo por referência os pilares económico, redistributivo e de cidadania.</p> <p>3. Explorar o envolvimento de pessoas desempregadas - individualmente ou enquadradas coletivamente - nestes episódios e campanhas.</p> <p>4. Compreender as evoluções verificadas ao nível dos reportórios de ação coletiva, equacionando a sua abertura à participação de pessoas desempregadas.</p> <p>5. Compreender como se articulou o desemprego (e as pessoas desempregadas) na narrativa anti-austeridade.</p> <p>6. Explorar se e/ou como foram aproveitadas as mudanças nas estruturas de oportunidade política para afirmar reivindicações relacionadas com o desemprego.</p>	<p>DESCRICÃO</p> <p>COMPREENSÃO</p>	<p>1. Que episódios, campanhas e atores deste ciclo de mobilização apresentaram o desemprego como elemento reivindicativo chave?</p> <p>2. Que reivindicações relacionadas com o desemprego foram incluídas nos protestos?</p> <p>3. Terão sido as pessoas desempregadas atores chave destes protestos?</p> <p>4.1 Que evoluções se verificaram nos reportórios de ação?</p> <p>4.2 Até ponto os reportórios de ação utilizados neste ciclo de mobilização são facilitadores da participação de pessoas desempregadas?</p> <p>4. Como se articulou o desemprego (e as pessoas desempregadas) na narrativa anti-austeridade?</p> <p>5.1 As mudanças nas estruturas de oportunidade política foram aproveitadas para afirmar reivindicações relacionadas com o desemprego?</p> <p>5.2 Se sim, como foram aproveitadas?</p>	6

OBJECTIVOS	TIPO	QUESTÃO	CAP
EIXO	OBJECTIVO GERAL I (conhecimento sobre as dinâmicas de ação coletiva)		
Eixo 2	<p>7.1.1 Analisar as políticas que afetam o desemprego, na sua relação com a globalidade do emprego e força de trabalho.</p> <p>7.1.2 Analisar a evolução das políticas de proteção social a pessoas desempregadas, considerando dois tipos de dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> níveis e cobertura da proteção; <i>workfare</i>. <p>7.2.1 Descrever a evolução do desemprego em Portugal.</p> <p>7.2.2 Descrever a evolução do trabalho temporário.</p> <p>7.2.3 Descrever as dinâmicas de desemprego, sua relação com o emprego no período de crise e austeridade.</p> <p>7.2.4 Apresentar a evolução na taxa de cobertura na proteção no desemprego</p> <p>7.2.5 Apresentar dados relativos à dimensão <i>workfare</i>.</p> <p>8. Compreender se as mudanças nas estruturas de oportunidade política que contribuíram para despoletar essas mobilizações abrangeram áreas relacionadas com desemprego</p>	<p>7.1.1 Quais as características do mercado de trabalho em Portugal que condicionam condição do desemprego?</p> <p>7.1.2 Quais as características do regime de regulação do desemprego em Portugal?</p> <p>7.2.1 Que evoluções se verificaram nos níveis do desemprego e do trabalho temporário antes e em contexto de austeridade?</p> <p>7.2.2 Que evoluções se verificaram nos níveis de desemprego e do trabalho temporário em diferentes categorias demográficas nomeadamente idade, sexo e habilitações?</p> <p>7.3 De que forma é que as políticas de austeridade afetaram a condição de desemprego?</p> <p>7.4 Até que ponto o pano de fundo em que o ciclo emergiu seria favorável à elaboração reivindicativa e à mobilização em torno do tema controverso como o desemprego?</p> <p>8. Que mudanças ao nível das estruturas de oportunidades políticas contribuíram para constranger ou possibilitar este tipo de ação coletiva?</p>	5
	OBJECTIVO GERAL II: Facilitar processos de aprendizagem coletiva		
Eixo 3	<p>9. Compreender que tipo de repertórios de ação coletiva podem facilitar a participação de pessoas desempregadas.</p> <p>10. Explorar os significados atribuídos à condição de desemprego, por desempregados(as), e em que medida podem afetar o envolvimento na ação coletiva.</p> <p>11. Compreender como é que o estigma e a vulnerabilidade social e económica associada do desemprego podem ser ultrapassados, através da ação coletiva.</p> <p>12. Explorar os dilemas estratégicos que se podem colocar no processo de elaboração reivindicativa em torno do desemprego.</p>	<p>9. Que tipo de formas de ação coletiva podem facilitar a participação de pessoas desempregadas?</p> <p>10.1 Quais os significados atribuídos à condição de desemprego por desempregados(as) que participaram neste ciclo de mobilizações, com diferentes níveis de envolvimento?</p> <p>10.2 Em medida a condição de desemprego afetou o seu envolvimento no ciclo de mobilizações?</p> <p>11. Como é que o estigma e a vulnerabilidade social e económica associada do desemprego podem ser ultrapassados, através da ação coletiva?</p> <p>12. Que questões e dilemas se colocam aos atores envolvidos no campo conflitual do desemprego, no que concerne à elaboração de reivindicações?</p>	7

Anexo III – Guião do FG 1

Pessoas desempregadas em 2011

Data: 14 de Fevereiro de 2016

Hora: 11h-13h

Local: MOB – Rua dos Anjos, 12F (Metro Intendente), Lisboa

I - Boas vindas introdução e apresentações

Apresentação da pesquisa.

Autorização para gravar e consentimento do uso dos dados.

Esclarecimento de dúvidas.

Introdução aos princípios da entrevista.

Roda de apresentações.

II – Fase exploratória

Foco no ciclo de mobilizações que teve início em 2011-2013.

Da conversa que tive anteriormente convosco percebi que participaram no protesto da geração à rasca. Em que outros protestos, acções, movimentos participaram?

É importante assegurar que um diálogo se estabelece e que não é apenas uma pessoa a seguir à outra a contar a sua história. As pessoas podem juntar as suas histórias quando vierem a propósito. **Perguntas de continuação:**

Quais as motivações para terem participado nestas acções?

Qual o espaço dado ao desemprego na agenda/reivindicações desses movimentos?

E à precariedade?

De que modo participaram nesses movimentos?

Que aspectos desses movimentos – formas de organização, reivindicações – consideraram mais apelativos?

Em que medida a vossa condição de desemprego afectou o envolvimento em acções concretas? Lembram-se de exemplos?

III Aprofundamento do problema da acção colectiva

Gostaria agora que focássemos uma questão que me parece crucial e que tenho definido como o problema (ou se quiserem o dilema) da acção colectiva de pessoas desempregadas:

“A condição do desemprego coloca um desafio distintivo em termos de acção colectiva, visto que esta, mais do que motivar as pessoas desempregadas a assumir uma situação (a de desemprego) da qual gostariam de escapar, iria encorajá-las a se concentrarem na procura de emprego ou, pelo menos, se envolver em estratégias individuais de sobrevivência.”

Concordam? Podem comentar?

Que tipo de medidas, reivindicações, formas de organização ou acção colectiva poderão promover de forma a fazer face a este problema/ dilema?

IV – Comentários finais e feedback

Como correu? Como se sentiram? Trouxe-vos alguma coisa de novo?

A questão do anonimato: como podem imaginar vou ter de elaborar um relatório da pesquisa em que além citarei partes destas entrevistas. Como é que preferem que faça a referência à vossa participação: como o vosso nome; ou utilizando nomes falsos. Há alguma outra preocupação que deva ter em conta?

Mais uma vez agradecer a disponibilidade para estarem aqui e participar na iniciativa.

Relembrar que partilharei os resultados e estarei disponível para o que entenderem necessário.

Anexo IV – Guião do FG 2 | Pessoas desempregadas envolvidas em mobilizações Março 2011 – Junho 2012

Data: 19 de Junho de 2016

Hora: 10h45-13h15 (2h30)

Local: Casa do Brasil - Lisboa (Rua Luz Soriano, nº 42)

I - Boas vindas e introdução

Apresentação da pesquisa.

Autorização para gravar e consentimento do uso dos dados.

Esclarecimento de dúvidas.

Introdução aos princípios da entrevista.

II – Apresentação e significado do desemprego

Roda de apresentações centrada na situação de emprego dos(as) participantes em 2011 e 2012. Utilização de figura baseada em Demazière (2014). Foi apresentada a lógica que presidiu à elaboração da figura e pedido para se situarem nela, considerando os perfis de significados típicos de desemprego: Envolvimento na competição pela procura de trabalho (ocupação do tempo e expectativas – curto e médio prazo - centradas em conseguir trabalho); Consolidação de desencorajamento (sem expectativas de conseguir emprego e sem perspetivar alternativas); investimento na formulação, face a um cenário de incerteza no presente, de soluções visando a projecção de um plano de carreira; desenvolvimento de ocupações alternativas com utilidade social associadas à antecipação de um estatuto protegido; *esperar para ver*, incluindo posições mais ambivalentes que tanto podem antecipar o emprego como a inactividade. Foi questionado:

Alguma dúvida em relação ao quadro?

Gostaria então que fizéssemos a tal ronda de apresentação e que cada pessoa se apresente indicando: o nome com que gosta de ser tratada; assinalando no quadro qual a posição que melhor caracteriza a condição de desemprego então vivida e explicando o porquê/ou caracterizado muito brevemente essa condição.

Está clara a ideia?

Quem quer começar?

Bem agora que toda a gente já se apresentou, vamos então passar à questão do envolvimento nas mobilizações.

III – Envolvimento nas mobilizações 2011-2012

Foco no ciclo de mobilizações que teve início em 2011-2013.

Penso que grande parte das pessoas que aqui está participou, com diferentes níveis de envolvimento, em quase todos e, alguns casos, em todos os protestos. Fazemos uma ronda rápida – esquemática até - para mapear quem participou, em quê... às tantas é mais fácil indicarem quem não participou...

[às tantas é mais fácil indicarem quem não participou... Enumerar]

OK, agora que já temos uma ideia geral de quem estava, onde e quando, queria lançar uma primeira questão:

Falamos anteriormente da vossa condição de desemprego neste período - - em que medida essa condição [a do desemprego] constituiu motivação para se envolverem nestes protestos? Podem ilustrar com exemplos concretos?

É importante assegurar que um diálogo se estabelece e que não é apenas uma pessoa a seguir à outra a contar a sua história. As pessoas podem juntar as suas histórias quando vierem a propósito. Perguntas de continuação

Lembram-se de momentos, durante este período, em que o desemprego tenha constituído um tema chave do conflito?

Momentos em que desemprego foi um tema chave da agenda/reivindicações destes protestos e destes movimentos?

E a precariedade?

Em que medida estes protestos contribuíram para melhorar as condições quem está desempregado?

Em que medida a tal condição de desemprego afectou a vossa participação?

Que aspectos desses movimentos – formas de organização, reivindicações – consideraram mais apelativos para quem está em situação de desemprego?

IV Focagem no problema da acção colectiva

Considerando a vossa experiência de envolvimento em movimentos, protestos, acções colectivas, identificadas anteriormente gostaria que comentassem este problema (ou se quiserem o dilema):

“A condição do desemprego coloca um desafio distinto em termos de acção colectiva, visto que esta, mais do que motivar as pessoas a assumir publicamente

condições da qual gostariam de escapar, encoraja-as se concentrarem em estratégias individuais de sobrevivência.”

Concordam com esta afirmação?

Que tipo de medidas, reivindicações, formas de organização ou acção colectiva poderão promover de forma a fazer face a este problema/ dilema?

IV – Comentários finais e *feedback*

Como correu? Como se sentiram? Trouxe-vos alguma coisa de novo?

A questão do anonimato: como podem imaginar vou ter de elaborar um relatório da pesquisa em que além citarei partes destas entrevistas. Como é que preferem que faça a referência à vossa participação: como o vosso nome; ou utilizando nomes falsos. Há alguma outra preocupação que deva ter em conta?

Mais uma vez agradecer a disponibilidade para estarem aqui e participar na iniciativa.

Relembrar que partilharei os resultados e estarei disponível para o que entenderem necessário.

Anexo V

Participação em protestos

FG1 | Pessoas desempregadas entrevistadas em 2011

Nome	Geração à Rasca	Acampada	15 de Outubro	Manif Direito ao Trabalho	QSLT! Queremos as nossas vidas!	QSLT! O Povo é quem mais ordena!
Ana Massas	X act				X	X
Catarina Gonçalves	X				X	X
Eduardo Fernandes	X				X	X
João Azevedo	X act	X act	X		X	X
João Labrincha	X org	X	X org		X	X
Myriam Zaluar	X org	X act	X act	X	X org	X org
Pedro Reis	X act				X	X

Anexo VI

Participação em protestos

FG2 | Pessoas desempregadas 2011-2012

Nome	2011					2012					QSLT!
	Geração à Rasca	Acampada	15 de Outubro	Manif Greve Geral 24N	Marcha da Indignação	Manif Greve Geral 22M	Primavera Global	Manif Direito ao Trabalho	QSLT!		
Ana Cansado	X act	X	X	X	X	X	X	X	X	Não foi abordado	
Andrea Duarte	X	X		X		X					
Myriam Zaluar	X act	X act	X act	X	X act	X	X act	X	X		
Rui V. Pereira	X	X act	X act	X	X act	X	X act	X	X		
Tiago Gillot	X org	X	X org	X org	X org	X	X act	X	X		
Tiago Mendes	X	X org	X org	X org	X org	X	X org	X	X		

Anexo VIII - Guião de Entrevista a activistas do MSE

Data: 26 de Junho de 2018

Entrevistas realizadas em Junho de 2018

por email e/ou chat

I – Introdução

Apresentação da pesquisa.

Consentimento do uso dos dados.

A questão do anonimato

Esclarecimento de dúvidas.

Introdução aos princípios da entrevista.

II – Balanço retrospectivo do ciclo de mobilizações 2011-2013

Queria agora convidar-te a fazer um balanço retrospectivo quanto ao lugar que teve o tema desemprego na agenda dos movimentos sociais e sindicatos neste ciclo de mobilizações e a sua relação com as questões laborais e da precariedade.

Antes de focarmos a experiência do Movimento sem Emprego, a manifestação pelo direito ao trabalho e outras acções em que tiveste envolvido, gostaria que abordássemos, de forma genérica, este período, entre 2011 e 2013

- 1. Achas que o desemprego constituiu tema chave do conflito neste período?*
- 2. Porquê?*
- 3. Podes dar um exemplo de um momento em que isso tenha acontecido?*
- 4. E a precariedade?*

III - FOCO nas ACÇÕES MOBILIZADO DESEMPREGADOS

A - Envolvimento nas referidas acções

Explorar as motivações para o envolvimento no grupo/organização e, em particular na acção colectiva de pessoas desempregadas em foco.

Eu já tive oportunidade de te entrevistar sobre o teu percurso. Queria agora perguntar: O que é que te motivou a te envolver em acções visando mobilizar desempregados? Em que medida a tua experiência de participação de uma iniciativa focando a questão da dívida influenciou a tua leitura sobre o problema do desemprego?

B – MOVIMENTO SEM EMPREGO E ACÇÕES MOBILIZADO DESEMPREGADOS

- 1. Se na altura em que estiveste envolvido(a) no MSE te perguntassem “Quem são vocês?” O que dirias?*
- 2. Uma das preocupações assumidas na formação do grupo foi ultrapassar o*

- isolamento associado ao desemprego? Como é que procuraram fazê-lo?*
3. *Queria agora que abordasses os aspectos das acções do MSE que consideras terem sido mais importantes para quem está em situação de desemprego.*
 - (a) *Para já, em termos de reivindicações. Que reivindicações consideras terem sido importantes, na perspectiva de quem estava desempregado?*
 - i. *Apelo à mobilização de desempregados;*
 - ii. *Direito ao trabalho e à dignidade;*
 - iii. *Um trabalhador desempregado não é criminoso;*
 - iv. *Direito à manifestação/Somos todos Myriam Zaluar;*
 - v. *Unidos contra a Troika e os governos do desemprego.*
 4. *O manifesto foi lançado logo numa fase inicial do movimento. Em que é que isso influenciou a acção e o impacto do MSE?*
 5. *Achas que teria sido importante integrar uma perspectiva de combate ao racismo, machismo e homofobia? Ou, dito doutra forma, incluir estas preocupações nas reivindicações ou do movimento?*
 - (a) *E em termos de formas de organização e acção...*
 - i. *Optaram pela realização regular de assembleias, não é assim?*
 - A. *Porque razão é que fizeram essa escolha?*
 - B. *Achas que foram uma boa forma de mobilizar pessoas desempregadas?*
 - ii. *Vives na margem sul, não é assim?*
 - A. *Lembro-me que na altura procuraram fazer algum esforço de mobilização de base local. Achas que foram bem sucedidos?*
 - iii. *E a internet, achas que foi um bom instrumento de mobilização? (site, facebook, mails, vídeos);*
 - iv. *(pergunta específica para Alcides Santos) Sei que tiveste a iniciativa – e o engenho – de conceber o contador de desempregados. Podes falar um pouco disso?*
 - v. *recolhas de fundos...*
 - vi. *acessibilidade da comunicação social...*
 - vii. *Desde a sua formação que o MSE apostou na participação em manifestações. Achas que foi uma boa forma de mobilização e acção?*
 - (b) *Uma das maiores dificuldades na mobilização de pessoas desempregadas tem a ver com com a vulnerabilidade financeira e material em que vive quem está nessa situação. Tiveram essa dificuldade? Como fizeram para ultrapassá-la?*
 6. *Tiveram contactos ou alguma foram de articulação com movimentos em outros países, nomeadamente em Espanha ou Grécia?*
 - (a) *De que forma é que foi feita essa articulação?*
 - i. *Através da internet?*
 - ii. *Tenho um ppoint de uma apresentação feita na Grécia (vou enviar-to). Foi um encontro de movimentos sociais? Que encontro foi?*
 - iii. *Participaram em mais alguma iniciativa?*
 - iv. *Teve influência na vossa acção?*
 7. *Gostaria que abordássemos agora a manifestação pelo direito ao trabalho:*
 - (a) *O que motivou a sua convocação?*
 - (b) *No convite público falam que a iniciativa partiu de um grupo de desempregados do Porto. Como foi feita articulação?*
 - (c) *Esse convite público dirigia-se a todas as pessoas progressistas e visava estabelecer contacto com partidos, sindicatos e a organizações e movimentos sociais. Que tal foi a adesão?*
 - (d) *A que achas que se deveu a boa/pouca adesão?*
 - i. *Foco nos sindicatos*

- ii. *Foco em outras organizações activas nas mobilizações*
- iii. *Foco nos partidos*
- (e) *E em termos de mobilização de pessoas desempregadas que tal achas que correu?*
- (f) *Pelo que percebi uma das metas era ampliar a base local do MSE e houve manifestações em Lisboa, Porto, Braga e Coimbra. É assim?*
 - i. *O que é que fizeram nesse sentido?*
 - ii. *Achas que a manifestação permitiu ampliar o impacto local do MSE?*
- (g) *Achas que ajudou a afirmar a reivindicações do MSE?*
 - i. *Que aprendizagens retiraram?*

A percepção que tenho é que após manifestação 30 de Junho verificou-se uma mudança de estratégia na acção do MSE.

O que é que tu achas?

Podes falar nisso?

C - Outras acções após a manifestação de 30 de junho de 2012

Sei que a conversa já vai longa mas seria importante agora falarmos de algumas das acções desenvolvidas após junho 2012, até porque foi uma período de grande intensidade de mobilização especialmente entre Setembro e Março, na altura das duas grande mobilizações do QSLT.

1. *Participaram na mobilização do Que se Lixe a TroiKa?*
 - (a) *Podes falar mais disso?*
2. *E a Marcha contra o desemprego (5-13 Outubro), organizada pela CGTP.*
 - (a) *Foram convidados?*
 - (b) *A participar na organização, em acções específicas, como foi?*
 - (c) *Participaram?*
 - (d) *O que é que te pareceu da acção?*
3. *O Cerco a São Bento (outubro/2012), tenho ideia que aderiram essa iniciativa. <http://cercoaoparlamento.blogspot.com/>*
 - (a) *Foi assim?*
 - (b) *Como se deu essa adesão?*
 - (c) *O que é que te pareceu da acção?*
4. *E a Greve Geral de 14 de Novembro, aquela que teve uma dimensão transnacional, participaram?*
 - (a) *Em que acções?*
 - (b) *Que aprendizagens tiras daí?*

[QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA ALCIDES SANTOS]

5. *A minha obrigação é resistir (Abril/2013).*
 - (a) *Como surgiu a iniciativa?*
 - (b) *Qual foi o impacto?*
6. *Resistir por um, resistir por outros (Maio/2013)*
 - (a) *de ser forma é o seguimento da anterior, é assim?*
 - (b) *Não posso pagar impostos (Setembro/2013)*
 - (c) *Também é uma acção de continuidade?*
7. *Viagem de autocarro sem pagar bilhete (Nov. 2013)*

- (a) *Como surgiu a iniciativa?*
(b) *Qual foi o impacto?*
8. *Nelson Arraiolos vai ao arroz no pingo doce*

FINALIZAÇÃO

Olhando a globalidade destas acções realizadas entre Março de 2012 até Dezembro de 2013, em que medida é que estas acções terão contribuído para melhorar as condições de quem está(va) no desemprego?

IV Focagem no problema da acção colectiva

Considerando a tua experiência de envolvimento neste ciclo de mobilizações gostaria que comentasses este problema [ou se quiseses o dilema:

A condição do desemprego encoraja as pessoas a se concentrarem em estratégias individuais de sobrevivência e não tanto a assumir publicamente uma condição da qual gostariam de escapar.

Concordas com esta afirmação?

De que forma é que este dilema/problema poderia ser ultrapassado?

Mais uma vez agradecer a disponibilidade pe participação nesta investigação.

Relembrar que partilharei os resultados e estarei disponível para o que entenderes necessário.

Anexo VIII

Guião de Entrevista a Joaquim Dionísio

Responsável pela Coordenação da Marcha contra o Desemprego promovida pela CGTP

Data: 26 de Junho de 2018

Entrevista realizada por vídeo-conferência

I – Introdução

Antes de mais gostaria de agradecer a sua disponibilidade para ser entrevistado.

Queria ver consigo uma questão prévia. A entrevista será analisada com os restantes dados do projecto, por isso seria importante gravá-la com vista a sua transcrição.

Autoriza a gravação?

Podemos checar num instante a qualidade da gravação?

Apresentação da pesquisa.

Esclarecimento de dúvidas.

II – Envolvimento na acção

9. *No contacto telefónico referiu uma marcha realizada na década de 80. Essa experiência interessa-me até porque há quem compare a década de 80 a este período recente, nomeadamente pela massificação do desemprego. Pode falar um pouco dessa marcha? Muito resumidamente, apenas o quando e onde ocorreu a marcha, quais as principais reivindicações e como foi feita a mobilização de desempregados.*

10. *Que aprendizagens é que acha que ficaram dessa marcha no património colectivo da CGTP, no que concerne à questão do desemprego e à mobilização de pessoas desempregadas?*

11. *Referiu a sua experiência de representante da CGTP Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) e membro do Conselho de Administração do IEFP, em representação da CGTP. Em que medida essas experiências no Conselho de Administração do IEFP influenciou a sua leitura sobre o problema do desemprego?*

III – Balanço retrospectivo do ciclo de mobilizações 2011-2013

Queria agora convidá-lo a fazer um balanço retrospectivo quanto ao lugar que teve o tema desemprego na agenda dos movimentos sociais e sindicais neste ciclo de mobilizações e a sua relação com as questões laborais e da precariedade. Como disse anteriormente, o foco deste estudo é o ciclo de mobilizações que, grosso modo, teve início em Março de

2011 (protesto da geração à rasca) e terminou em Junho de 2013 (greve geral promovida pela CGTP).

Aqui importa esclarecer que se foca estas datas, não por não terem existido protestos antes e depois, mas porque se considera que há uma generalização do conflito em todo sistema social, além do contexto das relações laborais.

Há aliás um momento, anterior a 2011, que gostaria que comentasse. Em 29 de Maio de 2010 uma manifestação da CGTP contra o PEC2 que contou com cerca de 300 mil participantes, uma das maiores à data, e na qual foi anunciada a convocação de Greve Geral. Três dias depois da manifestação foi anunciada a abolição de várias medidas extraordinárias de resposta á crise, várias delas relacionadas com a protecção social no desemprego. Em que medida esse anuncio contribuiu para escalada do conflito?

Antes de focarmos a experiência do Marcha contra o desemprego, promovida pela CGTP e outras acções em da CGTP que considere relevante, gostaria que abordássemos, forma genérica, este período, entre 2011 e 2013.

1. *Acha que o desemprego constituiu tema chave do conflito neste período?*
2. *Porquê?*
3. *Pode dar um exemplo de um momento em que isso tenha acontecido?*
4. *E a precariedade?*
5. *Como encara os protestos não sindicais que emergiram neste período, nomeadamente a geração à rasca, acampadas, 15 de outubro, que se lixe a troika?*
6. *Houve momentos em que se verificou alguma dificuldade de articulação da CGTP com estes grupos - por exemplo na Greve Geral de Março de 2012.*
 - (a) *Como é que a CGTP lidou com estas dificuldades?*
 - (b) *Que aprendizagens retirou desses episódios?*
7. *Acha que se verificaram momentos em que essa articulação foi conseguida?*

IV - FOCO nas ACÇÕES MOBILIZADO DESEMPREGADOS

Marcha contra o desemprego

5. *Se na altura em que esteve a organizar a Marcha contra Desemprego lhe perguntassem, “que marcha é essa?”, que diria?*
6. *Como é que surgiu a ideia de convocar esta acção?*
7. *Porquê o formato de marcha?*

8. *Os estatutos da CGTP definem, no seu artigo 7º que a organização e actividade sindical assenta na participação activa e directa dos trabalhadores desde o local de trabalho e desenvolve-se, predominantemente, a partir das organizações sindicais de empresas, de unidade de produção ou de serviço. Esta ideia foi reafirmada no Programa de Acção para 2012-2016 que afirma que a CGTP-IN, sem desvalorizar a intervenção sindical nos diferentes planos, entende a acção sindical nos locais de trabalho como determinante, por ser a este nível que se dá o confronto directo com o patronato na luta por melhores condições de trabalho.*

1. Acha que este princípio estratégico está enraizado na cultura organizativa da CGTP?
 2. Como é que se conjugou o objectivo de mobilização de desempregados neste quadro estratégico?
 3. Como é que foi a adesão das estruturas distritais e locais?
 4. Que sindicatos mais aderiram? A que acha é que se deveu essa boa adesão?
9. A 30 de Junho de 2012, realizou-se a Manifestação pelo direito ao trabalho, realizada e promovida pelo Movimento sem Emprego?
1. Qual é a sua opinião da iniciativa?
 2. Porque razão a CGTP não apoiou?
 3. Que aprendizagens retiraram dessa experiência em termos de mobilização de quem está em situação de desemprego?
 4. Teve influência na vossa decisão de convocação da marcha?
10. A convocatória começa por dizer que o *desemprego é um flagelo que afecta uma grande parte das famílias*. Porque razão é que partiram desse foco?
11. Achrom que foram bem-sucedidos nesse foco?

12. A convocatória indica que seria uma acção envolvendo
os desempregados,
os jovens à procura do primeiro emprego,
os trabalhadores que perderam os postos de trabalho devido ao encerramento das empresas e que continuam à anos a aguardar o pagamento dos créditos que lhes são devidos (salários em atraso e indemnizações);
os que se encontram com salários em atraso e sujeitos ao lay-off;
os das empresas em perigo de encerramento.

1. Conseguiram mobilizar esses grupos?
2. Que grupos foi mais fácil mobilizar?
3. Que dificuldades tiveram?

13. *Uma das maiores dificuldades na mobilização de pessoas desempregadas tem a ver com com a vulnerabilidade financeira e material em que vive quem está nessa situação.*

1. Tiveram essa dificuldade?
2. Como fizeram para ultrapassá-la?

14. *Vi no documento preparatório que se pretendia fazer uma aposta em alargar apoios a nível local e mobilizar entidades diversas nomeadamente autarquias, colectividades e outras associações populares.*

1. Porquê essa aposta?
2. Foram bem-sucedidos?
3. Que outros grupos, movimentos e organizações procuraram envolver?

15. *Articulação internacional*

1. Têm conhecimento de outras experiências desse género, nomeadamente noutros países?
2. Em que medida influenciaram a acção?
3. Fizeram algum esforço de articulação com essas iniciativas?

16. *A convocatória indicava era necessário mais do que constatar, agir – “identificando*

os problemas, apresentando soluções, mobilizando os desempregados”.

- 1. Pode dar uma panorâmica dos problemas identificados?*
- 2. Que soluções foram elaboradas no âmbito da marcha?*
- 17. No final da Marcha, O Secretário Geral da CGTP, Arménio Carlos, especificou uma série de reivindicações centradas no plano macro-económico. Porquê o foco nesse plano?*
- 18. Esta acção surgiu num período de grande conflitualidade, já depois da convocação de uma greve geral. Acha que esta iniciativa contribuiu para a dinâmica de mobilização dessa greve?*
- 19. Em que medida é que esta iniciativa terá contribuído para melhorar as condições quem está desempregado?*
- 20. Em que medida terá deixado marcas na CGTP, nomeadamente em termos de cultura organizativa?*

V Focagem no problema da acção colectiva

Considerando a sua experiência de envolvimento neste ciclo de mobilizações, gostaria que comentasse este problema [ou se quiser, o dilema]:

A condição do desemprego encoraja as pessoas a se concentrarem em estratégias individuais de sobrevivência e não tanto a assumir publicamente uma condição da qual gostariam de escapar.

Concorda com esta afirmação?

Mais uma vez agradecer a disponibilidade pe participação nesta investigação.

Relembrar que partilharei os resultados e estarei disponível para o que entender necessário.

De que forma é que este dilema/problema poderia ser ultrapassado?

Anexo IX - Principais características do regime de protecção no desemprego e suas evoluções¹

Indicador		Até 1999	Década de 2000	Austeridade
Requisitos formais de acesso	Prazo de Garantia	Poucas alterações desde 1989 - 540 dias em 24 meses de período de referência	Medida provisória, reduzindo para 270 dias em 12 meses, invertida em 2006, voltando-se a valorizar carreiras contributivas longas: 450 em 24 meses.	Sem alteração em 2010. A revisão de 2012 vai no sentido de alargar o acesso ao subsídio de desemprego para beneficiários com carreiras contributivas mais curtas – redução prazo de garantia para 360 dias, mantendo-se 24 meses como período de referência
	Formula de Cálculo	A formula de cálculo manteve-se relativamente estável desde 1989, tendo por base 65% da base na remuneração média diária, não se aplicando qualquer critério de diferenciação segundo a existência de pessoas a cargo ou duração do desemprego. ²		Em 2012 foi introduzida uma escala de penalização, em 10% aos 180 dias após o início das prestações.
	Limites	Manteve-se um valor mínimo e máximo do subsídio, sendo de destacar: a redução limite máximo no quadro das medidas provisórias adoptadas em 2003		Em 2010, o critério para cálculo do valor máximo passa a ser o IAS em vez do SMN. Além disso, o subsídio de desemprego não poderia ultrapassar 75% da remuneração líquida de referência. Em 2012 o limite máximo voltou a ser reduzido de 3 para 2,5 o valor do IAS.
Nível de cobertura	Montante		Majoração para agregados com filhos.	Revogação medidas de 2009.
	Duração	Duração de 10 a 27 meses (12-30 meses em 1999), em função da idade. Em 1999 passa a ser considerada o nº de meses de registo	Duração em função da idade e do nº de meses com registo; em 2003, redução para 270-900 dias, o que se mantém em 2006; 2003 -acesso a pensão antecipada. Em 2009, houve uma prorrogação por seis meses dos subsídios cessando nesse ano.	Sem alteração em 2010. Redução substancial da duração para 150 a 450 dias, com maior diferenciação em função do nº de meses de registo. Majoração do período de concessão em função da carreira contributiva imediatamente anterior à concessão do subsídio.

¹ Análise realizada com base na legislação relativa ao regime de protecção no desemprego nomeadamente: Decreto-lei 169-D/75, de 31 de Março; Decreto-Lei nº 79-A/89, de 13 de Março; Decreto-Lei nº 119/99, de 14 de Abril; Decreto-Lei nº 84/2003, de 24 de Abril; Decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de Novembro; DDecreto-Lei n.º 64/2012 de 15 de março; Decreto-Lei nº 72/2010, de 18 de Junho; Decreto-Lei n.º 64/2012 de 15 de março.

² A excepção refere-se às medidas provisórias de 2003, passando a 50%, com base na remuneração ilíquida.

Indicador	Até final da década de 2000	Austeridade
Compensação mínima	<p>Desde 1989 que está estabelecido um valor mínimo do subsídio, que não deverá ser inferior ao salário mínimo nacional. Em 1989 a lei passou a prever subsídio social de desemprego subsequente ao termo do subsídio de desemprego, dependendo da condição de recursos do agregado familiar, sendo atribuído um montante variável conforme a dimensão do agregado familiar.1 Em 1999, a atribuição da prestação passou a ter lugar também nas situações em que não fosse atribuível o subsídio de desemprego.2 Nesta altura foi também instituído o subsídio de desemprego parcial nas situações em que o beneficiário celebre contrato de trabalho a tempo parcial e o valor da remuneração fosse inferior ao montante do subsídio de desemprego. Uma das medidas adoptadas em 2009, passou para o reforço do IAS para 110%, afectando assim o subsídio social de desemprego.</p>	<p>Em 2010, o critério para cálculo do limite máximo passou a ser IAS – tanto para o subsídio de desemprego como para o subsídio social de desemprego - o que, além de significar uma redução, sugere uma aproximação a uma lógica de assistência social.</p>

Anexo X - Cronologia de acções promovidas por sindicatos e outros actores socio-laborais (2010-2013)

Data	Rótulo identitário	Escala	Forma performativa	Quem Convoca? Actores envolvidos?	Nº de participantes	Desempregados/as?	Reivindic desemprego?
29 Maio 2010	Manifestação Nacional contra o pacote de austeridade	Nacional	Manifestação	CGTP participação actores socio-laborais	300 mil	n/d	Contra o aumento do desemprego e mudanças na protecção social
5/6 Junho 2010	Monumento ao Desempregado do Ano	Regional - Porto; Nacional.	Instalação	Artistas Plásticas Mariana Bancelar e Andrea Inocêncio Apoio Ferve e May Day Porto	Cerca de uma centena	sim	Reconhecimento. Homenagem. Desconstrução do estigma do desemprego e a diversidade.
20 Set 2010	Ensaio sobre o desemprego na segurança social	Nacional	Teatro Invisível	Activistas, curinga e desempregadas Apoio Sin	sete pessoas	sim	Acesso e burocracia associada à protecção social. Questiona alterações à regras da condição de recursos
24 Nov 2010	Greve geral unitária	Nacional	Greve	CGTP+UGT	n/d	n/d	Contra a redução da protecção social
24 Nov 2010	Manifestação Anti-capitalista; A Greve não pára aqui	Lisboa	Greve	Colectivo matéria bruta; "os invisíveis"	Cerca de 100	n/d	Alargamento da greve além do local de trabalho, e de radicalização de formas de acção.
12 Março 2011	Geração à rasca	Nacional – várias cidades	Manifestações	Vários grupos activistas	Cerca de 300 mil (ix)	Sim:	Sim (ver 6.2) Contra as medidas que estão a causar o desemprego e a recessão. Denuncia do os dados do desemprego estão suestimados (disponíveis e subemprego) A precariedade, o desemprego e a pobreza geram a instabilidade ofendendo a dignidade.
19 Março 2011	Manifestação contra o desemprego e pela mudança de políticas	Nacional	Manifestação	CGTP	N/d	N/d	
25 Abril 2011	25 Abril à rasca	Lisboa	Manifestação	Grupo informal/Vários	N/d	N/d	
15 Maio a 4 Junho 2011	Acampada Lisboa	(inter)nacional	Manifestação, Ocupação e assembleia	Grupo informal/Vários	Milhares	Sim	Não queremos de ter escolher entre o desemprego e precariedade.
16 Maio 2011	É o povo pá! Não queremos subsídios queremos emprego	Nacional – 30 localidades	Ação directa	Grupo informal	N/d	Sim	Não queremos subsídios queremos emprego.

Data	Rótulo identitário	Escala	Forma performativa	Quem Convoca? Actores envolvidos?	Nº de participantes	Desempregados/as?	Reivindic desemprego?
9 Julho 2011	Piquenique contra a precariedade - Tomemos nas nossas mãos o destino das nossas vidas!	Nacional	piquenique, debates, música, performances	ABIC, CGTP-IN/Interjovem, JOC e M12M	Centenas/milhares	Sim	O crescente desemprego, afectando com maior violência os jovens, colocando-os à margem da sociedade e negando-lhes qualquer perspectiva de futuro.
1 Out 2011	Basta de desemprego e de precariedade	Nacional	Manifestações	CGTP	N/d	N/d	Contra os ataques laborais e sociais; cortes do subsídio de desemprego.
15 Out 2011	Protesto global 15 de Outubro	(Inter)nacionais	Manifestações	Vários grupos	100 mil	Sim	Vários manifestos.
16 Nov 2011	Greve geral – Contra a Exploração e o empobrecimento	Nacional	Greve geral e manifestações	CGTP+UGT manifestação convocada por 150	N/d	Sim	Contra o desemprego precariedade, os despedimentos mais baratos e fáceis, os cortes nos subsídios de desemprego e outros apoios sociais
19 Dez 2011	Carta aberta ao Sr. Primeiro Ministro	Nacional	Declaração acção viral	Individual	Mais de 2 mil partilhas	Sim	Recusa da pressão para emigrar
21 Jan 2012	Marcha da indignação	Nacional	Manifestação	150	Milhares	Sim	Sim. Contra o desemprego; referência aos desempregados(as)
11 Fev 2012	Manifestação contra a pobreza e a austeridade	Nacional	Manifestação	CGTP	300 mil	sim	
6 Março 2012	Distribuição no centro de emprego	Nacional	Distribuição	MSE	4 pessoas	sim	Sim. Afirmação de sujeito político
22 Mar 2012	Greve geral Contra o Pacote da Exploração e Empobrecimento	Nacional	Greve geral+ manifestação	CGTP+150		Sim	Sim. Denuncia do crescimento do desemprego e da precariedade. protecção social aos desempregados
21/22 Abril 2012	Activar	Nacional	Encontro	Vários grupos activistas	centenas	sim	
12 maio 2012	Primavera Global PT	(Inter)nacional	Manifestação e Foruns	Vários grupos	Milhares	Sim	Sim. Forum sobre desemprego
20 Maio 2012	“Mãe estou no desemprego”	Nacional	Acção directa	Associação Académica de Coimbra	dezenas	N/d	Sim. Denuncia crescimento do desemprego entre qualificados.
30 Junho 2012	Manifestação Pelo Direito ao Trabalho	Nacional	Manifestação	MSE	Centenas	sim	Sim. Pelo direito ao trabalho

Data	Rótulo identitário	Escala	Forma performativa	Quem Convoca? Actores envolvidos?	Nº de participantes	Desempregados/as?	Reivindic desemprego?
15 Set 2012	Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!	Nacional	Manifestações	Que se lixe a Troika!	500 mil (Lx)	sim	Sim. Contra o desemprego, a precariedade e a desigualdade.
29 set 2012	Todos a Lisboa! Todos ao terreiro do Paço	Nacional	Manifestação	CGTP	N/d	N/d	desemprego brutal; empobrecimento generalizado; pelo reforço da protecção dos desempregados.
5-13 Out 2012	Marcha contra o desemprego	Nacional	Marcha em várias localidades	CGTP	milhares	Sim	Várias (ver 6.6.)
13 Out 2012	Que Se Lixe a Troika! - Manifestação Cultural	Nacional (23 cidades) +art e acções Internacionais	Espectáculos e acções culturais	Que se lixe a Troika!		N/d	não
15 Out 2012	Cerco a São Bento! Este não é o nosso orçamento!	Nacional	Concentração	Vários, incluindo o MSE	Milhares	Sim	
8 Nov 2012	Carta aberta a Angela Merkel	(Inter) nacional	Declaração	QSLT!		Sim	
14 Nov 2012	Greve geral ibérica Protesto Europeu	Nacional e europeia	Greve geral+ manifestação	CGTP+14 sindicatos e 4 federações filiadas na UGT+ Que se lixe a Troika!	N/d	Sim	Várias
15 Dez 2012	Manifestação Não ao OE 2013! Não à exploração!	Nacional	Manifestação	CGTP participação MSE	N/d	Sim	Trabalhadores desempregados e no activo unidos contra o desemprego (MSE). Várias da CGTP
10 Jan 2013	Somos todos Myriam Zaluar!	Nacional	Concentração	Vários incluindo MSE	Dezenas	Sim	Contra a criminalização
15 Fev 2013	Grandolada		Ação directa	QSLT!	Dezenas	N/d	não
2 mar 2013	Que se lixe a Troika! O povo é quem mais ordena!	Nacional	Manifestações	Que se lixe a Troika! + CGTP	800 mil (Lx)	N/d	Ver 6.5
2 abril	A minha obrigação é resistir (Abril/2013)	Nacional	Queixa ao Provedor de Justiça	Individual	-	Sim	Quem não tem rendimentos não pode ser taxado

Data	Rótulo identitário	Escala	Forma performativa	Quem Convoca? Actores envolvidos?	Nº de participantes	Desempregados/as?	Reivindic desemprego?
11 Maio 2013	Resistir por um, resistir por todos	Nacional	Queixas ao Provedor de Justiça	Vários	17 subscrições	Sim	Quem não tem rendimentos não pode ser taxado
01 Junho 2013	Povos unidos contra a Troika	Nac+ europ	Manifestações	Que se lixe a Troika!	Alguns milhares	N/d	Contra as medidas que agravam o desemprego
27 jun 2013	Greve geral unitária	Nacional	Greve geral, manifestações, acções directas	CGTP+UGT+ Que se lixe a Troika!	N/d	N/d	Basta de exploração e empobrecimento
19 Out 2013	Vamos marchar na ponte	Nacional	Manifestação	CGTP+Que se lixe a Troika!	Milhares	N/d	Contra desemprego e despedimentos. Protecção social.
13 Nov 2013	Viagem de autocarro sem pagar bilhete	Local/nacional	Ação directa	Grupo informal	Uma pessoa	sim	Alerta para a situação de pobreza extrema associada ao desemprego; apelo à desobediência civil
04 Dez 2013	Nelson Arraiolos vai ao arroz no pingo doce	Local/nacional	Ação directa	Grupo informal	Uma pessoa	sim	contra os desempregados serem atirados para uma ilegalidade enverganhada para poderem sobreviver; apelo à desobediência civil
25 Abril 2013	Todos os rios vão dar ao Carmo	Nacional	Marchas	Vários – Rios auto-organizados	milhares	N/d	Reclamar o espaço público. Várias.